



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU - DOUTORADO**

ANA GLÓRIA LOPES DA SILVA

**JOAQUIM NOGUEIRA, PRÁTICAS DE LEITURAS NO INSTITUTO DE
HUMANIDADES DE FORTALEZA, EDIÇÕES ESCOLARES E A
CULTURA CEARENSE NAS TRÊS PRIMEIRAS DÉCADAS DO
SÉCULO XX**

**FORTALEZA
2010**

ANA GLÓRIA LOPES DA SILVA

**JOAQUIM NOGUEIRA, PRÁTICAS DE LEITURAS NO INSTITUTO DE
HUMANIDADES DE FORTALEZA, EDIÇÕES ESCOLARES E A
CULTURA CEARENSE NAS TRÊS PRIMEIRAS DÉCADAS DO
SÉCULO XX**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Educação.

Área de Concentração: Educação, Currículo e Ensino.

Orientadora: Prof^a Pós-Doc Andréa Borges Leão.

FORTALEZA
2010

"Lecturis salutem"

Ficha Catalográfica elaborada por
Telma Regina Abreu Camboim – Bibliotecária – CRB-3/593
tregina@ufc.br
Biblioteca de Ciências Humanas – UFC

G618p

Silva, Ana Glória Lopes da.

Joaquim Nogueira, práticas de leituras no Instituto de Humanidades de Fortaleza, edições escolares e a cultura cearense nas três primeiras décadas do século XX / por Ana Glória Lopes da Silva. – 2010.

232f. ; 31 cm.

Cópia de computador (printout(s)).

Tese(Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza(CE), 20/08/2010.

Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Andréa Borges Leão.

Inclui bibliografia.

1-LIVROS DIDÁTICOS – ESTUDO E ENSINO(PRIMÁRIO) – FORTALEZA(CE) – SÉC.XX. 2-LIVROS E LEITURA – ESTUDO E ENSINO(PRIMÁRIO) – FORTALEZA(CE) – SÉC.XX. 3-NOGUEIRA, JOAQUIM DA COSTA, 1866-1935. 4-INSTITUTO DE HUMANIDADES DE FORTALEZA. 5-FORTALEZA(CE) – USOS E COSTUMES – SÉC.XX.I- Leão, Andréa Borges, orientador. II. Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. III-Título.

CDD(22ª ed.) 372.4120981310904

62/10

ANA GLÓRIA LOPES DA SILVA

**JOAQUIM NOGUEIRA, PRÁTICAS DE LEITURAS NO INSTITUTO DE
HUMANIDADES DE FORTALEZA, EDIÇÕES ESCOLARES E A
CULTURA CEARENSE NAS TRÊS PRIMEIRAS DÉCADAS DO
SÉCULO XX**

Tese submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Educação Brasileira, Área de Concentração Educação, Currículo e Ensino.

Aprovada em 20/08/2010.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^ª. Pós-Doutora Andréa Borges Leão
Universidade Federal do Ceará-UFC

Membro da banca: Prof^ª. Doutora Tania Regina de Luca
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-UNESP

Membro da Banca: Prof^ª Doutora Nukácia Meyre Araújo de Almeida
Universidade Estadual do Ceará-UECE

Membro da Banca: Prof^ª. Doutora Ivone Cordeiro Barbosa
Universidade Federal do Ceará-UFC

Membro da banca: Prof^ª. Pós- Doutora Lídia Eugênia Cavalcante
Universidade Federal do Ceará-UFC

Membro da banca: Prof^ª. Doutora Maria Isabel Filgueiras Lima Ciasca
Universidade Federal do Ceará-UFC

*Àquele que consolida a obra
das minhas mãos*

Cristo Jesus

AGRADECIMENTOS

À Andréa Borges Leão, pela orientação consistente. Ao partilhar comigo suas experiências não só com a História cultural do livro e da leitura, mas também acadêmicas, motivou-me a ter tenacidade na realização da pesquisa e na composição da tese. Seu respeito pela especificidade do objeto foi fundamental na condução dos trabalhos hercúleos de reflexão e escrita. Suas inquietações e entusiasmo ao propor questões foram de grande significado para a manutenção do vigor das problemáticas.

À Ivone Cordeiro, pelo espírito científico e valorosas contribuições no encaminhamento de abordagens e fontes. Atentando para determinadas lacunas, ofereceu-me importantes questões que suscitaram novas perspectivas até então não consideradas por mim.

À Tânia Regina de Luca, Lígia Eugênia Cavalcante, Nukácia Meyre Araújo de Almeida e Isabel Figueiras Lima Ciasca, por cordialmente aceitarem contribuir com as reflexões que envolvem o livro escolar e a leitura no Ceará.

À Madalena Maria Monteiro Figueiredo, por me ajudar a atravessar a floresta dos arquivos.

À Regina Célia Paiva da Silva, pelo atendimento exato, pronto e dedicado.

À Academia Brasileira de Letras, por sua pronta colaboração no que diz respeito aos livros de Gustavo Barroso, indisponíveis no Ceará.

Ao programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, por apoiar a pesquisa com os livros didáticos produzidos no Ceará.

À CAPES, pelo apoio financeiro através da bolsa.

—Zezinho, tu já estais no Terceiro Livro?

—Eu já estou na imprensa

—Na imprensa, não vê!

—Você não sabe que eu faço gazeta todos os dias!?

Anedotas do livro Anno Escolar de 1908.

RESUMO

O trabalho de tese resulta da pesquisa sobre os livros que tratam da cultura cearense para a escola básica, no Ceará, nas três primeiras décadas do século XX. Para tanto, partiu-se das experiências e das edições escolares produzidas por Joaquim Nogueira e utilizadas por professores e alunos do Instituto de Humanidades. Nesse período, o diretor, do mais tarde denominado Colégio Nogueira, publicava diversas edições de caráter didático como o *Baralho Aritmético*, as *Lições progressivas de primeiras letras*, o *Jornal Bandeirantes*, a *Revista Escolar* e o livro de leitura *Anno Escolar*. A constituição de sentidos, práticas, apropriações e estratégias do editor para compor e manter as suas edições é a problemática que emerge tanto por meio da análise das leituras dos alunos quanto da organização do livro *Anno Escolar*. A história cultural do livro e da leitura, notadamente as contribuições de Roger Chartier, Michel de Certeau, Daniel Fabre, Alain Choppin, Anne-Marie Chartier e Jean Hébrard, inspiram o trabalho de construção teórica e abordagem metodológica. As produções da historiografia brasileira do livro e da leitura, a exemplo das pesquisas de Tania Regina de Luca, Arlette Medeiros Gasparello e Circe Maria Bittencourt, também são fundamentais para este trabalho e abordagem. As fontes utilizadas são: o *Livro de Partes* do Colégio Nogueira, o livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira, a *Revista Escolar do Instituto de Humanidades*, o livro *Anno Escolar* do Instituto de Humanidades, o *Jornal do Ceará*, entre outras.

PALAVRAS-CHAVE: Edições escolares, História do livro e da leitura no Ceará, Joaquim Nogueira, cotidiano no Instituto de Humanidades.

ABSTRACT

The thesis results of research on the books dealing with the culture of Ceará for the basic school, in Ceará in the first three decades of the twentieth century. For this purpose, came from experiences and scholarly editions produced by Joaquim Nogueira and used by teachers and students of the Institute of Humanities. During this period, the director, later known as Colégio Nogueira, publishing several editions of didactic as *Baralho Aritmético*, *Lições progressivas de primeiras letras*, *Jornal Bandeirantes*, *Revista Escolar* and the book reading *Anno Escolar*. The constitution of meanings, practices, strategies of appropriation and editor to write and keep their issues is the problem that emerges both through analysis of readings from the students and the organization of the book *Anno Escolar*. The cultural history of books and reading, especially the contributions of Roger Chartier, Michel de Certeau, Daniel Fabre, Alain Choppin, Anne-Marie Chartier and Jean Hébrard, inspired by the work of building theoretical and methodological approach. The productions of the brazilian historiography of books and reading, like the works of Tania Regina de Luca, Arlette Medeiros Gasparello and Circe Maria Bittencourt, are also needed for this work and approach. The sources used are the *Livro de Partes* do Colégio Nogueira, the book *Vida Escolar* do Colégio Nogueira, the *Revista Escolar do Instituto de Humanidades*, the book *Anno Escolar* do Instituto de Humanidades, the *Jornal do Ceará*, among others.

KEYWORDS: School issues, history of books and reading in Ceará, Joaquim Nogueira, everyday in Instituto de Humanidades.

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo I - Leituras escolares no Ceará no início do século XX.....	32
1.1. Honra, anedotas, angústias e o espírito dos meninos.....	32
1.1.1. Premiações: leituras, moral, disciplina e civilidade.....	32
1.1.2. Método, práticas e resistências.....	38
1.1.2.1. Anedotas: leituras incompreendidas.....	46
1.1.2.2. Angústias: leituras aflitas.....	49
1.1.2.3. O espírito dos meninos: leituras rebeldes.....	58
1.2. Os livros na escola.....	70
1.2.1. Aproximações do livro didático.....	70
1.2.2. Indiferenças e redes de controle.....	76
1.2.3. Livros didáticos: nacional e local, antigos e modernos.....	82
1.2.4. Livros didáticos locais: embates, tensões e táticas.....	91
1.3. Escolas impressas. Polifonias do didático.....	99
1.3.1. Entre linguagens e conteúdos: representações do livro didático.....	99
1.3.2. Comunidade e relações através do didático.....	104
1.3.2.1. Livros didáticos: doações que movimentam a circulação.....	104
1.3.2.2. Apoteose do didático.....	106
1.3.2.3. A didatização no rádio.....	109
1.3.3. A imprensa escolar.....	111
1.3.3.1. Livros, revistas e jornais.....	111
1.3.3.2. O jornal: lições coletivas didatizadas.....	115
Capítulo II - O Ceará em livro escolar.....	121
2.1. O livro do Instituto de Humanidades.....	121
2.1.1. O livro <i>Anno Escolar</i>	121
2.1.2. <i>Anno Escolar</i> : livro Enciclopédico.....	128
2.1.3. O livro Enciclopédico e os Almanques.....	131
2.2. As efemérides.....	138
2.2.1. O livro <i>Anno Escolar</i> entre o catecismo jesuítico e o catecismo republicano.....	138
2.2.2. O <i>Anno Escolar</i> , o dispositivo efemérides e a pedagogia da nação.....	151
2.2.3. As efemérides cearenses entre o catecismo religioso e o catecismo cívico nacional.....	160
2.3. O Ceará Intelectual e a escrita para um livro escolar.....	167
2.3.1. O dispositivo editorial <i>Ceará Intelectual</i> e sua origem não-escolar.....	167

2.3.2. Erudição e escolaridade no dispositivo <i>Ceará Intelectual</i>	180
2.3.3. Em busca de um gênero para o <i>Anno Escolar</i>	193
Considerações Finais	211
Fontes e Referências Bibliográficas	214

INTRODUÇÃO

Embora a alfabetização seja apenas minoritária e a palavra e a imagem permaneçam essenciais, o escrito impresso já desempenha um papel de primeira importância na circulação dos modelos culturais. Se muitos não podem ler diretamente, sem mediação, a cultura da maioria é, contudo, profundamente penetrada pelo o livro, que impõe suas normas novas, mas que também autoriza usos próprios, livres e autônomos. É por essa razão que escolhemos dar atenção à sua difusão e a seus efeitos, cruzando a história dos objetos e a dos usos e confrontando estratégias de editores e táticas de leitores.

Rocher Chartier¹

No ano de 1907, a *Revista Escolar*, do Instituto de Humanidades, teve várias impressões especiais. A Revista é o periódico do colégio dirigido por Joaquim da Costa Nogueira e, naquele momento, completava três anos de edição. No ano seguinte, Joaquim Nogueira iria editar a primeira edição do livro *Anno Escolar*, que é uma compilação dos conteúdos e artigos publicados anteriormente na *Revista Escolar*. Na publicação do livro *Anno Escolar* de 1908, uma série de imagens do aniversário da *Revista* foi publicada. Assim, revista e livro alimentavam-se de um círculo de difusão e editoração em uma referência de um ao outro suporte.

Durante as comemorações do terceiro aniversário da *Revista*, a edição de 1/7/1907 ganhou capa especial. Uma imagem procurava sintetizar o empreendimento do educador-editor Joaquim da Costa Nogueira, composto por ideais para a educação no início do século XX, no Ceará. Uma mulher ao centro, em tamanho grande, de cabelos longos e vestida com um grande manto, segura uma coroa de louros. No lado superior esquerdo, uma coruja repousa em um galho de planta. Na parte inferior direita e de primeiro plano, uma criança, em posição

¹ CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p.91.

agachada, em tamanho diminuto e de olhar distraído, segura em uma mão uma tocha e na outra um livro do ABC. Na superfície esquerda, uma estante de livros localiza-se em segundo plano, por trás de um globo terrestre.

Essa imagem representa a atmosfera educativa e livresca que iria afirmar, no Ceará, um grupo de autores e editores com propostas especificamente didáticas. Educação e edição impressa coadunavam léxicos científicos para inscrever no corpo social ideais de civilização. Os livros e a didática fizeram parte da exequibilidade da referida inscrição. A educação ao centro, em postura majestosa, capaz de autorizar as designações, alfabetizados e analfabetos; a coruja por trás da educação simbolizava a fonte geradora de conhecimento, sabedoria e iluminação, meios de viabilizar um projeto em que a criança será um corpo no qual a história será escrita por meio de instrumentos modernos: o livro e a didática.

Nesse sentido, a educação no Ceará representou um campo de possibilidades para a circulação de livros escolares com forte apelo didático. Imbricada aos modelos jesuíticos de caráter emulativo e pestalozzianos do ensino intuitivo, a pedagogia republicana da nação e, mais tarde, na década de 1920, com um discurso de modernização e progresso industrial da educação da Escola Nova², a educação no Ceará não declinou dos usos dos livros como meio de viabilizar projetos sociais e culturais em uma formação do indivíduo para a sociedade republicana. No início do século XX, o ensino intuitivo defendia os usos dos livros para a educação de crianças e jovens. A Escola Nova deu continuidade a políticas e discursos do livro como luzeiro de consciência e meio de afastar as trevas da ignorância, mas ressaltando o seu papel de instrumento didático útil ao professor. Dessa forma, um circuito autoalimentado por educadores e editores para a infância

² Sobre a História das propostas educacionais no ocidente moderno, ver ROUSSEAU, J.-J.. *Emílio ou Da Educação*, 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004. CHERVEL, André & COMPÈRE, Marie-Madeleine. As Humanidades no Ensino. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, V. 25, nº 2, p.149-170, jul/dez, 1999. PESTALOZZI, Juan Enrique. *Como Gertrudis ensina a sus hijos*. México: Ensaio Pedagógico, 1959. CARON, Jean-Claude. Os jovens na escola: Alunos de Colégios e Liceus na França e na Europa (Fim do séc. XVIII -Fim do Séc. XIX). In: LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude (Orgs). *História dos Jovens - Época Contemporânea*, V. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.137-194. ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981. GÉLIS, Jacques. A individuação da criança. In: CHARTIER, Roger (Org). *História da vida privada*. Da Renascença ao Século das Luzes, V 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.311-329. FERNANDES, Heloísa Rodrigues. *Sintoma social dominante e moralização infantil*. Um estudo sobre a educação moral em Émile Durkheim. São Paulo: EDUSP, 1994. DEWEY, John. *Experiência e educação*. São Paulo: Nacional, 1971; DEWEY, John. *Vida e educação*: I. A criança e o programa escolar; II. Interesse e esforço. 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

no Ceará, nas três primeiras décadas do século XX, nutria as condições de produção de livros didáticos.³

Na *Revista Escolar*⁴ do Instituto de Humanidades artigos foram publicados na defesa do método intuitivo a partir dos livros didáticos. No livro *Anno Escolar*⁵, lições para os alunos tematizavam o método e os livros didáticos. Na *Revista do Brasil*⁶ reflexões sobre o Método Intuitivo e os usos do livro escolar também eram publicadas. A *Revista do Brasil* circulou no país e no Ceará funcionando como meio

³ Sobre as renovações educacionais no Brasil e no Ceará no início do século XX e a pedagogia da Nação, ver NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira república*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1974, 1976. NOGUEIRA, Raimundo Frota S. *A prática pedagógica de Lourenço Filho no Estado do Ceará*. Fortaleza: edições UFC, 2001. CASTELO, Plácido Aderaldo. *História do ensino no Ceará*. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1970; BARROSO, Raimunda Eliana Cordeiro. *Infância e memória: a educação da criança cearense nas primeiras décadas do século XX*. 2007, 199f, Tese(Doutorado em Educação) Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007. VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. *História da educação no Ceará: sobre promessas, fatos e feitos*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. ALMEIDA FILHO, Edgard Patrício de; *A voz do Ceará: comunicação e educação na trajetória da Ceará Rádio Clube de 1934 a 1948*. 2006, 227f, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará(Doutorado em Educação)Fortaleza, 2006. OLINDA, Ercília Maria Braga de. *Formação integral do educando nos discursos e nas práticas pedagógicas renovadoras: a experiência da escola de aplicação (1884-1940)*. 2002, 336f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002. LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom. *Introdução ao estudo da escola nova: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, 2002. NOGUEIRA, Raimundo Frota de Sá. *A pratica pedagógica de Lourenço Filho no estado do Ceara*. Fortaleza: edições UFC, 2001. GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de Identidade: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004. TEIXEIRA, Anísio. *Pequena introdução à filosofia da educação: a escola progressiva ou a transformação da escola*. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1968. BOMENY, Helena. Novos talentos, vícios antigos. Os renovadores e a política educacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. V. 6, nº11, p. 24-39, 1993. ATAÍDE DE ALMEIDA, Maria das Graças A. Estado Novo: Projeto Político Pedagógico e a construção do saber. *Revista Brasileira de história*, São Paulo, V. 18, Nº36, p.137-160 , 1998. ABUD, Kátia Maria. Formação da alma e do caráter nacional: ensino de História na era Vargas. *Revista Brasileira de história*, V. 18, Nº36, p. 103-114, 1998. LIMA E FONSECA, Thaís Nívia de. *História e Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. LIMA E FONSECA, Thaís Nívia de & VEIGA, Cynthia Greive. *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. SOARES GOUVEIA, Maria Cristina. A construção de uma infância escolarizada: a escola na literatura infantil (1900-1935). *Educação em Revista*, Belo Horizonte, Nº29, p. 97-107, jun/99. HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos A. M. *A Invenção do Brasil Moderno*. Medicina, educação e engenharia nos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. KNAUS, Paulo. *O desafio da Ciência: modelos científicos no ensino de história*. *Cadernos Cedes*, Campinas, V. 25, nº 67, p. 273-400, set/dez. 2005. STEPHANOU, Maria. Currículos de História: instaurando maneiras de ser, conhecer e interpretar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, V. 18, nº36, p. 15-28,1998. FURET, François. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, 1986. POPKEWITZ, Thomas S.. *Reforma educacional*. Uma política sociológica. Poder conhecimento em educação. Porto Alegre: artes médicas, 1997. CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre o campo de pesquisa. *Teoria e educação*, Porto Alegre, nº2, p.177-229, 1990.

⁴ REVISTA ESCOLAR DO INSTITUTO DE HUMANIDADES. Fortaleza, V. 8º, Nº1, p. 1-3, Jan, 1912.

⁵ ANNO ESCOLAR DO INSTITUTO DE HUMANIDADES PARA O ANO DE 1908. Destinado ao uso de seus alunos. Fortaleza: seção de obras do Cruzeiro do Norte, 1908.

⁶ KÖPKE, João. O Ensino da Leitura pelo Methodo Analytico. *Revista do Brasil*, São Paulo, V 2, p. 31-69, Mai. 1916. Este trabalho foi lido ao Jardim da infância em São Paulo em 12 de maio de 1916. Nota do autor.

de difusão de ideais no campo da educação⁷. Os jornais publicavam colunas que tratavam do método intuitivo de ensino. Nos prefácios de livros, a importância do método e das linguagens foram ressaltadas. O discurso do ensino “das coisas pelas coisas” estava presente nessas edições tanto quanto o debate sobre a necessidade de livros para a mediação do conhecimento. A emergência da Escola Nova deu continuidade à proposta dos usos do livro, ressaltando o seu papel de instrumento didático necessariamente presente na sala de aula.

Partido dessas reflexões, esta pesquisa é uma discussão sobre as seguintes indagações: quais as condições de possibilidades que viabilizaram os projetos de produção de edições didáticas para os estudos da cultura cearense, sua autoimagem e história na escola elementar, no início do século XX? Como um novo gênero se constitui e se afirma entre a comunidade de leitores, autores e editores? O debate suscita implicações, pois coloca o problema das origens intelectuais de uma teia de produção de material didatizado e com fins educativos, bem como a constituição de um projeto de caráter civilizador e republicano que se sedimentou e se difundiu entre os cearenses através de publicações didáticas e estratégias educacionais que envolviam as dimensões políticas, históricas, geográficas e literárias da cultura local.

Apesar da produção científica nos campos da História e da Pedagogia já constituírem uma tradição acerca das pesquisas sobre a memória da educação no Estado do Ceará, as dificuldades na reunião de fontes, na seleção das mesmas, nas abordagens e interpretações do rol de documentos e as demandas sociais e científicas por novos objetos de estudo permanecem. Conclui-se, portanto, a necessidade de se implementar uma nova pesquisa da literatura didática a partir de novas abordagens etnográficas e históricas.

Partindo do processo de configuração social de uma rede de relações que promove uma produção de edições didáticas e explorando fontes pouco estudadas e sob novas abordagens, o historiador acredita que dá uma nova contribuição ao conhecimento da história da literatura didática produzida no Ceará. Para tanto, centrei meu foco em duas direções iniciais: primeiramente, na própria produção

⁷ Sobre a *Revista do Brasil*, ver DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

literária, sua identificação, leitura, interpretação e levantamentos. Tarefa difícil, pois diz respeito ao rastreamento de fontes dispersas e fragmentadas, o que exigiu tenacidade na procura, *feeling* para as delimitações e rigor na abordagem. O segundo vetor se dirigiu à produção da literatura histórica forjada por intelectuais, sua circulação e didatização entre os livros direcionados a alunos da escola elementar. Trata-se de problematizar as formas como o conhecimento sobre a cultura cearense, com foco na história, foi organizado para a instrução de crianças e jovens na escola elementar. Trata-se de perseguir os caminhos trilhados por autores para criar e estabelecer um gênero cuja especificidade era a didática, a cultura cearense e a modernidade das edições. Significa mergulhar em um universo de estratégias planejadas para a difusão de um conhecimento através dos livros, tido como relevante para a estrutura e constituição de uma sociedade e para a formação do indivíduo.

Nessa trama, o papel das edições didáticas no ensino-aprendizado é reformulado. Os usos de materiais escolares devem se articular com as novas finalidades da educação, suas novas metodologias e práticas de desenvolvimento cognitivo e de formação do indivíduo.

Tal atmosfera chama a atenção de intelectuais para a necessidade de novas formulações didáticas para atingir a infância e a juventude. Waldemiro Cavalcante, em 1908, escrevia sobre o ensino moderno no livro *Anno Escolar*⁸. José Luiz de Castro, no mesmo livro e ano, escrevia sobre o método intuitivo⁹. Na *Revista Escolar* de 1910, o editor publicou o texto *A educação entre nós*¹⁰. Também em 1910, Alba Valdez escrevia aos alunos do Instituto de Humanidade¹¹ sobre o que era a educação e em 1921, sobre as questões do ensino¹². Olympio Galvão, em 1912,

⁸ CAVALCANTE, Waldemiro. Ensino Moderno. *Anno Escolar do Instituto de Humanidades para o ano de 1908*. Destinado ao uso de seus alunos. Fortaleza: seção de obras do Cruzeiro do Norte, 1908, p. 357-362.

⁹ CASTRO, José Luis de. Método Intuitivo. *Anno Escolar do Instituto de Humanidades para o ano de 1908*. Destinado ao uso de seus alunos. Fortaleza: seção de obras do Cruzeiro do Norte, 1908, p. 375-379.

¹⁰ Entre outros textos publicados na *Revista Escolar* sobre a educação, cito: *A educação entre nós*. *Revista Escolar do Instituto de Humanidades*. Fortaleza, ano 7, Nº3, p. 1-2, mar. 1910.

¹¹ VALDEZ, Alba. Algumas palavras. Aos alunos do Instituto de Humanidade. *Revista Escolar*. Fortaleza, Typ. Escolar, ano 7, Nº8, p.4-5, ago. 1910.

¹² VALDEZ, Alba. A sempre nova questão do ensino. In: Nogueira, Joaquim (Org). *Anno Escolar*. Livro de leitura. Rio de Janeiro: Editores Leite Ribeiro e Maurillo, 1921, p. 304.

refletia na *Revista Escolar* sobre os pedagogistas modernos e suas propostas¹³. Newton Craveiro, no livro *Brasil Seco*, propunha maneiras de ensinar em 1923¹⁴. Papi Junior, em 1925, discutia como ensinar as crianças¹⁵. Matérias no *Jornal do Ceará* discutem as possibilidades do método e o ensino dos conhecimentos modernos¹⁶. Em 1931, o escritor Cruz Filho escreve o livro *História do Ceará-Resumo Didático*¹⁷ e enfatiza a linguagem para os alunos do ensino elementar. É nesse clima que, em 1935, é lançado o programa *Vovô Ceará*, editado por Eusébio de Souza. Era um programa dominical que tinha como objetivo divulgar entre crianças das primeiras séries escolares o gosto pela História Local e o sentimento patriótico¹⁸. Também em 1935, o Governo do Estado investiu em uma publicação de Eusébio de Souza para as escolas públicas. Em forma de artigo, de denominação *Quadro Histórico*, mil exemplares foram distribuídos e lançados no *Jornal Gazeta de Notícias* do mesmo ano.

Eusébio de Souza já havia escrito, em 1913, o *Catecismo constitucional do estado do Ceará*. Era uma manual de perguntas e respostas sobre Geografia do Brasil, Geografia do Ceará, as reformas da constituição de 1891 e direito constitucional (conceitos de nação, soberania, governo etc.).

Esses livros, artigos e discussões fazem parte de uma rede de editoração e materiais didáticos que se constituiu nas três primeiras décadas do século XX. Tal produção estava envolta em uma cultura material de mecanismos, estratégias e representações que constituem um universo que essa pesquisa pretende compreender e inteirar-se de maneira a contribuir para a História do livro didático produzido no Ceará, problematizando a composição da memória do Ensino que se constituiu no Estado, nas três primeiras décadas do século XX.

Nessa perspectiva, a pesquisa sobre as edições didáticas produzidas nas três primeiras décadas do século XX, no Ceará, considera a complexidade de sua

¹³ GALVÃO, Olympio. Pedagogistas Ilustres. *Revista Escolar do Instituto de Humanidades*. Fortaleza, Typ. Escolar, V. 9, Nº 1, ano 8, Nº88, p. 1-3, jan. 1912.

¹⁴ CRAVEIRO, Newton. *Brasil Seco*. Publicação subvencionada pelo Governo do Estado do Ceará, 1923.

¹⁵ JUNIOR, Papi. Coisas Sérias. *Ceará Ilustrado*. Fortaleza, 11 jun. 1925.

¹⁶ JORNAL DO CEARÁ. Fortaleza, anos de 1904, 1907, 1908.

¹⁷ FILHO, Cruz. *História do Ceará-Resumo Didático*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1931.

¹⁸ HOLANDA, Cristina Rodrigues. *A construção do templo da história Eusébio de Sousa e o Museu Histórico do Ceará*. 2004, 251fl. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004, p.25.

produção. Partido dessa premissa é que problematizo as condições de produção de materiais didáticos considerando reflexões de diversos pesquisadores da história do livro e da leitura como Roger Chartier¹⁹, Jean Marie Goulemout²⁰, Daniel Fabre²¹, Michel de Certeau²², Pierre Boudier²³, Anne-Marie Chartier, Jean Hébrard²⁴, Daniel Roche²⁵, Robert Darton²⁶, Alain Choppin²⁷, entre outros.

Roger Chartier, quando trabalha com os protocolos de edição ou impressão, reflete sobre o sentido do suporte material para a efetuação de práticas de leituras. A materialidade é imbricada às representações que os usos forjaram na sua historicidade. Segundo essa abordagem, a história das práticas de leitura inclui os usos históricos dos livros e as formas específicas do impresso²⁸:

-
- ¹⁹ CHARTIER, Roger. A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, V. 7, nº13, 1994, p. 97-113. _____. "Cultura popular": revisitando um conceito historiográfico". *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, V. 8, nº16, 1995, p. 179-192. _____. (org). *História da vida privada*. Da Renascença ao Século das Luzes, V 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. _____. (org). *Práticas de leituras*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. _____. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990. _____. *Escribir las prácticas: Foucault, de Certeau, Marin*. Buenos Aires: Manantial, 2001. _____. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora UNESP, 2002. _____. *A ordem dos livros: leitores, autores, e bibliotecas na Europa entre XIV e XVIII*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2ª edição, 1998. _____. & REVEL, Jacques. *A nova história*. Coimbra: Almedina, 1990. _____. & ROCHE, Daniel. O Livro. Uma mudança de perspectiva. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs). *História novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 99-115. _____. *Leitores e leituras na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- ²⁰ GOULEMOUT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentido. In: CHARTIER, Roger. *Práticas de leituras*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 107-116.
- ²¹ FABRE, Daniel. O livro e sua magia. In: CHARTIER, Roger. *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 201-228.
- ²² CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. _____. *A Invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ²³ BOURDIEU. As regras da Arte. Gênese e estrutura do Campo Literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ²⁴ CHARTIER, Anne-Marie; CLESSE, Christiane & HÉBRARD, Jean. *Ler e escrever: entrando no mundo da escrita*. Porto Alegre: ArtMed, 1996. _____. & HÉBRARD, Jean. *Discursos sobre a leitura, 1880-1980*. São Paulo: Ática, 1995.
- ²⁵ ROCHE, Daniel. As práticas da escrita nas cidades francesas do século XVIII. In: CHARTIER, Roger. *Práticas de leituras*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 177-200.
- ²⁶ DARTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no antigo regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. _____. *Edição e Sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das letras, 1992. _____. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e Revolução. São Paulo: Companhia das Letras. _____. *O iluminismo como negócio: história da publicação da "Enciclopédia"*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. _____. Uma precoce sociedade da informação. As notícias e a mídia em Paris no século XVIII. *Varia História*, Belo Horizonte, nº25, jul/01, p. 9-51.
- ²⁷ CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte Educ. Pesquisa, vol.30, nº.3, São Paulo, p, 549-566, Sept./Dec.2004
- ²⁸ CHARTIER, Roger. Do livro à leitura, In: CHARTIER, Roger. *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 97.

[...] manuscritos ou impressos, os livros são objetos cujas formas comandam, se não a imposição de um sentido ao texto que carregam, ao menos os usos de que podem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis. As obras, os discursos, só existem quando se tornam realidades físicas, inscritas sobre as páginas de um livro, transmitidas por uma voz que lê ou narra, declamadas num palco de teatro. Compreender os princípios que governam a “ordem do discurso” pressupõe decifrar, com todo rigor, aqueles outros que fundamentam os processos de produção, de comunicação e de recepção dos livros.

A partir da produção do material impresso, pode-se chegar à compreensão de toda uma rede de relações constituintes de processos sociais amplos estruturados em uma duração temporal visível através de mudanças nos hábitos, costumes, mentalidades e maneiras de inserção das edições didáticas em todo um sistema social, nesse caso, a produção de edições didáticas no Ceará, nas três primeiras décadas do século XX.

Não se trata somente de perseguir seriações dentro de um quadro de mentalidades de longa duração, nem de fazer análises apenas de estudos estatísticos para apreender o impacto social das edições. Também não pretendo reduzir a problemática abordada à descrição da materialidade dos suportes, mesmo quando estes demonstram uma historicidade do material. A abordagem com a qual trabalho, nessa pesquisa, preza antes por especificações de gestos que simbolizam significados construídos historicamente e de forma dinâmica, ou seja, guardam um movimento que os particularizam e os diferenciam de outros gestos.

É importante enfatizar que o trabalho com os textos contrapõe-se à crítica literária que preza por uma fenomenologia, pelos estudos das estruturas internas do texto, pela estética da recepção ou os modos de interpretação, ou ainda por focalizar episódios isolados em textos como uma única leitura possível. No trabalho com edições escolares produzidas no Ceará, especificamente as que tratam da cultura cearense, pretendo pensar a relação entre a criação intelectual e a sua vulgarização problematizando as condições de possibilidades da criação intelectual, considerando resistências, tensões, usos e práticas específicas e complexas em um desencadeamento histórico constituído por rupturas, continuidades, contradições e conflitos.

Enfim, o enfoque com o qual opero, na pesquisa sobre os livros para a escola elementar produzidos no Ceará nas três primeiras décadas do século XX, afina-se

com a abordagem da História Cultural francesa do livro e da leitura na qual o livro, sua produção, confecção, difusão, leitura e escrita participa de processos sociais. Daniel Fabre, analisando o lugar do livro entre os Pireneus do Languedoc no final do século XIX e o início do século XX, enfatiza o movimento livresco na dinâmica social e suas representações²⁹:

A diferença entre o que lê e todos os outros compõe essa cena onde a leitura, na sua ação, revela certas propriedades fundamentais. De início, o valor prático do livro passa para segundo plano. Insisti-se, ao contrário, no fato de que “os velhos liam de tudo, romances, livros escolares...O avô leu, não sei quantas vezes, *Os Três Mosqueteiros*, que eu pagava pra ele na biblioteca”. O conteúdo da leitura, portanto, importa menos que a confrontação pessoal e política com o *livro*. Além disso, esta opera a transformação instantânea do leitor e de seus próximos; modifica os comportamentos deles, a linguagem, a conversação, eleva-os, acima da “grosseria”. Como essa sociedade pensa semelhante metamorfose, que sanciona o grande prestígio social do leitor? Em que linguagem dá conta desse extraordinário efeito distintivo da leitura do livro?

Nesse enquadramento teórico, o livro didático sobre a cultura cearense é pensado nas suas representações sociais e culturais como participante de processos econômicos e políticos. Nos moldes de Michel de Certeau, o livro é pensado nas suas condições de reprodução bem como de aparelho de encanação de ciência e de saberes através da escrita da qual ele é o suporte³⁰:

As variantes desse mito se encontram por toda parte, nesse tempo de renascença, com a convicção, ora utópica, ora filosófica ou científica, política ou religiosa, que existe uma Razão capaz de instaurar ou restaurar um mundo, e que não se trata mais de ler os segredos de uma ordem ou de um Autor escondido, mas de *produzir* uma ordem para escrevê-la no corpo social de uma sociedade selvagem ou depravada. A escritura adquire um direito sobre a história em vista de corrigi-la, domesticá-la ou educá-la. Ela se torna poder nas mãos de uma burguesia que coloca a instrumentalidade da letra no lugar do privilégio do nascimento, ligado à hipótese de que o mundo dado é razão. Faz-se ciência e política, com a certeza, logo transformada em postulado “esclarecido” ou revolucionário, de que a teoria deve transformar a natureza inscrevendo-se nela. Ela faz a violência, cortando e arrancando na irracionalidade de povos supersticiosos ou de religião enfeitiçadas.

²⁹ FABRE, Daniel. O livro e sua magia. In: CHARTIER, Roger. *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 201-228.

³⁰ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano*: 1. Artes de Fazer. Petrópolis: vozes, 1994. p. 236

A imprensa representa essa articulação do texto no corpo, mediante a escritura. A ordem pensada, o texto concebido—produz-se em corpos—os livros—que a repetem, formando calçamentos, caminhos, redes de racionalidade através da incoerência do universo.

O papel do livro didático, sua produção e circulação em sociedades de pretensões racionais e civilizadoras—nas quais o livro desponta como a materialização e o corpo referencial da percepção de culturas e do universo acessível através do conhecimento—é o interesse da tese aqui desenvolvida.

No que tange aos estudos brasileiros do livro, foram importantes os trabalhos dos grupos LIHED³¹ e do LIVRES³². Enquanto o LIHED tem aberto as perspectivas dos estudos de variadas edições impressas, o LIVRES tem se concentrado nos estudos de livros especificamente didáticos. Os levantamentos de dados de grandes editoras que atuam ou atuaram no país têm sido de importância significativa para o desenvolvimento de análises sobre a circulação social e cultural das impressões didáticas. Seguindo os passos de Rocher Chartier e Alain Choppin, respectivamente, LIHED e LIVRES me ofereceram a possibilidade de pensar os livros de História do Ceará na perspectiva culturalista do livro didático, podendo contar com uma boa plataforma de dados da produção de edições didáticas no Brasil. Foram importantes os trabalhos de Márcia Abre³³, Aníbal Francisco Alves Bragança³⁴, Circe Bittencourt³⁵, Arlette M. Gasparello³⁶,

³¹ Núcleo de Pesquisa sobre a História do Livro e editorial no Brasil o qual promove o Seminário Brasil sobre Livro e História Editorial.

³² Banco de dados que cataloga a produção de livros didáticos de várias disciplinas escolares brasileiras desde o século XX. Organizado pelo Centro de Memória da Educação Escolar da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo.

³³ ABREU, Márcia (org). *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: Fapesp, 1999.

³⁴ ALVES BRAGANÇA, Aníbal Francisco. *Eros Pedagógico. A função editor e a função autor*. 2001, 219f, Tese(Doutorado em Comunicação), Escola de Comunicação e Artes - ECA da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

³⁵ BITTENCOURT, Circe M. F. Editores e autores de compêndios e livros de Leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa*. V. 30, Nº3. São Paulo: FEUSP, 2004, p. 475-491._____. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004._____. *As Tradições Nacionais e o Ritual das Festas Cívicas*. In: Pinsky, J. Nadai E. et al. *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo:Contexto, 1988._____. *Em foco: história, produção e memória do livro didático*. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.30, p. 475-473, 2004._____. *O Saber Histórico na Sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.

³⁶ GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de Identidade: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.

Márcia de Paulo Gregório Razzini³⁷, Heloísa Pontes³⁸, Kazumi Munakata³⁹, entre outros.

No Ceará, dois trabalhos foram relevantes, o de Andréa Borges Leão e Almir Leal.

Os estudos de Andréa Borges Leão sobre a circulação e produção da literatura infantil no Brasil, bem como das casas francesas de edição, concorreram para uma abordagem mais abrangente das produções cearenses, o que me levou a considerar tal produção como articulada ao cenário nacional e internacional em uma perspectiva diversa das reproduções mecânicas de modelos dominantes, ou seja, o léxico das edições didáticas modernas produzidas no Ceará operava em meio a uma linguagem na qual uma pauta de feição científica, didática e editorial deveria ser respeitada, em um acordo social e ocidental, entre os que participavam das aventuras e utopias editoriais didáticas do final do século XIX e início do século XX. Por outro lado, dialetos culturais locais imprimiam particularidades às edições em um pêndulo onde local e ocidental matizavam produções específicas. O circuito interdependente entre livreiros e autores em diversas localidades construía os sentidos de obras, políticas editoriais, representações, concepções e estratégias para a constituição de ambientes sociais e culturais de possível produção de livros didáticos.⁴⁰

³⁷ GREGÓRIO RAZZINI, Márcia de Paulo. *A livraria Francisco Alves e a expansão da escola pública em São Paulo*. Texto apresentado no I Seminário Brasileiro sobre o Livro e a História Editorial. Colóquio do sesquicentenário: Francisco Alves e na História Editorial brasileira. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2004._____. *A produção de livros escolares da editora Melhoramentos na Primeira República*. Trabalho apresentado ao núcleo de Pesquisa (NP) produção editorial do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, INTERCON, Santos-São Paulo, 2007.

³⁸ PONTES, HELOÍSA. Retratos do Brasil: editores, editoras e “Coleções Brasileira” nas décadas de 30, 40, 50. In: MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré, 2001, p.419-476.

³⁹ MUNAKATA, K. Livro didático: produção e leituras. In: ABREU, Márcia (org). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, 2000.

⁴⁰ LEÃO, Andréa B. Ler, Obedecer, Instruir-se: uma pedagogia analítica da alma feminina. *Educação em Debate* (CESA/UFC), Fortaleza, v. 1, p. 38-47, 2002. LEÃO, Andréa B. Cultura e Imaginação Nacional: o nacionalismo e o livro didático na Primeira República brasileira. *Cadernos de Educação*, Fortaleza, 2000. LEÃO, Andréa B. Civilização da Obediência: por uma Sociologia do livro escrito para crianças na República das Letras. *Revista de Letras (Fortaleza)*, Fortaleza, v.1, p. 12-18, 1998. LEÃO, Andréa B. A Nação e os Livros Infantis - Autoria, Edição e Leitura. *Tensões Mundiais*, v. 3, p. 391-428, 2008. LEÃO, Andréa B. Publicar contos de fadas na Velha República, um compromisso com a nação - *Revista do curso de Gestão da Comunicação* - Ano XII - N.3 Set/dez 2007 - USP – ECA - CCA - Paulinas. *Comunicação & Educação*, v. 1, p. 15-22, 2007. LEÃO, Andréa B. A Livraria Garnier e a história dos livros infantis no Brasil - gênese e formação de um campo literário (1858 -

Almir Leal⁴¹ discute o conjunto de textos produzidos no Ceará sobre a cultura cearense no final do século XIX e início do século XX. A produção intelectual do Instituto Histórico do Ceará, problematizada por Almir Leal, contribuiu para o estudo de redes de produção da intelectualidade cearense bem como a constituição da memória que circulou em livros didáticos e escolas do Ceará. A construção de uma autoimagem dos cearenses como matriz de espelhos que iriam difundir-se em produções com finalidades escolares e didáticas proporcionou a circulação de uma identidade que fez parte do projeto de editoração de livros didáticos escolares nas primeiras décadas do século XX, no Ceará. Nesse sentido, a produção do Instituto Histórico Cearense foi essencial para a composição dos conteúdos dos livros que continham conteúdos de cultura cearense para a instrução elementar.

A categoria cultura cearense foi construída durante o trabalho de pesquisa visto as fontes e as edições do livro *Anno Escolar* oferecerem indícios de que os conteúdos sobre o Ceará, ministrados aos alunos da escola primária no início do século XX, especialmente os do Instituto de Humanidades, eram sintetizados em um agrupamento de elementos que tangiam à História, à Geografia, à Literatura, à Corografia, à Antropologia e à Política, de tal forma que não se isolavam em disciplinas específicas. Na seção de Geografia do Livro, temos poesias sobre as cidades do Ceará. *No Ceará intelectual*, seção de apelo literário, é possível encontrar poemas sobre o Ceará e seu povo, bem como estudos analíticos físicos, históricos e antropológicos. Vale ainda considerar que as disciplinas para a escola elementar, que compunham as *Humanidades*—como a Língua Pátria, a Geografia, a História, a Literatura, a Moral e Cívica, a Civilidade—no período aqui estudado, foram traspassadas pelo conceito de civismo e moral patriótica. A constituição destes dois conceitos contou com a contribuição vigorosa dos conhecimentos de História em uma racionalização da escrita e da leitura através das identidades exemplares, dos personagens ilustres, dos espaços, dos tempos, das ações heróicas que compuseram a autoimagem cearense, nas disciplinas para a escola

1920) - *História da Educação* / ASPHE. Fae, UFPel (Jan/Abr 2007). *História da Educação* (UFPel), v. 1, p. 159-184, 2007. LEÃO, Andréa B.. Universos da devoção, sabedoria e moral - as Bibliotecas Juvenis Garnier (1858 e 1920). Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da FAE/UFMG. *Educação em Revista (UFMG)*, Minas Gerais, v. 43, p. 189-208, 2006.

⁴¹ OLIVEIRA, Almir Leal. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará—Memória, Representações e pensamento Social (1887-1914)*. 2001, 281f, Tese(Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001. OLIVEIRA, Almir Leal de. O Instituto do Ceará e a emergência de uma narrativa historiográfica. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 118, p. 271-280, 2005.

elementar e nos textos dos livros didáticos. Assim, acredito que seja mais pertinente à composição do Livro, bem como ao cotidiano das aulas no colégio dirigido por Joaquim Nogueira, abordar todas essas disciplinas como único conjunto que pretende constituir uma autoimagem cearense e que aqui denomino de Cultura Cearense.

Desse modo, o encaminhamento da tese se desdobra em dois capítulos. No primeiro capítulo, as práticas de leituras, os livros e a didática são aspectos problematizados. No segundo capítulo, o livro enciclopédico *Anno Escolar*, nas seções sobre a cultura cearense, é trabalhado na sua organização e composição por meio das operações da editora de Joaquim Nogueira e educadores. Os aspectos da produção dessa tipologia livresca são considerados. O movimento dos conteúdos e das linguagens é perseguido, e as trilhas do conteúdo sobre a cultura cearense são abordadas.

No primeiro capítulo da tese sobre as edições didáticas produzidas no Ceará e sobre a cultura cearense, problematizei três aspectos da pesquisa. Inicialmente, analisei as práticas de leituras; em seguida, procurei identificar os livros com os quais os alunos estudavam na escola primária; e, finalmente, estudei a difusão da noção de didática moderna no Ceará no início do século XX. O percurso leituras, livros e didática foi escolhido por representar uma possibilidade de compreensão do objeto material tanto quanto dos usos dos livros, dois aspectos essenciais da abordagem da história cultural dos livros e da leitura. Partindo da leitura, encontro os objetos livrescos, que por sua vez trazem-me as mentalidades necessárias a uma sociedade que pretendia fazer uso da literatura escolar, ou seja, todo indivíduo que busca os livros escolares, *a priori*, opera com a noção de didática. Assim, das leituras ao objeto (livro) e do objeto às relações sociais (didática), pretendo encontrar a historicidade dos livros escolares produzidos no Ceará e sobre a cultura cearense, nas três primeiras décadas do século XX.

Para problematizar as práticas de leitura, parti das experiências cotidianas do Instituto de Humanidades, de propriedade de Joaquim Nogueira. O *corpus* documental foi composto pela *Revista Escolar*, o livro *Anno Escolar* e por documentos editoriais. Também trabalhei com documentos da administração interna do Instituto de Humanidades, especificamente o *Livro de Partes* do período de 1919-

1923, o livro *Vida Escolar* de 1931, 1932, 1933. Complementando esse conjunto, foram utilizadas as memórias de Odorico Castelo Branco e matérias jornalísticas do *Jornal do Ceará*, no Período de 1904-1911.

Joaquim Nogueira fazia parte dos grupos médios urbanos que emergiram no final do século XIX e início do século XX no Ceará. Nasceu na cidade de Aquiraz em 1866 e foi Filho de Major. Fez as primeiras letras em Pacatuba, concluindo-as no Instituto de Humanidades dirigido por Monsenhor Bruno de Figueiredo, na cidade de Fortaleza. Os estudos preparatórios, fez no Liceu do Ceará em 1885. Iniciou a Faculdade de Direito do Recife, porém, com a morte de seu pai em 1889, não pode concluir o curso e voltou ao Ceará, onde assumiu vários cargos no Governo do Estado. Foi fiel de almoxarifado dos gêneros do Governo, desenhista da comissão do açude de Quixadá, tabelião de notas e escrivão cível da cidade de Baturité, cargo que renunciou em 1905. Fundou o colégio São Luís de Gonzaga na cidade de Quixadá no ano de 1897 e, em 1898, mudou-se para a cidade de Baturité, onde dirigiu o colégio Ginásio Baturitense. Em 1904, funda o Instituto de Humanidade de Fortaleza. O Instituto de Humanidades funcionou no centro de Fortaleza em pelo menos dois locais: na rua Barão do Rio Branco, nº88 e na rua Sena Madureira, nº113. Os últimos relatórios do colégio encontrado são de 1934 e notificam doações de equipamentos que caracterizam o seu fechamento. Joaquim Nogueira faleceu em 1935 quando era professor de desenho do Liceu do Ceará.

Joaquim Nogueira foi formulador de várias iniciativas editoriais no Ceará do início do século XX. Nas pesquisas que realizei, consegui catalogar as seguintes publicações: a *Revista Escolar*, o livro *Anno Escolar*, o *Anuário Cearense* para 1912, o *Jornal Bandeirantes*, o periódico *Bric-à-Brac*⁴², O livro *Lições Progressivas de Primeiras Letras*, o *Baralho Aritmético* e *Lições de Aritmética*. O Diretor também foi autor de vários artigos publicados, em suas edições ou em outros periódicos⁴³.

Para o primeiro capítulo, trabalhei com a *Revista Escolar* e o livro *Anno Escolar*. Os exemplares da *Revista Escolar* foram encontrados no setor de obras raras da Biblioteca Pública do Estado do Ceará Menezes Pimentel. São as coleções

⁴² A publicação da revista *Bric-à-Brac* teve início em 22 jan. 1905, Typ. América, revista mensal, de acordo com BARREIRA, Dolor. *História da Literatura Cearense*, V. 2. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1948, p. 186.

⁴³ Livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira de 1933.

dos anos de 1910, 1911, 1912 e 1925. Cada coleção contém as publicações dos doze meses do ano e estão em bom estado de conservação. No Instituto Histórico do Ceará encontrei também os anos de 1906, 1907, 1908 e 1914 da *Revista*, todos em bom estado de conservação e manuseio.

A *Revista Escolar* é, portanto, um periódico mensal desde 1904. Manteve sua publicação durante dez anos. Em 1925, voltou a ser editada. Não tenho indícios de até quando foi mantida essa segunda fase das publicações. Encontrei uma referência ao ano de 1926⁴⁴ e, é certo, o Colégio Nogueira fechou em 1934.

O livro *Anno Escolar* é outra publicação do Instituto de Humanidades e teve três edições. A primeira, de 1908; a segunda, de 1910; e a terceira, de 1921⁴⁵. Pude encontrar as três edições em bom estado de conservação. O livro *Anno Escolar* é uma publicação didática que tem a pretensão de substituir os livros didáticos publicados de forma específica por disciplina. Ele é uma compilação de todas as lições estudadas no Instituto de Humanidades e seu principal objetivo é poupar os alunos com gastos a mais na compra de livros específicos por disciplinas⁴⁶.

Outra tipologia da documentação utilizada no primeiro capítulo refere-se aos livros da administração interna do Colégio Nogueira. O *Livro da Partes* 1919-1923 e o livro *Vida Escolar* 1931, 1932, 1933.

O *Livro de Partes* é uma espécie de arquivo do movimento diário da escola. Pude encontrar nele lista de alunos matriculados em classes, horários, regimentos, decisões do diretor, programas de disciplinas, relatórios de pagamentos e atividades de professores. Não cheguei a nenhuma conclusão se havia uma separação entre o *Livro de Partes* e o arquivo *Vida Escolar*. No movimento dos arquivos públicos e mesmo o privado do Instituto de Humanidades, é possível que uma série de documentos tenham sido arquivados sem seguir uma classificação mais detalhada, mas somente geral, como por exemplo: Colégio Nogueira. Tomei-o como um todo buscando dialogar com as diferenças que ele manifesta. O *Livro de Partes* ou *Vida Escolar* é um conjunto de documentos que nos acena com a possibilidade de

⁴⁴ Livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira de 1933.

⁴⁵ Livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira de 1933.

⁴⁶ ANNO ESCOLAR PARA 1910. Destinado à leitura dos alunos do Instituto de Humanidades. Fortaleza: Typ. Escolar, 1910.

dialogar com um ambiente de estudos indesejável pelos professores, sofrível e irregular, como eles mesmos se referem nas diversas anotações que registram.

Nesse arquivo há uma área de anotações de ocorrências de irregularidades, é possível que seja especificamente o *Livro de Partes*. Nesse sentido, o *Livro de Partes* é a antítese da *Revista Escolar* e do livro *Anno Escolar*. Ele é o espaço onde ninguém quer estar. É um documento que não transita abertamente em públicos mais amplos, e sua circulação é restrita ao calabouço das secretarias escolares. É editado em manuscrito na sala dos professores e pertence aos obscuros recantos dos bastidores escolares. Dele não se fala muito e quando se oraliza é de maneira sussurrada, ao pé do ouvido, em atitude de indignação, rancor, desabono, enredo, bisbilhotice e desaprovação. Os rituais de anotação são esclarecidos pelo diretor do colégio e devem constar da assinatura do professor responsável e conter justificativas do registro.

O protocolo do registro no *Livro de Partes* consta das seguintes anotações: horário da aula ou banca de estudo, classificação da aula (boa, bem, regular, irregular, sofrível), nome do aluno ou alunos que cometeram irregularidades, procedimento do professor diante da irregularidade, castigo dado aos alunos pelo professor, justificativa das providências tomadas e assinatura do professor. Os livros interpretados aqui são os que cobrem os anos de 1919 a 1923 em um livro só, e os livros *Vida Escolar* de 1931, 1932, 1933 em livros separados. Em tais períodos, o diretor Nogueira exige dos professores que anotem diariamente o andamento das bancas e aulas. As aulas são a administração das disciplinas pelos professores e as bancas são momentos de estudos dos alunos em grupo sob o olhar do professor. Muitos professores satisfazem-se em anotar somente se a aula é regular ou irregular, mas os mesmos professores, em determinadas ocasiões, fazem questão de um registro mais detalhado, caracterizando as irregularidades de maneira mais extensa. No ritmo das tensões, embates e indiferenças, as anotações são feitas de forma que o *Livro de Partes*, no final do ano, se torna um arquivo de ocorrências.

O caráter de arquivo e seu perfil burocrático dão ao *Livro de Partes* aspecto sisudo, pesado, monótono, sem encanto ou interesse. O historiador, ao se deparar com essa documentação, percorre páginas e páginas de aridez como em um deserto ermo, frio, enfadonho, cansativo e pouco atraente. Anotações rápidas e

breves quase fazem o pesquisador desistir do trabalho com esses textos, no princípio sem poética, sem drama, sem alma e assépticos. Todavia, uma observação tenaz, crítica e movida pela vontade e capacidade de desmonte desloca a visão e redireciona a leitura e a interpretação. Uma abordagem de interesse focado detecta detalhes, desestrutura primeiras impressões, decompõe as intenções dos autores e organiza interpretações em um novo jogo de cena em que os personagens podem adquirir ações diferentes das presas às engrenagens de um sistema de anotações.

Então, o *Livro de Partes* pode ser tomado de maneira diversa da que a maquinaria da administração escolar pretendeu imprimir. Pode ser visto como um conjunto etnográfico que classifica irregularidades e penalidades. Pode ser abordado como espaço de relações intensas entre alunos, professores, diretores e secretários. Ele passa a representar um território em que relações de forças redistribuem os interesses, as normas, os regimentos, os poderes e as hierarquias. Pode ser visto como um lugar de embates entre princípios, referenciais, ideias e mentalidades. Carregado de juízos de valores, de moralismos, regras e julgamentos, muitas vezes, no *Livro de Partes*, explodem subjetividades dramáticas, sociais e culturais.

Os livros *Vida Escolar* de 1931, 1932, 1933 possuem, na sua estrutura interna, O *Livro de Partes*, mas também movimentos de caixa do Colégio, balanços, notas fiscais, correspondências entre Joaquim Nogueira e pais, fornecedores, amigos, inspetores, entre outros.

Os jornais foram também utilizados como fontes para a composição da pesquisa. A imbricação da produção didática às possibilidades de circulação de impressos na primeira república no Ceará é considerada visto a rede de periódicos ter representado trajetos através dos quais os usos e os sentidos dos livros didáticos eram constituídos, difundidos, defendidos, pensados, questionados. Para empreender o trabalho com fontes periódicas e jornalísticas, bem como abordá-las como espaço de formação e atuação da intelectualidade brasileira, foram importantes os referenciais teóricos e metodológicos de pesquisas realizadas por Maria Helena Capelato⁴⁷, Nicolau Sevcenko⁴⁸, Tânia Regina de Luca, Ana Luiza

⁴⁷ CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo*. Imprensa Paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989

⁴⁸ SEVCENKO, N. *Literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Martins⁴⁹, Sérgio Miceli⁵⁰. Portanto, ao trabalhar com a imprensa como fonte de pesquisa, considere a rede de informações presente no Ceará na materialidade de seus impressos periódicos como espaço de constituição de sentidos tanto quanto de embates e tensões entre posições sociais e culturais não só divergentes, mas diversas que faziam usos de meios impressos para difundir, defender e constituir ideias, mentalidades, modos de vida, maneiras de perceber, pensar e estar no mundo, em uma localização cultural que demarca espaços e especificidade sociais.

A relação dos periódicos com os livros didáticos se mostrou vigorosa em um fluxo de alusões, menções, referências, autoalimentação e usos que extrapolam os espaços de anúncios e tomam as páginas dos periódicos em um constante trabalho de visibilidade, usos e construção de noções e mentalidades nos quais periódicos e livros emparelham-se em um movimento conjunto de compartilhamento de ideais comunitários e formação da autoimagem do Ceará.

Fiz o levantamento na Biblioteca Pública Menezes Pimentel, no setor de microfilmagem dos jornais cearenses que circulavam entre 1900 e 1937. Estou utilizando prioritariamente o *Jornal do Ceará*, pois encontrei no periódico muitas matérias e propagandas referentes aos livros didáticos e à educação. O *Jornal do Ceará* se mostrou de ampla importância nessa pesquisa, uma vez que representou uma das poucas vozes a levantar críticas aos métodos e iniciativas de Joaquim da Costa Nogueira, abrindo a possibilidade de diálogo mais dinâmico com a realidade das produções e experimentos didáticos do educador e editor cearense. Os demais jornais são explorados na tentativa de abrir mais o espectro de possibilidades quanto à difusão do livro.

O catálogo da Biblioteca Pública notifica o *Jornal do Ceará* como “político e noticioso”, publicado pela Empresa Tipográfica Cearense. Seu primeiro número é de 16/03/1904. Era dirigido por Waldemiro Cavalcante, que contava com vários colaboradores chefiados por João Brígido em luta aberta contra o comendador Antônio Pinto Nogueira Accioly e seu sucessor na administração do Estado, Dr.

⁴⁹ DE LUCA, Tania Regina & MARTINS, Ana Luiza . *Imprensa e Cidade* (co-autoria com Ana Luiza Martins). 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006. v. 1. DE LUCA(Org.) & MARTINS, Ana Luiza (Org.) . *História da Imprensa no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

⁵⁰ MICELI, Sergio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

Pedro A. Borges. Pesquisei as coleções disponíveis na Biblioteca dos anos de 1904, 1905, 1907, 1908, 1911.

Outra tipologia documental explorada foram as memórias de intelectuais e educadores cearenses. As memórias de Gustavo Barroso⁵¹, Anderson Ferro⁵², Raimundo Girão⁵³, Odorico Castelo Branco⁵⁴ e João Hipólito⁵⁵ foram utilizadas. O meu foco para a interpretação dos memorialistas foi os temas relativos à educação e aos livros didáticos. Minha tentativa foi de perceber o cotidiano de alunos, professores e diretores a partir da elaboração das lembranças. Odorico Castelo Branco foi bastante explorado, pois os textos editados como *Reminiscência do Ofício* foram antes publicados em jornais como crônicas do seu dia a dia como educador. O perfil de crônica sintetizando as demandas diárias da educação foi relevante na composição de problemáticas.

À medida que os trabalhos com o livro *Anno Escolar* avançaram, as imagens emergiram como uma outra possibilidade de dialogar com a historicidade dos livros didáticos produzidos no Ceará. As três edições do livro são permeadas de imagens de alunos, professores, eventos, aulas. Mas, para manter diálogo com tais imagens foi necessária uma abordagem além do aspecto ilustrativo que elas parecem emitir *a priori*. Os pressupostos para a interpretação de fotos seguiram um caminho no qual a imagem é abordada como síntese de ordens sociais, culturais, econômicas e políticas. A reflexão sobre as imagens considera-as como portadoras de uma determinada ordem do mundo. Para tanto, cerquei-me de abordagens como a de Míria L. Moreira Leite⁵⁶, Luciana Rossato⁵⁷, Peter Burke⁵⁸, Anne Marie Granet-

⁵¹ BARROSO, Gustavo. *Memórias de Gustavo Barroso*, 2ª edição. Governo do Estado do Ceará, 1989.

⁵² FERRO, Anderson. *Minhas Viagens* (com apêndice sobre a educação). Ceará: Typ. Moderna, 1898.

⁵³ GIRÃO, Raimundo. *Palestina, uma agulha e as saudades*. Reminiscências. 2ª edição. Fortaleza: S/E 1984.

⁵⁴ CASTELO BRANCO, Odorico. *Reminiscências do Ofício*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1920.

⁵⁵ OLIVEIRA, João Hipólito C. de. Reminiscências escolares I - Colégio Nogueira. *Revista do Instituto do Ceará*, Tomo LXXIII - Ano LXXIII. Fortaleza: Imprensa da Universidade Federal do Ceará, 1959, p. 388-394. _____. Professor Joaquim da Costa Nogueira. Palestra conferida no Instituto Histórico do Ceará em 20/12/1965. *Revista do Instituto do Ceará*, Tomo LXXX - Ano LXXX. Fortaleza: editora Instituto do Ceará, 1966, p. 220-224.

⁵⁶ MOREIRA LEITE, Miriam L. *Retratos de família (leituras da fotografia histórica)*. São Paulo: EDUSP-FAPESP, 1993.

⁵⁷ ROSSATO, Luciana. Imagens de Santa Catarina: arte e ciência na obra do artista viajante Louis Choris. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V.25, nº49, p.175-195, 2005.

⁵⁸ BURKE, Peter. *Testemunha Ocular. História e imagem*. Bauru: EDUSC, 2004.

Abisset⁵⁹, Jorge Coli⁶⁰, Maraliz de Castro Vieira Christo⁶¹. Assim, a imagem é uma representação da ordem do mundo que pode fornecer indícios de como os indivíduos sonharam e construíram suas sociedades no passado. Como estabeleceram projetos a partir do livro, da leitura e da escrita.

No segundo capítulo problematizo a forma como o Ceará foi editado em livro para a escola primária e as operações editoriais de Joaquim Nogueira para a composição da autoimagem cearense no livro *Anno Escolar*. Em um primeiro momento, procurei identificar o Livro localizando-o na teia de produção dos livros enciclopédicos do início do século XX. O segundo aspecto abordado se refere às tensões entre os conteúdos religiosos cristãos, às efemérides locais e aos textos de cívicos, patrióticos. A terceira faceta analisada, no segundo capítulo, incide sobre as problemáticas dos embates entre a produção local e nacional de livros escolares, na perspectiva da cultura cearense, que caracterizaram disputas de sentidos simbólicos na composição dos materiais escolares para uso dos alunos do Instituto de Humanidades. A quarta reflexão sobre a composição do livro *Anno Escolar* diz respeito à adequação de textos sobre a cultura cearense para o ensino elementar. Que posições o editor tomou para construir seu *corpus* editorial e através de que tensões emergiu um gênero local para a escola elementar.

Tais aspectos da composição do livro *Anno Escolar* foram tratados a partir das seções *Sabedoria*, *Efemérides* e *Ceará Intelectual* das três edições do Livro. Partindo desse recorte, procurei ter uma visão macro da estrutura do livro e elaborar uma base concreta e definidora das interpretações sobre a maneira como o livro escolar era composto pela ação editorial de Joaquim Nogueira. Das fontes utilizadas no primeiro capítulo, aprofundi mais a abordagem do livro *Anno Escolar*, da *Revista Escolar*, especialmente a coluna *O que dizem de nós*, e fiz interlocução com a *Revista do Instituto Histórico* e da *Academia Cearense de Letras* a fim de rastrear as genealogias dos textos publicados na seção *Ceará Intelectual*. Livros produzidos por intelectuais autores de textos da referida seção também foram utilizados. Levantamentos de textos e autores publicados na três edições do *Anno Escolar*

⁵⁹GRANNET-ABISSET. O historiador e a fotografia. *Projeto História*. São Paulo, nº 24, p. 9-28, jun-2002.

⁶⁰COLI, Jorge. O sentido da batalha do Avahy, de Pedro Américo. *Projeto História*. São Paulo, nº 24, p. 113-129, jun. 2002.

⁶¹VIEIRA CHRISTO, Maraliz de Castro. Bandeirantes na contramão da história: um estudo iconográfico. *Projeto História*. São Paulo, nº 24, p. 307-336, jun, 2002.

foram realizados a fim de identificar o caráter das edições, constituir os trajetos dos textos e perceber as apropriações do editor de textos já publicados antes que se deslocassem para o livro *Anno Escolar*.

Assim, seguindo a abordagem da história cultural do livro e da leitura, utilizando os pressupostos de interpretação aqui apresentados, pretendo, nesse trabalho de tese, problematizar a produção de livros escolares que tinham como elemento a cultura cearense, sua autoimagem nas três primeiras décadas do século XX, particularmente o livro *Anno Escolar*, editado por Joaquim Nogueira. Utilizando como fontes documentos da administração escolar, livros didáticos, imagens, jornais, memórias, indago como uma sociedade organiza suas relações a partir da produção de livros escolares e como emerge, no tecido social, noções, costumes, operações, dispositivos, mentalidades e culturas materiais que se sedimentaram e tomaram forma, no desenrolar das historicidades, na dinâmica das construções culturais.

CAPÍTULO I - LEITURAS ESCOLARES NO CEARÁ NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Faz poucos anos, a diretoria do mais antigo grupo de Fortaleza, no intuito de proporcionar as alunas uma instrução mais consentânea com as necessidades prementes da existência moderna, lembrou-se de cultivar pequeno trato de terreno baldio, anexo ao estabelecimento. [...] uma senhora revestida de autoridade materna, declarou com ênfase que a filha ia ali aprender gramática, geografia, etc., e jamais se iniciar nos trabalhos de criada de servir.

Depois disto, resta copiar com alteração de breve passo uns traços do belo e patriótico livro - *Casa de pais - Escola de filhos* - do criterioso escritor lusitano Agostinho de Campos: << *A mãe brasileira* (portuguesa escreve ele) ensina o filho a ler. Por ela começa, na nossa educação, o império dos livros... E nunca mais acaba>>.

*Alba Valdez, Livro Anno Escolar, 1921*⁶².

1.1. Honra, anedotas, angústias e o espírito dos meninos

1.1.1. Premiações: leituras, moral, disciplina e civilidade

No início do século XX, no Ceará, a crença na escola como caminho mais eficiente no contexto das ascensões das pessoas na sociedade já era corriqueira e comum nos espaços urbanos, ao mesmo tempo em que se esgarçava por localidades ainda rurais, nas quais prédios rudimentares e procedimentos educacionais básicos simbolizavam a ideia da salvação da espécie pela instrução. A banalização desse mito já era de tal monta a ponto de a educação ser vivida como uma segunda natureza através da qual o indivíduo “evolui na espécie”.

⁶² VALDEZ, Alba. A sempre nova questão do ensino. In: NOGUEIRA, Joaquim (Org). *Anno Escolar. Livro de leitura*. Rio de Janeiro: Editores Leite Ribeiro e Maurillo, 1921, p. 304-307.

Em 1904, Joaquim da Costa Nogueira fundou o Instituto de Humanidades em Fortaleza. Com o nome que dera ao seu estabelecimento educacional, afirmava sua fé nos modernos estudos humanos e científicos. Não o latim, o grego e a teologia, mas o francês, o inglês, a língua pátria, a geografia, as ciências naturais, a aritmética, a corografia e a história. O Educador cearense dava sequência à imagem de grupos humanos modernos em formação, transitando em espaços educativos cujas especificidades seriam distintivos organizados pelas “Humanidades Científicas”, via escola⁶³. Tais distintivos manifestavam-se em refinadas habilidades organizadas e impressas nos espíritos das crianças. A leitura, a moral e o civismo expressavam-se como aglutinadores das demais noções a serem configuradas nas séries de disciplinas que orientavam os estudos e o cotidiano escolar.

No Instituto de Humanidades eram frequentes os movimentos em prol da aquisição da leitura e da moral. Ocasões fluíam no dia a dia para ensejar manifestações de destreza com as letras; palestras afirmavam o valor do saber ler; professores incentivam a participação dos alunos na composição de preleções e na sua realização nos finais das festas escolares; o diretor exigia a composição de artigos para a publicação na *Revista Escolar* e leitura em salões do Instituto ou Clubes da Cidade, como também em outros colégios. Na sala de aula, os alunos eram convidados a ficarem de pé e a lerem suas lições corretamente; nas bancas de estudos, os professores organizavam leituras silenciosas; rituais de declames ornavam as comemorações de datas históricas. Nos recitais, os alunos esforçavam-se para tirar aplausos do auditório que ouvia de maneira ritualística as leituras estudadas durante muitos dias. Na *Revista Escolar*, eram publicados textos sobre a importância da leitura e da moral. No livro *Anno Escolar*, lições de leitura, jogos do espírito e anagramas eram compostos com a intenção de oferecer aos alunos do Instituto oportunidades de praticar a leitura e a boa moral. Muitas operações de emprego, esmero e aquisição de leitura eram diluídas no cotidiano escolar a fim de naturalizar uma mecânica da comunicação pela leitura, escrita e ideais de moralidade, patrióticos e cívicos.

⁶³ Sobre as Humanidades nos currículos escolares, ver CHERVEL, André & COMPÈRE, Marie-Madeleine. As Humanidades no Ensino. *Educação e Pesquisa*, V. 25, n. 2. São Paulo: jul/dez. p.149-170,1999. Ver também LIMA e FONSECA, Thaís Nívia de. *História e Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

No cenário de afirmações de habilidades conferidas pela competência do Instituto, pela modernidade do método e pelo conjunto de disciplinas supostamente próprias ao homem urbano do início do século, o ritual das premiações representava a conquista de diversas etapas da habilidade de ler. Os diversos prêmios instituídos pelo estabelecimento eram a concretização de uma ideia defendida pelos mentores. As festas de condecorações de alunos demonstravam, perante pais, professores e a sociedade, que o caminho da leitura, da moral e do civismo patriótico era inquestionavelmente eficaz na produção de espíritos humanos aceitáveis na ordem social urbana e moderna cearense do início do século XX. As disputas entre alunos e turmas davam visibilidade à funcionalidade da leitura, davam a segurança de que a leitura e a moral de fato seriam ferramentas que propiciariam uma satisfatória atuação do indivíduo no teatro social. A galeria do Instituto imortalizava os heróis da leitura tanto quanto fazia um registro da eficiência dos métodos empregados pelo colégio de Joaquim Nogueira.

A Galeria do Instituto era a publicação de fotos no livro *Anno Escolar* e na *Revista Escolar*. Muitas dessas fotos eram referentes às premiações: imagens do corpo docente—isolado ou em grupo—em posição de honra e capacidade eram impressas juntamente à identificação e às adjetivações de afirmação. Outras vezes, os alunos e professores estão em frente ao Instituto em posição formal. Em clichês diversos aparecem passeatas em comemoração ao aniversário da *Revista Escolar*, nos quais uma multidão se aglomera ao redor de estandartes.

No livro *Anno Escolar* de 1908⁶⁴, uma série de fotos de alunos premiados foi exibida em uma frequência de uma imagem a cada cinco páginas. As representações das premiações preencheram muitas páginas do Livro e davam sinais da importância dos prêmios para a composição da imagem pública do Instituto de Humanidades. Apareciam alunos do curso primário, do curso médio e do curso secundário⁶⁵. As fotos ora eram únicas na página, ora eram em conjuntos de duas

⁶⁴ LIVRO ANNO ESCOLAR DO INSTITUTO DE HUMANIDADES PARA O ANO DE 1908. Destinado ao uso de seus alunos. Fortaleza: seção de obras do Cruzeiro do Norte, 1908.

⁶⁵ Na *Revista Escolar* de 1910, um anúncio informa que no Instituto de Humanidades ministram-se os seguintes cursos: primário, secundário e facultativo. Os cursos facultativos oferecidos pelo Instituto eram de Moral, Religião, Civismo, Instrução Militar, Música, Escrituração Mercantil, Meteorologia, Telegrafia etc. REVISTA ESCOLAR DO INSTITUTO DE HUMANIDADES, coleção de 1910, ano VII. Fortaleza: Typ. Escolar, 1910. Em um folheto anexado ao livro *Vida Escolar*, de 1931, aparecem como cursos oferecidos pelo Instituto: o curso primário, curso infantil, curso de admissão, curso secundário, curso preparatório. O Diretor ressalta os ensinamentos de Moral e Cívica e Religioso.

ou três. Crianças entre cinco e quatorze anos pousavam de busto, em pé ou sentadas. As mais novas com uniformes que lembram marinheiros e soldados em guerra contra a ignorância, e os mais velhos com o uniforme dos intelectuais, o paletó, símbolo de honra e saber. Outros componentes ajudavam a compor essas cenas estudantis pertinentes aos momentos de premiação. Finas varas e volumes de livros junto a mesas e balaustradas em estilo clássico ajudavam na imobilidade das crianças. Os cabelos, sempre molhados, davam a impressão de higiene; e as pernas, cruzadas ou flexionadas, organizavam-se em um ambiente que inspirava austeridade, sapiência, segurança e glória nem sempre compatíveis com outros aspectos do Instituto em que os telhados das precárias salas de aula rústicas estavam sobre pilares de madeira finos e irregulares, visíveis em outros clichês⁶⁶.

Através dessas imagens e suas identificações, posso aferir o valor atribuído pelo Instituto aos prêmios⁶⁷. A crença de que a leitura era o instrumento necessário e eficaz à formação do espírito das crianças no mundo civilizado e moderno produziu um número significativo de premiações que mensuravam o trabalho feito com a leitura na escola. Somente em 1907, onze prêmios foram instituídos pelo Instituto⁶⁸. Se alguns funcionaram como motivação, em outros estava claro a simbolização da honra e da eficiência. Com exceção do prêmio de asseio, todos envolviam leitura, moral e eficiência nos estudos letrados.

José Coriolano de Carvalho e Silva, aluno do curso médio, aparece sozinho em uma página do livro *Anno Escolar*. De paletó e gravata, a sua imagem é a de um busto de adulto. Ele já tinha história nas premiações, acumulava duas— no Prêmio Virgílio Cardoso de sabatinas e havia conquistado o Prêmio Brasil, instituído por Afonso Bezerra Lima e promovido ao ensino secundário—. Francisco Ferreira de Souza, Milton Bandeira Cravo, Nertan Carlette Pereira, alunos da 4ª classe do curso

Inicialmente contava apenas com 42 alunos, mas o colégio cresceu e até a década de 1910, já contava com mais de 200 alunos. Na década de 1930 houve um declínio e o número de alunos não chegava a 200.

⁶⁶ ANNO ESCOLAR PARA 1910. Destinado à leitura dos alunos do Instituto de Humanidades. Fortaleza: Typ. Escolar, 1910.

⁶⁷ Sobre as premiações escolares, ver CARON, Jean-Claude. Os jovens na escola: Alunos de Colégios e Liceus na França e na Europa (Fim do séc. XVIII - Fim do Séc. XIX). In: LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude (Org). *História dos Jovens - Época Contemporânea*, V. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.137-194.

⁶⁸ Levantamento das premiações no ano de 1907 publicado no livro ANNO ESCOLAR DO INSTITUTO DE HUMANIDADES PARA O ANO DE 1908. Destinado ao uso de seus alunos. Fortaleza: seção de obras do Cruzeiro do Norte, 1908.

primário, ostentam os seus bustos para a esquerda trajados de paletó em uma única página, mas em fotos separadas, para registrar suas premiações em aplicação, conduta e sabatina. Antônio Catunda Sabóia, promovido à 3ª classe do curso primário, divide a página do Livro com dois colegas da 4ª classe ostentando o prêmio *Militão Bivar Correio Infantil*. Ainda com uniforme branco de marinheiro, ele era símbolo dos primeiros anos escolares já com conquistas na prática da leitura. Darlo Bezerril Lima, ainda de calças curtas, mas já de mãos nos bolsos, pernas cruzadas e cotovelo apoiado em balaustrada, projeta a imagem de quando ainda estava na 3ª classe do primário e foi premiado por boa conduta, asseio e aplicação nos estudos e passou para a 4ª classe. Jaire A. Lima e A. Diogo de Siqueira ganharam foto na galeria do Instituto pelo prêmio de aplicação. Em 1925, a prática das premiações ainda era exposta na Galeria do Colégio Nogueira, na *Revista Escolar*. Haroldo G. Juaçaba, de sete anos de idade, cursando o 1º ano primário, alcançou o 1º lugar sobre 27 crianças da sua classe, com o direito a ressalva que, até brincando, seria sério. As imagens de alunos premiados na galeria do Instituto incidem sobre as maneiras como a leitura ia se estabelecendo no cotidiano do indivíduo no início do século XX, uma vez que no Instituto de Humanidades as premiações ocorriam o ano todo, em uma inserção habitual, assídua e cotidiana⁶⁹.

A iniciação do indivíduo nessa complexidade, nesse caminho que o amedrontava, frustrava e fascinava, mas que de todo modo era obrigatório na trajetória de cidadão, seria a sua inserção no universo escolar, cujos principais elementos plásticos que o concretizava, dava visibilidade e permitia o contato com aqueles que ele deveria moldar seriam a disciplina e a leitura. Leitura e disciplina emergiam como meios primários para que se viabilizasse a comunicação entre os atores da experiência escolar, assim como todo um desdobramento da vida na escola. Conhecendo, aceitando e continuamente colocando em prática normas, regras, medidas, os indivíduos adquiriam os meios específicos e particulares da comunidade escolar. Lendo e escrevendo, em um múltiplo aprendizado, as crianças articulavam possibilidades de formação, crescimento e aperfeiçoamento. Assim, a disciplina e a leitura eram condições *sine qua non* de fruição na cultura escolar.

⁶⁹ Ver livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira, divisão *Livro de Partes*, 1931.

Disciplina e leitura, moral e cívica eram feições republicanas do antigo modelo de civilidade. Como bem observou Jaques Revel em *Usos da Civilidade*⁷⁰, a gesta civilizatória, no mundo ocidental, tornou-se um dos fundamentos da formação escolar, alongando-se em uma permanência no imo dos modelos pedagógicos. Traduz a rigidez dos referenciais escolares que atravessam séculos, sem responder a configurações específicas, em fórmulas que resistem e se multiplicam.

Leituras, livros, programas de matérias, conteúdos de aulas, horários de estudos, festividades, penalidades, fardamentos, comportamentos, costumes, hábitos são orquestrados de maneira intrigante pela tônica de *civilité*, que desde o século XVI esparge-se em inspirações pedagógicas conservadoras no ocidente moderno. A civilidade invade as práticas escolares, e a alfabetização coletiva alimenta-se dessa receita que, em princípio, dobra os espíritos, aglutina personalidades e valores diversos e torna possível a presença contínua de universos privados e domésticos distintos em espaços escolares compartilhados. Essa civilidade, marcada por uma economia escriturística em um mundo que se percebia criado pela ação humana, avançava em interlocução ávida com sua diferença e foi necessário todo um trabalho de inscrição no corpo social para que leituras e escritas, textos e preleções se tornassem estrategicamente naturais.

Nessa linha de raciocínio, a leitura desponta como componente natural da vida escolar, em níveis semelhantes à endoculturação da educação. Ler é colocar em prática uma linguagem natural do homem evoluído e civilizado. Frequente nos ambientes de estudo, a leitura é *media* aglutinadora dos pensamentos, meio de compartilhar ideias, conteúdos, aprendizados e necessidades. Mais do que símbolo de intelectualidade, a leitura é o meio que viabiliza a comunicação entre essa espécie humana letrada. É, por isso, vivenciada como prática comum, corriqueira, cotidiana ou “simplesmente natural”. A absolutização e universalização da leitura na escola, no início do século XX, no Ceará, geravam imagens de evidência e obviedade. Acessível a todos que estudavam, impossível somente para os incapazes, ela dicotomizava letrados e não letrados, alfabetizados e não alfabetizados e rascunhava desenhos de uma sociedade caracterizada pelas letras que possuía.

⁷⁰ REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: CHARTIER, Roger (org). *História da vida privada. Da Renascença ao Século das Luzes*, V 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 182.

1.1.2. Método, práticas e resistências

Todavia, a essa cultura na qual leitura, escrita e livro representam componentes básicos de sua configuração—a cultura escriturística—, não se adaptam tão imediatamente os atores dos ambientes escolares e urbanos repletos de misturas culturais que, no caso do Ceará, fundem o rural com o urbano em uma cultura escolarizada que guarda suas especificidades, obstáculos e resistências a diálogos espontâneos com a linguagem racionalizada e civilizada do letramento e da leitura. Michel de Certeau⁷¹ reflete sobre o avanço da cultura escriturística na França enfocando a instauração dos trabalhos que colocam todo um corpo social sob a lei de uma escritura e aponta elementos do processo de escrituração no corpo social no ocidente:

Todo poder, inclusive o do direito, se traça primeiramente em cima das costas de seus sujeitos. O saber faz o mesmo. Assim a ciência etnológica ocidental se escreve no espaço que o corpo do outro lhe oferece. Poder-se-ia, portanto supor que os pergaminhos e os papéis são colocados no lugar de nossa pele e que, substituindo-a durante os períodos felizes, formam em torno dela uma vala protetora. Os livros são apenas as metáforas do corpo. Mas nos tempos de crise, o papel não basta para a lei, e ela se escreve de novo nos corpos. O texto impresso remete a tudo aquilo que se imprime sobre nosso corpo, marca-o (com ferro em brasa) com o Nome e com a Lei, altera-o enfim com dor e/ou prazer para fazer dele um símbolo do ouro, um dito, um chamado, um nomeado. A cena livresca representa a experiência, tanto social como amorosa, de ser o escrito daquilo que não se pode identificar. “Meu corpo será apenas o texto que tu escreves sobre ele, significante indecifrável para qualquer outro que não tu. Mas o que és tu, Lei, que mudas o corpo em teu sinal?” O sofrimento de ser escrito pela lei do grupo vem estranhamente acompanhado por um prazer, o de ser reconhecido (mas não se sabe por quem), de se tornar uma palavra identificável e legível numa língua social, de ser mudado em fragmento de um texto anônimo, de ser inscrito numa simbólica sem dono e sem autor. Cada impresso repete essa ambivalente experiência do corpo escrito pela lei do outro. Conforme os casos ela é a metáfora longínqua e gasta que não atua mais na escritura encarnada, ou então é a sua memória viva quando a leitura toca no corpo as cicatrizes do texto desconhecido que aí se acha impresso há muito tempo [...] Para que a lei se inscreva sobre os corpos, deve haver um aparelho que mediatize a relação de uma com os outros. Desde os instrumentos de escarificação, de tatuagem e da iniciação primitiva até os instrumentos da justiça, existem instrumentos para trabalhar o corpo. Ontem, o punhal de sílex ou a agulha. Hoje, a aparelhagem que vai desde o cassete do policial até às algemas e aos Box do acusado. Esses instrumentos compõem uma série de objetos destinados a gravar a força da

⁷¹ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*, V. 1. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 232.

lei sobre o seu súdito, tatuá-lo para fazer dele uma demonstração da regra, produzir uma “cópia” que torne a norma legível. Essa série forma um ponto intermediário: ela debrua o direito(ela o arma) e visa a carne(para marcá-la). Fronteira ofensiva, ela organiza o espaço social: separa o texto e o corpo, mas também os articula, permitindo os gestos que farão da “ficção” textual o modelo reproduzido e realizado pelo corpo.

O ajuste de alunos a uma cultura letrada e escolar não ocorreria sem a aplicação de lei que os autoconscientizassem do projeto civilizador; sem a criação de dispositivos que os constrangessem ao enquadramento em formas sociais nas quais ler e escrever representava condição de participação no modo de viver de uma cultura escriturística. Os métodos e técnicas despontaram como a lei e o dispositivo necessários à operação de adaptação da infância à cultura escolar, na qual a privação de escrita e leitura poderia significar incompatibilidade com a gesta disciplinadora, moralizante e civilizadora.

A imagem de uma leitura acessível a todos que estudam era então a pressão sob a qual educadores enfrentavam variadas realidades escolares; sob a qual deveriam empreender meios de imprimir nas espécies estudantis primárias a capacidade de leitura, comunicação e expressão. O enfrentamento do movimento diário escolar, das operações cotidianas, da implementação do projeto de viabilizar a leitura de forma absoluta e do grande número de alunos e das salas de aulas com alunos imprevisíveis suscitou, cada vez mais, a necessidade de meios para a constituição da leitura como possível de ser ensinada nas escolas para grupos de alunos, e não somente em situações privadas e individualizadas. O método despontou como maneira de imprimir nos espíritos formas de ler, gestos de leituras, práticas de compreensão e expressão através das letras. A noção de que toda criança seria capaz de aprender a ler desde que lhe fosse aplicado o método ideal, correto e eficaz fluía entre educadores, professores, intelectuais, e subsidiava políticas educacionais.

A aquisição da capacidade de leitura pelo método era alvo de debates, estudos, preleções, mas em todo caso, neutralizava a complexa operação da leitura e potencializava o poder do método sobre a necessidade de leitura e sobre as dificuldades que porventura se abatessem sobre o seu ensino. Operações

assépticas de limpeza das dificuldades de alfabetização deslocavam todas as especificidades do ler para a eficiência do método.

Nas três primeiras décadas do século XX, o método intuitivo, o ensino ativo⁷² e a pedagogia da nação⁷³ encontraram no Ceará uma pastagem imensa: políticas educacionais, currículos disciplinares, programas escolares, regulamentos internos, produção de materiais didáticos, procedimentos de aprendizagem, técnicas de ensino, organização de rotinas, configurações de horários escolares eram a expressão de misturas de ondas pedagogizantes que nutriam os debates, os discursos e as determinações de condutas e comportamentos por parte de educadores e de uma comunidade que apostava na formação escolar como um projeto existencial capaz de dar sentido ao ser e ao viver. É válido destacar que,

⁷² Sobre a História das propostas educacionais no ocidente moderno, ver ROUSSEAU, J.-J.. *Emílio ou da Educação*. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004. CHERVEL, André & COMPÈRE, Marie-Madeleine. As Humanidades no Ensino. *Educação e Pesquisa*, V. 25, n. 2. São Paulo: jul/dez. p.149-170, 1999. REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: CHARTIER, Roger (org). *História da vida privada*. Da Renascença ao Século das Luzes, V 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 182. CARON, Jean-Claude. Os jovens na escola: Alunos de Colégios e Liceus na França e na Europa (Fim do séc. XVIII - Fim do Séc. XIX). In: LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude (Orgs). *História dos Jovens - Época Contemporânea*, V. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.137-194. ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981, p. 165-194. GÉLIS, Jacques. A individualização da Criança. In: CHARTIER, Roger (Org). *História da vida privada*. Da Renascença ao Século das Luzes, V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.311-329. FERNANDES, Heloísa Rodrigues. *Sintoma social dominante e moralização infantil. Um estudo sobre a educação moral em Émile Durkheim*. São Paulo: EDUSP, 1994.

⁷³ Sobre as renovações educacionais no Brasil e no Ceará no início do século XX e a pedagogia da Nação, ver NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira República*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1974, 1976. NOGUEIRA, Raimundo Frota S.. *A prática pedagógica de Lourenço Filho no Estado do Ceará*. Fortaleza: edições UFC, 2001. CASTELO, Plácido Aderaldo. *História do ensino no Ceará*. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1970. DEWEY, John. *Experiência e educação*. São Paulo: Nacional, 1971; _____. *Vida e educação: I. A criança e o programa escolar; II. Interesse e esforço*. 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975. TEIXEIRA, Anísio. *Pequena introdução à filosofia da educação: a escola progressiva ou a transformação da escola*. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1968. BOMENY, Helena. Novos talentos, vícios antigos. Os renovadores e a política educacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. V. 6, nº11, p. 24-39,1993. ATAÍDE DE ALMEIDA, Maria das Graças A. Estado Novo: Projeto Político Pedagógico e a construção do saber. *Revista Brasileira de história*, São Paulo, V. 18, Nº36, p.137-160, 1998. ABUD, Kátia Maria. Formação da alma e do caráter nacional: ensino de História na era Vargas. *Revista Brasileira de história*, São Paulo, V. 18, Nº36, p. 103-114, 1998. LIMA E FONSECA, Thaís Nívia de. *História e Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos A. M. *A Invenção do Brasil Moderno*. Medicina, educação e engenharia nos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. KNAUS, Paulo. *O desafio da Ciência: modelos científicos no ensino de história*. *Cadernos Cedes*: Campinas, V. 25, nº 67, p. 273-400, set/dez. 2005. STEPHANOU, Maria. Currículos de História: instaurando maneiras de ser, conhecer e interpretar. *Revista Brasileira de História*, V. 18, nº36, p. 15-28,1998. FURET, François. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, 1986. POPKEWITZ, Thomas S. *Reforma educacional. Uma política sociológica. Poder conhecimento em educação*. Porto Alegre: artes médicas, 1997. CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre o campo de pesquisa. *Teoria e educação*, Porto Alegre, nº2, p.177-229, 1990.

nesse conjunto de projetos para a educação, novas práticas fundiam-se a propostas de modelagem do ser humano historicamente estabelecidas desde o século XVIII.

Contra-pondo-se às humanidades clássicas, essas três vertentes do ensino moderno tinham em comum a consideração das características do aluno, a aposta na relação pessoal entre educador e aluno, a convicção da importância do ensino das ciências positivas, o conferir à criança a capacidade de adquirir competências para participar da experiência humana e civilizadora, a formação do cidadão esclarecido pela capacidade de intervenção no “ser” que a educação teria, a defesa da necessidade de construção de competências para a transformação social, a constituição da consciência da autoimagem de características específicas de um determinado povo, das particularidades de um território, da compreensão de uma língua, numa palavra, da nação.

Entretanto, ao observar a rotina de premiações do Instituto de Humanidades, objeções se impõem: se os métodos são eficientes, por que muitos alunos permanecem fora das premiações? Por que o sistema de premiações advindo da pedagogia jesuítica de emulações possuía o poder de determinar o *status* de competentes e não competentes nas propostas educacionais do início do século XX?

No enquadramento do sistema de mentalidades de longa duração, é possível encontrar reflexões sobre os aspectos controversos e estranhos dos discursos pedagógicos na modernidade e suas possíveis exequibilidades no Ceará, nas primeiras décadas do século XX. No plasma de temporalidades específicas, cruzadas e que atravessam culturas diversas, elementos conservadores fundem-se a mentalidades modernizantes e matizam práticas escolares que, embora contemporizando com especificidades supostamente progressivas, não se libertam dos ruídos arcaicos em que a imagem da infância é o espelho do outro.

Michel de Certeau e Duminique Julia, analisando a literatura infantil no século XIX, na França, chamam a atenção para a ausência das dimensões da violência e da sexualidade e considera que a cultura infantil é vista como uma alteração do mundo adulto pela etnologia⁷⁴. Todo um trabalho de adequação às mentalidades adultas é tido como necessário para que a criança encontre espaço no projeto

⁷⁴ CERTEAU, Michel de & Julia, Duminique. A beleza do morto: conceito de cultura popular. In: REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa: DIFEL, 1989, p. 49-75.

civilizador. Jean Perrot, problematizando os “Livros-vivos”, lembra como a homeostase cultural é assegurada pela regulação da agitação infantil através de brinquedos e jogos que reforçam a dependência entre adultos e crianças na manutenção da representação simbólica de papéis familiares. Publicados na França até hoje e de origem barroca na Florença do século XVI, os “livros-surpresa” eram frutos das novas propostas pedagógicas da Contra-Reforma⁷⁵, seduzidas pela suposta força das técnicas de representação e edição de livros. Contudo, Jean Perrot, ao analisar os “livros- surpresas” no mundo contemporâneo, incide sobre os universos das diabruras, das traquinagens, humor cruel e violências como expressão da liberdade e representação pela criança dos papéis investidos de poderes que a infância copia do mundo adulto e o processo de integração do lado obscuro da psique humana. À medida que esses livros apropriaram-se da infância rebelde, passaram a ser percebidos como contraposição à estética dos livros para a instrução e com estranheza por adultos que os rejeitam pelo excesso de crueldade. Walter Benjamin, refletindo sobre o livro - *Brinquedos infantis dos velhos tempos. Uma história do brinquedo* -, do alemão Karl Gröber, procura fornecer a exatidão dos sentidos dos produtos culturais para a infância constituída para ajustar o mundo infantil às propostas de organização de um modelo idealizado para as crianças por adultos⁷⁶:

O mundo perceptivo da criança está marcado pelos traços da geração anterior e se confronta com eles; o mesmo ocorre com suas brincadeiras. É impossível situá-las num mundo de fantasia, na terra feérica da infância pura ou da arte pura. Mesmo quando não imita os utensílios dos adultos, o brinquedo é uma confrontação—não tanto da criança com o adulto, como deste com a criança. Não são os adultos que dão em primeiro lugar os brinquedos às crianças? E, mesmo que a criança conserve uma certa liberdade de aceitar ou rejeitar, muito dos mais antigos brinquedos(bolas, arcos de penas, papagaios) de certo modo terão sido impostos as crianças como objetos de culto, que somente graças à sua imaginação se transformaram em brinquedos.[...] a verdadeira explicação é que até o século XIX, a criança, como ser inteligente, era totalmente desconhecida, ao que se agrega o fato de que para o educador adulto era o ideal proposto como modelo às crianças.

⁷⁵ PERROT, Jean os “livros-vivos” franceses: um novo paraíso cultural para nossos amiguinhos, os leitores infantis. *Revista da Faculdade de Educação*. São Paulo. V. 24, nº 2, p. 117-135, 1998.

⁷⁶ BENJAMIN, Walter. Brinquedo e brincadeira. Observações sobre uma obra fundamental. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política. Ensaaios sobre literatura e história da cultura*, 4ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, S/D, p. 250-251.

Os territórios das diabruras e o mundo imaginativo infantil são rechaçados pelos métodos tradicionais largamente religiosos e encontram resistências naquela que seria uma tradução, em tempos modernos e laicos, da moral cristã, ou seja, a formação cidadã⁷⁷. Os espelhos tradicionais se reproduzem no trabalho de elaboração de métodos e práticas de ensino fundindo-se a novas demandas da gesta civilizatória. Dão continuidade a mentalidades pretéritas que em uma nova forma procuram representar rupturas e se equilibrar no complexo tecido social onde nem sempre o arcaico desapega-se do progressivo. Nessa gangorra de temporalidades, a infância desfia os discursos, determina práticas, movimenta a cultura, imagina e cria, não sem se ver nos espelhos que lhes são impostos pelos adultos.

Esforços para compreender e mapear a forma como a leitura poderia passar a fazer parte da personalidade das crianças movia espíritos. No ano de 1910, Joaquim Nogueira publicou na *Revista Escolar*⁷⁸ matéria traduzida da revista mexicana *La Enseñanza* sobre os graus de leitura. No texto, o autor, não identificado, determina quatro graus de leitura. O primeiro seria o subsilábico; o segundo seria o silábico; o terceiro seria vacilante; e o quarto, expressivo. Segundo o autor, o grau preocupante, aquele que os mestres deveriam dar mais atenção, seria o vacilante, pois nele o aluno só reconhece alguns grupos de palavras, ainda tendo muito que conhecer da língua corrente. No entanto, muitos alunos não passam desse grau.

Em 1916, João Köpke⁷⁹, dialogando com pedagogos americanos e expondo o método analítico e prático de aprendizagem da leitura, concentrava todo o trabalho sobre as técnicas de ensino. Salientava que as lições deveriam ser pelas coisas, pela comunicação oral, pelas narrativas de contos e envolver todos os sentidos das crianças. O professor, utilizando o método intuitivo e prático, deveria seduzir a criança a participar de uma suposta cultura. Porém, quando o educador trata dos aspectos práticos da rotina da sala de aula, é sobre as cartilhas que recai toda a

⁷⁷ PAPI, Junior. *Do Homem ao Cidadão: Instrução Moral e Cívica*. Coletânea didática, 1ª edição. Fortaleza: Typ. Central, 1925.

⁷⁸ Saber ler. Artigo traduzido da revista mexicana *La enseñanza* por Joaquin Nogueira. *Revista Escolar do Instituto de Humanidade*, Fortaleza: Typ. Escolar, 7º ano, nº3, p. 20, mar.1910.

⁷⁹ KÖPKE, João. O Ensino da Leitura pelo Methodo Analytico. In: *Revista do Brasil*, São Paulo, V 2, p. 31-69, mai. 1916. Este trabalho foi lido ao Jardim da infância em São Paulo, em 12 de maio de 1916. Nota do autor.

empreitada educativa. Newton Craveiro, no prefácio de 1923, de *Brasil Seco*⁸⁰, acentuava que, no ensino da linguagem, deveria haver um casamento entre o *logos* e a dialética, aprendendo o aluno primeiramente as coisas e depois a verbalizá-las, lê-las e escrevê-las. Tentativas generalizadoras de unificar o corpo de alunos por um único método foi o móvel de muitos educadores, no Ceará e no Brasil, no início do século XX.

Assim, por um lado a natural necessidade de leitura como condição *sine qua non* de trânsito em um mundo civilizado, do outro a eficiência do método no empreendimento dessa segunda natureza do homem. Entre esses dois pólos, as crianças apareciam como cera mole que seria moldada pelo bom educador de posse do método eficiente. Sem papel histórico, essas crianças são representadas como passivas, aceitam procedimentos metodológicos e os reproduzem de tal maneira que chegam à Galeria do Instituto de Humanidades, no livro *Anno Escolar*.

Entretanto, a ideia da eficiência do método e da universalização do aprendizado da leitura deve ser discutida.

Em 1925, a propósito da Publicação do livro *João Pergunta*, Papi Junior, em coluna na revista *Ceará Ilustrado*⁸¹, expõe os limites do método lembrando que:

Dizem esses grandes homens de saber, os psicólogos profissionais que intuição, quer dizer *ver*. Eu, todavia, peço licença para acrescentar: mas ver de um modo pronto, empolgante e sedutor para a inteligência. Associados a essa faculdade, os sentidos externos da uma dupla intuição segunda resultante das *causas* externas. Assenta nisso a educação pelos sentidos despertados por um interventor indispensável, o interesse, e este se alcança da criança pedindo-lhe que faça para que possa compreender. Os resultados serão magníficos, juntar-se a esse plano um poder de *astúcia* e um pouco de ânimo nos tropeços iniciais. Seria um ideal para o ensino, se tudo corresse bem desses ligeiros moldes, mas ninguém deve lidar com as feras sem lhes conhecer os hábitos e as tendências recolhidas no misterioso casulo da sensibilidade e as crianças são outras tantas ferazinhas nos seus caprichos e cuja domesticidade precisa encarar, sobretudo as variantes das disposições congênitas. Na sua meiguice, na sua aleatoriedade estão os novos problemas de índole, aja vista de profundas idiosincrasias o que não é para admirar por que são elas o veículo natural dos nossos defeitos psicofisiológicos numa herança inviável

⁸⁰ CRAVEIRO, Newton. *Brasil Seco*. Publicação subvencionada pelo Governo do Estado do Ceará, 1923.

⁸¹ JUNIOR, Papi. Coisas Sérias. *Ceará Ilustrado*. Fortaleza, 11 jun. 1925. Ver também diversas definições das dimensões da percepção no ensino de Moral e Cívica em JUNIOR, Papi. *Do Homem ao Cidadão. Instrução Moral e Cívica, Coletânea didática*, 1ª edição. Fortaleza: Typ. Central, 1925.

e peremptória. [...] E como para lidar com as feras é preciso por em ação argúcias encantadoras, penso que o professor deve ligar aos incentivos coloridos com as tintas de interesse o exercício constante da astúcia para detê-las facilmente na gaiola dos sentidos.

Nesse discurso, que oscila entre os métodos educacionais do início do século XX e a antiga fé erasmiana⁸², o intelectual cearense manifesta as incertezas da aplicação dos instrumentos de educação. Em um vacilo entre a crença em técnicas e as características selvagens do receptor, toda uma fenda se abre às dificuldades de organização das personalidades dos indivíduos, em ambiente escolar, na modernidade. Reações aos métodos tornam-se menos invisíveis e é necessário colocar a questão em perspectivas menos uniformes da experiência escolar.

Diversas são as narrativas que me apontam para essa fenda no Ceará. Gustavo Barroso, em seu livro de memórias intitulado *Coração de menino*⁸³, narra com gosto de vitória o episódio no Colégio Lino da Encarnação, no final do século XIX, em que seu amigo Pimenta, que havia sido reprovado várias vezes e que somente com a ajuda, a sociabilização, brincadeiras com colegas, momentos de diversão e finalmente fraude das suas notas pelos amigos, consegue passar de classe. No século XX, Fran Martins, no livro *Amigo de Infância*⁸⁴, conta as vergonhas que o personagem Ricardo passou no colégio por entrar tarde, acima da idade apropriada, pois trabalhava no campo com o pai, e descreve a cena do último teste do ano em que fica nervoso, trêmulo e, antes da leitura, só pensa no encontro que terá no final do exame com a colega Julinha.

Dentre a multiplicidade de práticas astuciosas que dialogam com os métodos sem necessariamente se reduzir a eles, da documentação do Instituto de Humanidades e mais tarde Colégio Nogueira e das memórias dos intelectuais e educadores, penso ser importante focar três movimentos. O primeiro, as anedotas; o segundo, as reações às não premiações; e o terceiro, as rebeldias aos métodos.

⁸² Sobre a civilidade pueril de Erasmo, ver REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: CHARTIER, Roger (org). *História da vida privada. Da Renascença ao Século das Luzes*, V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 169-209.

⁸³ BARROSO, Gustavo. *Memórias de Gustavo Barroso*, 2ª edição. Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 129.

⁸⁴ MARTINS, Fran. *Amigo de Infância*. Contos. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1959, p. 20-37.

1.1.2.1. Anedotas: leituras incompreendidas

As anedotas representam uma leitura do mundo diversa da estrita racionalidade cartesiana. Definem-se por outras possibilidades de apreensão do mundo normatizado. É a inscrição, no mundo, de maneiras muito próprias e idiossincráticas de ver e viver. É fruto das misturas de múltiplas experiências em quadros culturais diversos. É um estranho entre as racionalidades modernas e sucinta gestos de riso, menosprezo, estranhamentos, comentários pejorativos, mas também afirmação, criatividade, possibilidades de formulações ante os limites da vida civilizada.

Na *Revista Escolar* e no livro *Anno Escolar*, as anedotas indicam⁸⁵ a tentativa dos alunos de criarem um vínculo dos estudos com a sua realidade. Embora o método fosse intuitivo e pelas coisas, quando um aluno procurava estabelecer relação entre a prática e as lições, era no campo das anedotas que suas intervenções caíam.

No livro *Anno Escolar* de 1910, uma série de anedotas dá sinais de como os alunos reagiam a abstrações das lições. Um aluno responde ao professor mesas e móveis, quando este lhe pede exemplos de quadrúpedes⁸⁶. Outro dá exemplo de seu irmão menor para caracterizar um réptil que se arrasta pelo chão de sua casa. Quando um professor pergunta de onde vem o açúcar, o aluno, muito seguro, responde que vem do açucareiro. Em outra situação de classe, o professor examina o aluno e o pergunta quais eram os tempos obscuros da história. E este, muito confiante, diz que certamente eram aqueles antes da invenção dos óculos. No exame de geografia, o mestre pergunta: “onde fica a Suíça?”. O aluno responde: “fica do lado do bigode”.

Entre as categorias relacionadas ao riso, as anedotas podem ser percebidas como elementos que possuem papel relevante na constituição das relações sociais,

⁸⁵ ANNO ESCOLAR PARA 1910, 2º V, Destinado à leitura dos alunos do Instituto de Humanidades. Fortaleza: Typ. Escolar, 1910. ANNO ESCOLAR DO INSTITUTO DE HUMANIDADES PARA O ANO DE 1908. Destinado ao uso de seus alunos. Fortaleza: seção de obras do Cruzeiro do Norte, 1908. REVISTA ESCOLAR DO COLÉGIO NOGUEIRA. Fortaleza, 11ºano, Nº119, V 11, Nº3, 1925.

⁸⁶ ANNO ESCOLAR. PARA 1910. Destinado à leitura dos alunos do Instituto de Humanidades. Fortaleza: Typ. Escolar, 1910, p. 115, 116, 117, 123, 124, 125.

na atribuição de sentidos a experiências e práticas de grupos humanos convivendo em comunidades. Bakhtin, pesquisando as festas populares dos loucos e dos asnos na Europa medieval e renascentista, e ainda a noção de riso presentes nas obras de Rabelais, Shakespeare e Cervantes, aponta os significados da paródia, do cômico e do riso, bem como o papel das recreações escolares na história das paródias⁸⁷:

As recreações escolares e universitárias tiveram uma importância muito grande na história da paródia medieval e, de maneira geral, em toda a literatura medieval. Elas coincidiam habitualmente com as festas e gozavam igualmente de todos os privilégios da festa, estabelecidos pela tradição: riso, brincadeiras, vida material e corporal. Durante as recreações, os jovens repousavam do sistema das concepções oficiais, da sabedoria e do regulamento escolares e, além disso, faziam deles o alvo dos seus jogos e das suas brincadeiras jocosas e degradantes. Eles liberavam-se, antes de mais nada, dos pesados entraves da piedade e da seriedade (“da incessante fermentação da piedade e do amor divino”) e também do jugo das categorias lúgubres: “o eterno”, “o imutável”, “o absoluto”. Opunham a elas o aspecto cômico, alegre e livre, do mundo inacabado e aberto, dominado pela alegria das alternâncias e da renovação. Por essa razão, as paródias da Idade Média não eram de maneira nenhuma pastiches rigorosamente literários ou puramente denegridores dos textos sagrados ou dos regulamentos e leis da sabedoria escolar: elas transpunham tudo isso ao registro cômico e sobre o plano material e corporal positivo, elas corporificam, materializavam e ao mesmo tempo aligeiravam tudo o que tocavam.

Tirando partido das regras, normas e regulamentos, o riso busca estabelecer no interior da ordem vigente resistências que imprimem nas relações sentidos, desejos, noções socialmente negadas por determinados grupos dominantes. No século XIX, o primado da razão e das ciências estabeleceu o riso como o seu antagonico e sem legitimidade possível para estruturar categorias de pensamento e sentido⁸⁸. No sistema escolar de viés republicano, no qual o rito tem papel fundamental, o riso não é potente para configurar imagens de patriotismo, disciplina e honra, antes pertence ao mundo da não seriedade e transgressão. Contudo, as crianças não deixam de buscar os sentidos de suas leituras em elementos que, agrupados, levam ao reino do riso.

⁸⁷ BAKHTIN, Mikhail M. *A cultura popular na idade média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993, p. 72.

⁸⁸ BAKHTIN, Mikhail M. *A cultura popular na idade média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993, p. 101.

Os exemplos dessas anedotas são muitos e se desdobram no tempo. Na *Revista Escolar* de 1925, o professor pergunta no exame de história: “o que fez Cristóvão Colombo depois que pôs o pé em solo americano?”, O aluno responde: “tratou logo de por o outro”⁸⁹. O professor de matemática, testando o aluno em operações básicas, inquire-o: “se uma empregada leva “x” tempo para fazer uma tarefa de casa, duas empregadas levaram quanto tempo para fazer a mesma tarefa?”. O aluno responde: “pelo que a mamãe me ensinou, levaram o dobro do tempo”⁹⁰.

Certo dia, Joaquim Nogueira convidou um dos seus alunos do Liceu para ministrar aulas no seu Colégio. Numa sala de aula, quis mostrar ao pretenso professor como os estudos eram valorizados no seu estabelecimento de maneira que escolheu três dos melhores alunos para responder oralmente às questões que colocaria. Então, perguntou qual seria a espécie de homens que, como cidadãos, devemos manter a distância. O primeiro aluno respondeu que seriam os mal-educados, o segundo disse que seriam os ignorantes. Essas respostas muito agradaram ao diretor frente ao seu aluno do Liceu. Porém, o terceiro aluno disse que seriam os cobradores. Como anedota, todos riram e o caso foi parar na *Revista Escolar* e na revista carioca *Fon-Fon*⁹¹.

Essas anedotas indicam o que os alunos faziam com as lições que lhes eram passadas nas escolas. Elas nos encaminham para situações mais concretas dos modos como os alunos lidam com a leitura e estudos, adaptando-os a suas vivências e necessidade. Usando os métodos e informações de maneira diversa do inicialmente proposto por educadores e professores, eles imprimem na cultura escolar maneiras muito próprias de estudos que seguem ante suas demandas pessoais. Diante da rigorosa estrutura do método, subjetividades redirecionam os alvos, as didáticas, os meios.

⁸⁹ REVISTA ESCOLAR, ano 9, Nº118, V. 11. Fortaleza: Typografia São José, Nº2, p. 15. Agos.1925, Nº2, p. 15.

⁹⁰ REVISTA ESCOLAR, ano 9, Nº120, V. 11. Fortaleza: Typografia São José, Nº4, p. 15.Out., 1925, Nº4, p. 15.

⁹¹ ROSAL, Luciano. Os piores homens. *Revista Escolar do Colégio Nogueira*, ano 9, Nº119, V 11, Nº3. Fortaleza: Typographia Iris, 1925, p.4. Essa nota de Martins Capistrano, que tinha por pseudônimo Luciano Rosal, foi publicada também no *Diário do Ceará* e na revista *Fon-Fon*, nota do editor da *Revista Escolar*.

1.1.2.2. Angústias: leituras aflitas

O segundo movimento das práticas de leituras e escritas no Ceará, no início do século XX, corre no sentido das reações daqueles que não são premiados sem, no entanto, aceitarem as suas não indicações. Dois testemunhos apontam para esses movimentos: as memórias de Odorico Castelo Branco e os livros da administração escolar e interna do Colégio Nogueira.

As imagens das premiações nos colégios são quase sempre de comemorações solenes em que as crianças, não mais que os seus pais, enchiam-se de êxtase e contentamento pelo coroamento de mais um ano de esforços. Nessas imagens idílicas não cabem a divergência, o descontentamento e atitudes que contradigam os rituais de honra e glória. Na tentativa de satisfazer a todos os participantes que se esforçavam durante o ano, os colégios promoviam variações, mas também hierarquias dos prêmios, o que não significava que todos aceitassem a forma como as premiações eram organizadas e que a divergência tácita não circulasse entre os festejos⁹² e tivesse consequências nos relacionamentos e experiências escolares. Mas se as narrativas jornalísticas afirmavam o perfeito equilíbrio social, as memórias de diretores ressentidos deixaram escapar tensões nos alegres festejos das premiações. Odorico Castelo Branco, autor de livros didáticos de aritmética⁹³ e diretor do Instituto Miguel Borges, em *Reminiscências do*

⁹² Nos jornais da cidade do período de 1900-1935, são publicadas varias matérias de festas de final de ano com imagens de apoteose. Uma pequena amostra dessas matérias encontra-se nas publicações do *Jornal do Ceará* de 1911, dos últimos meses do ano. Assim, são noticiadas as festa do Colégio Nossa Senhora de Nazaré (29 nov. 1911), Colégio Coração de Jesus (4 dez. 1911), Escola Particular Dona Ana Guimarães (4/12/1911), Instituto Cearense (4/12/1911), Colégio Nossa Senhora do Carmo (8 dez. 1911), Colégio Santa Cícília de Maranguape (11 dez 1911) e Instituto Normal de Guaramiranga (18 dez. 1911). Ver também, GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de Identidade: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a República*. São Paulo: Ed. Brasiliense: 1ªed., Col. Tudo é História, 1989. JÚNIOR, Francisco Oliveira. *Festas Escolares*. São Paulo, s.d.. KUHLMANN, Moysés. *As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001. NAGLE, Jorge. A Educação na Primeira República. In: Fausto, Boris (Org.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Difel, 1978, p. 261-291. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989, p. 172-189. BITTENCOURT, Circe. As Tradições Nacionais e o Ritual das Festas Cívicas. In: Pinsky, J. Nadai E. et al. *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 1988, p. 43 - 73.

⁹³ Odorico Castelo Branco, proprietário do Instituto Miguel Borges, é também autor de vários livros didáticos para o ensino elementar como, por exemplo, 1º, 2º, 3º, 4º *Livros de Aritmética, Tratadinho*

Ofício, lembra o caso da menina que era premiada, mas aspirava por mais honra, sem tê-la alcançado:⁹⁴

Não deixou de ser uma surpresa, vê-me, assim, seu professor, de um momento para o outro, pois eu sabia que ela estava num colégio muito acreditado e não lhe faltavam prêmios sobre prêmios, e as melhores notas e as menções honrosas.

Preso a certas obrigações as pessoas de sua família, eu sentia por ela esse interesse que sentimos, pelos amigos de nossos amigos: mal nos conhecíamos, porém; e duas ou três vezes, apenas a mãe dela se dignara em cumprimentar-me, em casa daqueles parentes.

Entretanto, pensava eu, muda-se de professor e de colégio tão levemente, que não deixa de ser muito natural, dar-se isto ainda uma vez; pouco importa o conceito em que era tida a aluna, e o grau de aproveitamento, e os prêmios, e as recompensas ganhas no colégio.

E não pensei mais no caso, depois de ter considerado muitíssimo pedagógico a circunstância de sofrer alguém isto que eu tenho sofrido tantas vezes: - perder o aluno sem saber porque, ganhar um inimigo no aluno que perdi.

Mas uma condiscípula daquela contou-me, entre risadas, este caso original que sobressai, como uma nota alegre, entre tantas tristezas, dessas tristes reminiscências.

Terminara o ano letivo; e, como sempre, foi a menina contemplada com diversos prêmios de comportamento, de aplicação, de assiduidade, não sei mais de que.

E não foi ela só a premiada. Muitas outras se haviam distinguido, e não seriam por faltarem prêmios que pudesse haver desgostos.

Além dos prêmios regulamentares, a diretoria do colégio instituía outros; diversos foram oferecidos, por professores do estabelecimento; e até pessoas estranhas haviam mandado alguns.

Foi uma festa deliciosa, onde não faltaram músicas, discursos, poesias, e todas as coisas próprias de tais festas.

Abraços e beijos entre as premiadas e os parentes; lágrimas de alegrias nos olhos das mães, etc, etc, além do que os *repórteres* se encarregam sempre de adicionar em adjetivos retumbantes ou adocicados e literatura de encher.

Havia, porém, um prêmio sem par; um prêmio único entre tantos prêmios: era o PRÊMIO DE HONRA.

AH! PRÊMIO DE HONRA! Quem te inventou e pra que foste inventado?!...

de *Câmbio*, *Geometria Prática Primária*, entre outros. Ver a relação das obras do autor em CASTELO BRANCO, Odorico. *Reminiscências do Ofício*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1920.

⁹⁴ CASTELO BRANCO, Odorico. *Reminiscências do Ofício*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1920, p. 50-51.

Era o momento mais solene, ia ser entregue o derradeiro prêmio, esse que era o primeiro, PRÊMIO DE HONRA; e ... Só uma recebeu, por isso mesmo ele era único.

Uma salva de palma estrondeou na sala enorme adornada de bandeiras, e de flores, e de belos quadros.

Beijos e abraços e parabéns.

Retiram-se os convidados, esvazia-se o casarão.

Dirigi-se, então, a diretora do colégio, uma senhora que se deixa ficar; a mãe de interessante mocinha, muitas vezes premiada:

—Senhora Diretora, disse ela, minha filha não volta mais ao colégio. Não houve, para ela, um prêmio de honra; e...nenhuma, aqui, é mais honrada

A teia das premiações seduzia a participação de alunos, pais, professores, diretores e secretários. Era uma vitrine iluminada, que exibia talentos na qual os alunos queriam pousar. No entanto, ela não somente obscurecia aqueles que não estavam na caixa de vidro iluminada como organizava seu espaço interior. Os planos de frente não eram certamente os laterais. Os planos ao fundo, embora fazendo parte da vitrine, não são os mais almejados. Assiduidade, higiene, comportamento, aplicação ou mesmo a simples comemoração— por se passar de uma classe a outra —não superavam o prêmio que simbolizava a alta intelectualidade e o letramento. Prêmio valorizado pelos adultos instruídos, para assim ressaltar a importância da leitura, das letras, das humanidades e alimentar, a partir de seus filhos e alunos, o circuito contínuo de invenções de tradições no tecido da história. O Prêmio de honra criava, constituía um cenário no qual toda uma sociedade queria participar e, quando expectativas eram frustradas, novas tentativas de garantir posição de honra eram feitas, medidas eram tomadas para abonar a conquista nesse espaço nobre.

Os progressos da interlocução entre o indivíduo e a sociedade cinzelaram sentimentos oriundos da imposição de elaborações das imagens de si mesmo. Nos cenários urbanos do início do século, à medida que os processos de individuação imbricavam-se aos tradicionais critérios de posição social determinados pelo nascimento, surgiam incertezas, hierarquias precárias e ambições confusas motivadas por sinais complexos de movimentos na teia social⁹⁵. A diligência de cada

⁹⁵ Sobre ansiedades, hierarquias e tensões no final dos oitocentos e início do século XX e seus desdobramentos clínicos, sociais e culturais, ver CORBIN, Alain. Bastidores. In: PERROT, Michelle

um de organizar sua própria imagem e a presença do olhar do outro geravam insatisfações. Ansiedades e o medo da derrota são frequentes. Para aqueles que, desde a infância, conviviam com livros, leituras, testes, exames, sabatinas e rituais de premiações, o fantasma do fracasso era um espectro constante e suscitava o contínuo imperativo de adaptações, conformações e adequações a modelos sistemáticos.

Da trama construída para motivar, ostentar e garantir a permanência do aluno no colégio, emergiam reações imprevistas que, ao contrário do planejado, acabavam por produzir a saída do aluno— o que significa uma maldição para os diretores de escolas particulares—. Dessa maneira, a leitura movimentava a vivência escolar, suscitava gestos não planejados, urdia operações não previstas e imprimia no tecido cultural experiências transformadoras do cotidiano. Em uma sociedade dada à distinção através do letramento, de indivíduos ante à coletividade anônima, os que não eram eleitos não se imobilizavam e procuravam inventar as suas próprias referências e honras.

No conjunto da documentação do Colégio Nogueira⁹⁶, no Livro *Vida Escolar e Livro de Partes*, nas cartas entre pais de alunos e o diretor, estão assinaladas as tensões tácitas entre o definidor das honras e os que dela queriam usufruir para além das normas estabelecidas. Melindres, reclames e queixas compunham a teia de vaidades feridas originadas das operações de disciplinas, atribuição de notas, castigos e as concepções de honra e leitura.

As cartas que compõem o *Livro de Partes* do Colégio Nogueira são correspondências entre Joaquim Nogueira e tantos outros personagens da vida escolar. Pais, amigos, livreiros, fornecedores, secretários. As cartas de pais eram comuns e correspondiam às ausências dos patriarcas na escola tanto quanto à falta de autoridade das mães em tomar decisões ou simplesmente dialogar com o Diretor. Mas as cartas também expõem os variados casos de alunos que, por razões diversas, ao contrário da matrícula, saíam da escola. São crianças que fugiam, outras que choravam para não mais voltar ao educandário. Há ainda as que tinham

(org). *História da vida privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*, V 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 413-611.

⁹⁶ *Livro de Partes 1919-1923 e livro Vida Escolar* do Colégio Nogueira, divisão de cartas e correspondências 1933.

muitas faltas e por isso são notificadas. Há as que os pais solicitavam castigos ao Diretor ou justificativas pelo mau desempenho de seus filhos, mas há também as que os pais melindravam-se e não aceitavam tantas penalidades. Entre os casos das cartas encontradas, as referentes aos alunos Manuel Venâncio e Olavo Gentil parecem representantes desse movimento adverso na escola que tenciona por notas dignas de premiação.

Venâncio Moura era proprietário de um comércio de fazendas, aviamentos e confecções na rua Major Facundo, no centro de Fortaleza. Como parte dos hábitos urbanos da classe de comerciantes em Fortaleza, ele mantinha seu filho estudando no Curso Primário. O Colégio Nogueira foi o escolhido para que Manuel Venâncio desenvolvesse os conhecimentos elementares de ciências e suas habilidades com a leitura. Mas, no ano de 1931, Venâncio Moura não estava satisfeito com o desempenho de seu filho ao manda-lhe ler trechos do livro escrito por Newton Craveiro e popularmente conhecido nas salas de aulas do Ceará⁹⁷:

Professor Nogueira,

Hoje tive a oportunidade de mandar o aluno M^{el} Venâncio ler alguns períodos do “João Pergunta” e verifiquei que a leitura é toda desorganizada; sem pontuação, pondo-os onde não tem e tirando-os onde tem. Rogo o obséquio de chamar isso a atenção do professor.

Agradece o G^{de} amigo

Venâncio Moura

Fort., 14 de outubro de 1931

A insatisfação de Venâncio Moura causou mal-estar entre ele e a professora Maria José. A professora, em carta enviada ao pai de Manuel, acusa o aluno de falta de interesse e de não frequentar aulas, afirma que há progressos na maneira de Venâncio ler e que o pai deveria notar. Percebendo o melindre da professora, Venâncio Moura envia um bilhete a esta informando que não teve a intenção de negar os esforços da professora e que, por isso, nem se quer mencionou as outras

⁹⁷ Livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira, divisão de cartas e correspondências, 1931.

matérias. O pai defende que apenas quer melhorar o aproveitamento do filho nos estudos e, notando que este não faz boa leitura, escreveu a Joaquim Nogueira.

Em todo o ano de 1931, no *Livro de Partes*, há somente uma notificação da professora Maria José, que se referia ao aluno Manuel Venâncio. A nota do dia 8 de junho de 1931 notificava que o aluno não havia trazido o recibo de boletim. Nenhuma outra observação, durante todo o ano, foi feita pela Professora. Nenhum registro sobre frequência e desinteresse foi feito. No final do ano, em 23 de novembro de 1931, quando da entrega das médias anuais, da colocação das sabatinas e da entrega dos prêmios de Assiduidade, Primazia e Comportamento, Manuel Venâncio não foi contemplado e aparece na lista de alunos apenas com a média final de 6,1 e ainda com um risco sobre o seu nome. Das cinco médias do ano e das dez notas que cada aluno teria, somente a média geral aparece. Todavia, no ano de 1932, Venâncio Moura volta a escrever para Joaquim Nogueira, desta vez informando-lhe oficialmente que seu filho sairia do conceituado colégio no final do mês de julho⁹⁸.

Não é possível averiguar quais foram os exatos acontecimentos em relação ao aluno Manuel Venâncio. Porém, é o fato de não ter bom desempenho na leitura do livro *João Pergunta* que chama a atenção do pai. A preocupação, por parte de Venâncio Moura, de que o filho fizesse boa leitura do livro de Newton Craveiro não se deu aleatoriamente, uma vez que era exigido dos alunos que conhecessem os conteúdos do livro, pois faziam parte dos exames. Em novembro de 1932, depois de 615 lições ministradas aos alunos do 2º ano primário, o teste de português⁹⁹ tinha como primeira questão um ditado do trecho do livro de viagens pelo nordeste brasileiro, editado pela editora Melhoramentos¹⁰⁰.

Vale ainda notar que a leitura não pode ser reduzida a um processo técnico de aprendizagem. Ela tange dimensões sociais e movimenta a teia de operações em uma cultura escriturística na qual ler e escrever define *lóci* sociais, tenciona e dinamiza as relações. O caso de Manuel Venâncio representava a forma como a leitura era inserida no corpo social em Fortaleza no início do século XX: disciplinar e frágil, ela era um meio de tecer relações. Na engrenagem escolar, uma língua social

⁹⁸ Livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira, divisão de cartas e correspondências, 1931.

⁹⁹ Livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira, divisão de planejamentos e frequências, 1932.

¹⁰⁰ CRAVEIRO, Newton. *João Pergunta*. 13ª edição. São Paulo: Editora Melhoramentos, S/D.

simbolizada pela boa leitura definia o lugar de atuação de cada personagem, e uma “gesta” se estabelece naturalizando-se a partir de uma lei que atribui posições, determina *status*, seleciona saberes, decide quais competências são necessárias e sentencia o caráter alfabetizado-analfabeto dos indivíduos nas sociedades do início do século XX. Nesse cenário, nos moldes de Michel de Certeau¹⁰¹, o livro é a metáfora do corpo social, e o texto impresso e lido remete à lei desse mesmo corpo social. É nessa direção que a leitura, por meio do livro didático, constrói sentidos na possibilidade da inserção no tecido social. Essa dimensão do processo de desenvolvimento da leitura é também presente no episódio envolvendo o aluno Olavo Gentil.

No ano letivo de 1931, Antônio Gentil Gomes manteve correspondência tensa com Joaquim Nogueira. O pai discutia o rebaixamento de notas do seu filho, Olavo. Pai e diretor dialogavam sobre os limites da educação, notificando a força que a voz das crianças pode alcançar diante das não tão homogêneas noções de mérito e capacidade e inusitadas expectativas de compensações de esforços.¹⁰²

Olavo chegara em casa chorando e pedindo ao pai que não lhe fizesse voltar ao colégio, pois suas notas haviam sido rebaixadas injustamente uma vez que se aplicava nos estudos. Por ocasião da entrega de boletins, mesmo não sendo o final do ano, era costume a distribuição de prêmios¹⁰³. O pai escreve a Joaquim Nogueira pedindo-lhe informações da situação do seu filho, pois não podia acreditar que castigos fossem rebaixamento de nota e sim deixar o aluno isolado, uma vez que ele, como pai, já havia autorizado o diretor a assim proceder. Pedia resposta do diretor, que deveria informá-lo se o aluno está se adiantando e se comportando bem, pois do contrário ele, como já havia procedido com o Colégio Marista, retiraria o filho do Instituto de Humanidades e o transferiria para outro educandário. Gentil fez questão de ressaltar que já havia sido colegial e sempre tirara nota ótimo em comportamento, ainda que suas notas não fossem tão boas por questão de inteligência, pois havia sido um discípulo exemplar.

¹⁰¹ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer*. Petrópolis: vozes, 1994, p. 47.

¹⁰² Livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira, divisão Livro de Partes, 1931.

¹⁰³ Livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira, divisão Livro de Partes, 1931.

A estrutura das relações escolares, a forma enleada como ela se dá, é tacitamente colocada na carta do pai de Olavo. Relações de forças tencionam os jogos de notas, que estão muito além da competência didática, pedagógica, administrativa. Relações que permeiam as competências técnicas de cada disciplinas e as habilidades que o aluno deve adquirir. Jogando com as armas que dispõe, o pai de Olavo dá continuidade a uma tradição, que já parece familiar, de garantir sua permanência no círculo da intelectualidade por meio de outros referenciais, diversos do método e mais próximo de suas próprias necessidades.

Sob ameaça feita pelo pai de retirar o filho da Escola, Joaquim Nogueira responde em carta curta. Diz que se sentia desautorizado, pois o senhor Gentil acreditara primeiramente em Olavo e que por isso ele, como diretor, já havia riscado o nome do aluno da matrícula na escola. Mas no dia 7 de julho, o distinto Diretor envia nova carta a Gentil. A segunda carta é maior e mais agressiva. Acompanhada do boletim de Olavo, contém julgamentos feitos pelo Diretor a respeito do caráter da criança e da atitude de seu pai. Joaquim Nogueira envia o boletim e pede ao pai que o compare com o mês de maio, ressaltando se de fato ele ainda o teria. O Diretor afirma que as notas das matérias, tanto quanto de comportamento, não foram rebaixadas e que Olavo se comportou aleivosamente, enquanto o senhor Gentil, por acreditar no filho, teria se deixado levar por “excessos de zelo de pai extremoso”.

No mesmo dia 7 de julho, Gentil responde a Joaquim Nogueira por meio de uma carta mal datilografada, cheia de caracteres borrados pela força do toque nas teclas da máquina e erros de pontuação posteriormente corrigidos por uma caneta preta, como a da assinatura do próprio Gentil. Exaltado, o pai de Olavo queria, em primeiro lugar, esclarecer a diferença entre ser um pai extremoso e ser um pai cuidadoso que queria saber se os seus filhos estão aproveitando os estudos. Não se sentindo extremado, julgava cuidar da educação dos filhos. Posteriormente, acusa Joaquim Nogueira de atraso, perseguição e diz tudo isso ser uma fatalidade pela qual outros pais passarão. Olavo não voltaria mais às aulas no Colégio Nogueira para não aborrecer o “cansado educador”, embora o senhor Gentil esteja satisfeito com as notas de seu filho.

Entre boletins, notas e comparações entre colegas, é possível que Olavo tenha se sentido inferior na hierarquia das premiações. Talvez seu nome não

pudesse ser ostentado no panteão da Galeria do Instituto e ele não fosse condecorado com notáveis prêmios, embora suas notas fossem suficientes para, no final do ano, passar para outra classe, e satisfatória ao pai e ao professor. No episódio da insatisfação de Olavo, os bastidores das premiações manifestam-se em aspectos nada previsíveis, nem desejáveis. As técnicas de motivação defendidas por educadores como seguras na obtenção de habilidades, quando em operação pelas crianças, revelam subjetividades de apreensão e reação muito além das presumíveis e imprimem na cultura escolar, no ambiente familiar e na sociedade variações e nuances que compõem os cenários de infâncias marcadas por pressões, tensões e adversidades de um mundo onde as exigências de intelectualidade como valor de distinção social projetam tanto quanto oprimem os indivíduos. A leitura e a escrita, como ferramentas da comunicação entre os letrados, como língua de adequação ao projeto civilizador escolar e distintivo de posição social, libertavam tanto quanto minoravam. Localizavam o indivíduo nos píncaros da glória como o reduzia a localizações diminutas nas vitrines escolares, didáticas e pedagógicas.

Com o estabelecimento dos métodos intuitivos e práticos, a situação da criança transformava-se na cultura escolar. No diálogo entre logos e dialética proposto por Newton Craveiro¹⁰⁴, no seu popular livro de lições, a criança é motivada a participar dos processos de aprendizagem. Porém, as práticas participativas infantis, no cenário escolar, trouxeram às crianças do início do século XX mais responsabilidades em um processo de individuação pelo êxito em matérias escolares que representam sua imagem diante da coletividade¹⁰⁵. Sob essas pressões, aspectos sociais e subjetivos fundem-se à participação técnica e imprimem poderes nas práticas escolares. A criança, nessas condições, movimentava diversas habilidades para conquistar posições, fossem seus esforços

¹⁰⁴ CRAVEIRO, Newton. *Brasil Seco*. Publicação subvencionada pelo Governo do Estado do Ceará, 1923.

¹⁰⁵ Sobre o processo de individuação da criança, ver: FOISIL, Madeleine. A escritura do foro privado. In: CHARTIER, Roger (Org). *História da vida privada*. Da Renascença ao Século das Luzes, V 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.331-370. GÉLIS, Jacques. A individuação da Criança. In: CHARTIER, Roger (Org). *História da vida privada*. Da Renascença ao Século das Luzes, V 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.311-329. ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

em estudos aplicados, fossem os poderes da família, instrumentos aos quais esses infantes reconheciam, recorriam e sabiam manejar¹⁰⁶.

1.1.2.3. O espírito dos meninos: leituras rebeldes

O terceiro movimento de crianças estudando se dá a partir de rebeldias, reações inconformadas às regulamentações da rotina escolar de leituras.

Entre os eminentes, merecidos e revestidos da honra de pertencer às galerias dos educandários, e os extremados, que choravam por serem bem comportados e aplicados sem conseguirem alcançar a coroa das altas condecorações e saíam dos colégios como que fugindo dos cenários onde não são reconhecidos e em busca de pradarias onde pudesse existir a possibilidade de atingir o alto grau que tanto lhes interessava, há aqueles que construía outras operações de composição do cenário escolar em ambiente de estudos e franco aprendizado da leitura, mas também de muita tensão na afirmação social de gestos e comportamentos adversos aos esperados por pedagogos, professores e diretores. Cenário das resistências, o ambiente criado por crianças que não seguiam os parâmetros e normas escolares desmontavam os métodos e paulatinamente se impunham na rede de relações escolares, tanto quanto suscitavam outras tantas operações de repreensão. Mas na dinâmica de afirmações entre alunos e professores, métodos e recepção, modalidades de vivências foram multiplicadas e diversificadas. Nessa sanfona em que a tradição e o rigor das didáticas se confrontam com as subjetividades dos referenciais infantis, modos de estudos foram sendo forjados e inventados. As didáticas empregadas para a manutenção dos estudos e a aquisição das habilidades de usos das disciplinas—como a leitura, o raciocínio numérico e os princípios morais

¹⁰⁶ Sobre as relações entre a família e a escola ver SOARES GOUVEIA, Maria Cristina. A construção de uma infância escolarizada: a escola na literatura infantil (1900-1935). *Educação em Revista*. Belo Horizonte, Nº29, p. 97-107, jun. 1999. ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981. CARON, Jean-Claude. Os jovens na escola: Alunos de Colégios e Liceus na França e na Europa (Fim do séc. XVIII - Fim do Séc. XIX). In: LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude (Orgs). *História dos Jovens* - Época Contemporânea, V. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.137-194.

—foram apropriados em uma dinâmica que tem muito de pedagogia tanto quanto do universo infantil rebelde e hipercinético.

E nesse movimentado espaço de interlocuções, os gestos da leitura iam sendo desfiados em nuances múltiplas de operações desviadas. É nos usos das técnicas e das normas que espaços de leituras rebeldes iriam imprimir maneiras de percepção, de leitura, estudos e reações.

No *Livro de Partes*, pode-se ver a ação dos alunos que nem sempre eram honrados com as glórias das grandes premiações, mas que, de certa maneira, concentravam-se em uma travessia de ações que acreditavam acenar com lugares sociais aceitáveis. Eles não abandonavam o colégio, mas criavam táticas de sobrevivência em um ambiente com o qual, em princípio, não se identificavam, mas que, paradoxalmente, vai adquirir traços das suas experiências. No *Livro de Partes*, pode-se ouvir o riso das crianças, as suas afrontas, suas indignações, discordâncias, seus comportamentos, seus atritos, suas providências, independente dos pais, seus descasos com o regimento e suas dificuldades em se adaptar a métodos uniformizadores e niveladores. Eram as diferenças que queriam permanecer a despeito do já estabelecido. Eram coadjuvantes que faziam do seu papel de segunda classe, protagonista. Eram anti-heróis que imprimiam na rede das pedagogias modernas suas volições e maneiras de estar em ambientes de franca intelectualidade. A essas práticas difusas e inventivas, Michel de Certeau caracteriza como táticas¹⁰⁷:

Muitas práticas cotidianas (falar, ler, circular, fazer compras, ou preparar refeições etc) são do tipo tática. E também, de modo mais geral, uma grande parte das “maneiras de fazer”: vitórias do “fraco” sobre o mais “forte” (os poderosos, a doença, a violência das coisas ou de uma ordem etc), pequenos sucessos, artes de dar golpes, astúcias de “caçadores”, mobilidades da mão-de-obra, simulações poliformas, achados que provocam euforia, tanto poéticos quanto bélicos. Essas performances operacionais dependem de saberes muito antigos. Os gregos as designavam pela *métis*. Mas elas remontam a tempos muito mais recuados, a imemoriais inteligências com as astúcias e simulações de plantas e de peixes. Do fundo dos oceanos até as ruas das megalópoles, as táticas apresentam continuidades e permanências. Em nossa sociedade, elas se multiplicam com o esfarelamento das estabilidades locais como se, não estando mais fixadas por uma comunidade circunscrita, saíssem de órbita e se tornassem errantes e assimilassem os consumidores a imigrantes em um

¹⁰⁷ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano*: 1. Artes de Fazer. Petrópoles: Vozes, 1994, p. 47.

sistema demasiadamente vasto para ser o deles e com malhas demasiadamente apertadas para que pudessem escapar-lhes. Mas introduzem um movimento browniano neste sistema. Essas táticas manifestam igualmente a que ponto a inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articula, ao passo que as estratégias escondem sob cálculos objetivos a sua relação com o poder que os sustenta, guardado pelo lugar próprio ou pela instituição.

As operações dos alunos, em contraposição às ordens dos mestres, eram frequentes no Instituto de Humanidades e davam a tonalidades dos dias. Nas salas de aulas ofendiam professores, nas aulas de línguas liam desatenciosamente, nas aulas de histórias não tinham interesse, nas bancas de estudo falavam alto, no recreio alunos esbofeteiam-se; disputavam suas honras a despeito de seus desempenhos técnicos nas disciplinas. No caminho da escola, fazem “bochechagem” no bonde; pegavam os bondes ainda em movimento, levavam canivetes para a escola; fumavam; jogavam *foot-bool* nas bancas de estudos; entravam na sala de aula com barulho; comportavam-se mal, enervavam o Diretor e o faziam fumar inúmeros charutos em busca de paciência. Aspecto frequente dessas transgressões era a busca por boas notas e premiações, que, em princípio, só viria com o bom desempenho técnico de suas habilidades de leitura, raciocínio numérico e exercícios de princípios morais¹⁰⁸. Essas operações de desvios aparecem com frequência no *Livro de Partes* e designam muitas nuances dos usos do livro e da leitura.

Em 17 de maio de 1921, a aula de Português não transcorreu bem. O professor Naldo Vieira fez anotação no *Livro de Partes* registrando que os alunos Gênova e Soares foram estrelados por atrapalharem a aula. Na banca da tarde, a 4ª classe mereceu registro no *Livro de Partes*¹⁰⁹:

Banca de 4 às 5 da tarde

A leitura feita durante a banca pelos alunos da 4ª classe esteve muito desatenta.

Naldo Vieira

¹⁰⁸ Na *Revista Escolar* de 1925, os editores publicaram o regimento suíço para a disciplina escolar, instrumento de enfrentamento dos problemas da educação infantil. *Revista Escolar do Colégio Nogueira*. Fortaleza: Typ. São José, V. 11, Nº 4, ano 9, Nº 120, p. 3-4. Out. 1925.

¹⁰⁹ *Livro de Partes*, 1919-1923.

No dia 4 de agosto de 1922, o professor José Lourival, a mando do Diretor do Instituto de Humanidades, estrelou quinze alunos¹¹⁰. Estrelar, no vocabulário do Colégio Nogueira, significava distinguir o aluno por transgredir normas do colégio¹¹¹. Era uma maneira de penalizar o aluno por indisciplinas ou irregularidades em relação ao regimento. Assim, eram estrelados os que faziam intrigas, os que passavam a aula rindo, os que brincavam na banca de estudo, os que respondiam grosseiramente ao professor. Na teia de registro dos casos de transgressão do regimento e das indisciplinas, o estrelato parecia ser a última tentativa do professor de controlar o aluno. As atribuições de estrelatos só ocorriam por ordem do Diretor e era uma medida grave, pois além de ficar registrado no *Livro de Partes*, o aluno ficava marcado como o “estrelato”. Socialmente, ele adquiria um lugar que é a antítese dos alunos premiados.

No episódio de estrelamento pelo professor Lourival em agosto de 1922, as aulas foram regulares, mas Carlos Pamplona, Guilherme Salgado, Francisco Cruz, Ozório, Zé Alexandre, Andrade, Martins, Lima Verde, Edson Maia, Paulo, Ernani, Paulo Amâncio, José Weyne, Flávio e Gilberto violaram os seus boletins modificando suas notas e, por isso, foram estrelados. A maioria desses alunos era do curso primário¹¹².

Desatenção, caprichos, brincadeiras nas horas de leitura, falta de estudos e aplicação eram comportamentos ajuizados pelos professores como transgressões das leis e regulamentos escolares, dignos de registro no *Livro de Partes*. Os professores não se poupavam de notificar os múltiplos casos. Em novembro de 1931, alunos eram admoestados e isolados¹¹³:

Dia 9 de novembro de 1931

Banca de 7:30 às 9:30

¹¹⁰ *Livro de Partes*, 1919-1923.

¹¹¹ Gíria do colegial. *Revista Escolar do Colégio Nogueira*. Fortaleza: Typ. São José, V. 11, Nº 6, ano 11, Nº 121, nov-1925.

¹¹² *Livro de Partes*, 1919-1923.

¹¹³ Livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira, divisão Livro de Partes, 1931.

O aluno Ateras Medeiros foi admoestado várias vezes por sua falta de aplicação aos estudos. Não atendendo ele, porém, às minhas observações, pelo que resolvi isolá-lo da banca.

Nenen

Em 1932, os registros continuam sendo feitos em decorrência da necessidade do corpo docente imprimir no corpo social as práticas de aplicação, estudos, letramentos e leitura. No mês de fevereiro, o professor Lourival Correia Pinho fez várias notificações de estrelamentos e isolamentos, dentre tantos alunos, os nomes de Rafael e Enéas foram registrados¹¹⁴:

17 de fevereiro de 1932

Isolei os alunos Rafael e Enéas por estarem desatentos durante a explicação da lição de Português.

Lourival Correia Pinho

Para as múltiplas desobediências ao regimento, diversas também eram as penalidades: detenções na hora do recreio por um dia ou mais, saída retardada do aluno ao final da aula por uma hora, isolamento do aluno, suspensão¹¹⁵. Os castigos físicos já não eram defendidos pelo método intuitivo e prático do Instituto de Humanidades, e no *Livro de Partes* não encontrei casos de indicação desse tipo de pena. Contudo, o pai de Olavo, o senhor Gentil, chegou a mencionar em sua carta os castigos físicos e, no mês de agosto de 1908, foi publicada uma série de matérias do *Jornal do Ceará* que tiveram por motivação a denúncia de um pai cujo filho havia sido castigado com uma vara, no Instituto de Humanidades.

O *Jornal do Ceará* era um órgão político de oposição ao Governo Accioly. O conjunto das matérias que envolviam a pessoa de Joaquim Nogueira se prolongou

¹¹⁴ Livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira, divisão Livro de Partes, 1932.

¹¹⁵ *Livro de Partes*, 1919-1923.

até o ano de 1909. No início, as matérias limitaram-se à Coluna *Chronica* de Cariné Jussara, mas, na sequência, espalhou-se pelas matérias de capa do Jornal e do editorial¹¹⁶. O caso foi parar na Justiça e colocou em evidência aspectos diversos do ensino no Instituto de Humanidades. No Jornal *O Rebate*, de Sobral, também órgão de oposição ao governo acciolyno, uma matéria foi publicada caracterizando a origem dos desentendimentos de Joaquim Nogueira com imprensa de oposição no Ceará: era a denúncia de uma criança que estudava no Instituto e, junto a outras, havia sido castigada com a vara do Diretor¹¹⁷.

De qualquer forma, as medidas penalizadoras não eram suficientes para conter os casos de desvio das normas. Os registros de irregularidades e as reincidências se espalhavam por todo o ano letivo e multiplicavam-se em suas características: alunos dirigiam epítetos injuriosos a outros; crianças assinavam os boletins no lugar dos pais e de próprio punho; meninos escreviam nas carteiras; vendiam partes do jogo do bicho; macaqueavam; faziam trejeitos; trocavam injúrias; contavam troças; queixavam-se constantemente um dos outros; e protestavam contra as suas notas¹¹⁸. Por outro lado, mesmo sendo estrelados ou notificados, os alunos eram anistiados pelo Diretor sob a promessa de disciplina pelos pais. Certamente, o dia da anistia era sempre esperado pelos alunos, que já o viam como um recurso a recorrer em caso de acusação de transgressão do regulamento. Em setembro de 1931, foi registrado na divisão *Livro de Partes*, do livro *Vida Escolar*, que, por ordem do Diretor, todos os alunos notificados no mês de agosto seriam anistiados¹¹⁹.

Dialogando com as didáticas, com os métodos defendidos pelos professores, com as normas e com os estudos das letras, de moral e cívica, as operações dos alunos, registradas no *Livro de Partes*, reorganizam as imagens da escola no início do século XX, no Ceará. Sob as idílicas situações de sala de aulas silenciosas, respeitosas, representadas em fotos do período, as imagens do *Livro de Partes* denotam a participação dos alunos na confecção de suas vivências e no sentimento de autoridade dos professores. Longe dos grupos em harmonia e sintonia, das

¹¹⁶ JUSSARA, Cariné. *Chronica. Jornal do Ceará*, Fortaleza, matéria de capa 31 ago. 1908

¹¹⁷ VASCONCELLOS, Manuel L.de. O senhor Nogueira e o seu Instituto de Humanidades. Sobral, *O Rebate*, 22 ago.1908.

¹¹⁸ *Livro de Partes*, 1919-1923.

¹¹⁹ Livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira, divisão Livro de Partes, 1931.

festas e comemorações ou dos estáticos alunos em suas respectivas carteiras em sala de aula exibidas nas fotos do educandário de Joaquim Nogueira,¹²⁰ as imagens dos *Livros de Partes* apontam para um mundo em movimento, no qual os alunos têm papel atuante no processo de aquisição da leitura e na formação da alma.

No dia 11 de julho de 1922, na aula de 7:30h a 9:30h, no colégio Nogueira, os estudos transcorriam bem. O professor Pinto explanava sobre o conteúdo do quadro negro e os alunos procuravam, à sua maneira, acompanhar as explicações do mestre. Miguel Marciel fez uma intervenção e irritou o mestre. Fez alusões à forma de ensinar o conteúdo da disciplina e, de maneira insubmissa, exasperou o professor. O docente Pinto notificou no *Livro de Partes* a atitude do aluno, comunicando a Joaquim Nogueira que a aula havia sido irregular devido ao aluno pretencioso, que parecia querer entender mais do método pedagógico do que ele, professor¹²¹.

No dia 17 de agosto, o mesmo professor lembrava ao diretor o pouco interesse que os alunos têm pelos estudos, que não levavam livros e discutiam na aula com outros alunos. No dia 26 de agosto, E. Pinto escreveu no *Livro de Partes* que não tinha mais autoridade para as provas dos alunos. Em setembro, o professor C. Amaral registrou que o aluno Gonçalo, a despeito de ter sido estrelado diversas vezes, seguia procedendo de maneira “irregularíssima”, confirmando o que E. Pinto registrara no dia 7 de julho: “o espírito dos alunos tendem à revolução”.¹²² Apesar da tentativa de controle dos professores, os alunos persistiam nos seus modos de lidarem com o estudo:

Dia 20 de julho 1932

A banca decorreu regularmente, entretanto leve ao conhecimento do senhor diretor que os alunos Fernando, Mario Jereissati e Fontineli não estudaram, apesar da minha forte insistência.

Carlos Garcia de Araújo

¹²⁰ ANNO ESCOLAR PARA 1910. Destinado à leitura dos alunos do Instituto de Humanidades. Fortaleza: Typ. Escolar, 1910.

¹²¹ *Livro de Partes* do Colégio Nogueira de 1919-1923.

¹²² *Livro de Partes* do Colégio Nogueira de 1919-1923.

Diversa do regulamento escolar, a cultura infantil procurava se estabelecer e abria espaços no rígido sistema de controle dos hábitos escolares que priorizavam a inscrição, no conjunto de alunos, de uma leitura puramente técnica. O aluno Orestes, ao receber suas lições, agia segundo sua cultura infantil apesar do controle dos professores¹²³:

7 de Julho de 1933

O aluno Orestes, em vez de preparar as suas lições, repetidas vezes penetrou no salão do terceiro ano, procurando distrair a atenção dos alunos dessa classe.

(sem identificação do professor)

Caracterizado por sequências e mais sequências de irregularidades, o cotidiano escolar pesava nas relações estruturais e hierarquizadas por onde a leitura só se estabelecia no choque e no encontro de interesses diversos. Sobre as relações hierarquizadas e as operações dos receptores da leitura, convêm citar Michel de Certeau¹²⁴:

Na hierarquização social, por conseguinte, esconde-se a realidade da prática e leitura ou se torna irreconhecível. Ontem a igreja, intuindo uma ruptura social entre clérigos e “fiéis”, mantinha a Escritura no estatuto de uma “Letra” supostamente independente de seus leitores e, de fato, de posse dos seus exegetas: a autonomia do texto era a reprodução das relações sócio-culturais no seio da instituição cujos pressupostos fixavam o que se deveria ler na Escritura. Com o enfraquecimento da instituição, aparecem entre o texto e seus leitores, a reciprocidade que ela escondia, como, se retirando, ela permitisse ver a pluralidade indefinida das “escrituras” produzidas por diversas leituras. A criatividade do leitor vai crescendo à medida que vinha decrescendo a instituição que a controlava. Este processo, visível desde a Reforma, começa e inquietar os pastores já no século XVII. Hoje há os dispositivos sócio-políticos da escola, da imprensa ou da TV que isolam de seus leitores o texto que fica de posse de um mestre ou de um produtor. Mas por trás do cenário teatral dessa nova ortodoxia se esconde (como já acontecia antes), a atividade silenciosa, transgressora, irônica ou poética, de leitores (ou telespectadores) que sabem manter sua distância da privacidade e longe dos “mestres”. [...] A leitura ficaria então nessa conjunção de uma estratificação *social* (das relações de classe) e de operações poéticas (construção do texto por seu

¹²³ Livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira, divisão Livro de Partes, 1933.

¹²⁴ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano*: 1. Artes de Fazer. Petrópolis:Vozes, 1994, p. 269.

praticante): uma hierarquização social atual para conformar o leitor à “informação” distribuída por uma elite (ou semi-elite): as operações de leitura trapaceiam com a primeira insinuando sua inventividade nas brechas de uma ortodoxia cultural. Destas duas histórias, uma esconde aquilo que não é conforme aos mestres e lho torna invisível; a outra o dissemina nas redes do privado. Ambas, pois colaboram para fazer da leitura uma incógnita de onde emerge de um lado, teatralizada e dominante, a única experiência *letrada*, e do outro, raros e parcelados, à maneira de bolhas que sobem do fundo d’água, os índices de uma prática *comum*.

Os casos de violência, grosserias, atentados contra a moral e indisciplina exposta eram somente alguns dos aspectos da longa lista de irregularidades cometidas por alunos. Outras nuances da coleção de operações empreendidas por alunos localizavam-se mais no plano direto das inadequações técnicas e têm menos carga moral, embora não deixe de indignarem os professores. Comportamentos que incidiam diretamente sobre as maneiras de se aplicar e se comportar nas horas de estudos muitas vezes se diferenciavam dos cantados pelos diretores. Aqui, não se tratava de desestruturar a organização do ritmo da sala de aula ou o regimento escolar, mas somente de não se adequar ao método de estudos e leituras. Os alunos tinham dificuldade de adaptação às regras técnicas.

A atenção do aluno em sala de aula e nas bancas de estudos era uma área de laborioso trabalho dos professores e reincidência de alunos. A todo tempo, alunos eram notificados por “absoluta falta de atenção”. São muitos os registros que caracterizam alunos alheios às lições, perdidos em mundos distantes. Conversas, distrações, olhos em outros lugares que não a lição, movimentos com as pernas debaixo das mesas ou incomodando seu vizinho. Entretanto, o que partia de um limite técnico tomava ares de política, ética e moral. No relacionamento entre professor e aluno, a aplicação do método desaguava em situações sociais tensas¹²⁵.

O cotidiano das salas de aula, das bancas de estudos, eram impingidos por discussões e atritos entre professores e alunos oriundos da maneira como os alunos se comportavam diante da leitura, como não se concentravam, como não aproveitavam as bancas para estudarem, como, mesmo estando nas bancas em silêncio, pareciam estar em outro lugar. Desses momentos tácitos, gélidos e mecânicos, os professores chamavam os alunos à participação por meios diversos

¹²⁵

Ver Anedotas. *Anno Escolar do Instituto de Humanidades para o ano de 1908*. Destinado ao uso de seus alunos. Fortaleza: seção de obras do Cruzeiro do Norte, 1908, p. 252.

dos métodos propostos por educadores e diretores, daqueles presentes nos discursos dos artigos da *Revista Escolar* do Colégio Nogueira. Quando os alunos não interagiam com as aulas, era no *Livro de Partes* que eles iam ser notificados. Os métodos aplicados pelos professores eram tão somente a mecânica do registro que funcionava como coação aos estudos. O professor recorre ao *Livro de Partes* para lidar com a distração do aluno José Carvalho¹²⁶:

28 de fevereiro

O aluno José de Carvalho é de uma distração sem nome. Imagina-se que no final da aula estava ele ainda com o livro fechado, completamente alheio a tudo que se perguntava.

(nome de professor não está inteligível).

No catálogo das irregularidades composto pelo diretor do Colégio Nogueira, e que só tem vida através dos alunos, a falta de atenção muitas vezes é registrada com um peso moral no mesmo nível de violências físicas praticadas por alunos. No *Livro de Partes* de 1933, o aspecto moral das distrações de alunos ficou assim registrado¹²⁷:

Junho, 19

Da ordem do senhor Diretor ficam registrados os nomes dos alunos Barros, Audísio, Sidião, Afrânio, por terem por ocasião da saída da banca da manhã, procedido incorretamente, seguindo de gritos e empurrões.

- Durante a aula Barros e Afrânio tiveram mau comportamento, chegando aquele a dizer que esmurraria o seu colega, motivo pelo qual ambos se encontram estrelados.

- O estrelamento do aluno Valter foi por motivo de falta de atenção.

- Perdigão teve mau comportamento provocando hilaridade da parte de seus colegas em fazendo coisas de acrobacias.

¹²⁶ Livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira, divisão Livro de Partes, 1931.

¹²⁷ Livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira, divisão Livro de Partes, 1933.

(Sem identificação do professor)

Junho, 20

O aluno Valter, reiteradas vezes, permanece alheio às explicações, pelo que o advirto sempre.

(Sem identificação do professor)

Em março de 1933, um professor do Instituto de Humanidades registrou o caso do aluno Magalhães que não se concentrava na leitura¹²⁸:

Maio, 15

O aluno Magalhães acusou-me de injusto, visto como, por ocasião da leitura, foi o referido aluno surpreendido sem saber bem em que ponto estava lendo e por esse motivo teve nota inferior, na leitura, o que veio a concorrer que o número de seus pontos ficassem diminuídos de 4 pontos. Não se conteve em sua atitude de protesto. Ameaçou, ainda de elevar o número de seus pontos, para o que eu peço severas providências.

(Sem identificação do professor)

As formas de apreensão e operação da leitura apresentavam resistências diárias, individuais ou de grupos. A complexidade de sua emissão e recepção escapava à formação de professores e à naturalização do seu acolhimento por grupos escolares urbanos. Entre a dicotômica relação analfabetos e letrados, miríades de receptores transitavam manejando a leitura de maneira muito específica e fragmentada. Nomeá-las de dificuldades ou de rudimentares, ou ainda de mecânicas ou pseudo-silábicas, não estabeleceria correspondência com a realidade da competência dos métodos e da capacidade de percepção dos alunos. O mérito aqui é dar relevância às congruências, multiplicidades e variedades das formas

¹²⁸ Livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira, divisão Livro de Partes, 1933.

como as crianças lidavam com o material que metodicamente lhes eram fornecidos no dia a dia da escola.

O caso de Magalhães expôs as condições de aplicação dos métodos e como os alunos lidavam com eles. Relações de forças estavam imbricadas às práticas metodológicas e subjetividades atravessavam o campo da pedagogia. O que os alunos faziam com as disciplinas de estudo e práticas de leituras escolares podia ou não coincidir com os alvos dos planejamentos didáticos das aulas. Porém, era com os seus próprios alvos que os alunos operavam. Nos cenários das premiações e condecorações, tirar boa nota, ainda que mecanicamente, e aumentar a pontuação era o relevante, embora não houvesse mérito por estudo e desenvolvimento de aprendizagem. Por outro lado, Magalhães era tão seguro na sua ameaça que seu comportamento denotava uma banalização do controle do aluno sobre seus pontos. Para Magalhães, circular com os seus pontos era prioridade e entrar no jogo de acusações de injustiça era se afirmar diante de uma lógica que ele acreditava, ou seja, ler não para aprender, mas para manter a pontuação alta. Para o professor, a distinção entre ler mecanicamente e compreender era bastante clara, mas para Magalhães o que era perfeitamente discernível era a sua pontuação. Abstrações de um lado e prática do outro dão indícios dos trajetos do método intuitivo e prático. Práticos eram os jogos de franca concorrência entre alunos nas disputas pelas pontuações e a conseqüente premiação. Porém, o manejo no ensino aprendido das disciplinas ainda seguia linhas abstratas de pouca relação com a realidade infantil, contradizendo o método intuitivo e prático.

O catálogo das irregularidades dos alunos florescia como árvores bem aguadas. Gestos de desvios continuavam a dar uma configuração ao cotidiano escolar e manejavam as normas previstas nos protocolos pedagógicos de organização do ensino elementar e das práticas de leituras escolares. Entre eles, as advertências dos alunos por não trazerem seus trabalhos e materiais escolares. Alunos eram estrelados por não levarem à escola os seus livros de lições. Então, o que faziam com os seus livros esses alunos que dia a dia criavam nova ordem e manejavam o cotidiano escolar? Que leituras levavam alguns a premiações e muitos a outros caminhos traçados no desenrolar das experiências ordinárias? O que liam os alunos do ensino básico, no Ceará do início do século XX?

1.2. Os livros na escola

1.2.1. Aproximações do livro didático

A difusão das habilidades de leitura implicou na adoção de novas práticas na cultura escolar no Ceará, no início do século XX. A intensificação da presença do livro em ambientes de instrução era, sem dúvida, uma evidência no início desse século que se urbanizava, inspirado por modernizações sob a crença na educação como panacéia de seus males.

O livro de lições ou “de leitura” era projetado em direção a leitores situados na cultura da instrução e, pouco a pouco, consolidava relações do leitor com o suporte primeiro da leitura na escola moderna. Os livros estavam em muitos cenários das escolas, dos educandários, dos institutos, dos grupos. Era possível vê-los nas premiações, nas bancas de estudos, nas fotos de alunos, nos recreios, nas sabatinas e até na sala de aula.

A despeito do método intuitivo, da lição das coisas e pelas coisas, o livro emergia envolvendo educadores, professores, diretores e alunos¹²⁹. Como se a educação sem ele não fosse possível. Um tal estreitamento entre livro e educação se estabelecia, e os métodos didáticos pareciam não sobreviver sem a materialidade de seus conteúdos, seleções, planejamentos e sínteses que só o livro escolar parecia permitir.

Assim disposta, a prática dos estudos através dos livros, no início do século XX nas escolas cearenses, recrudescia e alimentava a formação de grupos sociais

¹²⁹ CRAVEIRO, Newton. *Brasil Seco*. Publicação subvencionada pelo Governo do Estado do Ceará, 1923. Junior, Papi. Coisas Sérias. Coluna do semanário *Ceará Ilustrado*. 11 de junho de 1925. Ver também diversas definições das dimensões da percepção no ensino de Moral e Cívica em Junior, Papi. *Do Homem ao Cidadão. Instrução Moral e Cívica, Coletânea didática*, 1ª edição. Fortaleza: Typ. Central, 1925. Köpke, João. O Ensino da Leitura pelo Methodo Analytico. In: *Revista do Brasil*, São Paulo, V 2, p. 31-69, Mai. 1916. Este trabalho foi lido, ao Jardim da infância em São Paulo em 12 de maio de 1916. Nota do autor. Caron, Jean-Claude. Os jovens na escola: Alunos de Colégios e Liceus na França e na Europa (Fim do séc. XVIII - Fim do Séc. XIX). In: Levi, Giovanni & Schmitt, Jean-Claude (Org). *História dos Jovens* -Época Contemporânea, V. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.137-194.

com habilidades para apreender o mundo por meio do objeto impresso em papel encadernado. Mas os gestos livrescos e escolares não se limitavam apenas à administração dos estudos disciplinares. As práticas e os usos dos livros escolares envolviam dimensões da cultura infantil que rompiam com as fronteiras entre o escolar e as subjetividades da imaginação infantil. Com os livros, os alunos entre cinco e quatorze anos construía operações dentro ou fora da escola, seguindo, antes da instrução de mestres e autores, suas demandas subjetivas, imaginativas.

O livro escolar, como material, circulava numa aproximação que naturalizava as relações entre as crianças e esse objeto, que não é de estimação, mas que diariamente compõe a convivência com as crianças. Todo um processo de simbolização instituía-se na cultura infantil escolarizada. O gesto quase natural e frequente de transportar blocos de livros de casa para a escola, das calçadas para o pátio, do pátio para a sala de aula, da sala de aula para as bancas e auditórios construía significados em relação ao livro para alunos e educadores.

A convivência com os livros na infância está inscrita nas memórias de toda uma geração escolarizada. As memórias de escritores representam um lugar onde os livros são chamados a participar das tramas que compõem as lembranças de seus autores. Em uma perspectiva romântica, muitos expressam as subjetividades com as quais interagem com o objeto escrito. Gustavo Barroso, no conjunto de suas memórias¹³⁰, elegeu diversos pontos de motivação para compor sua escrita. No elenco de seus temas, figuram os primeiros estudos no final do século XIX e início do século XX, no externato São José, de sua tia; no Colégio Paternon, do professor Lino da Encarnação; e no Liceu. Fran Martins¹³¹, em livro de contos, também recorda as vivências escolares; Raimundo Girão¹³² busca na escola pautas para compor os cenários de seu passado. João Hipólito lembra as aulas no Instituto de Humanidades, de Joaquim Nogueira, valendo-se das imagens em que alunos e professores usavam livros e materiais didáticos¹³³.

¹³⁰ BARROSO, Gustavo. *Memórias de Gustavo Barroso*, 2ª edição. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989.

¹³¹ MARTINS, Fran. *Amigo de Infância*. Contos. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1959.

¹³² GIRÃO, Raimundo. *Palestina, uma agulha e as saudades. Reminiscências*. 2ª edição. Fortaleza: S/E 1984.

¹³³ OLIVEIRA, João Hipólito C. de. Reminiscências escolares I- Colégio Nogueira. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza: Imprensa da Universidade Federal do Ceará, Tomo LXXIII- Ano LXXIII, p.

Homens de letras, esses escritores lançam mão dos livros ao desenhar a cultura escolar na qual transitaram. Seja para divulgar a cultura livresca, seja para criticar os usos dos livros, seja idealizando as maneiras de estar com os livros. Entretanto, os estudos dessas memórias aventam a possibilidade de discutir as práticas escolares com os livros no passado, no início do século XX.

Gustavo Barroso, nascido em uma casa que abrigava uma escola de iniciação da criança no mundo escolar, desde cedo conviveu com os objetos impressos¹³⁴. Na sua visão de criança e memorialista do mundo das letras, ele ressalta a composição das salas de aula e dos colégios, sempre localizando o lugar dos livros em ambientes escolares. Ao narrar suas primeiras experiências no externato São José, no grande salão de sua casa e entre as variadas cadeiras que os alunos traziam para sentar-se, o autor de *Coração de Menino* vale-se das imagens dos objetos escritos. Duplas cartilhas eram exigidas pela professora. Os alunos manuseavam uma enquanto a outra era colada em um papelão que anteriormente havia sido uma caixa de charutos.

Entre dificuldades e a busca de alternativas didáticas, a cultura escrita e a iniciação aos usos dos livros iam se estabelecendo. Uma mecânica do manejo com o objeto composto por letras se dava de forma precária e produzindo comportamentos paralelos, mas de toda maneira, procurando sedimentar a leitura e o uso do livro no espírito infantil.

Em 1898, Gustavo Barroso continuou os estudos, iniciados no externato São José, no Colégio Paternon, do Professor Lino da Encarnação. Ao visitar o colégio pela primeira vez, ficaram registrados na sua memória os materiais impressos que figuravam no ambiente escolar. Os mapas de geografia fixos nas paredes impressionaram a criança e provocaram críticas do autor de livros sobre o Ceará por não figurar o Brasil nos painéis do colégio. Assim, os objetos impressos imergiam os alunos a uma endoculturação de habilidades e imagens com as quais a criança passava a lidar.

388-394, 1959. OLIVEIRA, João Hipólito C. de. Professor Joaquim da Costa Nogueira. Palestra conferida no Instituto Histórico do Ceará em 20/12/1965. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, Tomo LXXX - Ano LXXX, p. 220-224, 1966.

¹³⁴ BARROSO, Gustavo. *Memórias de Gustavo Barroso*, 2ª edição. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989.

Mas, sobre livros e suas vivências no colégio Paternon, Gustavo Barroso, como escritor, esforçava-se para lembrar sua convivência com os livros. Com pouca satisfação, o historiador cearense recordava o caminho de casa para a escola, em que tinha que levar os muitos livros amarrados por um barbante. Os livros de leitura, encapados com chitas de ramagem, transportados de casa para a escola, sinalizavam o *status* de quem os conduzia e expunha o processo educacional definitivamente vinculado ao livro. Ao sair de casa para estar no colégio as 8:00h da manhã com seu bloco de livros, Gustavo Barroso era incomodado com os dizeres de populares sobre sua condição de aluno: “Um burrinho carregado de livros, acaba feito doutor”¹³⁵.

No Ceará do início do século XX, a presença do livro escolar era suficiente a ponto da população perceber seus movimentos não apenas nos lugares de comercialização, mas junto ao indivíduo, circulando nas ruas e articulado a cultura escolar. No imaginário coletivo, o livro também distinguia os letrados e os não letrados. Ele era um sinal de letramento, mas também de que o indivíduo estava em um processo no qual partiria de uma posição social e alcançaria outra. A sociedade atribuía significados ao livro que denotavam a possibilidade de mudanças sociais e movimentos de grupos e posições em uma cultura urbana que intensificava suas relações com os objetos escolares impressos.

Nessa direção, é possível designar a frequência adicional de livros no dia a dia das escolas do Ceará do início do século XX. Gustavo Barroso, nesse ponto de suas memórias, empreendeu uma escrita para enfatizar a quantidade de livros que fazia parte da lista do material encabeçada por esses objetos impressos para as lições escolares. Na lista do Colégio Paternon, no 4º ano do ensino primário, segundo o memorialista, figuravam pelo menos seis livros: o 4º Livro de Leitura, a Seleta, o livro de História do Brasil por perguntas e respostas, o livro de Geografia, a Gramática e os manuais de Lições de Coisas. Assim, em um ritmo de seis livros por aluno de escolas particulares, a cultura livresca se estabelecia no cotidiano do Ceará.

Envoltas em livros no dia a dia das lições, as crianças construíam suas próprias culturas e relações com ele. Contemporizando com as leituras, os gestos

¹³⁵ BARROSO, Gustavo. *Memórias de Gustavo Barroso*, 2ª edição. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989.

livrescos adquiriam variações. Tanto quanto suporte de leitura, o livro, nesse ambiente escolar, foi representado nas memórias de diretores e nos artigos para a escola como um objeto de refúgio, defesa e socorro em momento de fuga de uma realidade concreta da qual não se queria participar, ou como plataforma de argumentação de comportamentos não justificados.

Fran Martins, no conto *Amar...Brando...Claro...*¹³⁶, narra os flertes entre os personagens Julinha e João Guilherme através dos livros quando estavam na escola primária de Dona Neves. Ricardo, pretendente de Julinha, usava como dispositivo de concorrência de sua atenção as disputas do domínio dos conteúdos dos livros didáticos. Dominando os livros de leitura, Ricardo acreditava conquistar o amor de Julinha, enquanto João Neves emprestava seus livros de gravura à sua pretendente. Ela romanticamente esquecia pétalas de rosas nas páginas do livro que, com o tempo, reforçariam as lembranças daqueles momentos afetivos à medida que as pétalas secavam e se juntavam às impressões do livro.

Odorico Castelo Branco, em *Reminiscência do Ofício*¹³⁷, narra imagens de alunos em sala de aula lidando com sua timidez, cravando os olhos nas páginas dos livros. Outros buscavam, mesmo na hora do recreio, brincadeiras menos participativas, também se exilando nos livros de ilustrações. Há aqueles alunos que, oralizando alguma incoerência dentro da sala de aula e diante dos rechaços da turma, responsabilizavam os textos livrescos em suas interpretações muito próprias.

No livro *Anno Escolar*, os alunos escreviam artigos que deixavam visível a forma como usam os livros¹³⁸. Sem querer estudar, mas na obrigação de estarem aplicando-se na banca de estudos, usavam o livro para pintar gravuras e não se concentravam nos conteúdos. Sem compreenderem os limites rudimentares das gravuras impressas em preto e branco, imprimiam suas cores ao livro, assim como suas maneiras de transitarem na cultura escolar.

Refúgio da timidez ou da pouca habilidade para lidar com as exigências do ambiente escolar, o livro acenava para o aluno não só como o lugar do

¹³⁶ MARTINS, Fran. *Amigo de Infância*. Contos. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1959, p.20-37.

¹³⁷ CASTELO BRANCO, Odorico. *Reminiscências do Ofício*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1920.

¹³⁸ Artigo escrito em Nov. de 1904 cujo autor é aluno do Instituto de Humanidades. MELO, João Ramos de T. Bocado Bom. *Anno Escolar do Instituto de Humanidades para o ano de 1908*. Destinado ao uso de seus alunos. Fortaleza: seção de obras do Cruzeiro do Norte, 1908, p. 248.

conhecimento escolar registrado e sintetizado, mas também como seu socorro em situações de adversidade. A interseção da cultura escolar à cultura lúdica e infantil matizava os significados que o livro ia adquirindo na sua historicidade, nas sociedades contemporâneas. A atribuição de sentimentos, afetos e personificações criava vínculos de sociabilidades que possibilitavam a emergência de uma materialização do livro cada vez mais imprescindível à cultura escolar e infantil.

Antônio Bezerra de Menezes, em artigo escrito para o livro *Anno Escolar* de 1908, do Instituto de Humanidades¹³⁹, atribuiu personificação ao livro lembrando aos alunos que:

O saber é o melhor companheiro do homem, é o seu guia para a felicidade, para a glória, para a honra e para a salvação daqueles que jazem submersos nas negras trevas da ignorância.

Duas coisas bem diversas existem no mundo: uma cheia de esplendores, de alegrias e de felicidades, - o saber; outra, negra, abominável - a ignorância.

E da primeira precisa o homem que deseja se tornar grande, sábio: que deseja estudar a natureza como ela o é.

E, no entanto, poucos, bem poucos, os que a possuem.

Para saber é necessário recorrer a um meio - o estudo, e para se estudar, é necessário o livro.

O livro é o cômputo pelo qual se adquire tudo quanto é belo e sublime

O livro é o invólucro onde se encontram todos os segredos e belezas do universo.

O livro é, por assim dizer, uma segunda mãe, que nos ensina a amar a Deus, a Pátria e a nós mesmo.

Enfim, o livro é o bordão, que sustém aqueles que procuram se erguer da ignorância.

A abordagem trágica e iluminista de Antônio Bezerra de Menezes do significado do livro, em uma sociedade que se pretende escolarizada, conduzia o aluno a um apego personificado com as edições escolares. A produção de

¹³⁹ Artigo escrito em 1904 e publicado no livro *Anno Escolar*. BEZERRA DE MENEZES, Antônio. O livro. In: *Anno Escolar do Instituto de Humanidades para o ano de 1908*. Destinado ao uso de seus alunos. Fortaleza: seção de obras do Cruzeiro do Norte, 1908, p. 222-224.

sensibilidades em torno do objeto impresso e escolar motivava as relações de dependência e afetividade que davam ao livro *status* de provedor comparável à figura materna, assim como um perfil de extensão da existência humana e escolar. O meio por excelência pelo qual o ser humano entra em contato com o que o universo tem de mais relevante, é apresentado como sendo o livro.

O jogo de saber e ignorância enfatizava o poder do livro para produzir saberes e retirar o aluno de um mundo nebuloso, aterrorizante, do qual só o livro, personificado na figura da mãe, pode salvar. Nessa romântica dicotomia, o aluno flui entre perder-se na ignorância ou salvar-se através de um agente que tem atributos de amizade, consideração, benevolência. Pouco a pouco, sob o signo dos poderes subjetivos e humanos que o livro teria, toda uma cultura escolar dependente do livro se estabelecia. Relações de proximidade do aluno com o livro sedimentariam e naturalizariam a ideia de que sem livro não há escola, não há instrução, não há educação, não há possibilidade de conhecimento do universo. Levando os seus livros nas costas, em maletas de couro ou enrolados em um barbante; manuseando seus livros de decalque de história do Brasil, os alunos são inseridos em um mundo onde suas existências são constituídas por uma cultura livresca e escriturística. No início do século XX, as crianças das escolas cearenses conviveram com a ideia de que o livro seria o provedor infalível do acesso à vida, ao universo, ao mundo de existência humana.

1.2.2. Indiferenças e redes de controle

Entretanto, nem sempre a recepção do livro contemporizava com a noção de provedor. O livro na escola era também rechaçado, tratado com indiferença, desprezo e objeto de arroubos rebeldes.

No livro *Vida Escolar* da administração do Colégio Nogueira, na divisão *Livro de Partes*, muitos eram os registros de irregularidades relacionados ao livro. Alunos eram frequentemente notificados por irem contra as normas do colégio no que tange

aos livros. Havia constante estrelamento de alunos pelo mau uso do livro. Desprezando a ideia de que o livro seria o “farol” de suas existências, o bordão que os ergueria da escuridão da ignorância, alunos redirecionavam o significado dos usos dos livros e implementavam práticas desviantes de manejos dos impressos escolares.

A despeito de todas as regras, do regulamento, das atividades diárias, das chamadas de atenção dos professores, das lembranças feitas pelos mestres, dos reclames feitos aos pais, os alunos constantemente esqueciam dos livros. As notificações por esquecimento ocorriam frequentemente no *Livro de Partes* do Colégio Nogueira. Alunos não levavam o Atlas de estudos, não se lembravam do livro de História do Brasil, esqueciam os manuais das Lições de Coisas. As crianças também riscavam, pintavam e danificavam as edições didáticas. E, no auge de suas reações, jogavam livros nos professores¹⁴⁰. Enfrentando as disciplinas e castigos, eles davam crédito a “não presença” do livro na sua vida escolar e modificavam os planejamentos das aulas. Em junho de 1931, o *Livro de Partes* estava movimentado. Eram muitos os registros de irregularidades causadas por alunos. Referências ao descaso dos alunos com livros não faltaram¹⁴¹:

Dia 22 de julho de 1931

Aviso ao senhor diretor que os alunos Airton, Cleber e Osvaldo não trouxeram a *Revista Escolar*, o senhor Viana não trouxe o livro *Autores Contemporâneos* e o senhor Gonzaga deixou de trazer o exercício de Português.

José Rodrigues

¹⁴⁰ Livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira divisão Livro de Partes 1933.

¹⁴¹ Livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira divisão Livro de Partes, 1931

Tal indiferença resultava em descaminhos na trajetória do ritmo escolar e imprimia uma rotina adversa na sala de aula e nas bancas de estudos. Defendendo o método intuitivo, mas distanciando-se dele, esse ensino dependente do livro dava uma configuração escolar em que os conteúdos impressos, sintetizados em obras literárias e didáticas, estavam no centro. Quando o aluno desprezava o livro e não o levava à escola, tanto uma cultura estava sendo rejeitada como o sentido da aula era modificado. De tempo para o aprendizado e construção de conhecimento, o sentido da aula passava a ser moral e disciplinador ou, nos casos extremos, de total esvaziamento do sentido didático, pois sem o livro estabeleciam-se entraves ao empreendimento das aulas e à condução do aluno a atividades escolares. Mas os alunos continuavam esquecendo os livros: *Gramáticas*, *Atlas*, o *Baralho Aritmético* e a *Revista Escolar* aparecem com frequência no *Livro de Partes* como os livros que os alunos não levam para a sala de aula. Sem importância para os alunos e fundamental para a condução das aulas, esses livros são os pontos de tensão e alvo do controle de professores sobre alunos. São representantes da ausência dos livros as notificações que davam ciência ao diretor dos entraves aos usos dos livros propostos pelo Colégio Nogueira¹⁴²:

28 de fevereiro de 1931

Os alunos Gabriel e Waukardé não trouxeram a *Revista Escolar*

(Assinatura do professor não permite identificação)

13 de maio 1931

Faço ciente o senhor Diretor que o aluno Perez não trouxe o Atlas necessário à aula de Geografia

(Assinatura do professor não permite identificação)

19 de maio de 1931

Não trouxe o *Baralho Aritmético* o aluno José Abílio de Oliveira

(Assinatura do professor não permite identificação)

¹⁴² Livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira divisão Livro de Partes, 1931

Atribuindo poderes aos livros na dinâmica escolar, os diretores preocupavam-se com a necessária presença do livro em atividades escolares e com os usos que os alunos faziam dele, que podiam desembocar em ausências constantes. Por isso, criavam redes de controle das quais os alunos e pais custavam escapar. São regulamentos, facilidades de compra, advertências, comunicações constantes, castigos, exigências na matrícula que levavam os pais a cederem e a controlarem os filhos na leitura das páginas, na escrita sobre o papel impresso, no guardar o livro em casa, no transportá-lo para a escola, no utilizá-lo na sala de aula. Um circuito de controle, que ia da família às hierarquias escolares, colocava o aluno em constante atenção sobre o objeto escrito.

Se inúmeras são as notificações de alunos que esqueciam os seus livros, as cartas entre pais e o diretor do Instituto de Humanidades com o tema dos usos dos livros são presentes no *Livro de Partes*. Os pais pediam ao diretor que castigassem os filhos por que estes riscavam os livros. Outros diziam que a responsabilidade do livro perdido era da escola, uma vez que o livro lá havia ficado. Difundido na cultura escolar, o livro estabelecia-se sob tensões, e uma cultura imbricada por aceitação e rejeição desenvolvia-se a partir de práticas de recepção diversas. O controle dos usos dos livros era de tal importância que envolvia uma rede em que escola e família organizam-se em hábitos de vigilância da infância. Em 18 de janeiro de 1932, C. N. Pamplona, comerciante de tintas em Fortaleza, na rua Barão do Rio Branco, escreve a Joaquim Nogueira solicitando ajuda do diretor na disciplina de seu filho no que diz respeito aos usos do livro didático¹⁴³:

Amigo e sr. professor Nogueira

Bom Dia

Verifiquei, hoje que José Hélio riscou com tinta, um de seus livros, pelo que, como castigo, rogo o sr. cancelar os recreios que ele tenha direito de hoje até quarta-feira.

Muito grato, o amo

Carlito N. Pamplona

18-1-32

¹⁴³ Livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira divisão de correspondências, 1932

Em junho do mesmo ano, os livros didáticos de José Hélio continuavam rendendo correspondência entre seu pai e o diretor do Colégio Nogueira. Enquanto o diretor era atento aos livros didáticos de uso dos alunos do colégio, o pai se irritava com o descontrole do trânsito dos livros e a responsabilidade que recaía sobre ele¹⁴⁴.

Sr. professor Nogueira

Acuso o seu bilhete de ontem, e fico ciente. O livro de leitura de Olavo Bilac, de fato ficou em minha casa. Quanto, porém o de História do Brasil, foi perdido no percurso ao colégio (o caso muito difícil), ou desaparecido aí. Esta última é a hipótese mais acertada por que de vários outros alunos, tem havido desaparecimento, no colégio. José Hélio chegará hoje, na aula da manhã, um pouco retardado, por motivo justificado.

Atenciosamente

C. N. Pamplona

18-6-32

Mas, sobre a diversidade de recepção do modo como o livro se afirma na cultura escolar e a posição dos diretores a respeito dos livros didáticos que circulam em seus colégios, Odorico Castelo Branco também expressa uma imagem das maneiras de operar com as tensões produzidas pelo livro didático¹⁴⁵.

Quatro ou cinco dias antes, me fora apresentado o senhor coronel Benevides, influencia política em ***, onde era uma espécie de deus pequeno, como quase sempre o são os manda-chuvas sertanejos; e SS me dera a honra de matricular um seu filhinho no Instituto, como semi-interno. No dia seguinte veio o menino para as aulas, mas não trouxe os livros pedidos porque o “papai tinha perdido a nota”; queira ver se podia aproveitar os livros que trazia da escola que freqüentava no sertão. Impossível, não eram esses que o colégio adotava. Furneci-lhe outra nota. Mas desta vez os livros não vieram porque o papai não tinha podido ir ao livreiro; pedia que fosse permitido ao menino ir lendo aqueles mesmos por alguns dias. Lembrei-me de tudo isso enquanto subia para falar ao coronel, cuja visita era motivada, sem dúvida, por um cartão em que eu, na véspera, lhe dizia a conveniência de comprar os livros. [...] Mostrei-me, então, um prodígio de eloquência: produzi razões, qual mais convincentes, em defesa dos atuais diretores de colégios; e tanto fiz que me pareceu abalado o

¹⁴⁴ Livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira, divisão de correspondências, 1932

¹⁴⁵ CASTELO BRANCO, Odorico. *Reminiscências do Ofício*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1920, p. 37-39.

coronel. Entretanto compreendi que um certo acanhamento o impedia de falar-me francamente; e por delicadeza, não insisti, vendo, pesaroso retirar-se o coronel sem que ficasse alguma coisa resolvida. No dia seguinte não sei se oficial ou oficiosamente, procurou-me aquele amigo que me apresentou o coronel e me deu mais ou menos a seguinte explicação que eu não sei até que ponto seria verdadeira. O coronel fora obrigado a vir, com a família passar uma temporada, uns três ou quatro meses, na Capital do Estado. Ora não convinha montar casa, fazer tantas despesas, para tão breve permanência na cidade; e, pois metera-se no “hotel” com a família. Mas aqui a diária era pesada; e como a pensão do semi-internato era relativamente cômoda, mandara o menino para o Instituto e a menina para algum colégio. Não valia a pena fazer novas despesas comprando aqueles livros, aliás, dispensáveis, pois, por quaisquer outros poderia o menino ir estudando esses três ou quatro meses. Era justo, sem dúvida, que o coronel Benevides fizesse economias; e não deixou de parecer-me original o expediente encontrado. Entretanto eu não pude ceder; e foi assim que perdi mais um aluno.

A longa citação das memórias do diretor do Instituto Miguel Borges expõe as tramas em que o livro didático estava envolvido e as formas como eram recebidos pela sociedade. Embora reconhecendo a necessidade da educação, o senhor coronel não considerava a possibilidade de comprar os livros para o filho. Criava situações para enganar o fardo das contas com livros. Sem muito sucesso, apelou para a argumentação primitiva— presente nas culturas de leitura intensiva —de que um texto vale muitas leituras¹⁴⁶. Mas, nas cidades urbanas do início do século XX, esse argumento não tinha mais força de persuasão, uma vez que se multiplicavam as leituras tanto quanto os conteúdos, e as habilidades para os estudos primários requeriam quantidades de livros coerentes com a quantidade de conteúdos para se conhecer o “universo”.

Em contrapartida, o diretor assumiu o papel de defensor da necessidade de livros na vida escolar. Para isso, configurou argumentações que, em certa medida, imobilizavam a ideia de reutilização dos objetos escritos para as lições escolares. Interesses econômicos atravessavam todo o diálogo, mas choques de costumes e mentalidades também se faziam presentes. Era a noção passada e agrária dos usos do livro que se chocava com a nova abordagem escolar do uso do livro. Para o coronel, era aceitável a ideia de aprendizado através de muitas leituras de um único

¹⁴⁶ CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores, e bibliotecas na Europa entre XIV e XVIII*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2ª edição, 1998, p. 23-24. CHARTIER, Roger. *As práticas da escrita*. In: CHARTIER, Roger (Org). *História da vida privada. Da Renascença ao Século das Luzes*, V 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.113-161.

livro, enquanto para o diretor a maior quantidade de livros e leituras representava uma possibilidade de contato com maior número de experiências educativas.

Essas visões dos usos dos livros estavam tão arraigadas em cada uma das culturas, agrária e urbana, respectivamente, que não houve acordo entre coronel e diretor. Enquanto o coronel precisava encontrar outra escola para seu filho, o diretor perdia mais um aluno em função da abordagem do livro que imprimia no dia a dia da sua escola. Era uma cultura que se afirmava em meio a desvios e contradições: a cultura livresca e escolar no início do século XX, no Ceará. Então, professores, alunos, pais, diretores partilhavam a ideia de que o livro era a materialização da instrução e do ensino e sem ele a educação não se concretizava. O livro era o porto seguro de uma instrução que se complexificava e se abstraía potencialmente na medida em que a noção de ciência ocupava lugares sociais pertinentes à educação, e o universo tornava-se a dimensão a ser apreendida.

1.2.3. Livros didáticos: nacional e local, antigos e modernos

Mas a abordagem do livro como suporte do conhecimento universal, e sua necessária multiplicação disciplinar, desenvolveu-se junto ao aumento da produção de livros com sentido escolar. A variação de títulos para usos nas escolas e edições didáticas emergia como uma “avalanche” nas escolas particulares do início do século XX. Portanto, justifica-se a interrogação sobre quais títulos e livros os leitores escolares— rebeldes ou contemporizadores —tinham à sua mão diariamente para as atividades escolares.

A leitura das memórias e de contos dá indícios da presença de uma variedade de títulos no cotidiano das escolas cearenses. Nas memórias, um ponto de estruturação das narrativas é a vida escolar e os livros com os quais os autores estudavam. Faz parte da pauta das memórias a citação dos livros lidos e estudados nas escolas. Os livros de leitura, quase sempre sem títulos, aparecem nas lembranças como seriações e são identificados por seus autores. Os livros de textos

literários sempre são relacionados às seletas. O livro de reconhecimento dos lugares além da sua cidade é o livro de geografia, que também só se reconhece pelo autor, assim como a história que só pode ser aferida na sua qualidade pelo renome do autor. Também nessa linha de reconhecimento, identificam-se os livros de matemática e de gramática. Portanto, é pela classificação disciplinar e pelo autor que esses livros são lembrados, e não pelos títulos ou pela qualidade dos conteúdos.

João Hipólito, em memórias publicadas na *Revista do Instituto do Ceará*¹⁴⁷, lembra as aulas de História quando, para participar das efemérides do Instituto de Humanidades, os alunos estudavam com o livro *Anno Escolar*. Lições de moral, civildade e civismo eram ministradas a partir da disciplina de História, que seguia o conteúdo do *Anno Escolar*. O *Baralho Aritmético* também foi lembrado por João Hipólito como um material didático utilizado com frequência nas aulas do Colégio Nogueira¹⁴⁸.

O livro *Anno Escolar* era a edição do Instituto de Humanidades para seus alunos. Nele, os estudantes do ensino elementar podiam encontrar todas as matérias lecionadas no Instituto, entre elas a História do Ceará, Geografia do Ceará, Literatura local, Corografia do Ceará. O uso de livros, com apelo da cultura cearense para a instrução de crianças, alcançou os primeiros anos do século XX com o trabalho de intelectuais cearenses na elaboração de textos didatizados. Em 1908, Joaquim Nogueira lançava o livro *Anno Escolar*, com seções de História do Ceará e efemérides baseadas nas publicações do Barão de Studart. O Ceará Intelectual, outra seção do livro *Anno Escolar*, tratava de vários aspectos da cultura cearense a partir de textos compostos por intelectuais locais e que foram estudados por alunos da escola elementar.

Entretanto, ainda em 1887, João Gonçalves Dias Sobreira publicou a primeira edição *Geografia Especial do Ceará*¹⁴⁹. Em 1888, chegava à segunda edição, com a

¹⁴⁷ OLIVEIRA, João Hipólito C. de. Reminiscências escolares I - Colégio Nogueira. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza: Imprensa da Universidade Federal do Ceará, Tomo LXXIII - Ano LXXIII. p. 388-394, 1959. OLIVEIRA, João Hipólito C. de. Professor Joaquim da Costa Nogueira. Palestra conferida no Instituto Histórico do Ceará em 20/12/1965. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, Tomo LXXX - Ano LXXX, p. 220-224, 1966.

¹⁴⁸ NOGUEIRA, Joaquim da C. *Baralho Aritmético*. 1ª edição de 1921. Referência encontrada no *Livro de Partes*, 1933.

¹⁴⁹ DIAS SOBREIRA, João Gonçalves. *Geografia Especial do Ceará*, 2ª edição. Fortaleza: Typ. Gazeta do Norte, 1888. Studart, Barão. *Dicionário Bio-bibliográfico*, V1. Fortaleza: Typo-Litografia a Vapor, 1910, p. 486-488.

afirmativa do autor de que se via obrigado a reeditá-lo pelo grato acolhimento do público. Na segunda edição, o autor acrescentava uma carta geográfica da província e matérias novas colhidas em pesquisas documentais e de campo. Professor do ensino público, João Gonçalves chegou a publicar também uma simplificação da Gramática Portuguesa em 1902. Em 1885, João Brígido publica o *Resumo de História do Ceará* pela tipografia do operário, que chega a segunda edição em 1892. Ainda na primeira edição, o autor prescreve os possíveis leitores e define a metodologia empregada na organização do conteúdo, lembrando o caráter ainda frágil das edições de história¹⁵⁰:

Alguns amigos pediram-me que escrevesse um resumo da história do Ceará para uso nas escolas primárias. Cedendo as suas solicitações, formulei as lições que se seguem, compendiando o que se encontra nas diversas crônicas e ensaios de história especial desta parte do Império.

As edições que prezavam o esforço de construção da autoimagem cearense e que tinham intenção escolar persistiam em serem editadas mesmo lidando com dificuldades. Em 1905, a Editora-Empresa Typo-litográfica a Vapor publicou *Corografia do Estado do Ceará*, na qual declarava que o livro era organizado segundo as reformas do ensino primário, consolidando o trabalho de escrita para a escola e para as crianças e em uma investida em um possível mercado de edições locais¹⁵¹:

Adaptado à instrução das crianças quando se tem publicado sobre a descrição física e política do Ceará. Mormente os trabalhos do ilustre quão modesto sábio cearense senador Thomaz Pompeu de Souza Brasil, de saudosíssima memória, procuramos atentamente não nos afastar das boas práticas do ensino, da clareza e simplicidade na dedução das idéias, que tanto convém às inteligências juvenis.

¹⁵⁰ Advertência da primeira edição de 1885, reproduzida em BRÍGIDO, João. *Resumo de História do Ceará*, 2ª edição. Fortaleza: Typografia Operária, 1892.

¹⁵¹ COROGRAFIA DO ESTADO DO CEARÁ. Fortaleza: editora-Empresa Typo-litographica a Vapor, 1905.

Thomaz de Pompeu de Souza Brasil já participava da rede de edições escolares desde o ano de 1850 quando publicou *Princípios elementares de Cronologia para uso do Lyceu do Ceará*, pela tipografia Americana. Em 1851, publicava *Elementos de Geografia oferecidos à mocidade cearense*, e em 1856, publicou em 2ª edição, com 536 páginas, in-8º, o *Compêndio de Geografia para alunos de Lyceus e seminários do Império*, o qual foi adotado pelo colégio Pedro II. A lista de livros didáticos produzidos no Ceará ou por autores cearenses pode crescer de modo relevante. O *Dicionário Bio-bibliográfico* do Barão de Studart dá testemunho dessa produção.

O Dicionário do Historiador cearense Barão de Studart é um arrolamento de autores e personagens que ele considerou importante para a composição da memória cearense. Compiladas em três volumes, as informações colhidas pelo autor iniciaram-se em 1901 e contaram com a colaboração de Capistrano de Abreu. O primeiro volume foi publicado em 1910, o segundo em 1913, e o terceiro em 1915, de maneira que o levantamento abrange produções do século XIX e dos quinze primeiros anos do século XX.

Na pesquisa que fiz no Dicionário, arrolei 36 obras didáticas, das quais 22 são de autores cearenses e editadas no Ceará, e 14 edições de autores cearenses publicadas em outros estados como Rio de Janeiro, Pernambuco, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Sul. As publicações atendem às disciplinas de Aritmética, Gramática, Geografia e História. No levantamento para esta tese, não considerei as obras para os segmentos engenharias, militar, politécnicas, financeiro, rural, alfandegário, direito e da técnica de saúde. Esses seguimentos, sem serem necessariamente para a escola, atendiam a um público de instrução básica e tinham apelo didático, contudo, nem sempre prescreviam um público escolarizado— com exceção das politécnicas—, mas uma demanda por uma formação técnica e prática diversa das publicações que me ocupo no presente trabalho de pesquisa. Esse tipo de publicação aparece em números múltiplos e denota a complexificação e especialização do mercado editorial local. É preciso notar também que há livros que ficaram fora do catálogo do Barão de Studart como, por exemplo, o *Resumo de História do Ceará*, de João Brígido, e *Corografia do Estado do Ceará*, da Editora - Empresa Typolitografia a Vapor. Como esses, é possível que outros livros tenham ficado fora da lista do Barão de Studart por razões que desconhecemos, mas que

não podem impedir uma visão mais alargada da produção de livros escolares no Ceará e por cearenses.

Das publicações arroladas no *Dicionário*, vale citar o *Compêndio de Gramática de Philosophia do Lyceu Provincial*, publicado em 1861, in-8º, com 128 páginas, por Manuel Soares da Silva Bezerra¹⁵². Para as crianças sobralenses, o padre Manuel Soares Lima Araújo publicou *Instrução moral da infância*, em 1886¹⁵³. Outro livro publicado por cearenses e no Ceará é o *Resumo de Aritmética para uso das escolas primárias*, em três edições, provavelmente entre os anos de 1865 e 1895 quando do falecimento do professor Francisco de Oliveira Conde, autor do livro¹⁵⁴. O Barão de Studart menciona que a obra fez muito sucesso no tempo de publicação, embora não se refira mais especificamente a essa data. Mais uma obra a ser mencionada é *Canções na Escola*, de Juvenal Galeno¹⁵⁵. O livro foi adotado pelo Conselho de Instrução Pública do Ceará para uso das escolas primárias. Foi editado pela tipografia do Comércio em Fortaleza em 1871, tinha 34 páginas e continha 14 canções. Do início do século XX, o Barão de Studart cita, entre outras, *Apontamentos de Aritmética*, em dois volumes de 1901, de Francisco Marcondes Pereira. Do mesmo autor e publicado pela casa Militão Bivar e Cia e Tipografia Minerva de Assis Bezerra, *Noções de Aritmética - Estudo Prático, Álgebra Elementar e Noções de Química Geral*. O autor ainda publicou *Aritimética infantil e ilustrada para o Estudo Intuitivo das Crianças*¹⁵⁶. O livro *Anno Escolar* (1ª ed. 1908 e 2ª ed. 1910) e *Lições Progressivas de Primeiras Letras*, com 50 páginas (Ed. de 1910), de Joaquim da Costa Nogueira, também são arrolados pelo historiador no *Dicionário Bio-bibliográfico*¹⁵⁷.

Para além do ano de 1915, ano de abrangência do Dicionário do Barão de Studart, as publicações locais escolares prosseguiram. Durante a década de 1920, a literatura de viagem era um gênero utilizado em salas de aula para a infância no

¹⁵²STUDART, Barão. *Dicionário Bio-bibliográfico*, VII. Fortaleza: Typo-Litografia a Vapor, 1913, p. 54-59.

¹⁵³STUDART, Barão. *Dicionário Bio-bibliográfico*, VII. Fortaleza: Typo-Litografia a Vapor, 1913, p. 346.

¹⁵⁴STUDART, Barão. *Dicionário Bio-bibliográfico*, VI. Fortaleza: Typo-Litografia a Vapor, 1910, p. 284-285.

¹⁵⁵STUDART, Barão. *Dicionário Bio-bibliográfico*, VII. Fortaleza: Typo-Litografia a Vapor, 1913, p. 230-235.

¹⁵⁶STUDART, Barão. *Dicionário Bio-bibliográfico*, VI. Fortaleza: Typo-Litografia a Vapor, 1910, p. 305-306.

¹⁵⁷STUDART, Barão. *Dicionário Bio-bibliográfico*, VII. Fortaleza: Typo-Litografia a Vapor, 1913, p. 15-16.

Ceará. As imagens do Estado ainda rural foram utilizadas como identificador da cultura cearense, assim como elementos necessários à formação das crianças. Newton Craveiro, em 1923, publicou o livro *Brasil Seco*¹⁵⁸, que tirava partido da geografia de viagens nos livros de leituras para proporcionar um ensino da identidade local. Em 1928, o livro chegava à segunda edição pela editora nacional Melhoramentos e se estabelecia como livro adotado em escolas do Nordeste do Brasil. O livro de geografia e história de viagens, com tematização do Nordeste brasileiro, foi amplamente indicado para uso dos alunos em escola primária pelo Departamento de Educação do Distrito Federal no *Programa de Ciências Sociais para o 4º e o 5º ano da escola elementar* de 1934¹⁵⁹. A quarta edição era indicada para os estudos do Brasil colonial, das zonas agrícolas, para o estudo do Nordeste do Brasil e para os conteúdos que tratassem de invenções e descobertas. O livro chegou a ser editado pelo menos em 13 edições como livro de leitura para o ensino elementar¹⁶⁰.

A editora Melhoramentos parecia ter entendido que o mercado das edições de cultura local seria um segmento vantajoso aos projetos da empresa. Em 1931, lança o livro *História do Ceará - Resumo Didático*, de autoria de Cruz Filho, o qual faz parte de uma coleção de História Local¹⁶¹. No final da década de 1930, a Editora novamente investe nos conteúdos de cultura local com a publicação da coleção *Viagem Através do Brasil*¹⁶². Tratava-se de um projeto de reconhecimento do território nacional a partir de um programa de rádio que foi transcrito para edições escolares e que tematizava as regiões do país e a história dos Estados.

As publicações de reconhecimento nacional também são frequentes nas memórias de intelectuais. Raimundo Girão, em suas memórias, lembra que o romance *Iracema*, de José de Alencar, era uma obrigação de todas as escolas no Ceará¹⁶³. Gustavo Barroso, quando estudava no Partenon Cearense, usava o 4º livro de Felisberto de Carvalho, a Seleta de Carlos Laert, Geografia de Lacerda,

¹⁵⁸ CRAVEIRO, Newton. *Brasil Seco*. S/E, 1923.

¹⁵⁹ DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Série C, Programas e Guias de Ensino, Nº4ª. Programa de Ciências Sociais para o 4º e o 5º ano da escola elementar. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 4º, 41, 81, 142, 206.

¹⁶⁰ CRAVEIRO, Newton. *João Pergunta*, 13ª edição. São Paulo: Editora Melhoramentos, S/D.

¹⁶¹ FILHO, Cruz. *História do Ceará - Resumo Didático*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1931.

¹⁶² ESPINHEIRA, Ariosto. *Viagem Através do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1939?, V.2.

¹⁶³ GIRÃO, Raimundo. *Palestina, uma agulha e as saudades. Reminiscências*. 2ª edição. Fortaleza: S/E, 1984, p.76.

História do Brasil, Gramática Portuguesa e livro de Lições de Coisas, cujos autores não designa. Entretanto, é necessário considerar que aqui é o autor de livros nacionalmente reconhecido pela Academia Brasileira de Letras quem escreve, e a proposição do elenco de livros parece atender a uma tendência nacional da década de 1940, quando as memórias de Gustavo Barroso foram escritas e a indústria das edições escolares no Brasil alcançou níveis significativos com a reprodução da fórmula editorial didática em que os livros de História, de Leitura, de Geografia e as Seletas de traços nacionais predominaram.

Constituído desde o final do século XIX no Brasil, esse *corpus* didático de apelo nacional desdobrou-se durante as primeiras décadas do século XX, e na década de 1940¹⁶⁴ firmou-se sob a égide de demandas de grupos urbanos que se diferenciavam e eram atraídos pelas possibilidades que a produção de edições didáticas pudessem oferecer.

Na mesma direção já corriam as observações de José Luiz de Castro em texto publicado no livro *Anno Escolar* de 1908 do Instituto de Humanidades. O autor, utilizando como título do artigo “método intuitivo” e depois de confrontar os livros antigos com os novos, indica os melhores livros a serem adotados nas escolas do início do século XX: os de Júlia Lopes de Almeida e de Travassos Lopes de história pátria. O reforço da representação do livro nacional, pátrio e moral disposto em edições de Leitura, Seletas, História, Geografia e Aritmética multiplicava-se em artigos, análises, indicações¹⁶⁵. Dando continuidade à imagem em que os livros de conteúdo pátrio povoavam as escolas, em 1912, na *Revista Escolar*, Olympio Galvão analisava e indicava a “avalanche” de livros de Arthur Thier, professor do Colégio

¹⁶⁴ Sobre a produção de livros com apelo escolar nos primeiros 40 anos do século XX, ver: ALVES BRAGANÇA, Aníbal Francisco. *Eros Pedagógico. A função editor e a função autor*. 2001, 219f, Tese(Doutorado em Comunicação), Escola de Comunicação e Artes - ECA da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001, p. 53-73. GREGÓRIO RAZZINI, Márcia de Paulo. *A produção de livros escolares da editora Melhoramentos na Primeira República*. Trabalho apresentado ao núcleo de Pesquisa (NP), produção editorial do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, INTERCON, Santos-São Paulo, 2007. GREGÓRIO RAZZINI, Márcia de Paulo. *A livraria Francisco Alves e a expansão da escola pública em São Paulo*. Texto apresentado no I Seminário Brasileiro sobre o Livro e a História Editorial. Colóquio do sesquicentenário: Francisco Alves e a História Editorial brasileira. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2004. PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: editores, editoras e Coleções Brasileira nas décadas de 30, 40, 50. In: MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré, 2001, p.419-476. BITTENCOURT, Circe M. F. Editores e autores de compêndios e livros de Leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa*. São Paulo: FEUSP, V. 30, Nº3. p.475-491, 2004.

¹⁶⁵ KÖPKE, João. Educação Moral e Cívica. A propósito de um livro didático. *Revista do Brasil*, São Paulo, V 2, p. 146-165, jun 1916.

Pedro II, que iam da Aritmética à Corografia do Brasil, e de Virgílio Cardoso, *Mosaico Infantil e Nossa Pátria*. Sobre o caráter pátrio do livro, Galvão enfatiza¹⁶⁶:

Os estimáveis srs. J.W. Medeiros & comp^a. Que em boa hora contrataram com o ilustre Dr. Virgílio Cardoso a edição do “Mosaico infantil” e “Nossa Pátria”, sendo presentemente os únicos depositários no Brasil das mesmas, bem como das demais obras do autor, acabam de me oferecer, completamente refundidas, aquelas jóias da literatura didática, cuja adoção, nas escolas de Pernambuco, os impõe como verdadeiro ato de patriotismo dos senhores inspetores da instrução pública.

O ato de adoção de livros didáticos encarnava o sentimento patriótico e de responsabilidade civil. Patriotismo e livro escolar constituíam-se em um par subjetivo frequente nos discursos de indicação de livros para uso nas escolas: um argumento eficaz na manutenção do circuito de adoção do livro de caráter nacional produzido por editoras que atuavam com vigor na construção de uma possível predominância sobre tantas editoras e empresas tipográficas existentes no país.

Ao traçar um perfil das edições escolares para a escola primária, esses educadores faziam indicações referendadas em estereótipos que reproduziam. Uma rede nacional de circulação de edições didáticas se legitimava a partir da imagem das novas configurações culturais do livro escolar no início do século. Entretanto, essa autoimagem cultural das dimensões adquiridas pelo livro de objetivo didático se materializava na apologia dos livros de renomes nacionais, tanto quanto na crítica aos livros escolares do século XIX.

A construção da imagem dos livros do século XIX pelos educadores do início do século XX mobilizou dispositivos dramáticos, pejorativos e de desqualificação das formas e conteúdos. Muitas vezes, dialogando com o público infantil, os autores de artigos criavam toda uma atmosfera de suspense e terror atribuindo nódoas aos elementos técnicos da estrutura material, bem como aos conteúdos semânticos dos textos organizados. Todo o trabalho de composição da noção de progresso didático

¹⁶⁶REVISTA ESCOLAR DO INSTITUTO DE HUMANIDADES, Fortaleza: Typ. Escolar, ano 8, Nº87, V. 8º, Nº1, p. 1-3, Jan. 1912.

e editorial pautava-se na desqualificação do livro “antigo”. José Luis de Castro imprimiu essa imagem trágica e pejorativa dos livros do século XIX¹⁶⁷:

Imagino como deveriam ser horríveis os livros antigos, com que as crianças pagavam as traquinadas de casa! Daí o horror com que a gente entrava, pela primeira vez, num desses estabelecimentos, onde o *Camões* matava em embrião o juízo, que os meninos ainda não tinham.

—tu vais para a escola! Gritava a senhora se o filho fazia arte. Era como se dissesse: tu me pagas!

E o peralta encolhia-se então, como se o ameaçassem com o inferno em vida.

Na minha infância encontrei em minhas mãos um livro de cujo nome em boa hora esqueço. A primeira lição era uma mistura de sílabas e letras, tão confusas que eu nunca pude compreender. Dentro de um ano dominou-me o horror do castigo, mas apesar dos esforços, não dei uma lição que, volvidos os dias, pudesse repetir. Inópia intelectual? Talvez não porque os colegas me faziam companhia no atraso.

Era que a leitura sobre complicada, se tornava enjoada, a mais não puder.

Depois disso foi que vieram os livros de Abílio, os de Hilário e os atuais que são excelentes.

Dessa forma, a perspectiva construída sob os livros do século XIX era de negação e reforçava o caráter moderno e progressista dos livros produzidos e utilizados nas primeiras décadas do século XX. Os contornos do livro moderno, que seguiam os métodos intuitivos, eram definidos pela adjetivação do que se queria como contrário, pelo universo do medo, da repressão, criando imagens que motivavam a dupla reação de afastamento do livro antigo e aproximação dos novos livros. Sobre a organização dos conteúdos incidiam traços de confusão, inviabilizando a aprendizagem coletiva numa perspectiva de produção social da cultura escolar rudimentar e pouco eficiente. As narrativas eram ressignificadas com traços de histórias de trancoso. A excelência do livro moderno de características nacional deveria dar a impressão de arcaico aos livros antigos e assim se conquistavam espaços na cultura escolar em que o livro moderno já ia tornando-se imprescindível.

¹⁶⁷ ANNO ESCOLAR DO INSTITUTO DE HUMANIDADES PARA O ANO DE 1908. Destinado ao uso de seus alunos. Fortaleza: seção de obras do Cruzeiro do Norte, 1908, p.375-379.

1.2.4. Livros didáticos locais: embates, tensões e táticas

Todavia, as generalizações em torno dos livros didáticos utilizados por alunos no início do século XX, no Brasil, esbarravam nas práticas que editores locais imprimiam ao universo das edições escolares e didatizadas. Num gesto de participar da teia de constituição da cultura escolar e de comercialização de obras didáticas produzidas no país, editores, escritores e educadores compunham argumentações de defesa da livre criação, do controle dos livros adotados em suas escolas e de revigoração constante da qualidade dos livros produzidos localmente.

Joaquim Nogueira estabelecia, mediante regulamento, que nenhum livro estranho às listas de materiais didáticos definidas pelo Instituto devia entrar no seu colégio¹⁶⁸. Odorico Castelo Branco, autor de vários livros de aritmética para o ensino primário e proprietário do Instituto Miguel Borges, representava a fala desse grupo local de editores e educadores, críticos do livro nacional e ansiosos por estabelecer seus produtos na conjuntura das produções didáticas para usos escolares. Durante as rotinas de seu colégio, discutindo com os pais de alunos, o educador era fiel à sua produção didática e não cedia às pressões dos pais que, tentando fazer poucos gastos, tentam introduzir livros alheios à lista do Instituto Miguel Borges, definida por seu diretor. Palestrando com o Coronel Benevides sobre adoção de livros no Ceará do início do século XX, o educador imprimia eloquência ao seu discurso e enfatizava¹⁶⁹:

Não compreendia o coronel minha exigência.

Lá na sua vila, não era assim. A professora recebia qualquer livro: os *Lusíadas*, o *Simão de Nantua*, as *Cartas do Padre Vieira*, a *Cartilha*, as *Horas Marianas*, o *Manuscrito*, e até o *Moço Loiro*; e isso não era nada, pois que, no seu tempo, dele, a gente aprendia nas gazetas, nas cartas que o vigário emprestava, ao professor para os meninos lerem, ou os pais deste arranjavam com os amigos.

E as coisas eram naquele tempo muito melhores, do que os dias de hoje, quando os colégios têm os seus livros preferidos e não aceitam outros.

¹⁶⁸ Colégio Joaquim Nogueira. *Regulamento*. Livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira, 1933.

¹⁶⁹ CASTELO BRANCO, Odorico. *Reminiscências do Ofício*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1920, p. 37-39.

Mostrei-me, então, um prodígio de eloqüência: produzi razões, qual mais convincente, em defesa dos atuais diretores de colégios; e tanto fiz que me pareceu abalado o coronel.

O jogo da argumentação movimentava-se entre desclassificar os textos usados no passado nas escolas do Ceará e os livros usados nas vilas em contraposição aos utilizados nos colégios da Capital. Mas o sentido de defender as escolhas dos diretores afirmava a margem de controle das produções didáticas por proprietários de colégios que são também escritores, editores e negociantes de obras para uso escolares. Em eloquente defesa, explodiu o autor de livros para a instrução primária que não prescindia das vendas de seus produtos, as quais só viriam pela garantia dos usos que os alunos fizessem das obras por ele editadas e por isso controladas. O livro local, então, abria espaço na resistente teia de produção e circulação de livros didáticos no Brasil do Início do século XX.

Continuando a seguir o caminho da afirmação de seus livros, o autor de *Aritmética Primária* publicou no jornal *Correio do Ceará* artigo sobre a produção de livros didáticos em circulação para a adoção em escolas. Suas críticas incidiam sobre os autores adotados com frequência nas escolas de todo o país. Olavo Bilac e Manuel Bonfim foram alvos das observações do educador cearense¹⁷⁰:

Se é, porém, sensível nossa pobreza atual em canções escolares, já não podemos dizer o mesmo dos livros para crianças: há muito o que escolher; e tanto que a dificuldade se encontra já exatamente na escolha. Não é o primeiro livro que se nos depara o mais próprio para a leitura da criança: nem é bastante ser poeta, ou romancista, ou gramático, para fazer um livro tal.

Uma seleção rigorosa, no gênero, reduziria, o número dos “livros de leitura” que possuímos, ordinariamente seriados de primeiro a quarto ou quinto; e bem pouco dos melhores não teriam suas páginas condenadas.

Certa vez caiu-me nos olhos um livro que deveria, por força, ser esplendido. Recomendava-o seu título: —Através do Brasil; recomendavam-no os nomes dos autores: —o grande poeta Olavo Bilac e um dos nossos mais distintos pedagogistas, o diretor do *Pedagogium*, sr. M. Bonfim

¹⁷⁰ CASTELO BRANCO, Odorico. *Reminiscências do Ofício*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1920, p. 142-147.

Diante de tais recomendações não hesitei em adotar o livro para a leitura, no meu colégio; e tão confiadamente o fiz, que pela primeira e última vez, dei aos meus discípulos um livro sem o haver previamente lido.

[...]

E não faltam iguais, como esse *Encanto das crianças* (anônimo) com o *Macaco de fogo* e outras maluqueiras tais, todas extravagantemente ilustradas, para o melhor *resultado prático*; de tal sorte que, se os livros de leituras na escolas seriam muito reduzidos, após uma seleção rigorosa, os que se destinam a recreação, das crianças, acabariam todos varridos para longe. E aqui em casa a vassoura é muito ativa.

O texto segue analisando o roteiro e as histórias de *Através do Brasil*. Por fim, Odorico Castelo Branco indicava os livros de Júlia Lopes, de Viana e de Barreto, sem, contudo, deixar de observar os limites da *Biblioteca Infantil* de Arnaldo Barreto. Estabelecia-se, então, um jogo tenso, mas é justamente nesse ponto que a produção de livros didáticos locais abria frestas em um concorrido espaço de publicações didáticas para a instrução.

O diretor do Instituto Miguel Borges construiu seus trajetos na educação considerando as publicações didáticas. Proprietário de um colégio de vinte anos de funcionamento, manteve uma média de 100 alunos por ano e um conseqüente público leitor de suas obras. Em 1920, quando da publicação de *Reminiscências do Ofício*, ele contava com 7 livros para a instrução primária e 5 livros com temas pedagógicos publicados e ainda alguns a serem publicados. No prefácio da 5ª edição de *Arithmética Primária*, em 1920¹⁷¹, o autor lembrava:

A empresa de obras didáticas iniciadas, como a outra, sem um vintém de capital e sem apoio de quem quer que fosse, tem dado já quatro edições sucessivas de Aritmética Inicial, cinco de Aritmética Primária e duas do Tratadinho de Câmbio. Aritmética Elementar permanece na primeira edição, com dois volumes sob o título Lições de Aritmética, bem que a segunda edição, de mais de seiscentas páginas, esteja pronta, na minha gaveta, a espera de que me seja possível imprimi-la.

Tais dificuldades quase afastam de mim a esperança de publicar o quarto livro ou Aritmética Complementar; e a geometria está sendo publicada nas páginas da Revista Pedagógica por não me ser possível fazê-lo de outro modo.

¹⁷¹ CASTELO BRANCO, Odorico. *Prefácio da edição 5ª da Arithmética Primária*. In: CASTELO BRANCO, Odorico *Reminiscências do Ofício*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1920, p.7.

Dificuldades e avanços misturam-se nessa retórica da produção de obras didáticas no Ceará. Sob dificuldades era que os trajetos dos livros escolares iam campeando sentidos de continuidade da produção. Diante do espaço vazio dos apoios à publicação de edições didáticas, quais as apostas o educador teria feito para garantir o mínimo de retorno de suas obras? Os alunos de seu estabelecimento eram suficientes para manter a empresa de edições didáticas?

Os trabalhos de divulgação e conquista de públicos leitores maiores não afastavam o educador das críticas constantes sobre a educação e livros didáticos, um incessante trabalho de divulgação de suas obras. Vários artigos publicados¹⁷² em jornais, doações de livros¹⁷³ e apoio econômico do Estado compunham o elenco dos elementos do empreendimento editorial de cunho didático no início do século XX, no Ceará, que o educador construiu, usufruiu e utilizou.

Entretanto, as observações de Odorico Castelo Branco operavam em dimensão ainda global da produção de obras. Os artigos publicados, pela sua natureza sintética, pela exposição a um público amplo, não dão visibilidade às especificidades da produção local e a como, paulatinamente, espaços da produção do livro local iam sendo abertos e os leitores das escolas primárias iam compondo suas habilidades a partir de leituras de textos de produção local. O caráter privado das escolas e dos Institutos também não encaminham a publicações de informações dos movimentos internos escolares, mesmo quando os artigos caminham na esfera das memórias.

Uma outra tipologia documental pode nos dar indícios da afirmação da produção do livro local com mais especificações: os relatórios administrativos das compras e vendas de livros a livrarias e a alunos. No colégio Nogueira, essas notificações do movimento do caixa em relação à compra e venda de materiais didáticos eram registradas. No Livro *Vida Escolar*¹⁷⁴, algumas notas fiscais e balancetes de controle da entrada e saída de livros foram arquivados. A fragmentação das fontes e os limites da compilação nos levam para a consideração

¹⁷² Muitos dos artigos publicados em *Reminiscência do Ofício* já haviam sido publicados em Jornais da Cidade de Fortaleza e na *Revista Escolar* do Instituto de Humanidades. CASTELO BRANCO, Odorico. *Reminiscências do Ofício*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1920.

¹⁷³ CASTELO BRANCO, Odorico. Clama ne Cesses. In: CASTELO BRANCO, Odorico. *Reminiscências do Ofício*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1920, p. 117-118.

¹⁷⁴ Livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira, 1931, 1932, 1933.

de que a avaliação desse conjunto documental, embora representando as possibilidades de produção do livro didático local no Ceará, ocorre em condições específicas da década de 1930. Os registros encontrados são dos anos de 1931, 1932 e 1933. No mecanismo do Livro *Vida Escolar*, observei a falta de vários meses nos conjuntos dos registros, de tal maneira que só pude contar com os anexados ao livro, que muitas vezes não têm datação. É a partir dessa fonte fragmentada que interpreto a presença do livro didático local nas escolas cearenses.

Porém, embora apresente limites, o livro *Vida Escolar* acena com possibilidade de diálogo com o passado dos livros didáticos produzidos no Ceará. Nessa documentação, encontrei os títulos, as quantidades e os preços dos materiais. Foram registradas as obras de consignação feita entre o Colégio e livrarias, bem como as obras vendidas aos alunos. Há também listagens das obras adotadas pelo colégio que seguem as seriações. A interpretação desses dados oferece visões de um passado pressionado entre as imagens da predominância do livro nacional nas escolas de ensino primário no Brasil do início do século XX. O movimento sinuoso das edições locais materializa-se nesses dados fragmentados.

Em 1931, a lista das obras adotadas aparece sem quantidade, mas com os respectivos preços e seriação escolar. Desde o curso infantil, os alunos já estudavam com materiais editados por Joaquim Nogueira. O *Baralho Aritmético Nº1* era utilizado e podia ser comprado ao preço de 1\$500. No curso primário, no 1º ano, novamente o *Baralho Aritmético Nº1* era adotado. Mas nessa série havia o adicional da História do Brasil, que era estudada a partir do livro *Anno Escolar*, vendido a 6\$000. No segundo ano do ensino primário, a mesma fórmula aparece: *Baralho Aritmético*, agora o Nº2, ao preço de 2\$500, e livro *Anno Escolar* para História do Brasil. No terceiro ano aparece o *Baralho Aritmético Nº2*, acompanhado da indicação do livro *Anno Escolar*, agora indicado para História do Brasil, e Livro de Leitura. No quarto ano somente o *Baralho Aritmético Nº3* é adotado, o que terá continuidade no curso complementar. No segundo ano aparece em conjunto com o livro *Anno Escolar* o livro *João Pergunta*, de autor cearense e publicado pela editora Melhoramentos, a preço de 4\$500, assim como no terceiro e quarto ano o livro de *História do Ceará*, de Cruz Filho, é adotado para os estudos de História do Brasil, ao preço de 6\$000 e editado também pela editora Melhoramentos.

Assim, toda a seriação do ensino no Colégio Nogueira era coberta por obras de caráter local. No movimento de adoção de livros, abria-se a possibilidade de sedimentação dos estudos primários com livros locais. É bem verdade que os livros nacionais aparecem nessa listagem também cobrindo toda a catalogação para as edições escolares: leituras, Geografia, História, Aritmética, História do Brasil e Gramática. Mas, contraditoriamente, o livro *Anno Escolar* de 1910 já esclarecia seu objetivo na apresentação: “procura compendiar em um só volume todas as lições ministradas na escola e poupar os alunos de grande dispêndio para cada disciplina”¹⁷⁵. Uma tensão entre os negócios do livro local e nacional impulsionava a busca de equilíbrio no comércio de Joaquim Nogueira e marcava os termos de apropriação do livro escolar, bem como de ensino-aprendizagem da escola elementar no Ceará, no início do século XX.

No livro da administração interna *Vida Escolar*, nas notificações de irregularidades, alunos eram notificados por não levarem seu *Baralho Aritmético*, seu livro *Anno Escolar*. Alguns eram suspensos no sentido de enfatizar e atribuir importância à presença dessas edições específicas, em sala de aula, na maleta de livros do aluno, na sua escrivaninha e na intenção de compra dos pais.

Havia um incentivo constante da adoção das obras produzidas pelo Instituto através das quais os diretores criavam oportunidades de produção, uso e comercialização das obras didáticas cearenses que tinham que enfrentar o fluxo de livros publicados no Brasil e a carência de consumidores caracterizada por altas taxas de analfabetismo e de poder econômico minorado da população. Mas Joaquim Nogueira era um fabricante de consumidores, e os números da lista de adoção de livros didáticos do Colégio Nogueira indicam o esforço feito pelo diretor para manter vendas de edições mesmo nos últimos dias do colégio. No ano de 1932, as matrículas do colégio eram de 144 alunos¹⁷⁶. No ano de 1933, Joaquim Nogueira continuava as vendas de suas edições didáticas. No balanço registrado em janeiro estavam à venda 55 livros *Anno Escolar*, 281 *Baralhos aritméticos* Nº1, 400 *Baralhos Aritméticos* Nº2, 11 *Ditos Arruinados* e 132 *Quadros Aritméticos*. Esse quadro indica

¹⁷⁵ ANNO ESCOLAR PARA 1910. Destinado à leitura dos alunos do Instituto de Humanidades. Fortaleza: Typ. Escolar, 1910.

¹⁷⁶ Livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira, 1932. Levantamento do Pessoal Docente e do movimento didático relativo ao ensino primário fundamental ou comum ministrado em forma autônoma, isto é, não integrante ao ensino profissional. República dos Estados Unidos do Brasil. *Estatística do Ensino Primário Público e Particular*

que Joaquim Nogueira manteve uma alta de produção do livro local a ponto de nos últimos balanços do colégio ainda haver, em estoque, livros. Portanto, há indícios da fé do editor, no seu projeto de constituição de um gênero específico de livro escolar com conteúdos da cultura local.

Desde o ano de 1904, Joaquim Nogueira publica edições didáticas para uso em sua escola: a *Revista Escolar* de 1904, de publicação mensal; o livro *Anno Escolar*, com primeira edição em 1908; as *Lições Progressivas de Primeiras Letras*, com primeira edição em 1910; as *Lições Progressivas de Cálculos*, com primeira edição em 1913; o *Baralho Aritmético*, 1ª edição de 1921. O diretor do Instituto de Humanidades, diferente de Odorico Castelo Branco, era proprietário da Tipografia Escolar onde imprimiu por um período o *Jornal Bandeirantes* e o *Anuário comercial de 1912*. Muitas das edições utilizadas no colégio eram de sua propriedade.

A produção local de edições didáticas organizadas por Joaquim Nogueira era caracterizada por impressos que divulgavam temas da educação (revista, jornal, anuário) e suas próprias produções; livro que compilava todas as matérias dadas no Instituto e as edições de Aritmética. Esta era uma fórmula configurada pelo educador que levava em consideração as demandas locais, a dinâmica interna do seu colégio e as implicações comerciais de seus negócios. As tendências do mercado nacional da editoração eram consideradas pelo educador. Contudo, elas eram reconfiguradas. Atribuições de escalas, necessidades culturais locais e arranjos específicos ao dia a dia da escola eram feitos. O editor educador gozava da observação direta da aceitação de suas obras, tanto quanto dos instrumentos de imposição de seus usos, ou seja, a adoção de livros era vinculada à matrícula. Havia ainda as estratégias de controles dos usos dos livros nos vários momentos de estudos no colégio, também organizados por esse negociante da educação.

No início do século XX, as crianças das escolas particulares do Ceará estudavam em edições didáticas produzidas por cearenses. O conjunto das suas leituras teve o traço dessa produção local. Um grupo de homens e mulheres tornou possível a organização do *corpus* de obras didáticas com fins escolares. Escritores, editores, educadores fizeram vigorosas investidas no mercado editorial didático brasileiro composto por um mosaico de demandas e possibilidades. Tais investidas não se estabeleceram sem diferenciar os grupos que estavam envolvidos com a

educação, e a tensão crítica entre os que escreviam textos didatizados figurava dando o tom de composições como a de Gustavo Barroso, no prefácio de seu livro de memórias no qual declara¹⁷⁷:

[...] à memória do professor Lino da encarnação, meu mestre que me ensinou a amar o meu país e a honrar o meu nome, que depois de ensinar, sem reclames nem mercantilismos várias gerações de meninos no Ceará, morreu humilde, pobre e esquecido.

Esse certamente não foi o caso de Joaquim Nogueira, que soube fundir o seu trabalho de pedagogo ao de editor e difundir suas edições.

Muito além do trabalho de educador, as atividades de Joaquim Nogueira investiam no sentido de editoração, publicação, divulgação e comercialização de edições didatizadas para a instrução escolar. Proprietário de um acervo de conteúdos e textos para a escola elementar que precediam as publicações, o diretor do Instituto de Humanidades manejava seu produtos editoriais e participava da rede de edições didáticas que circulava no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Explorando os conteúdos didáticos de sua propriedade através de várias edições e publicações, ele abriu frestas no concorrido mercado editorial nacional, contribuiu com a possibilidade da manutenção de um fluxo editorial e comercial, acreditando na composição de livros escolares no Ceará. Certamente, esse não era um movimento isolado e único nas primeiras décadas do século XX no país. Joaquim Nogueira é um dos representantes de um grupo que se movimentava em torno do trabalho de produção de livros e se firmava em um *lócus* específico do tecido social, ou seja, produtores de livros escolares locais, nos primeiros anos da República no Brasil.

¹⁷⁷ BARROSO, Gustavo. *Memórias de Gustavo Barroso*, 2ª edição. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p.11.

1.3. Escolas impressas. Polifonias do didático

1.3.1. Entre linguagens e conteúdos: representações do livro didático

Como criança que faz tarefas escolares, a noção de textos didatizados verteu-se morosamente no Ceará. Mas, aos poucos, a sociedade iria partilhar a utilidade de textos que eram organizados com objetivos práticos de aprendizado.

No início do século XX, a escrita didatizada de temas para a instrução era o êxito do gênero impresso que se afirmava entre comunidades urbanas, as quais, paulatinamente, experimentavam a presença da escola. As coleções de História local, as bibliotecas de História do Brasil, as coleções de química, os folhetos de aritmética, as seletas, os livros de leitura, poesias com temas escolares, contos sobre a vida na época dos estudos primários, colunas de jornal sobre civilidade, revistas educacionais, aulas particulares, preleções, palestras, aulas noturnas para operários, programas de rádio, gabinetes de leituras, festas escolares de rua ou abertas ao grande público desenhavam o cenário no qual o instrumento da didática era necessário.

Assim disposta em redes de partilhas de dimensão relevante, a tipologia do gênero didático era objeto de discussões travadas em volta das práticas pedagógicas e da organização dos materiais escritos e impressos. Mestres e especialistas argumentavam, procurando identificar os quesitos imprescindíveis na nova configuração dos impressos para a escola. Na estrutura dos livros e dos textos, bem como na linguagem, localizam-se as considerações a respeito do livro adequado para a educação das crianças que frequentavam a escola primária¹⁷⁸.

O Dr. Arthur Thiré, um dos três egrégios pedagogos citados nestas despreziosas linhas, tem uma verdadeira avalanche de obras didáticas publicadas, as quais teve a minia gentileza de me enviar as seguintes que

¹⁷⁸ Olympio Galvão do *Pequeno Jornal* de Recife para a coluna Pedagogistas. *Revista Escolar do Instituto de Humanidades*. Fortaleza: Typ. Escolar, p. 1-3, Jan. 1912.

deverão pelo seu método, clareza, estilo corrente, admirável impressão e belíssima cartonagem, figurar em todas as livrarias de nossa progressista capital.

Sobre a noção de didático, então se inscrevia uma prática educacional e editorial cuja tônica incidia no sistema de redução de conteúdo, qualidade do papel, ilustrações e linguagem acessível. Essa fórmula foi repetida a fim de reforçar o quadro das operações com os livros didáticos com as adoções e a organização do texto e do livro didatizado. Passou a figurar como pauta obrigatória de artigos e dos prefácios de livros didáticos. Em 1916, no artigo *Educação Moral e Cívica*, com subtítulo *A propósito de um livro didático*, João Köpk discutia a linguagem e a redução dos conteúdos para o livro de uso escolar na *Revista do Brasil*¹⁷⁹. Na mesma direção, em 1923, Américo Bruschini, da Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo, informando sobre os livros de literatura a serem distribuídos nas escolas públicas do Estado, ressaltava a linguagem clara e singela dos livros de literatura escolar para as crianças em contraposição as *Literatices* de estilo artificioso e rebuscado e perguntava: “que proveito poderão resultar à infância de leituras que romanceiam com pinceladas líricas as virtudes que devem formar o substrato do nosso caráter?”¹⁸⁰

Discordando da operação de redução dos conteúdos, Joaquim Lisboa, em 1917, refletia sobre a produção dos livros didáticos e analisava o livro *Geometria Prática*, de Laudelino Freire, lembrando que nas aritméticas há a necessidade de demonstração dos teoremas e que o ensino deve prezar pelo amor às ciências e não pela utilidade prática. As ciências devem se constituir para a ciência e não por resultados práticos¹⁸¹.

Mas a retórica da demonstração e justificativa do amor à ciência nos tempos de ensino intuitivo e práticas editoriais escolares em grande quantidade pareciam não mais convencer aos autores, editores e educadores. José Luis de Castro, em artigo no livro *Anno Escolar* do Instituto de Humanidades, de Joaquim Nogueira, enfatizava a importância das ilustrações e da presença das fábulas para os estudos

¹⁷⁹ KÖPKE, João. Educação Moral e Cívica. A propósito de um livro didático. *Revista do Brasil*, São Paulo, V. 2, p. 146-165, jun. 1916.

¹⁸⁰ BRUSCHINI, Américo. Literatura escolar. *Revista do Brasil*, janeiro de 1923, p. 63-67.

¹⁸¹ LISBOA, Joaquim. Um livro prejudicial ao ensino. *Revista do Brasil*, p. 491-502, dez. 1917.

de ciências e de moral¹⁸². Na década de 1930, essa fórmula parecia triunfar. Resumos e compêndios didáticos, através dos seus títulos, propagavam a organização sintética dos conteúdos das edições para a instrução das crianças. Os prefácios comunicavam que era o público infantil que se queria atingir, a necessidade de clareza e o inabalável poder de envolvimento da linguagem. Cruz Filho, no livro *História do Ceará - Resumo Didático*, notifica¹⁸³:

Tendo na devida conta o caráter didático do compêndio e procurando fugir a uma narrativa árida e fatigante dos acontecimentos, quisermos dar ao livro uma feição agradável à inteligência infantil, não raro para isso havendo recorrido a um tom pitoresco, aliás, sem falseamento dos fatos, em que os personagens aparecem envolvidos na beleza e desprendimento de suas ações.

As produções locais para a infância escolarizada eram organizadas partindo dos referenciais que caracterizavam as publicações modernas. A linguagem clara, acessível e didatizada tornou-se um alvo a se alcançar nas produções locais que pretendiam estar junto às crianças em sala de aula. A linguagem era um caminho a se perseguir, pois imprimia identidade e *status* ao livro, o qual passava a ser reconhecido pelo seu poder de comunicação, instrução e atração das crianças que viviam com pensamentos perdidos em outros mundos diversos dos conteúdos escolares. O papel da linguagem passou a ser pensado como imprescindível para o estabelecimento da relação aluno, livro e conteúdo na manutenção do fluxo de aprendizagem. No dialeto escolar, essa linguagem passava pela didática. Nessa direção, Rodolpho Theóphilo procurou sintetizar literatura, conteúdos científicos e didática em uma obra que incide na intersecção entre o escolar e o recreativo, entre edições para a escola ou literatura de entretenimento, entre didática para crianças e literatura para adultos já alfabetizados.

Ainda nos finais do século XIX, Rodolpho Theóphilo produziu livro sob a égide do didático. No livro *Ciências Naturais em Contos*, com primeira edição provavelmente de 1888, o médico baiano transformou conteúdos áridos em literatura.

¹⁸² ANNO ESCOLAR DO INSTITUTO DE HUMANIDADES PARA O ANO DE 1908. Destinado ao uso de seus alunos. Fortaleza: seção de obras do Cruzeiro do Norte, 1908, p.375-379.

¹⁸³ FILHO, Cruz. *História do Ceará - Resumo Didático*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1931, p.4.

Os conteúdos de História Natural, Biologia, Zoologia, Botânica, Anatomia e Histologia foram escritos em forma de “palestra”, como se explicado por um professor, e era ilustrado por “finas gravuras”. Negociado pela Livraria Francisco Alves, o livro foi impresso na Tipografia Guillard, Aillaud & C^{ia} ¹⁸⁴. Tal empreendimento extrapolou a órbita escolar e foi cantado pela imprensa local em conjunto com a obra literária do autor.

Clóvis Beviláqua, considerando a obra como um “capitoso entretenimento”, não poupou esforços para classificar o caráter científico do livro de estilo fácil. De um lado, o livro foi abordado como: interessante, elegante, de páginas ligeiras, aveludado, terno. Por outro, era tido como armado com os instrumentos de exploração científica. Segundo o jurista, o encanto da forma era capaz de diluir as rugosidades e asperezas das ciências. Então, esses dois aspectos, conteúdo científico e forma da linguagem, combinados, capacitavam a obra a provocar o gosto pelas Ciências Naturais. O autor do artigo de 1890 ressalta a aptidão do livro para disfarçar as rudezas das informações lembrando que: “o livro do sr. Rodolpho Theophilo tem o valor subido de distribuir noções gerais de ciências que devem ser conhecidas por todos e de levantar o surto gosto por elas”¹⁸⁵.

Assim, um movimento de distribuição e difusão do saber pela via da linguagem acessível e didatizada é observado no trabalho de Rodolpho Theóphilo. Ayres Albuquerque Gama explorou o aspecto da utilidade pública da obra designando que esse tipo de escrita representava um serviço à causa da regeneração social pela educação. A maneira como o médico motivava nos leitores a capacidade de observação e o raciocínio de causa e efeito, familiarizando a inteligência dos neófitos com demandas escolares, é examinada. Gama observa todo um processo de vulgarização de noções elementares lembrando ¹⁸⁶:

Fugindo de todo raciocínio, que exigisse conhecimentos matemáticos, indispensáveis, é verdade, para o estudo apurado da natureza, mas que atemorizam os espíritos mais fracos e os impedem de aprender a parte

¹⁸⁴ THEÓPHILO, Rodolpho. *Sciencias Naturais em Contos*. 3ª edição. Livraria Clássica Francisco Alves, Typ. Guillard, Aillaud & C^{ia}., S/d.

¹⁸⁵ BEVILAQUA, Clovis. *Bibliografia*. *Sciencias Naturais em Contos*. *Província*, 1 jun. 1890. Publicado no *Jornal do Ceará*, Fortaleza, 4 out. 1905.

¹⁸⁶ GAMA, Ayres Albuquerque. O livro do senhor Theóphilo. *Jornal do Recife*, 31 dez. 1890. Publicado no *Jornal do Ceará*, Fortaleza, 9 out. 1905.

prática das ciências físicas, o autor procurou vulgarizar em linguagem ao alcance de todos as noções mais elementares de tão importante ciências.

Já em 1905, a feição poética e pitoresca da obra era ressaltada, e o método de perguntas e respostas era tido como uma das inovações do estilo¹⁸⁷. O perfil híbrido dessa obra representou a interseção entre a literatura e os livros para usos na escola, bem como do público leitor, escolares e não escolares. Constituiu a emergência das obras para a escola no Ceará, que abrigavam o perfil de livro didático no sentido que os modernos lhe atribuíram, ou seja, obra sintetizada, com ilustrações, de linguagem acessível e de boa impressão em suporte de qualidade. Já no século XX¹⁸⁸, o livro chegava à 3ª edição com a ressalva de que havia sido aprovado pelo Conselho Superior de Instrução Pública, em sessão de 16/07/1888, para uso nas escolas primárias do Ceará e que, em 3ª edição, era aprovado pelo Conselho Superior de Instrução Pública, do estado de São Paulo.

Dessa maneira, convivência didática e letrada exorbitava os espaços da educação escolarizada. Ora o *corpus* didático se limitava ao suporte do livro de leitura ou escolar, ora se deixavam definir por outras tipologias livrescas. Em outros momentos, construiu trajetos em outras bases. Assim, a história da relação do texto didatizado com sociedades precariamente escolarizadas pode ser formulada a partir de uma importante questão: a forma como o didático consolida-se nessas sociedades.

¹⁸⁷ Ciências Naturais em Contos. Da redação do *Jornal do Ceará*. Fortaleza, 2 out. 1905.

¹⁸⁸ Ciências Naturais em Contos. Da redação do *Jornal do Ceará*. Fortaleza, 2 out.1905.

1.3.2. Comunidade e relações através do didático

1.3.2.1. Livros didáticos: doações que movimentam a circulação

No final do século XIX, a instrução pública no Ceará era registrada pelos intelectuais em volta em corrupções, descaso e indiferença¹⁸⁹. Em 1898, Anderson Ferro observava o estado da instrução pública a partir dos exames realizados no Liceu e caracterizava a situação de “Decahimento moral” e “atentado à vida”. As imagens da instrução pública foram carregadas de negatividade e denúncias do que o poder político fazia dos recursos para a educação no Ceará. A situação era dramática e as possibilidades de construção de uma outra perspectiva eram “sofríveis”. Todavia, grupos de intelectuais participantes da atmosfera árdua do trabalho com a instrução imprimiam no tecido social, tramas na contraposição da situação de descaso estabelecida pelo poder local, no que tange a instrução para todos.

Os trabalhos voluntários e o movimento de doações movimentavam o ambiente da instrução pública. Embora sejam poucos os testemunhos, através dos jornais e das memórias intelectuais abrem-se frestas para as suas vozes. Eles acenam com a possibilidade de visibilidade dos trajetos dos livros em meio ao estado precário da educação. Sem apoio do poder local e acreditando no poder e na necessidade da educação para a transformação dos espíritos e da sociedade, esses homens de letras almejavam construir oportunidades de instrução para a população pobre, nas quais o livro didático não é coadjuvante.

Narrando seus dissabores com a educação no Ceará do final do século XIX, Anderson Ferro discorre sobre “o fecha e abre” de bibliotecas e gabinetes de leitura¹⁹⁰. Ele afirma que, por falta de frequentadores, tantos eram os gabinetes que abriam quanto eram os que fechavam. Mas, saudoso, ele lembra quando os moços frequentavam todos os dias os gabinetes e liam jornais e revistas. No movimento

¹⁸⁹ Ver FERRO, Anderson. *Minhas Viagens* (com apêndice sobre a educação). Fortaleza: Typ. Moderna de Louis C. Cholowiecki, 1898, p. 148-247.

¹⁹⁰ Ver FERRO, Anderson. *Minhas Viagens*.(com apêndice sobre a educação). Fortaleza: Typ. Moderna de Louis C. Cholowiecki, 1898, 148-247.

das leituras, o autor recorda o *Reform Club*, um capitólio das letras composto de biblioteca e salas de leituras. Seu acervo constava de vinte mil livros, entre obras raras, revistas, jornais. A indiferença e o desleixo do povo pelas letras levou o *Reform Club* a ser substituído por um clube de dança, e seu acervo a ser queimado.

Dando continuidade à cultura dos gabinetes de leitura, Ferro participou do movimento de abertura de alguns no Ceará. O do Ipu, que logo foi também trocado pela dança, e o de Campo Grande, que em 1898 ainda resistia às asperezas de sua manutenção. Para empreender a abertura desses gabinetes, Ferro trilhou um caminho que lhe pareceu possível na empreitada. Escreveu cartas para intelectuais e políticos no Ceará, no Brasil e na França. As respostas foram poucas, mas suficientes para garantir o benefício à classe desvalida. Seguindo o modelo português, o Gabinete de Leitura tinha, em anexo, aulas. Essas aulas eram especificamente noturnas e para operários, chegando a registrar 200 alunos.

Das respostas obtidas, Ferro recebeu 600 livros somente do Barão de Macaúbas, outro tanto do Dr. Junqueira Filho, de Antonio Bezerra de Menezes, Justiniano de Serpa, da casa Guillard, Aillaud & C^{ia} de Paris, entre outros. Nesse ritmo, o entusiasta abriu 15 cursos noturnos no interior do Ceará, contando com trabalho voluntário de Theodorico de Castro, João de Medeiros, Gonçalo do Nascimento e Francisco de Moraes. Os professores enfrentaram as dificuldades de manter o fluxo dos materiais didáticos doados, como os livros com os quais os alunos estudavam, como Ferro fez questão de notificar¹⁹¹. Na operação voluntária e de doação de Anderson e seus parceiros, as trilhas do livro são recriadas e se imbricam na sociedade.

A prática das doações de exemplares representou uma abertura para a difusão do livro didático, prolongando-se no início do século XX. Odorico Castelo Branco narrava a História de doação de *vinte e tantos* livros à inspetoria da educação para uso nas escolas públicas sem saber com exatidão o destino do produto do seu trabalho¹⁹². Isaías Alves, em 03/06/29, ofereceu seu *Tratado de Inteligência e fórmulas* para experiências com alunos a Joaquim Nogueira¹⁹³. O

¹⁹¹ FERRO, Anderson. Sobre a educação. In: Ver Ferro, Anderson. *Minhas Viagens*. (com apêndice sobre a educação). Fortaleza: Typ. Moderna. 1898, p.148-247.

¹⁹² CASTELO BRANCO, Odorico. *Reminiscências do Ofício*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1920, p. 115.

¹⁹³ Livro *Vida Escolar do* Colégio Nogueira, divisão de cartas e correspondências, 1931.

diretor do Instituto de Humanidades enviou a Alves uma edição sobre o Ensino Secundário, e ao diretor da Instrução Pública do Ceará enviou os trabalhos de Alves. Em 1931, o editor a *Revista Escolar* recebeu de Edgar Falcão 100 exemplares do *Almanaque Bayer*¹⁹⁴. Em troca, ofereceu as lições estudadas no Instituto. Quando do fechamento do Colégio Nogueira, o diretor doou os clichês da *Revista Escolar* à redação da *Revista Nova Escola*¹⁹⁵. Nos primeiros meses de 1934, a Faculdade de odontologia e Farmácia recebeu número volumoso de livros instrutivos provenientes do antigo Instituto de Humanidades¹⁹⁶. Os intercâmbios entre editores e diretores representam um aspecto vigoroso da expansão da ideia de textos didatizados no início do século XX, no Ceará.

Sociedades propagadoras de leituras, grêmios e gabinetes alimentavam-se do fluxo das doações de livros. Os jornais cearenses abriam espaços em suas edições para comentários de livros com a ressalva da doação dos livros. E nas colunas espremidas das edições jornalísticas era corrente a listagem dos livros e periódicos recebidos, que os editores “tinham à mão”. Entre os títulos listados, o gênero didático era comum¹⁹⁷.

1.3.2.2. Apoteose do didático

Uma importante entrada do didático no Ceará do início do século XX ocorria quando os costumes compostos por gestos didáticos ritualizavam-se. Quando o corpo social era chamado a se engajar nas vivências didáticas inseridas em caminhos tão próximos da escola quanto distantes. As festas de formaturas, com

¹⁹⁴ Livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira, divisão de cartas e correspondências, 1931.

¹⁹⁵ Livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira, divisão de cartas e correspondências, 1933.

¹⁹⁶ Livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira, divisão de cartas e correspondências, 1933.

¹⁹⁷ Sobre *Arithmética Inicial* de Odorico Castelo Branco, o *Jornal Unitário* faz comentário da oferta que recebeu. *Jornal Unitário*, Fortaleza 13 jun. 1905. Sobre o movimento de doações de livros e propagação de leitura, ver: Em 1908, a *Liça*, jornal publicado na cidade do Crato, publica os livros e jornais que recebem. Francisca Clotilde, Afonso Celso Junior e Emília de Freitas fazem doações para a biblioteca do Club Romeiro do Povir. *A Liça*. Jornal Literário e Noticioso. *Órgão do Club Romeiros do Povir*. Crato. Ceará. 19 ago.1908. Em 1914, o *Grêmio sobralense* publica no seu jornal a lista dos doadores e dos livros recebidos. *Grêmio*. Órgão do Grêmio recreativo sobralense. 17 mai. 1914. O jornal de Camocim noticiava, em 1921, os 1040 volumes do Gabinete de Leitura da cidade. *Camocim Jornal*. Quinzenário independente, e de interesses gerais. 1 mai. 1921. Sociedade Propagadora da Leitura de Ubajara. *O Rebate*. Jornal Independente. Sobral-Ceará. 22 ago. 1908.

publicações nos jornais, levavam o mundo da escola e o processo de didatização a enquadramentos não escolarizados. As sabatinas e as premiações constituíam a visibilidade de um corpo social que ia se constituindo e permitindo-se participar da festa da escolarização e do didático.

Variação da apoteose do didático incidiu sobre as comemorações em torno dos aniversários dos periódicos de conteúdo didático. Joaquim Nogueira representou muito bem as iniciativas da difusão do didático por meio dos rituais do aniversário da *Revista Escolar*.

Todos os anos, Joaquim Nogueira reforçava a memória dos fortalezenses quanto à presença do periódico editado pelo seu Instituto de educação primária na cidade. No ano de 1907, os festejos foram eufóricos. Um ritual de rua aglomerava multidão de pessoas em Fortaleza no mês de julho. Mistura de carnaval, festa cívica e religiosa, tinha o perfil contido tanto quanto eufórico do sucesso de empreendimento comercial. Passeata de multidão se esparramava pelas ruas de Fortaleza. Homens e crianças participavam do préstito. Joaquim Nogueira providenciou registros fotográficos para dar visibilidade a seus negócios. Sobre o conjunto de fotos contidos no livro *Anno Escolar* recaem as interpretações sobre uma didática ritualizada e pública.

O trabalho historiográfico com as fotografias implica na consideração da complexidade dos suportes fotográficos¹⁹⁸. Além de levar em conta o processo de composição de fotos que tangem o círculo das condições de emissão e recepção, o historiador leva em conta o aspecto da representação refletindo sobre o caráter social de mensagens que são codificadas em um conjunto de signos que exigem interpretação e que de maneira nenhuma são neutras, nem estabelecem vínculos diretos com o mundo empírico que possam atestar verdades absolutas, mas, ao contrário requerem referenciais para serem lidas. As fotos estão imbricadas em diversos aspectos sociais e representam a ordenação de mundos, pessoas, discursos. Ao trabalhar com as fotografias do livro *Anno Escolar*, as dimensões sociais e culturais foram pensadas tanto quanto as que dizem respeito à organização da memória. Nas páginas impressas do Livro, encontrei o desejo de se

¹⁹⁸ Sobre a hermenêutica de fotografias, ver GRANER-ABISSET, Anne Marie. O historiador e a fotografia. *Projeto História*. São Paulo: EDUC, Nº24, p. 9-26, Jun, 2002. MOREIRA LEITE, Miriam L. Fotografia e História. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, V. 7, Nº39, p. 24-32. Jan. Fev, 1988

fazer conhecer, de se estabelecer e de perdurar num arroubo de organizações de eventos públicos relevantes para os empreendimentos de Joaquim Nogueira.

No livro *Anno Escolar*, de 1908, fotografias sintetizaram a festa em comemoração ao 3º aniversário da *Revista Escolar*, no ano de 1907¹⁹⁹. Conjunto de quatro fotos em preto e branco registrou panorâmicas e detalhes do evento. Três fotos imprimiram imagens dos carros alegóricos da passeata. Um carro representava a Revista, outro o Ceará, um terceiro a imprensa brasileira e um último o Instituto de Humanidades. Cada carro conduzia uma menina que levava um estandarte. A Revista era personificada por uma menina de manto e coroada por uma coroa de metal. Com ares de nobreza, a criança, em sua pequena charrete “imperial”, era a síntese das dimensões escolares da revista e do lugar social que o editor lhe atribuía e difundia entre os cearenses.

A turba de homens e meninos pousava para as fotos como a querer registrar sua participação. Em procissão, caminhavam pela cidade numa aglomeração que atraía os olhares de pessoas localizadas em edificações. A imagem construída pelo fotógrafo deseja denotar que toda a cidade se movimentou para os festejos do terceiro aniversário da Revista. Comparável a grandes eventos como as procissões de dias santos ou às marchas escolares, no ano de 1907, por alguma razão desconhecida, as comemorações tomaram as ruas de Fortaleza e ampliaram a participação do mundo didático no cotidiano das pessoas e da Cidade. Imbricada à festa comemorativa do aniversário da *Revista Escolar* está a constituição das relações sociais envolvendo a escola e as noções didáticas.

Escola e didática tomavam o cotidiano das pessoas em Fortaleza, no início do século XX, no estabelecimento de uma memória cujo léxico é constituído por noções de ensino, conteúdos, necessidade de estudo, moral, civismo, necessária formação da infância, civilidade, produção de edições didatizadas e possibilidade de leituras de conteúdos acessíveis. Tudo isso sintetizado numa macha apoteótica que lembra, divulga, informa, seduz e convence uma comunidade da importância de textos didatizados e o papel relevante do educador-editor nessa dinâmica social.

¹⁹⁹ ANNO ESCOLAR DO INSTITUTO DE HUMANIDADES PARA O ANO DE 1908. Destinado ao uso de seus alunos. Fortaleza: seção de obras do Cruzeiro do Norte, 1908.

1.3.2.3. A didatização no rádio

Um outro ingresso dos estudos escolares e da linguagem didatizada nas relações entre os cearenses do início do século XX se deu a partir do rádio. O meio de comunicação de massa apropriava-se dos conteúdos escolares para construir suas pautas²⁰⁰. No ano de 1935, a rádio PR9 dedicava, aos domingos, minutos de sua programação a seus “radiófilos-mirins”. A matéria escolhida para deslizar nas ondas da PR9 pelo estado do Ceará foi a de História do Ceará. Eusébio de Sousa organizou o programa, refletindo não só sobre o conteúdo como também na forma de apresentá-lo²⁰¹:

Possuído de “bastante coragem e patriotismo” aceitei a incumbência e atirei-me ao estafante exercício, encobrindo, porém o meu humilde nome com o criptônimo de vovô do Ceará, usando, portanto, de uma linguagem de “velho para as crianças”. Mantinha o desejo de, num deleitável passatempo, estimular os pequenos ouvintes da PR9 ao cultivo da nossa história regional, com um intuito, sobremodo patriótico, de ainda tornar o estudo dessa mesma história mais atrativa às pessoas que tem na conta de... “matéria árida e desinteressante”.

Os trabalhos elaborados de linguagem requereram esforços que o historiador enfatizou, colocando-os na esfera dos atos heróicos, revestindo-os de civismo. Todavia, para atingir o público “mirim”, é nos contos de fadas que o autor encontrou a linguagem adequada. A figura do velho alimenta o caráter familiar da forma como a recepção deve ocorrer, uma vez que o velho é também avô.

Escola e entretenimento se confundiam para dar um tom didático ao conteúdo do programa. O alvo do autor, em conjunto com o ensino da disciplina, era despertar o interesse tornando a matéria mais atrativa. A forma como o conteúdo era

²⁰⁰ Sobre o ensino através do rádio ver: DÂNGELO, Newton. Ouvindo o Brasil. O ensino de História pelo rádio-décadas 1930-1940. *Revista Brasileira de História*, V. 18, Nº36, São Paulo, 1988. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201881998000200009&lng=en&nrm=iso>. access on 06 June 2010. doi: 10.1590/S0102-01881998000200009. ALMEIDA FILHO, Edgard Patrício de. *A voz do Ceará: comunicação e educação na trajetória da Ceará Rádio Clube de 1934 a 1948*. 2006, 227f, Universidade Federal do Ceará (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, 2006.

²⁰¹ Em 1936, o programa foi publicado em fascículo, ver: SOUSA, Eusébio de. *História do Ceará para Crianças* (Contada pelo rádio). Fascículo I. Fortaleza: Typ. Minerva, 1936.

transmitido revestia-se de singular importância. Através do programa, a população, alfabetizada ou não, tomava contato com um conteúdo escolar expresso em linguagem que se pretendia acessível, que era didatizada. A construção das intenções do autor passava pela operação de didatização do conteúdo, e os ouvintes acostumavam-se a conteúdos explicados em linguagem simples e direta, semelhante a que os autores dos livros escolares defendiam para a formação do *corpus* da literatura didática do início do século XX.

Entretanto, no discurso de Eusébio de Souza, o castigo foi substituído pelo “deleitável passatempo” e pelo amor ao dever patriótico de aprender a História Regional. O apelo punitivo deslocou-se para o patriotismo. Uma operação de renovação da condução do aprendizado se estabeleceu. Um novo trajeto da organização dos estudos escolares primários foi trilhado. Nesse caminho, prazer e patriotismo foram considerados ingredientes com poder didático e atrativo dos espíritos infantis que deveriam ser civilizados. Os conteúdos para a escola primária adquiriram novo aspecto e se propuseram a atingir novos públicos participantes da rede de leitura dos conteúdos escolares.

Durante a década de 1930, o rádio foi percebido como um elemento de difusão do ensino no Brasil. O caráter didático dos programas aparecia para sanar a necessidade de educação de um país de grande extensão e com alta taxa de analfabetismo. O debate sobre o papel do rádio diante dos desafios da educação tornou-se importante para as questões pertinentes à formação de uma população rural, marcada pela diversidade e crescimento quantitativo. Nesse processo, estabeleceu-se um diálogo entre *medias* de tal maneira que critérios de organização de conteúdos imbricam-se e movimentam-se de um suporte a outro, e a noção de didática difunde-se a grupos maiores e mais amplos. Exemplo desse movimento é a iniciativa da editora Melhoramentos de publicar, a partir do final da década de 1930, os livros da coleção *Viagem Através do Brasil*, de Ariosto Espinheira, cujo conteúdo havia sido programa de rádio e tivera várias edições sobre a geografia e a história de vários estados brasileiros. Ariosto Espinheira também chegou a escrever texto sobre as experiências entre o rádio e a educação em 1934. Dângelo²⁰², no seu trabalho de

²⁰² DÂNGELO, Newton. Ouvindo o Brasil. O ensino de História pelo rádio-décadas 1930-1940. *Revista Brasileira de História*, V. 18, Nº36, São Paulo, 1988. Available from

pesquisa nos arquivos do CPDOC, enfatiza que Roquette-Pinto, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Gustavo Capanema, Paschoal Lemme, Venâncio Filho, Jônathas Serrano, entre outros, eram agentes do movimento da radiodifusão nacional, moldando-a sob parâmetros técnicos e filosóficos da Escola Nova.

O rádio, então, desde a década de 1930 era percebido e discutido como meio de educação. Entretanto, na tese aqui defendida, não nos foi possível alcançar a recepção e sua difusão a partir do público ouvinte. A partir de sondagem²⁰³ com pesquisa oral, chegam notícias que, já na década de 1940, embora o rádio ainda não fosse um aparelho encontrado com frequência na cidade de Fortaleza e nas casas de populares, era comum a reunião de muitos para ouvirem programas em locais onde se encontrasse um rádio. Poderia ser na casa de alguém mais abastado, em um café ou em uma livraria. Mais pública que privada, a audição do rádio durante as primeiras décadas do século XX expandia-se paulatinamente fazendo circular ideias de intermediação das pautas e conteúdos escolares aos quais se atribuíam importância para o indivíduo urbano e moderno, entre eles a história.

1.3.3. A imprensa escolar

1.3.3.1. Livros, revistas e jornais

Revistas e jornais fortaleciam e diversificavam o circuito do didático compondo suas edições com colunas de autocitações. Na *Revista Escolar*, do Instituto de Humanidades, a coluna *Boa Leitura* elencava variadas obras de apelo didático, enquanto a coluna *O que dizem de nós* reunia as diversas opiniões, no Ceará e em outros estados, sobre a qualidade e a importância dessa edição de caráter didático que era a *Revista Escolar*. Obras do norte, do nordeste, do sul do país, do sudeste e

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201881998000200009&lng=en&nrm=i so>. access on 06 June 2010. doi: 10.1590/S0102-01881998000200009.

²⁰³ Sondagem realizada com 4 depoentes nascidos na década de 1920, que, durante a década de 1930, tinham entre cinco e dez anos e ainda guardam lembranças cotidianas do rádio.

do Ceará figuravam como indicadas a serem lidas²⁰⁴. Na mesma revista, aparecia a coluna *Mala da Revista*, que abria diálogo com a população, mas exigindo o caráter didático das pautas a serem discutidas e das dúvidas que poderiam ser tiradas²⁰⁵:

D.M.L. Nesta - só aceitamos trabalhos didáticos e trabalhos que nos honrem. Não fique zangada, as suas fantasias são verdadeiras heresia.

Determinavam espaços específicos para publicações que fossem doadas e analisadas²⁰⁶:

“J.L.Nesta - cumpre-nos somente pela <<Boa Leitura>> dar notícias das publicações que nos são oferecidas. Quanto mais impossível. Por quê não recorre aos anúncios?”.

O troca-troca de edições entre leitores, autores e redatores de jornais, revistas e livros era corrente e, em ritmo de publicações, construíam os espaços da difusão das edições didáticas, que não se limitavam ao espaço institucional da escola.

Entretanto, o movimento da noção de didático nos jornais e revistas estava para além dos anúncios, indicações e resenhas. Um ponto de inserção do didático no cotidiano dos cearenses no início do século XX era, com certeza, o espaço que o movimento do conteúdo escolar abria nos periódicos. Não se tratava de matéria da divulgação de livros específicos, mas do perfil de escola que as edições tomavam. Nesse sentido, duas direções são tomadas. Uma que diz respeito à tipologia dos jornais que tomavam ares de edições escolares. A outra se refere ao espaço aberto em jornais para conteúdos de caráter escolar.

²⁰⁴ Coluna Mala da Revista. *Revista Escolar do Instituto de Humanidades*. Fortaleza: Typ. Escolar, 7º ano p. 24, Nº3, mar. 1910.

²⁰⁵ Coluna Mala da Revista. *Revista Escolar do Instituto de Humanidades*. Fortaleza: Typ. Escolar, 7º ano, Nº3, p. 24, mar.1910,

²⁰⁶ Coluna Mala da Revista. *Revista Escolar do Instituto de Humanidades*. Fortaleza: Typ. Escolar, 7º ano, Nº3, p. 24, mar.1910.

No primeiro caso, os tablóides escolares eram comuns no início do século. São edições de escolas que possuíam grêmios e divulgavam os trabalhos de alunos, professores e diretores por meio de jornais de tamanho pequeno e publicados com periodicidade semanal, quinzenal ou mensal. O mérito desses jornais era o da divulgação da cultura escolar e didatizada. Toda a sistematização de trabalhos produzidos na escola era transportada para além dos muros dos educandários e colégios. Dessa tipologia eram os jornais *a Escola*. Órgão literário e noticioso do Instituto São Luiz de Pacoty. O *Grêmio*. Órgão do Grêmio recreativo sobralense. *Verdes Mares* - Órgão do Grêmio do Colégio Marista de Fortaleza.

O catálogo da Biblioteca Pública do Estado do Ceará, de obras periódicas microfilmadas em 1988, apresenta os seguintes jornais de escolas entre 1900 e 1937²⁰⁷:

O Philomático-Sobral - 1906- Colégio José de Alencar de Sobral.

O Bandeirante-Fortaleza-1910-Instituto de Humanidades

Phenix-Fortaleza - 1912-Escola de Comércio Phenix Caixerai.

O Nortista-Sobral - 1912-Órgão de propriedade de Newton Craveiro e seu filho.

A Escola- Pacoty - 1914 - Instituto São Luiz.

Quinze de Agosto - Sobral - 1924 -órgão dos alunos do internato e semi-internato da assunção.

O Caixerai - Iguatu- 1925 - da Escola de Iguatu.

Terra Brasil - Sobral - 1927 - Seminaristas de Sobral

O Estudante - Sobral - 1936 - Órgão do Grupo Escolar de Sobral

O Ginásio – Fortaleza - 1937-Órgão em Defesa da Classe Estudantil

²⁰⁷ CEARÁ, BIBLIOTECA GOV. MENEZES PIMENTEL. Departamento de Patrimônio Cultural. Núcleo de Microfilmagem. Jornais Cearenses de Microformas, Catálogo Geral. Fortaleza. Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988. As datas apresentadas referem-se aos exemplares encontrados.

Para um levantamento mais completo do conjunto dessas obras escolares de difusão na sociedade, as fontes são variadas e os jornais representam um meio onde elas foram maciçamente citadas. Sem pretender esgotar levantamentos, dou ênfase a obras acima elencadas enfatizando os caminhos que os conteúdos didáticos percorreram cimentando relações a partir de textos com finalidades instrutivas. As obras citadas deram-me a possibilidade da leitura e análise das matérias publicadas, observando o caráter escolar que lhes foram atribuídos. Porém, os impressos periódicos escolares brotam por toda parte e se fazem citar. O levantamento do periódico *Verdes Mares*, do Colégio Cearense, entre 1923 e 1930, arquivado pela Biblioteca Pública do Estado do Ceará, levou-me aos seguintes jornais escolares²⁰⁸:

A idéia - 1924 - Fortaleza-Liceu do Ceará.

A Pátria - 1924 - Fortaleza-Colégio Militar de Fortaleza.

A Aurora Colegial - 1925 - Órgão do Grêmio Azul do Colégio Assunção de Sobral.

O Estímulo - 1925 - Fortaleza-Instituto Menezes Pimentel.

A Piedade - 1925 - Guaramiranga - Alunos do Colégio São José.

Gotas de Orvalho-1926-Fortaleza-Curso Normal do Instituto Santa Dorotéia

A Vanguada - 1926 - Pacoty-Grêmio Literário do Colégio Pacoty

O Astro - 1927 - Aracaty - Órgão do Grêmio Cívico do Colégio José de Alencar

Revista do Ginásio do Crato - 1928 - Órgão do Grêmio Literário e Cívico 3 de Maio do Ginásio Cratense.

²⁰⁸ VERDES MARES. Órgão do Grêmio Literário José de Alencar do Colégio Cearense. Levantamento realizado em 2007 sobre o período de 1923 a 1930 dos exemplares arquivados pela Biblioteca Gov. Menezes Pimentel. Departamento de Patrimônio Cultural. Biblioteca Virtual.

Além de se dirigir à sua clientela escolar, os pequenos jornais eram distribuídos aos periódicos sem caráter educacional e de maior circulação com o intuito de divulgar o movimento interno das escolas, quase todas particulares, assim como o produto educacional e por vezes didáticos que negociavam. Mas, no ritmo dessas caminhadas do escolar, o didático sedimentava-se no cerne da comunidade, mesmo quando ela não se localizava no pólo alfabetizado da dicotomia tradicional.

1.3.3.2. O jornal: lições coletivas didatizadas

No segundo caso, os periódicos apresentavam suas edições com um espaço preenchido por conteúdos didáticos. Eram colunas em jornais de maior circulação. Essa iniciativa impulsionava o caráter de escola das impressões. Um movimento de transformação do jornal escolar se instalava entre as edições periódicas. O usuário alfabetizado, ou não, encontrava uma oportunidade de estudos no jornal. O usuário encontrava conteúdos e temas com linguagem didatizada que pretendiam motivar a alfabetização e o “ensino das coisas” para a educação das crianças. Dois testemunhos são pertinentes a essa chamada dos usuários às operações de caráter escolar com conteúdo de perfil didático.

Uma primeira chamada na direção dos jornais com espaço para o didático vem das lições de alfabetização publicadas no *Jornal do Ceará*, no início do século. O Jornal manteve coluna intitulada “Escola do Jornal do Ceará”. Nos meses de março e abril, a escola apresentou seis lições de letramento²⁰⁹. O jornal indicava que as lições eram baseadas no ensino intuitivo e dirigiam-se para a infância pobre. Leitor, método e avaliação eram prescritos nas lições.

Os leitores prescritos seriam os pais e os filhos de 5 a 8 anos. Seguindo o método intuitivo, os pais deveriam ensinar as crianças brincando, de modo a não lhes exigir esforço mental e não produzir cansaço. Após um mês de lições, o jornal faria sabatina e distribuiria brinquedos aos alunos que guardassem a coleção

²⁰⁹ *Jornal do Ceará*. Político, comercial e noticioso. Fortaleza: Empresa Typográfica Cearense, 16 mar. 1904. *Jornal do Ceará*. Político, comercial e noticioso. Fortaleza: Empresa Typográfica Cearense, 30 mar.1904. *Jornal do Ceará*. Político, comercial e noticioso. Fortaleza: Empresa Typográfica Cearense, 14 abr.1904.

completa, limpa e sem rasgões. Os pais eram também orientados a como proceder no letramento. Deveriam ensinar letra por letra, grupo de letra, sílabas e das palavras simples para as compostas.

Nas pequenas lições do *Jornal do Ceará*, todo o universo escolar era apropriado pelo suporte jornalístico. Com a finalidade primeira de atrair leitores e usuários, o periódico trazia à cena os elementos do didático calcados no método intuitivo. O discurso se organizava motivando o aprendizado sem esforço e com consequente avaliação e premiação. Noções de higiene também eram difundidas e contemporizam com o conjunto curricular do período em que moral e civilidade eram responsáveis por atribuições de valor. A elaboração das lições era referendada por um paradigma de formação escolar no qual a didática e a forma como se estabelece a relação entre o emissor e o receptor reveste-se de significado. Um hábito, um costume era então constituído, e a comunidade, de maneira difusa e múltipla, convivia com a forma, tanto quanto com a fórmula didática.

Outro testemunho dessa apropriação do didático eram os contos moralistas publicados também no *Jornal do Ceará*, por Ana Facó. Intitulada “*Para as Crianças. Minha Palmatória. Conto aos Meus Alunos*”, a coluna, escrita pela educadora e escritora cearense, já no seu título prescrevia ao leitor que, além de ser criança, era um aluno, mas um aluno da professora Ana Facó, que ensinava na escola impressa do *Jornal do Ceará*²¹⁰. Era publicada na primeira página do Jornal em posição superior da página junto às matérias de crítica política ao Governo Accioly. Uma relação de proximidade com a escola, com a figura do professor, com as lições e a linguagem didática animava a construção do discurso.

Encontrei no *Jornal do Ceará* nove lições escritas por Ana Facó no período de maio a julho de 1907. Eram publicadas semanalmente, sempre às sextas-feiras, denotando a intenção da autora de formar um dispositivo a ser compartilhado no final de semana, quando a família tinha tempo de estar reunida. As lições recebiam o título já referido, mas também subtítulo e numeração em algarismo romano. A organização discernível, a dimensão reduzida do texto, a escolha dos temas

²¹⁰ Os textos foram publicados pela tipografia Assis Bezerra em 1938 em livro no qual foram publicadas 47 lições. FACÓ, Ana. *Minha Palmatória*. Obra Póstuma. Fortaleza: Assis Bezerra, 1938.

sintonizados à escola primária e a linguagem lúdica, corrente no universo escolar infantil, expressam ação didatizadora da autora. Os subtítulos são:

- I. Julinha²¹¹
- II. Zuza²¹²
- III. Choramingas²¹³
- IV. Escolha de flores²¹⁴
- V. Dedicção Fraternal²¹⁵
- VI. A greve²¹⁶
- VII. O Taramela²¹⁷
- VIII. As duas amigas²¹⁸
- IX. A desobediente²¹⁹

Os títulos nos reportam à linguagem lúdica com a qual autora trabalha o texto inteiro. Personalidades infantis, reações das crianças, resistências, castigos, consequências, controles, sensibilidade, mundo familiar, relação das crianças na escola e amizades foram tematizadas. A seleção dos temas pela autora tomou critérios morais, lúdicos, escolares e familiares. Características das reações infantis foram consideradas. A operação escriturística se deu a partir de parâmetros considerados pertinentes às exigências da escola para crianças. A narrativa reforçou os elementos do universo moral do período que pareciam conviver com a ideia de punição como caminho para o aprendizado. A palmatória, instrumento antigo de castigos escolares, foi a figura ilustrativa utilizada pela autora para identificar o caráter escolar e disciplinador dos textos, indo de encontro ao método intuitivo de

²¹¹ *Jornal do Ceará*. Fortaleza: Empresa Typográfica Cearense, matéria de capa, 03 mai. 1907.

²¹² *Jornal do Ceará*. Fortaleza: Empresa Typográfica Cearense, 10 mai. 1907.

²¹³ *Jornal do Ceará*. Fortaleza: Empresa Typográfica Cearense, matéria de capa, 17 mai. 1907.

²¹⁴ *Jornal do Ceará*. Fortaleza: Empresa Typográfica Cearense, 24 mai. 1907.

²¹⁵ *Jornal do Ceará*. Fortaleza: Empresa Typográfica Cearense, 31 mai. 1907.

²¹⁶ *Jornal do Ceará*. Fortaleza: Empresa Typográfica Cearense, 07 jun. 1907.

²¹⁷ *Jornal do Ceará*. Fortaleza: Empresa Typográfica Cearense, matéria de capa, 14 jun. 1907.

²¹⁸ *Jornal do Ceará*. Fortaleza: Empresa Typográfica Cearense, 22-29 jun. 1907.

²¹⁹ *Jornal do Ceará*. Fortaleza: Empresa Typográfica Cearense, matéria de capa, 05 jul. 1907.

avaliações e premiações. Mas, ao mesmo tempo, o conto apareceu como uma linguagem didática acessível à criança. A mistura de métodos é presente. Os contos orientavam os alunos a comportarem-se segundo o sistema de avaliação e disciplina constituído no século XVIII²²⁰, mas também apropriados pela sociedade cearense do início do século XX, em uma inflexão entre estudos pedagógicos e apropriação por meio de práticas sociais da comunidade. A cultura escolar era difundida e a didatização do texto era considerada levando o leitor a familiarizar-se com o mundo escolar e os dispositivos que cimentavam relações mediatizadas pela didática. No conto “O Choramingas”, Ana Facó elaborou seu texto dialogando com um protocolo de escrita e leitura no qual as normas escolares, morais e didáticas foram respeitadas²²¹:

Tinha sete anos o nosso herói. Chamava-se João. Chamava-se Janjão. Seria um ai-Jesus, se não fora um mimalho. Qual mimosa criancinha chorava sempre, sem motivo justo. Aborrecia os livros; e quando o obrigavam a ir à escola e lhe pregavam a utilidade do saber, tartamudeava soluçando: - Quem não sabe também vive! “choramingas” o chamavam os seus colegas. Coitadinho! Um dia ao sair para a escola, chorando como sempre, encontrou sentado na calçada um velho experiente e ardiloso, que, para lhe captar a confiança, o mimoseou com três bonitas goiabas e lhe falou:

- Senta-te aqui, meu belo pequeno, vou contar-te uma história.

Janjão sentou-se muito satisfeito.

O velho começou:

- Houve nos tempos antigos, um rei chamado Luiz que era muito bom e por isso muito querido. Uma bela manhã passava ele no campo quando viu a margem de um regato uma plantinha verde-gaio lindíssima. Tirou-lhe um ramo soberbo. Da ruptura da planta jorrara tanta seiva que as águas do regato aumentaram consideravelmente. O rei ficou assombrado, e muito mais quando, sem ver pessoa alguma, ouviu uma voz imperiosa dizer-lhe: <<rei ousado, por teres a crueldade de quebrar a minha planta, dar-te-ei o castigo de teres um filho cujos olhos não secarão jamais, terá horror aos livros e crescer-lhe-ão as orelhas a ponto de não poder usar chapéu. >>

²²⁰ Sobre as punições, o costume de bater, a disciplina da mente através do corpo e a racionalização da escola, ver: GÉLIS, Jacques. A individuação da Criança. In: CHARTIER, Roger (Org). *História da vida privada. Da Renascença ao Século das Luzes*, V 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.311-329. CARON, Jean-Claude. Os jovens na escola: Alunos de Colégios e Liceus na França e na Europa (Fim do séc. XVIII - Fim do Séc. XIX). In: LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude (Org). *História dos Jovens - Época Contemporânea*, V. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.137-194. PERROT, Michelle. Figuras e Papéis. In: PERROT, Michelle (Org). *História da vida privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. V.4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 121-186.

²²¹ *Jornal do Ceará*. Fortaleza: Empresa Typográfica Cearense, matéria de capa, 17 mai. 1907.

Janjão deu grande muxoxo, levantou-se e saiu dizendo:

- História feia!...

- vem cá, espera...a história continua, é bonita, verás...Serás acaso o filho do rei?... - dizia o velho abafando o riso.

O menino apressava o passo, fazendo ouvidos de mercador; mas daí em diante foi sempre assíduo à escola, não chorava por qualquer bagatela, e se rara vez o fazia, levava as mãos às orelhas a verificar se estavam crescendo.

Toda a força da didática dos contos infantis para uso de textos escolares foi dada à narrativa pela autora. Ela defendia o poder dos elementos mágicos das narrativas literárias como didática a alcançar o universo infantil. Os personagens do velho (a escola), do rei (a família) e da voz misteriosa (a sociedade) foram capazes de atingir a sensibilidade e transformar o comportamento da criança. Os elementos fruto (saber) e castigo (consequência do não saber) completam a trama mágica na qual a educação da criança indisciplinada era filha da crueldade e resultado do castigo. O mundo infantil, sem letramento, sem disciplina, sem escolarização, só mantinha diálogo com os contos de fadas ou com o velho, que novamente aparece como elemento constituidor da narrativa, assim como a família. A literatura, mais uma vez, como no caso de Rodolpho Theóphilo, era tida como a fórmula mágica de didatização de texto e de acesso do leitor ao conteúdo escolar e de instrução.

Misturando contos de fadas com textos para a instrução, a autora pintava cenas com elementos da cultura escolar. O livro, como símbolo do saber e a necessária contenção das reações infantis do choro para uma vida social escolar satisfatória, são pontos aceleradores da narrativa. Mas se a autora requintou a linguagem e o elenco de personagens, construiu imagens misturadas de realidade imediata e longínquos campos mágicos, a retórica do castigo ainda era defendida e a criança só aprendia quando lembrava da penalidade que podia sofrer. A mistura de linguagem competente e metodologia conservadora permanece. Nesse jogo narrativo, a escola se multiplicava em muitas impressões, e a noção de didático difundia-se nas relações sociais do Ceará do início do século XX.

Uma comunidade de leitores relacionava-se com conteúdos didatizados, no Ceará, nas primeiras décadas do século XX. A construção da relação da população com conteúdos escolares, mas de fácil apreensão, se deu por meio de vários

trajetos. Utilizando fontes jornalísticas, memórias, periódicos, livros escolares, livros com conteúdos escolares, mas que não se destinam à escola, procurei dialogar com os trajetos que os conteúdos didatizados trilharam cimentando entre os cearenses maneiras de conviverem com as exigências de uma sociedade urbana onde o domínio dos conteúdos escolares circulava. Um modo de lidar com tais exigências estabeleceu-se a partir da operação de didatização de conteúdos, bem como da disposição de compartilhar a noção de aprendizado direto, fácil e acessível. Quando Ana Facó²²² criou o personagem da mãe que aprendia a ler com os livros do filho, talvez estivesse imbuída do sentido dessas operações didatizadoras além da escola. Rodolpho Theóphilo²²³, quando perguntava à criança trabalhadora de rua, que não estudava, em qual livro estava—querendo identificar a série escolar e o nível do ensino no qual o poderia enquadrar —, dava continuidade ao gesto que educa através dos impressos didáticos dispersos pela sociedade, no Ceará, no início do séculoXX.

²²² FACÓ, Ana. A vontade inventa meios. In: *Anno Escolar do Instituto de Humanidades para o ano de 1908*. Destinado ao uso de seus alunos. Fortaleza: seção de obras do Cruzeiro do Norte, 1908, p. 362-365.

²²³ THEÓPHILO, Rodolpho. A vida Noturna de Fortaleza. In: *Coberta de Tacos*. Fortaleza: Typ. Moderna. 1931, p. 99-110.

CAPÍTULO II - O CEARÁ EM LIVRO ESCOLAR

Anno Escolar (do Instituto de Humanidades) - acaba de chegar às mãos do nosso digno Diretor um prospecto dessa obra didática, gentilmente remetida pela ilustrada diretoria daquele estabelecimento em Fortaleza.

Recomendando o <<Anno Escolar>> aos nossos leitores, temos em nossa banca o dito prospecto que dá uma vigorosa idéia do valor daquela obra que dispensa reclamo em sendo selada com o nome de Joaquim da Costa Nogueira, esse educador de mérito incontestável e admirado por quantos se abeiram da vida de ensinar e ensinar bem.

Da *Revista Escolar* nº 2, de Caixas, Maranhão²²⁴.

2.1. O livro do Instituto de Humanidades

2.1.1. O livro *Anno Escolar*

Na teia das edições didáticas para o ensino primário no Ceará, no início do século XX, os livros de História do Ceará compunham o quadro das leituras escolares. As edições para o estudo da História local retinham espaço definido entre os textos usados nas salas de aulas dos educandários. Entre os livros com conteúdos da cultura cearense, o *Anno Escolar* do Instituto de Humanidades desfrutava de posição assente. Diversos registros apontam para a presença do livro editado por Joaquim Nogueira na comunidade escolar: Artigos publicados na *Revista*

²²⁴ *O que dizem de nós(coluna)*. *Revista Escolar do Instituto de Humanidade*, Fortaleza: Typ. Escolar, ano 7, Nº8, p. 24, ago. 1910.

Escolar, colunas e anúncios em diversos Jornais, menções no *Livro de Partes*, no *Dicionário Bio-bibliográfico* do Barão de Studart, artigos na *Revista do Instituto Histórico do Ceará*, considerações de Dolor Barreira na *História da Literatura Cearense* e a sobrevivência do livro nos arquivos históricos da cidade de Fortaleza anunciam a estabilidade do *Anno Escolar* entre as edições para usos nas escolas do Ceará²²⁵

O *Anno Escolar* constitui-se em uma fórmula editorial organizada por Joaquim da Costa Nogueira, que alimentava uma teia de produção de materiais didáticos. Através dessa fórmula, livros escolares impressos em quantidade controlada circulam pelo Estado e pelas capitais do Brasil²²⁶, graças ao trabalho de divulgação e comércio cultivado pelo diretor do Instituto de Humanidades atado com intelectuais, políticos, redatores, jornalistas, educadores, autores. A relevância da edição progrediu concomitante tanto à importância que o Instituto de Humanidades veio adquirir socialmente, quanto aos negócios do editor, que se mostraram tenazes no cenário intelectual e editorial cearense. Entre 1904²²⁷ (data da fundação do Instituto) e 1933 (data dos últimos balanços do Colégio Nogueira), a tiragem dos livros aumentou, os textos do compêndio passaram por reorganizações e ocorreu expansão do número de exemplares comprados bem como de alunos, possíveis leitores do *Anno Escolar*.

Inserido no movimento de edições escolares de Cultura e História Local, o livro *Anno Escolar*, organizado por Joaquim Nogueira, foi paulatinamente se

²²⁵ Artigos, propagandas, anúncios, indicações do livro *Anno Escolar* podem ser encontrados na *Revista Escolar do Instituto de Humanidades*, no *Jornal do Ceará*, no jornal sobralense *O Rebate* - 1908, no semanário *Verdes Mares* - 1925, *Jornal Unitário*-1905, no jornal *A Liça* - 1908, no jornal *Grêmio* - 1914, *Camocim Jornal* – 1921, no jornal *A República*. Na seção de correspondências e anúncios do *Livro de Partes*, do livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira, consta colunas, anúncios e propagandas do livro *Anno Escolar* em diversos periódicos. Durante todo o período dos anos citados aparecem os referidos anúncios.

²²⁶ Quanto ao alcance das publicações de Joaquim Nogueira no Brasil, incluindo-se a *Revista Escolar* e o livro *Anno Escolar*, ver a lista dos correspondentes no expediente da Revista. *Revista Escolar do Instituto de Humanidade*, Fortaleza: Typ. Escolar, ano 7, Nº3, p.2, Mar. 1910. A coluna *O que dizem de nós* também notifica os contatos nacionais de Joaquim Nogueira. *Revista Escolar do Instituto de Humanidades*, Fortaleza: Typ. Escolar, ano 7, Nº8, p.23-27 Ago. 1910.

²²⁷ Balanços dos livros negociados podem ser encontrados no livro *Vida Escolar do Colégio Nogueira* -, de 1931, 1932 e 1933. O levantamento dos alunos que frequentaram o Instituto de Humanidades e o Colégio Nogueira pode ser encontrado no livro *Vida Escolar Colégio Nogueira* de 1931, 1932 e 1933, no *Almanaque dos Municípios do Estado do Ceará para 1908. Propriedade da livraria Araújo*. Lisboa: Oficina Typográfica da parceria Antônio Maria Pereira, 1907, p. 21-22. As edições da *Revista Escolar* do Instituto de Humanidades do ano de 1910 também trazem notícias do movimento de alunos no Instituto de Humanidades.

estabelecendo entre a comunidade de leitores que aumentava sob o ritmo do desenvolvimento urbano da cidade de Fortaleza²²⁸, da atmosfera da *Belle Époque*, dos projetos públicos para a educação²²⁹, ainda que sob o peso do analfabetismo, das dificuldades de edição e público leitor reticente. A partir dessas condições paradoxais, o estudo da presença do livro *Anno Escolar* na sociedade cearense leva-nos a indagações sobre os trajetos que viabilizaram a sua estabilidade. Além das tradicionais descrições e registros memorialistas, cabe problematizar os significados constituídos no ritmo do comércio do editor e educador, materializado em edições; buscar entender a maneira como foi ordenado o *corpus* editorial constituído por diversos textos; refletir sobre o movimento dos conteúdos para uma contraditória cristalização no livro, sobre as noções de educação, didática, currículo e disciplina com as quais operavam o editor e autores; a atuação de intelectuais na organização do Livro; pensar as possíveis tensões envolvidas no processo de edição; e problematizar as maneiras engendradas pelo editor de afirmar o livro em uma sociedade tão seduzida pelo livro quanto limitada por sua pouca capacidade de leitura.

O livro *Anno Escolar* foi publicado em três edições²³⁰. A primeira edição é de 1908, a segunda de 1910 e a terceira do ano de 1921. As duas primeiras edições destinavam-se prioritariamente aos alunos do Instituto de Humanidades,

²²⁸ Sobre as condições urbanas de Fortaleza no início do século XX, ver PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas e controle social*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Multigraf Editora Ltda, 1993. PONTE, Sebastião Rogério. A cidade remodelada (1889-1930). In: SOUZA *et alii*. *Fortaleza, a gestão da cidade (uma história político-administrativa)*. Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza, 1995, p. 35-49. SOUZA, Simone de. O município e a centralização política (1930-1945). In: SOUZA *et alii*. *Fortaleza, a gestão da cidade (uma história político-administrativa)*. Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza, 1995, p.51-65. SILVA FILHO, Antônio Luiz Macedo e. *Na senda do moderno: Fortaleza, paisagem e Técnica nos anos 40*, 2000, 214f, Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000. Sobre a atmosfera intelectual entre o final e o início do século XX em Fortaleza, ver OLIVEIRA, Almir Leal. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Memória, Representações e pensamento Social (1887-1914)*, 2001, 281f, Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

²²⁹ Sobre as discussões e as condições da educação em Fortaleza no início do século XX, ver FERRO, Anderson. *Minhas Viagens*. (com apêndice sobre a educação). Ceará: Typ. Moderna, 1898 e matérias no *Jornal do Ceará* no ano de 1908. OLINDA, Ercília Maria Braga de. *Formação integral do educando nos discursos e nas práticas pedagógicas renovadoras: a experiência da escola de aplicação (1884-1940)*. 2002. Tese (Doutorado) em Educação Brasileira. UFC. Ver também *Regulamento da Instrução Primária do Estado do Ceará expedido em 1905 pelo Exm^{mo} Sr. Dr. Antônio Pinto Nogueira Accioly*. Fortaleza: Typo-Litografia A Vapor, 1905.

²³⁰ ANNO ESCOLAR DO INSTITUTO DE HUMANIDADES PARA O ANO DE 1908. Destinado ao uso de seus alunos. Fortaleza: seção de obras do Cruzeiro do Norte, 1908. ANNO ESCOLAR PARA 1910. Destinado a leitura dos alunos do Instituto de Humanidades. Fortaleza: Typ. Escolar, 1910. NOGUEIRA, Joaquim (Org). *Anno Escolar. Livro de leitura*. Rio de Janeiro: Editores Leite Ribeiro e Maurillo, 1921.

posteriormente Colégio Nogueira. A terceira edição foi adotada pela escola pública e primária do Estado do Ceará. No Instituto de Humanidades e no Colégio Nogueira, o livro foi amplamente utilizado por professores e alunos. As disciplinas de História do Ceará, História do Brasil, Leitura, História Natural, Literatura, Língua Pátria, Matemática eram ministradas por meio do livro *Anno Escolar*. O método de ensino-aprendizagem aplicado por Joaquim Nogueira era o das *Sabatinas*, que ocorriam aos sábados e tinham como referência o conteúdo da sessão *Sabedorias* do *Anno Escolar*. Juntamente com o *Baralho Aritmético*²³¹ e as *Lições Progressivas de Primeiras Letras*²³², o livro *Anno Escolar* constituía a base dos materiais impressos e didáticos utilizados no ensino elementar do Instituto. A rotina escolar era coberta por essas edições. João Hipólito, em reminiscências publicadas na *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará* de 1959²³³, lembrava:

Não havia intervalos de uma aula para outra, sendo que, às 12 horas, em ponto, o diretor apitava. Professor e alunos, indistintamente, se erguiam e rezavam uma Ave-Maria. Terminada a prece, iniciavam-se as segundas aulas, que eram de Geografia, Ciências, Instrução Moral e Cívica, ou Civildade, sendo utilizado, para tal, o *Anno Escolar* do Prof. Nogueira.

Assim, várias disciplinas eram ministradas por meio do livro *Anno Escolar*. O Livro é composto por diversos conteúdos referentes ao ensino. Cada uma das três edições possui especificidades, mas também semelhanças. Uma característica que define o Livro, em todas as edições, é o maquinário compilatório através do qual ele toma forma. Ele é um conjunto de disciplinas que pretende satisfazer as indicações curriculares do ensino elementar. Dessa forma, estabelece-se como um complexo composto de múltiplos básico. Nele, alunos, professores, agentes da educação, intelectuais e interessados encontravam os temas que seguiam o credo da formação do indivíduo moderno: história, geografia, português, francês, inglês, ciências, moral, civismo e civilidade. Daí a dependência dos professores e alunos do livro *Anno*

²³¹ NOGUEIRA, Joaquim da Costa. *Baralho Aritmético* (1ª ed) Fortaleza: Typ. Escolar, 1910. Referência encontrada no livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira de 1933.

²³² NOGUEIRA, Joaquim da Costa. *Lições progressivas de Primeiras Letras*. (1ª ed) Fortaleza: Typ. Escolar, 1910. Referência encontrada no livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira de 1933.

²³³ OLIVEIRA, João Hipólito C. de. Professor Joaquim da Costa Nogueira. Palestra conferida no Instituto Histórico do Ceará em 20 de dez. 1965. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, Tomo LXXX- Ano LXXX, p. 220-224, 1966.

Escolar para a execução das atividades diárias no Instituto de Humanidades. O leitor também podia encontrar atividades relativas às matérias: questionários, exercícios de línguas, exames, testes, jogos do espírito e treinos de cálculo. Gráficos geográficos e tabelas também compunham as edições. O movimento escolar também fazia parte do livro. Alunos, professores e eventos do Instituto de Humanidades eram representados por textos e imagens que atravessavam as páginas do livro, especialmente as edições de 1908 e 1910. O editor sugeria que o leitor acompanhasse a dinâmica do Instituto através de algumas fotos e crônicas do colégio. Na edição de 1921, o trabalho com imagens voltou-se para os grandes personagens de História do Brasil, História e Literatura do Ceará.

Uma estrutura panorâmica procurava dar uma imagem definida para o leitor do que ele poderia encontrar ao folhear as páginas do livro. Logo na capa, definia-se que o livro era composto por sessões. Essa divisão dava uma visão geral do conteúdo abordado e do caráter da leitura que o aluno teria. Por essa disposição, a história e a literatura cearenses eram privilegiadas, visto que estavam inseridas em 50% da conformação do livro. De fato, as imagens da cultura cearense são relevantes em relação aos demais conteúdos. Contudo, a estrutura em quatro partes só define o caráter do livro superficialmente. A leitura do Livro leva o leitor a textos de múltiplos saberes e disciplinas, tão diversos e organizados quanto fracionados, tão próximos quanto desconectados uns dos outros.

Para uma análise da constituição do Livro, escolhi o procedimento metodológico que desse visibilidade às muitas operações de edição. Não segui um ritmo comparativo linear que pudesse sugerir uma linha evolutiva no transcorrer das três edições, mas priorizei as operações de constituição de dispositivos editoriais como representações de relações sociais tensas e conflituosas que se distanciam de descrições improdutivas expostas a uma possível geração de imagens impertinentes ao processo de constituições de significados na produção de edições escolares, no Ceará, no início do século XX, especialmente do *Anno Escolar*. Isso significa que, ao abordar o Livro, priorizei a maneira como ele foi plasmado pelos editores, os esforços dos elaboradores, a mecânica das seções, a dinâmica dos organizadores para engendrar textos, conteúdos, exercícios e métodos. Antes da caracterização e somente sua descrição evolutiva e total, priorizei o modo como o *Anno Escolar* foi composto por seu editor numa atmosfera tensa e movimentada a partir das seções e

dispositivos que davam ênfase à cultura cearense. Assim, interferências, ajustes, adições de conteúdos, subtração de estudos, movimentos de textos, quantidades de autores são vistos como representações de uma comunidade antes que um corpo editorial de vida própria e se bastando às explicações historicistas.

A seção *Vida Escolar*, presente em todas as três edições, corrobora a diversificação do elenco dos conteúdos disciplinares. Na edição de 1908, o aluno tinha à sua mão, a partir somente dessa seção, estudos de cultura clássica, civilidade, nutrição, higiene, moral, aritmética, ciências naturais e gramática. Nesse *locus* da estrutura da edição estava o dispositivo *Sabedoria* que, na edição de 1910, aparecia na seção *Literatura*. Trata-se de uma bateria de perguntas sobre os mais diversos assuntos. São páginas de questões enfileiradas que pretendem abranger os campos da religião, cronologia, civismo, história pátria, astronomia, geografia, zoologia, botânica, Mineralogia, antropologia, gramática, aritmética, geometria, música e poesia. Na edição de 1908, a sub-seção *Sabedoria* consistia de questões sem respostas que prezavam pela quantificação. No leque do questionário, podiam-se encontrar proposições que iam da História Pátria a pequenas utilidades cotidianas, como, por exemplo: “Quantos vice-reis teve o Brasil? Quantas quinzenas tem o mês? Quantos naipes tem o baralho? Quantos eram os irmãos Macabeus? Quantos foram os anos que Jacó viveu para ter a posse de Raquel?”²³⁴

Na edição de 1910, aparecia, na capa, a divisão: *Cronologia, Literatura, Vida Escolar, Ceará Intelectual*. Já no índice, localizado no final do livro, a seção *Cronologia* era dividida em *Efemérides do Ceará* e *Efemérides Nacionais*. *Literatura Escolar* era composta por *Coisas Históricas, Frases Literárias, Moral, Civilidade, História Pátria, Civismo, Sabedoria, História do Brasil*. A terceira parte, *Vida Escolar*, foi desenvolvida seguindo os seguintes blocos: *Ensaio de Gramática, Explicações de Aritmética, Ensaio de Geometria*. Na última e quarta parte foram publicados textos ensaísticos de perfis, temas e objetos diversos escritos por intelectuais cearenses e sobre a cultura local.

Ainda na edição de 1908, ao final das questões de *Sabedoria*, encontrava-se a sub-seção *Jogos do Espírito*. O editor dava continuação ao conjunto de perguntas,

²³⁴ ANNO ESCOLAR DO INSTITUTO DE HUMANIDADES PARA O DE 1908. Destinado ao uso de seus alunos. Fortaleza: seção de obras do Cruzeiro do Norte, 1908, p. 291-300.

mas prezando mais pela explanação do que pela quantificação. Nas edições de 1910 e 1921, *Sabedoria e Jogos Do Espírito* coadunaram-se e foram sistematizadas por blocos de saberes. Cada bloco recebe títulos e é separado por quantidades (dois, três... dez) que devem caracterizar as respostas, por exemplo: *Bloco Civismo e História Pátria - 4 - As províncias do Brasil que tomaram parte da confederação do Equador: Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte*²³⁵. Em 1921, o leitor dispunha de uma seção inteira com o título de *Sabedoria* distribuída em 56 páginas subdivididas em:

- I. Religião e História Sagrada
- II. Civismo e História Pátria
- III. Philologia
- IV. Aritmética
- V. Geometria-arquitetura
- VI. Cosmografia
- VII. Geografia do Brasil
- VIII. Geografia física
- IX. Geografia política, etnografia, línguas e religiões
- X. Antropologia
- XI. História Natural-zoologia
- XII. História Natural-Botânica
- XIII. História Natural-Mineralogia
- XIV. Física e Química
- XV. Música e poesia

²³⁵ NOGUEIRA, Joaquim (Org). *Anno Escolar. Livro de leitura*. Rio de Janeiro: Editores Leite Ribeiro e Maurillo, 1921, p. 168.

XVI. História geral e mitologia

XVII. Generalidades

O conjunto dessas disciplinas, condensadas em apenas uma das seções do Livro *Anno Escolar*, aponta para o caráter complexo que foi atribuído ao Livro na sua organização. No ritmo de pormenorização dos conteúdos, desdobra-se uma sequência interminável de assuntos, textos e exercícios, considerando-se somente a sub-seção *Sabedoria*. A partir da configuração do número de saberes envolvidos no Livro, emerge a noção enciclopédia, com a qual operavam autores e o editor.

2.1.2. *Anno Escolar*: Livro Enciclopédico

O traço compilatório do *Anno Escolar* localiza-o entre as edições escolares com conteúdos diversos e insere-o na categoria dos Livros Enciclopédicos. A edição do Instituto de Humanidades contemporiza com um gênero que atravessou os primeiros anos do século XX. Meio utilizado por diretores e editores para oferecer ao público discente um caminho mais rápido e acessível de tomar contato com um número múltiplo de conhecimentos. Próprio das novas demandas da educação para um número maior de alunos, que colocava professores, diretores, famílias e intelectuais em situações de urgência de elaboração de materiais didáticos. A resposta dada por esses atores da educação urbana, ocidental e civilizadora muitas vezes foi encontrada no passado. Reutilização de fórmulas que já haviam dado certo e que no início do século XX foram modernizadas e atualizadas. Parentes do “compêndios de todas as ciências” e dos almanaques, presentes nas sociedades ocidentais desde o século XVIII²³⁶, o gênero enciclopédico parece responder a exigências do início do século XX tanto quanto adaptar antigos dispositivos editoriais às novas questões envolvidas na elaboração dos livros para a escola.

²³⁶ CHARTIER, Anne-Marie & Hébrard, Jean. *Discursos sobre a Leitura-1890-1980*. São Paulo: Editora Ática, 1995, p. 394.

No trabalho em que discutem os discursos sobre a leitura na França entre 1880 e 1980, Anne-Marie Chartier e Jean Hébrard assinalam o princípio redundante, difuso e estilhaçado presente nas edições instrutivas do início do século XX, que conjugavam múltiplos e variados textos, constituindo-se em livros enciclopédicos para a escola primária.²³⁷

Este modelo de livro para o iniciante, livro único de conhecimentos úteis, essenciais e curiosos, não obedece a qualquer progressão ou organização aparentes. Nenhuma distinção de valor ou de método entre as “matérias” que entulham o sumário, numa lista que pareceria hoje um inadmissível quarto de despejo: deve-se saber tudo, como no catecismo, da maneira mais escrupulosa e fiel possível. Este encadeamento de moral, higiene, viagens e cerâmicas, que nos parece provir de um inventário dos Borgias, não passa de uma apresentação muito corriqueira dos conhecimentos elementares.

O encadeamento de diversas disciplinas presentes nos livros para o ensino primário na França do início do século, examinado pelos pesquisadores acima citados, representava as exigências para a formação do indivíduo a partir da noção, necessidade e fé nas ciências positivas, porém acabava por estruturar um maquinário complexo que beirava ao confuso. Assim, a ação de elaboração do livro enciclopédico lidava com duas balizas primordiais: por um lado, os surtos culturais e industriais das cidades no início do século XX, nos quais estão inseridos os ideais científicos de construção de novos e múltiplos campos do conhecimento e, por outro, a necessidade de sintetização desses mesmos conhecimentos, que se transfiguravam em “matérias” e em matrizes capazes de estabelecer a comunicação desse conjunto de saberes em um suporte compacto, que seria o livro escolar. No confronto entre complexidade e condições de unidade, as edições enciclopédicas foram propostas conduzidas pela mecânica do acúmulo, mas também por uma mínima orientação didática e escolar. Anne-Marie Chartier e Jean Hébrard notificam uma ânsia por *tudo saber*. Tal desejo parecia caracterizar uma pedagogia encantada com a ideia da formação humana pelo acúmulo quantitativo de conteúdos, ansiedade que inquietou muitas ações editoriais de livros escolares e resultou em

²³⁷ CHARTIER, Anne-Marie & Hébrard, Jean. *Discursos sobre a Leitura-1890-1980*. São Paulo: Editora Ática, 1995, p. 395.

edições tão fragmentadas quanto ajustadas por uma estrutura pretensamente instrutiva das informações elementares, das quais o livro enciclopédico faz parte.

O suporte enciclopédico é um conjunto de saberes básicos dirigido a iniciantes, no caso particular da escola, a alunos do ensino primário e do secundário. Um livro que condensa saberes essenciais, úteis e pitorescos. Tem em vista uma formação completa, exaustiva e total por meio de superficial multiplicidade de conteúdos. Os editores operam com a noção de conhecimento escolar não seriado, ainda vinculado ao tradicional método de ensino mútuo²³⁸, mas ao mesmo tempo com a noção de ciências modernas que lidavam com as novas pedagogias do início do século XX, que prezavam pela divisão de séries e por uma multiplicidade de saberes escolares. Divisão por série (faixa etária) e especialização de disciplinas denotavam princípios normatizadores das ações editoriais para a escola primária que iam se estabelecendo. As coleções de livros de leituras como 1º, 2º, 3º e 4º denotam que a noção de seriação circulava entre as edições do início do século XX. A livraria Francisco Alves mantinha, em 1917, coleção para a educação infantil partindo da noção de seriação como, por exemplo, a série de livros de leitura corrente através da qual os livros *A Cartilha*, *Primeiros Passos*, *Leitura Preparatória*, *Primeiro livro*, *Segundo Livro*, *Terceiro Livro* e *Quarto Livro (Apanhados e Fatos Históricos)* eram publicados e formavam uma sequência em que as etapas do desenvolvimento cognitivo infantil e escolar eram consideradas²³⁹. Entretanto, nos livros enciclopédicos e de espaços muito grandes entre os anos de edição, como é o caso do livro *Anno Escolar*, permanecia a noção de desenvolvimento de conteúdos sem se considerar as divisões por série escolar. Na formulação editorial, então, comprime-se um número gigantesco de informações e que dá indícios da tensão dos editores, organizadores e escritores ao cogitarem entre as exigências de uma formação completa, moderna, utilitária, modelar e os custos de edição, bem como a possibilidade de organização de conteúdos que fossem acessíveis ao desenvolvimento cognitivo de leitores em situação de aprendizado no ensino elementar.

²³⁸ Sobre o ensino mútuo e sua presença no Ceará, ver OLINDA, Ercília Maria Braga de. Formação integral do educando nos discursos e nas práticas pedagógicas renovadoras: a experiência da escola de aplicação (1884-1940). 2002. Tese (Doutorado) em Educação Brasileira. UFC.

²³⁹ VIANA, Francisco. *Apanhados e Fatos Históricos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917. Páginas iniciais.

Entre a escrita, a edição e a recepção se instalava um processo de concepção que resultava em uma operação escriturística marcada pela fragmentação, superficialidade, dispersão, ao mesmo tempo em que mantinha o diálogo com os resultados possivelmente satisfatórios de um público nem sempre exigente com a sua formação, cujo *locus* social é caracterizado pela infância em situação de aprendizado e possível submissão às normas disciplinares e ao conhecimento que usufruía de *status* de verdade inquestionável, lecionado por professores. Nesse embate, a análise do modelo enciclopédico aponta para sua estabilidade na cultura escolar cearense do início do século XX, porém buscando entendimento com linguagens, didáticas e currículos concernentes à modernidade.

2.1.3. O Livro Enciclopédico e os Almanques

A estabilidade do gênero enciclopédico foi paulatinamente construída desde o século XVI²⁴⁰ e alcança o século XX suscitando constante defesa de seus editores. No Ceará, os méritos da iniciativa enciclopédica eram insistentemente divulgados e sustentados por seus signatários. As vantagens e proveitos das compilações realizadas por Joaquim Nogueira circulavam entre revistas e jornais que apregoavam seu papel importante na educação das crianças. O livro enciclopédico do Instituto de Humanidades de Fortaleza foi motivo de artigos, resenhas, indicações. Nas edições da Typografia Escolar de Joaquim Nogueira, nos jornais da Cidade, edições escolares espalhadas pelo Ceará circulavam textos informativos da existência, caráter e utilidade do livro *Anno Escolar*. Engendrada pelo editor, uma teia alusiva de louvores, elogios e qualidades se projetava no sentido de sedimentar, no imaginário coletivo da sociedade cearense do início do século XX, uma imagem do livro enciclopédico como adequado e necessário à instrução primária.

²⁴⁰ CHARTIER, Anne-Marie & HÉBRARD, Jean. *Discursos sobre a Leitura-1890-1980*. São Paulo: Editora Ática, 1995, p. 395.

Vários editores organizavam argumentações racionalizando o traço cumulativo de saberes e conhecimentos desse gênero pouco conciso de livro a ser utilizado nas escolas. A *Revista Escolar*, o *Jornal Bandeirantes*, o *Jornal Unitário*, o jornal *A República* e o *Nortista de Sobral*, entre outros nas primeiras décadas do século, divulgavam notas, artigos, anúncios sobre o livro de estudos de Joaquim Nogueira. Nos anos de lançamento das edições, os informativos eram mais elaborados e apareciam em maior quantidade²⁴¹. Nos meses que antecediam o início das aulas no Instituto, Joaquim Nogueira investia, com tenacidade, na conquista de espaço nos periódicos. O editor do livro publicava correspondências que mantinha com diretores de colégios e jornalistas de importantes periódicos. Ele rastreava os espaços brasileiros da imprensa escolar que pudessem lhe servir de vitrine para o seu produto. Enviando exemplares do livro, negociando anúncios em seu próprio periódicos ou em outros, mantinha a visibilidade do *Anno Escolar* e reforçava o caráter utilitário e necessário da edição enciclopédica. Dos jornais publicados no Ceará e no país, recebia como resposta a publicação de indicação de suas edições. Um tipo de argumentação através da qual o aspecto confuso do livro enciclopédico era escamoteado e a visibilidade de seus possíveis predicados tomava a cena, era a sua associação a gêneros já historicamente estabelecidos, bem como ao esforço hercúleo dos editores na estruturação do maquinário livresco²⁴²:

O senhor Joaquim da Costa Nogueira, digno diretor do bem montado colégio “Instituto de Humanidades”, empreendeu e levou a feito uma publicação utilíssima. Reuniu os trabalhos mais interessantes publicados na *Revista Escolar* que o seu colégio mantém, acrescentou outros escritos e muitas informações preciosas e enfeixou tudo num livro, em forma de almanaque que vale bem a melhor das miscelâneas. Abre com as efemérides do Ceará,-República, seguindo-se uma parte bem desenvolvida da história do Brasil e outra que traz a denominação de Vida Escolar contendo muito artiguets, assas interessante, sobre mitologia, onde os principiantes encontraram muito o que aprender. A quarta parte, denominada Ceará- intelectual é também um conjunto de boas e várias produções literárias. [...] o livro é dos mais úteis para a mocidade. Somos gratos pelo volume que nos foi oferecido.

Do *Unitário*, nº 643, 13 de fevereiro.

²⁴¹ Para uma maior averiguação das iniciativas publicitárias de Joaquim Nogueira, ver o *Jornal do Ceará* anos de 1805, 1907, 1908, 1911. Ver também o livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira 1933, seção balanços.

²⁴² REVISTA ESCOLAR DO INSTITUTO DE HUMANIDADE, Fortaleza: S/E, ano V, Nº2, p.22-23, fev. 1908.

O autor do artigo ressalta a maneira como o livro é composto na operação de agrupamento dos diversos conteúdos e textos. O editor reuniu, acrescentou, enfeixou e selecionou textos. São esses aspectos que são considerados ações importantes no trabalho de composição do livro escolar enciclopédico. É aí que incide o seu mérito e a atribuição de um lugar de *status* relevante entre as publicações para a escola. O esforço da edição é utilizado como meio de valoração do livro. O livro tem valor porque sobre ele houve todo um trabalho de seleção e condensação. Houve uma mobilização de energia e disposição de múltiplos saberes para que o livro fosse composto. Uma faceta dessa operação é que quanto maior o número de conteúdos, maior o esforço de reunião dos textos, maior o mérito dos editores, maior a importância do livro, maior seu valor social e cultural.

Por conseguinte, a relevância por quantidade se estabelece. E o discurso de recomendação do livro enciclopédico alicerça-se no número de textos contidos em uma única publicação. O autor do texto do *Jornal Unitário* ressalta que *muitas informações* foram acrescentadas, *tudo num livro*. “Encontrar muito o quê aprender” em um único livro é a suposta tônica que atrai o leitor e sobre a qual o editor investe seus esforços. O editor apropria-se da representação do universo complexo e apreensível através do qual o livro deve ser o espelho dessa complexidade. Outro aspecto enfatizado sobre a composição é a sua utilidade instrucional. O caráter de utilidade é sempre reforçado estreitando os vínculos entre livro e instrução. O saber contido nesse tipo de gênero deve, portanto ter um uso prático e imediato, cuja consciência por parte de aluno, educadores e familiares deve ser discernível. Quantidade e utilidade são traços que vão facultar ao *Anno Escolar* uma estreita relação com outra tipologia dos gêneros editoriais, ou seja, os Almanques.

No texto no qual reflete sobre as produções do impresso na Europa do século XVII, Roger Chartier notifica os almanques como edições de grande circulação. Junto à bíblia e aos folhetins, constituíam-se, naquele período, referenciais das maneiras de pensar e contar²⁴³. Partindo de documentos como memórias e jornais, o historiador do livro e da leitura infere que o almanaque era objeto de manipulações frequentes, de consultas repetidas, o que denotava a sua contribuição na organização de uma escrita de foro íntimo, familiar, que seguia as balizas de

²⁴³ CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (Org). *Práticas de leituras*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 87.

calendários e mapas astronômicos encontrados nos almanaques. Os almanaques, assim, desde o século XVIII vulgarizavam enquadramentos culturais e popularizavam maneiras de expressão, bem como códigos de representação através dos quais uma comunidade estabelecia relações e se reconhecia.

Como impresso que circulava em proporções consideráveis, os almanaques associavam-se às maneiras de leituras. A leitura dos impressos na Europa do século XVIII combinava-se em figuras de leituras praticadas por diferentes grupos, variadas ocasiões que rompem com a dicotomia intensiva e extensiva²⁴⁴ e desdobram-se em situações atreladas às competências individuais das quais emanavam relações pedagógicas espontâneas²⁴⁵. Com linguagem simples e conteúdo variado, a literatura de almanaques se estabelecia anunciando seus serviços de utilidade, de formação, de entretenimento, de ensino prático competente para moldar espíritos e eficaz na “educação do povo”²⁴⁶

No Brasil do início do século XX, a produção editorial que prezava pelo gênero Almanques já era estável. Eliana de Freitas Dutra, problematizando as condições de produção do *Almanaque Brasileiro Garnier*, da casa francesa de mesmo nome, assevera o aumento da produção do gênero almanaque no Brasil, ainda no século XIX e com continuidade no início do século XX, a despeito dos altos níveis de analfabetismo. A autora afirma que:

Mas esse quadro, quase dramático, de falta de leitores para livros e jornais, não impedia as novas iniciativas editoriais e tampouco arrefecia a expectativa de “caça” de novos leitores. Assim, verifica-se que uma publicação como o *Anuário Fluminense - Almanaque histórico da cidade do Rio de Janeiro*, anunciava para o seu primeiro público em 1900 uma tiragem de 45.000 exemplares. No mesmo ano, a *Gazeta de Notícias*, também do Rio de Janeiro, noticiava a chegada do *Almanach ilustrado Brasil-Portugal*, com uma edição de 50.000 exemplares. Isto confirma a existência de um mercado para a literatura de almanaques, em parte resultado do fato, assinalado por Sodré (1966), de que os almanaques foram objetos dos primeiros esforços editoriais com vistas no aumento da produção dos impressos no Brasil do século XIX, dada a sua facilidade de

²⁴⁴ CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores, e bibliotecas na Europa entre XIV e XVIII*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2ª edição, 1998, p.23-24. CHARTIER, Roger. Práticas da leitura. In: CHARTIER, Roger (Org). *História da vida privada. Da Renascença ao Século das Luzes*, V 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 126-161.

²⁴⁵ CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (Org). *Práticas de leituras*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 90.

²⁴⁶ DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora, 2005, p.16.

adaptação às técnicas de impressão, então precárias, bem como às limitações numéricas, à época, do público leitor de livros. Disso resultou que a edição de almanaques avançou sobre a de outros impressos, com tiragens ultrapassando em milhares os 1500-2000 exemplares, limites máximos alcançados pelos livros. O que, sem dúvida, confirma a popularidade do gênero e explica as várias iniciativas responsáveis pela profusão de títulos e tipos de almanaques que circularam e competiram entre si, no Brasil dos oitocentos e nas primeiras décadas do século XX.

O alargamento do espaço de edição do gênero Almanques no Brasil, defendido por Eliana de Freitas Dutra, provocava a circulação da certeza de que essa tipologia constituía uma fórmula de sucesso, passível de ser adotada como referencial de projetos editoriais. No Ceará, Dolor Barreira notifica a publicação de almanaques desde 1895 quando João Câmara funda o *Almanaque administrativo, estatístico, mercantil e industrial do Estado do Ceará*²⁴⁷. Em 1896, em Baturité, é lançado o *Almanaque Municipal de Baturité*, propriedade da sociedade literária *Apostolado Literário*, dirigida por Pedro Catão, que além do almanaque publicava o jornal *O Símbolo* e possuía biblioteca considerada pelo historiador de literatura como apreciável²⁴⁸. Do início do século, Dolor Barreira assinala também a publicação de considerações sobre o livro de Alba Valdez, *Em Sonho*, no *Almanaque das Senhoras*²⁴⁹, editado por Guiomar Torresão em Portugal. O Almanaque lusitano circulava no Ceará e era vendido no ano de 1904 ao preço de 2\$000 pela Livraria Araújo²⁵⁰. A *Livraria Araújo*, por sua vez, em 1908 publicava o *Almanaque dos Municípios*. A *Livraria Bivar* anunciava, em 1905, no *Jornal do Ceará*²⁵¹, a venda de Almanques.

Dessa forma, os almanaques eram presentes no cenário livresco do Ceará do início do século XX e inspiravam ações editoriais. Intelectuais cearenses publicavam nas páginas literárias dos almanaques, e os seus editores deixavam claro as suas

²⁴⁷ BARREIRA, Dolor Uchoa. *História da literatura cearense*. Fortaleza: Inst. do Ceará, 1 t. (Coleção Instituto do Ceará. Monografia ;18), 1948, p.280. STUDART, Barão. *Dicionário Bio-bibliográfico*, V.I. Fortaleza: Typo-Litografia a Vapor, 1910, p. 455-456.

²⁴⁸ BARREIRA, Dolor Uchoa. *História da literatura cearense*. Fortaleza: Inst. do Ceara, 1 t. (Coleção Instituto do Ceará. Monografia ;18), 1948, p.282.

²⁴⁹ Trata-se do *Almanaque das Senhoras*, para 1903. Lisboa: Imprensa de Joaquim Germano de Souza Neves, p. 305-306. Referência citada por Barreira em: BARREIRA, Dolor Uchoa. *História da literatura cearense*. Fortaleza: A. Batista Fontenele, (Coleção Instituto do Ceará), 1954, p. 58-59.

²⁵⁰ Catálogo da livraria Araújo. *Jornal do Ceará*. Político, comercial e noticioso. Fortaleza: *Empresa Typográfica Cearense*, 10 out. 1904.

²⁵¹ *Jornal do Ceará*. Político, comercial e noticioso. Fortaleza: *Empresa Typográfica Cearense*, 25 jan.1905.

intenções de contribuir com a formação da auto-consciência cearense. O editor Araújo, em 1908 esclarecia na apresentação do *Almanaque dos Municípios*²⁵²:

Foi feito o que se pôde para a tarefa patriótica que nos impusemos; e o Ceará aqui está nas páginas que se seguem, com as suas riquezas, a sua indústria, o seu comércio, a sua lavoura, as suas artes, as suas coisas e os seus homens. Estudam-se os costumes e o caráter do cearense, a nossa flora, a nossa fauna e natureza, em suma diversos assuntos da nossa terra.

A necessidade de reforçar uma autoimagem do estado do Ceará, os ideais patrióticos e o compromisso de divulgar valores científicos e modernos movia a organização dos textos publicados nos almanaques editados no início do século XX. O trabalho com os elementos da cultura local e patriótica inspirava a elaboração do *corpus* editorial e sugeria aos editores o desafio da garimpagem de textos que representassem uma cultura que estava em franca constituição editorial. O Ceará urbano, civilizado, de movimento industrial e comercial, bem como costumes que dessem uma marca eminentemente cearense, era o móvel da escolha de textos para os periódicos anuais.

Além da cultura local e dos ideais republicanos, outras prescrições eram enfrentadas por editores dos almanaques locais. Devido ao caráter popular e às ambições de atingir grande número de leitores, a dimensão didática emergia como importante elemento a se considerar na operação de seleção e agrupamento de textos, prezando por sua capacidade de atração e acessibilidade. A aptidão para o ensino ou instrução de algum conteúdo utilitário passou a fazer parte dos dispositivos relevantes de leitura e de conquista de leitores. O editor deveria comunicar de forma rápida e direta ao mesmo tempo em que prezava por um verniz instrutivo. Nessa conjunção, ideais republicanos, cultura local e instrução davam aos almanaques traços atraentes aos que participavam da cultura de edições no início do século XX, no Ceará, bem como representavam possibilidades de diálogos entre determinados gêneros, particularmente entre almanaques e edições escolares.

²⁵² ALMANACH DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ PARA 1908. Propriedade da livraria Araújo. Fortaleza: Oficina Typográfica e de Encadernação. Da Parceria Antônio Maria Pereira. Lisboa, 1907.

O gênero e os conteúdos difundiam-se em um fluxo de ideias que atingia as edições didáticas. Joaquim Nogueira, editor de impressos escolares, partilhava da fé nessa fórmula editorial. Entre suas edições, constavam publicações que se nutriam das noções de variedade e acessibilidade que testemunhavam o trânsito entre edições escolares e o gênero almanaque. Em 1912, José de Mendonça Nogueira, filho de Joaquim Nogueira, lançava pela Typografia Escolar o *Anuário Cearense*. Nele, o editor testificava sua habilidade em lidar com o gênero de edições em que as informações são variadas, múltiplas, de perfil popular e para um público de dimensões crescidas e com interesse na instrução e formação. José Mendonça Nogueira, editor do Anuário, afirmava, na apresentação, a necessidade de organizar um impresso marcado por dados e informações da cultura cearense²⁵³:

O presente anuário não é mais que uma contribuição para o melhor conhecimento do Ceará e do Brasil sob o ponto de vista intelectual, artístico, material, comercial, industrial, administrativo, etc. Visa ao mesmo tempo prestar um serviço às pessoas que o consultarem, fornecendo-lhes informações.

A intensa carga informativa sobre a cultura local que orientava as ações editoriais de José Mendonça Nogueira pareciam confluir com as aspirações do circuito de publicações no Brasil do início do século XX e indicava a vontade do editor de satisfazer um público supostamente ansioso por informações. Em 1912, o editor do *Correio do Acre* expressava suas impressões sobre o que ele denominou “o melhor almanaque que já se publicou no Ceará”²⁵⁴:

O excelente livro genuinamente cearense, contém informações breves, mas minuciosas de tudo o que diz respeito ao Ceará, cuidadosamente distribuídas e classificadas por mês as informações de maneira a tornar o Anuário um informador. Ameno, agradável e utilíssimo. A organização metódica do livro, os anúncios à americana, a distribuição das matérias, a escolha dos assuntos morais, estéticos e patrióticos, as efemérides nacionais e locais, as informações úteis, tudo ordenado e classificado, distribuído e bem colocado, dá uma alta idéia do talento e cultura do seu jovem editor.

²⁵³ NOGUEIRA, José de Mendonça(Org). Apresentação. *Anuário Cearense para 1912*. Fortaleza: Typ. Escolar, 1911.

²⁵⁴ REVISTA ESCOLAR DO INSTITUTO DE HUMANIDADES, Fortaleza: Typ. Escolar, ano 8, N°93, V. 9, N°7, p. 28, Jul. 1912

Assim, uma pauta fechada caracterizava a edição dos almanaques e coincidia com muitos dos conteúdos das edições escolares, fato que leva a associação e trânsito entre esses dois gêneros dos impressos produzidos no Ceará, no início do século XX. O desejo cumulativo de informações organizadas de maneira didática era presente na comunidade leitora e partilhado por editores que investiam ações e energia a partir da fé no sucesso de edições com traços compilatórios, informativos e úteis. Tal instrumentalização do ato editor vulgarizou-se e parecia não haver estranhamento a respeito da migração de conteúdos de um gênero para o outro, embora os leitores se diferenciasssem, e as finalidades das edições fossem diversas. A comunidade escolar, no Ceará, tomava contato com um novo gênero editorial de especificidade na sua maquinaria ainda não totalmente clara para compositores e autores. Entre as edições informativas do tipo Almanaque e as escolares, noções e finalidades guardavam especificações próprias da cultura escolar. Um embate entre a variedade e o currículo para a instrução básica atribuía novos sentidos aos textos didatizados para a escola.

2.2. As efemérides

2.2.1. O livro *Anno Escolar* entre o catecismo jesuítico e o catecismo republicano

O livro escolar enciclopédico, por aglutinar miríades de textos, dispositivos e temas, é traspassado pela noção de variedades. Há na sua composição uma colagem de narrativas, descrições, exercícios. Uma junção de textos que o editor, através da compilação, acredita satisfazer seu público. Tradições, temporalidades, gêneros, estilos que se misturam a fim de atender a ansiedade do editor pelo número e variedade de textos. Para dar conta dessa exigência escriturística, o demiurgo, construtor das condições de edição, vai buscar nas mais remotas

tradições, escritos e textos, ao mesmo tempo em que dialoga com produções do presente.

No livro *Anno Escolar* para o ano de 1910, mitologia grega mistura-se com as efemérides do Ceará. Cronologias, mitos, lições morais, religiosidades de origem medieval fundem-se num composto no qual podemos encontrar *A flauta de Pan*, as Epifanias da eleição do rei de fava, considerações sobre a Pátria, estudos de nutrição, textos sobre o ensino moderno, lista de jornais publicados no Ceará, distância entre Fortaleza e as capitais do Brasil. Assim, tempos e espaços misturam-se numa sedimentação de conteúdos que comprime a complexidade do real numa operação de formulação de abstrações agudas.

Entretanto, quando no início do século XX esse tipo de edição é apropriada por editores de materiais didáticos, novos sentidos são criados, novas demandas são consideradas. As edições de Joaquim Nogueira só eram culturalmente aceitas se os conteúdos classicamente reconhecidos estivessem presentes, tanto quanto o número de textos de produção pertinentes ao século XIX e XX fosse a maioria. A história e a literatura deviam ser localizadas, e textos dos novos significados das ciências e pedagogia tinham seu espaço reservado nessa coadunação de tempos e gêneros textuais.

Um editor-educador, como Joaquim Nogueira, enfrentava questões colocadas pelo campo da educação. Em voga o Ensino Intuitivo, a necessidade de trabalhar textos que facilitassem o acesso e despertassem o interesse e curiosidade da criança poderia ser compatível à fórmula tão intrincada do livro enciclopédico? Paradoxalmente, o livro enciclopédico no início do século XX poderia provocar, diante de tantos conteúdos apresentados de uma única vez, a desordem do conteúdo, a desmotivação, a instabilidade do currículo a ser trabalhado. A qualidade dos textos para a educação também poderia sofrer perdas no processo de recorte, condensação e transposição de um gênero para outro. A proposta pedagógica contida no livro para dialogar com tais condições era o método decorativo de sabatinas de perguntas e resposta. Como, então, se dava a relação entre os estudos decorativos e o método intuitivo? Os textos deveriam ser autorais, de especificidade propriamente escolar ou os textos que circulavam em outros suportes responderiam às exigências escolares? O demiurgo—aquele que edita, organiza, cria fórmulas

editoriais, empreende ações a fim de plasmar um artefato cultural consoante as suas crenças e mentalidades—lida com essas inflexões nas quais os referenciais de modernidade ainda arrastam a tradição. Na síntese textual, dispositivos próprios de outras sociedades, diversos das demandas do início do século XX, propõem-se a viabilizar a operação de ensino-aprendizado dos conhecimentos pertinentes aos currículos escolares construídos para serem partilhados pela infância urbana. Não sem tensão, a operação de moldagem dos livros escolares utilizada por Joaquim Nogueira se deu entre a necessidade de se representar os discursos pedagógicos que circulavam no Brasil nos primeiros anos do século XX e uma instabilidade no ato criador que permanecia atrelado a fórmulas pretéritas e à necessidade de ministrar uma quantidade grande de disciplinas curriculares²⁵⁵.

O método de perguntas e respostas, amplamente utilizado no Instituto de Humanidades e contido no livro *Anno Escolar*, alimentava as sabatinas ocorridas no estabelecimento escolar de Joaquim Nogueira. A maneira de ensinar do educador cearense nutria os debates entre educadores e intelectuais e expunha os limites e as possibilidades das edições para a infância produzidas no Ceará. O método revelava a forma premida do trabalho de composição de livros enciclopédicos, uma vez que se dava levando-se em consideração as complexas exigências da educação em comunidades tão provincianas quanto desejosas de modernização.

Para manter diálogo com as pressões presentes nos debates que envolviam a educação, a edição de livros para a escola, no início do século XX, no Ceará, os documentos periódicos da imprensa cearense se mostraram pertinentes e revigorantes à pesquisa aqui empreendida sobre os livros que possuem conteúdos de cultura cearense. O trabalho com a documentação periódica, em especial o *Jornal do Ceará*, possibilitou-me a construção de uma perspectiva menos homogênea das atividades editoriais e educativas de Joaquim Nogueira e da maneira como ele era visto pela comunidade cearense. Ao lermos as colunas do *Jornal do Ceará*, a imagem de educador competente e ilibado passou a ter matizes

²⁵⁵ Joaquim Nogueira publicava sistematicamente na *Revista Escolar* regulamentos nacionais para a instrução o que me leva a considerar que o diretor do Instituto de Humanidades tinha como parâmetros tais regulamentos. Por se tratar de escola particular passava por avaliação nacional. Ver livro *Vida Escolar* do colégio Nogueira de 1933. Contudo para uma análise mais detida dos currículos para educação primária no Ceará ver regulamentos da instrução como, por exemplo, *Regulamento da Instrução Primária do Estado do Ceará expedido em 1905* pelo Exm^{mo} Sr. Dr. Antônio Pinto Nogueira Accioly. Typo-Litografia a Vapor.

diferentes dos encontrados em outras fontes. Em inúmeros textos, diversos do *Jornal do Ceará*, a repetência do discurso de grande educador aponta para a incoerência, como também promovem uma atmosfera de instabilidade ao historiador que, mesmo supondo as controvérsias da informação, questiona-se até que ponto pode construir uma reflexão sobre a impertinência sem uma base empírica.

Assim, as matérias do *Jornal do Ceará* representaram uma oxigenação em um mar de totalitarismo textual no qual discursos são elaborados prezando por uma estrutura homogênea de unidade nas intenções. Ao me deparar com as matérias do periódico cearense, do início do século XX, a homogeneidade da imagem de Joaquim Nogueira de grande educador foi rompida e novos elementos foram adicionados à discussão sobre a edição de livros no Ceará. Sem se render às argumentações dos colunistas, mas considerando a enorme e tendenciosa carga política envolvida nos episódios tratados, bem como na feitura do periódico, mas também à dinâmica social representada pela organização dos argumentos, procurei elaborar uma reflexão levando em conta a maneira como a comunidade cearense se colocava diante de novos projetos envolvendo livros e educação, sejam intelectuais, estudiosos, educadores, editores, pais de alunos, leitores e editores do *Jornal do Ceará*. Rejeitando-os, modificando-os, reorganizando-os e apropriando-os para usos específicos, a comunidade intervém na elaboração dos livros para a escola primária. Considerei também as dificuldades de seleção de conteúdos e abordagens de currículo que atravessavam o trabalho de edição dos livros enciclopédicos para a escola. Sobre o lugar e o papel do jornal no início do século XX no Brasil, Tania Regina de Luca, na pesquisa que empreendeu sobre a *Revista do Brasil*, considera²⁵⁶:

Sem perder o caráter opinativo, os jornais passaram a incorporar outros gêneros, como reportagens, entrevistas, crônicas e inquéritos literários. Surgiram seções especializadas, dedicadas ao público feminino, esportes, assuntos policiais, lazer, crítica literária. Ao lado das tradicionais caricaturas, ilustrações e charge, generalizou-se a utilização da fotografia, que substituiu a lito e a xilogravura.

A publicidade, principal fonte de renda dos periódicos, também modernizou-se. Data dos anos 10 o surgimento das primeiras agências, que não só acabariam substituindo a figura do agenciador individual como

²⁵⁶ DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 36-37.

seriam responsáveis por alterações marcantes, no que respeita aos recursos, estrutura e linguagem dos anúncios.

O jornal, principal mercadoria da nascente indústria cultural, ditava modas e estilos, impunha ao cotidiano seu ritmo nervoso, apressado e superficial; consagrava certos autores e relegava outros ao ostracismo. Nas primeiras décadas do século XX, parte considerável da vida intelectual brasileira gravitou em torno da imprensa, encarada como uma atraente oportunidade de trabalho para os homens de letras. Ela era capaz de trazer fama, prestígio e lucros para os que caíssem no gosto do público, um gosto volátil, que deveria ser reconquistado a cada dia, a cada edição.

Assim, constituído como um suporte no qual as comunidades caracterizadas pela diversidade da vida moderna se vêem e se autoformulam, o jornal representou, no início do século XX, no Ceará um caminho para a atribuição de sentidos e afirmação das ações intelectuais de grupos urbanos que paulatinamente e sob embates, construíam, através dos periódicos a visibilidade de seus projetos, como também propunham usos, costumes, hábitos difundido, sedimentando e organizando noções, princípios, referenciais, valores que ao mesmo tempo eram partilhados e tencionados por alguns grupos sociais e ainda se colocavam como possível *dever* de outros no grande *patchwork* social. Então as renovações dos elementos dos suportes periódicos e suas formas significam as representações de uma sociedade em movimento que se mobiliza para sua autoafirmação.

As matérias abordadas para a composição da reflexão sobre os conteúdos das sabatinas no livro *Anno Escolar* são provenientes das colunas jornalísticas de variados autores e que dizem respeito às circunstâncias dispostas por elementos pertinentes à política, à educação, ao mercantilismo, e à justiça no Ceará governado por Nogueira Accioly. Um conjunto de colunas que tratam a princípio de um episódio ocorrido no Instituto de Humanidades, mas que na seqüência desdobrou-se em ataques e defesas sobre o caráter de Joaquim Nogueira, seus negócios na educação e sua posição frente ao Governo Accioly. Encontrei 9 matérias as quais cobrem o período de agosto a outubro de 1908 da publicação do periódico. Embora não encontrando mais textos, acredito que a polêmica publicada tenha se prolongado até 1909, pois junto às colunas que tratam da “Questão Nogueira”, o Jornal publicou outras que tratavam da educação no estado do Ceará como forma de pressionar o governo diante das acusações feitas ao *Jornal do Ceará* pela oligarquia Acciolyna. Além disso, até dezembro de 1908, a “Questão Nogueira” ainda

não havia chegado a termo e mesmo nas semanas de dezembro em que não apareceram textos sobre ela, matérias sobre a questão da corrupção na educação continuavam aparecendo. As matérias sobre as condições da instrução pública no Estado podem ser lidas até dezembro de 1908, porém não tive acesso ao jornal de 1909, por este não fazer parte da coleção da Biblioteca Menezes Pimentel. Assim, as matéria são:

1. Crônica²⁵⁷
2. Crônica²⁵⁸
3. Crônica²⁵⁹
4. Psicologia de um Enfatado I²⁶⁰
5. Psicologia de um Enfatado II²⁶¹
6. Pescadores de águas turvas. Sempre a mentira e a calúnia²⁶²
7. O Jornal do Ceará e o artigo 383 do código²⁶³
8. Jornal do Ceará em juízo. A questão Nogueira. Ignorância e má fé²⁶⁴
9. Disparate processual²⁶⁵

A partir das matérias acima citadas os trabalhos no campo da educação e da edição de livros escolares de Joaquim Nogueira se tornaram alvo de discussão na imprensa local em 1908. Discutia-se o caráter do educador, como também a fragilidade dos métodos empregados na educação dos alunos do Instituto de Humanidades. De tom agressivo e irônico, os textos produzidos por colunistas

²⁵⁷ JUSSÁRA, Cariné. Crônica. *Jornal do Ceará*, Fortaleza, matéria de capa, 31 ago. 1908.

²⁵⁸ JUSSÁRA, Cariné. Crônica. *Jornal do Ceará*, Fortaleza, matéria de capa, 27 ago. 1908.

²⁵⁹ JUSSÁRA, Cariné. Crônica. *Jornal do Ceará*, Fortaleza, matéria de capa, 11 set. 1908.

²⁶⁰ AGUIAR, José. Psicologia de um Enfatado I. *Jornal do Ceará*, Fortaleza, 18 set. 1908.

²⁶¹ AGUIAR, José. Psicologia de um Enfatado II. *Jornal do Ceará*, Fortaleza, 21 set. 1908.

²⁶² Pescadores de águas turvas Sempre a mentira e a calúnia. *Jornal do Ceará*, Fortaleza, Matéria de capa, 03 out. 1908.

²⁶³ O Jornal do Ceará e o artigo 383 do código. *Jornal do Ceará*, Fortaleza, matéria de capa, 07 out. 1908.

²⁶⁴ Jornal do Ceará em Juízo. A questão Nogueira. Ignorância e má fé. *Jornal do Ceará*, Fortaleza, matéria de capa, 10 out. 1908.

²⁶⁵ Disparate processual. *Jornal do Ceará*, 23 out. 1908. (Inicialmente publicado no *Jornal O Unitário*)

oferecem ao trabalho de pesquisa, reflexões sobre os conteúdos das *Sabatinas* presentes na subseção *Sabedoria* do livro *Anno Escolar*. No texto de 21/09/1908 escrito por José Aguiar e intitulado *Psicologia de um Enfatado II*, os aspectos que envolviam os usos de sabatinas em livros e na escola vêm à tona²⁶⁶:

Hoje venho discutir nitidamente a boçalidade do mestre escola, que, a força de reclamos espavorosos e elogios baratos, generosamente prodigalizados pela imprensa, logrou certo conceito na opinião dos Srs. pais de famílias.

Arquitetou um castelo que se vai ruindo ao sopro ligeiro de um vento pouco tempestuoso; seus conhecimentos de humanidades são meramente fantasias que hoje tristemente se diluem à projeção serena da luz da verdade.

Ora, o que mais apresentou o Sr. Dr. Cardoso de Oliveira a publicar o seu livro *Leitura Cívica*, foi a ignorância que uma pessoa mostrou de ser o vice-presidente efetivo e legal do senado, não obstante ser preceito consignado na constituição.

Pois bem, qual não seria o espasmo, a decepção, que se apoderariam do Dr. Cardoso de Oliveira se por ventura travasse palestra com o Sr. Nogueira sobre humanidades. Verificaria necessariamente que o diretor não é o que pensa ser; verificaria que ele não sabe nem os principais acontecimentos da nossa história como seja a inconfidência mineira, Abolição da escravidão, Guerra do Paraguai, Independência etc.

E tanto é verdade que estando eu, certa ocasião, a discutir sobre a Guerra do Paraguai, citando feitos brilhantes do bravo general Sampaio na memorável batalha de Tuyuty, a mais cruenta, travada na América Meridional, o Sr. Nogueira declarou francamente que não entendia daquilo, nada sabia da Guerra do Paraguai. Ora, isso fica mal a um educador da infância. Se desconhece os principais feitos da história do Brasil, que saberá de História Geral?!

Assim como em História, o senhor diretor não entende de gramática: cheguei a verificar que ele não sabe o que é ditongo, fonema, prolação de som, substantivo, etc; não sabe analisar lexicamente nem sintaticamente, não sabe ler obedecendo à pontuação e feios são os erros prosódicos que comete na sua leitura pouco expressiva.

E assim no demais é quase a mesma coisa. Desconhece humanidades. Tem muito entodo, mas na realidade é uma nulidade, ou antes, um diretor incapacíssimo na frase mordaz de Carlos de Laert.

Arroga-se a invenção de um método intuitivo, superior aos postos em prática nos outros colégios, e, no entanto não sabe o que é método, não conhece os prolegômenos da pedagogia tanto que obriga as crianças ao exercício tedioso e impertinente, pernicioso da decoração excessiva.

Questionários longos e quase inúteis, os meninos se obrigam a gravá-los no cérebro juvenil e esses questionários contêm coisas dessa ordem - as dores de Maria, os irmãos Macabeus, etc.

²⁶⁶ AGUIAR, José. *Psicologia de um Enfatado II*. *Jornal do Ceará*, Fortaleza, 21 set.1908.

De sorte que os conhecimentos úteis, verdadeiros, não os têm o senhor diretor. Entretanto sabe qualquer coisa de catecismo, sabe os mandamentos da lei de Deus e da Igreja. Sabe que Adão, comendo o fruto proibido deu origem ao pecado; sabe que o pecado abre as portas do céu e abre as do inferno. Devia saber também que vergastar um menino é um fato delituoso que merece a punidade da lei e leva ao inferno. Do exposto, conclui-se que a natureza foi impiedosa para com o Sr. Diretor: não lhe abriu o engenho às ondas límpidas e cristalinas do saber; derramou-lhe no espírito invencível disposição refratária às letras.

José Aguiar

José Aguiar era ainda acadêmico do curso de Direito da Faculdade de Recife quando escreveu essas linhas. Mas tarde iria se tornar juiz na comarca de Sena Madureira, no Ceará. Entretanto, antes foi professor do Instituto de Humanidade de Joaquim Nogueira e dos colégios Miguel Borges e Arruda. Foi colaborador do *Jornal do Ceará*, do periódico *24 de Janeiro* e da revista *Fortaleza* no Ceará. Além de delegado de polícia do estado foi também lente suplementar da cadeira de Geografia do Liceu do Ceará até 1913²⁶⁷.

O texto citado, esse campo minado de intenções difusas revestidas por palavras incisivas, expõe as dificuldades sob as quais educadores e o editor construía métodos de ensino-aprendizagem como também a organização dos conteúdos presentes nas edições escolares do Instituto de Humanidades. A imagem pintada pelo autor do texto distancia-se de documentos oficiais e dos periódicos produzidos por Joaquim Nogueira e seus colaboradores e traz para a cena principal o embate entre saberes tradicionais, arcaicos e o desejo de modernização de tonalidade laica. Evidencia a forma pouco sólida e quebrada como o método intuitivo desvencilha-se da tradição católica e jesuítica a qual permanece nos suportes produzidos para a educação. Assim, grotescamente mal vestido, o método intuitivo, apregoado por educadores e afirmando-se em contraposição aos métodos tradicionais, nas palavras de José Aguiar revela-se cercado de entraves ao almejar abalar as profundas leis impressas nas mentalidades veiculadas em textos tão livrescos quanto sociais.

²⁶⁷ STUART, Barão. *Dicionário Bio-bibliográfico*, VIII. Fortaleza: Typo-Litografia a Vapor, 1915, p. 273.

Os textos compostos por *Sabedorias* e relativos às *Sabatinas* ancoram-se a uma longa tradição na qual o ato de lê distancia-se do ato de escrever e a leitura limita-se a uma recepção anteriormente programada por autores. A escola imbuu-se da tarefa de programar leituras através de edições didáticas e exigir interpretações aprisionadas em supostos saberes administrados por educadores. Ao trabalho de construção de significados pelo leitor foi atribuído inutilidade visto os alvos da educação laica condizerem com a preparação do corpo administrativo do Estado consoante às atividades também predeterminadas e irem de encontro com os elementos da educação cristã.

Jean-Hébrard estudando as memórias de Valentin Jamerey-Durval publicadas por Jean-Marie Goulemot registra as resistências encontradas pelo camponês e mais tarde professor de História, ao tentar construir um suporte intelectual através da leitura e de uma mentalidade dominada pela atmosfera cristã na França do século XVIII²⁶⁸, na qual as leituras deveriam responder aos protocolos previstos e suscitar nada mais além de uma freqüência repetitiva de saberes moralistas cristãs. Carlos Ginzburg problematizando os relatórios da inquisição encontra as conseqüências das leituras interpretativas de um moleiro na Itália do século XVI²⁶⁹. A passividade das leituras e a nulidade do leitor, então são dimensões representantes de uma longa tradição cristã que no século XVIII, vai se ver ameaçada pelo anseio de grupos sociais liberais por um conhecimento da evolução de povos e civilizações bem como pela preponderância do Estado e da Nação como objetos a serem cultuados pelo projeto burguês de estruturação dos Estados Nacionais²⁷⁰. Entretanto, mesmo havendo um deslocamento sobre a natureza dos objetos a serem lidos e das disciplinas a serem estudadas, e dos campos de conhecimentos capazes de formular a alma do indivíduo moderno, uma continuidade no método de ensino aprendido se estabelecia e o protocolo de leitura continuava ser uma resposta rigidamente esperada pelo mestre dos alunos e o espaço de construção de

²⁶⁸ GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. In: CHARTIER, Roger (Org). *Práticas de leituras*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 107-142. HÉBRARD, Jean. O autodidatismo Exemplar. Como Jamerey-Durval aprendeu a ler?. In: CHARTIER, Roger (Org). *Práticas de leituras*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p.35-74.

²⁶⁹ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

²⁷⁰ FURET, François. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, 1986, p. 119-124.

conhecimento pela criança prosseguia limitado e controlado pelos protocolos de leitura e aprendizado.

Na tentativa de moldagem do indivíduo moderno através dos livros, a formulação do livro *Anno Escolar* oscilava entre uma sociedade cristã e uma ânsia republicana próprias de grupos liberais. Um gênero movia-se em franca evolução não sem dialogar com gêneros já estabelecidos e tornando-se heterogêneo. Entretanto, o ensino laico, representado nas edições escolares, ia construindo sua autonomia em relação às tiranias do ensino religioso. Uma pauta de rubrica cívica procurava afirmava-se buscando na tradição republicana o material para a modelagem de novos parâmetros educacionais presentes nos livros escolares. Em tal conjuntura as tiranias do gênero religioso, não com tranquilidade, iam cedendo à medida que da tradição republicana e liberal emergiam propostas de elementos constitutivos dos currículos escolares cívicos defendidos por setores associados ao progresso, a defesa da nação e o desejo de modernização.

Na continuidade de tradição católica, mas em uma tendência modernizante de expansão de inúmeros saberes laicos, é que a operação escriturística do livro *Anno Escolar* procura situar-se. O trabalho de edição procura equilibrar-se frente às exigências de uma comunidade que paulatinamente se ver encantada pelos ares das ciências positivas que colocam o homem nos centros das ações sem, no entanto desvincular-se de hábitos sedimentados nas almas e nos comportamentos. O livro então não escapa de ser uma representação dessa sociedade vacilante entre o conservadorismo coronelista rural, cristã e o halo republicano, intelectual, positivista, urbano. Convivendo com altos índices de analfabetismo, o livro escolar só se estabelece se traz para as suas páginas misturas de tradições que por um lado permite o leitor repassar conhecimentos já predispostos na tradição oral, e por outro, dar-lhe a possibilidade de dialogar com os saberes na sua contemporaneidade.

Sequências de páginas de *Sabedorias* contidas do livro *Anno Escolar* e investidas sobre as *Sabatinas* dialogam perfeitamente com a representação de patriotismo de editores e educadores de escolas situadas em pequenas cidades do início do século XX que arrastam as tradições, e só precariamente, possuem os meios culturais de afirmação das utopias de seus intelectuais. É na debilidade de condições que a composição do livro *Anno Escolar* se dá. É na insuficiência dos

meios que os textos são compostos. É na incerteza das utopias que os escritos escolares se estabelecem. Assim, escassez de estudos, precariedade de métodos faz emergir artefatos culturais, textos e livros escolares indecisos, de perfil refratário e que antes de se constituírem portos seguros para alunos da escola primária são um amálgama do paradoxal trânsito de culturas fragmentadas e pouco concisas. O livro enciclopédico é uma representação dessa sociedade quebradiça, localizada entre os dilemas de uma escola hesitante sobre o que se deve ensinar, que conhecimentos são úteis e quais saberes devem ser condensados nas poucas páginas dos livros escolares.

Todavia, o estranhamento de José Aguiar concernente ao ensino da cultura cristã assinala o processo de descristianização das mentalidades no Ceará do início do século XX, mas também a circulação de um conjunto de matérias já reforçadas que davam segurança às críticas direcionadas ao ensino religioso que embora em questão, rivalizava e era presente. Intelectuais liberais, educadores republicanas apropriavam-se dos elementos cívicos e compunham seus arsenais de franca e aberta crítica às inspirações do ensino sagrado. Modelavam também as edições para a escola. Construía narrativas específicas do ensino de moral e cívica e reformulavam os instrumentos metodológicos mesmo que apropriando-se de noções religiosas para alcançar seus objetivos patrióticos.

Seis anos após a publicação do texto de José Aguiar, em 1914, circulava na cidade de Fortaleza um artigo de Pedro de Queiroz sobre as *Sabatinas* do Instituto de Humanidades as quais José Aguiar agora orientava²⁷¹:

E o diretor é um benemérito dessa terra que ele ama com estranhado amor, com todas as energias de sua alma de patriota e deve-lhe o maior apreço.

Entendia ele que a disciplina para cuja sabatina me convidava é uma contribuição é uma contribuição de largo alcance no desenvolvimento e social do povo e, portanto fazia parte do seu programa.

²⁷¹ QUEIROZ, Pedro de. Uma sabatina cívica no Instituto de Humanidade. *Revista da Academia Cearense de Letras*. Fortaleza: Typographia Minerva, Tomo XIX, p. 65-67, 1914. QUEIROZ, Pedro de. Uma sabatina cívica no Instituto de Humanidade. *Fragmentos*. Typographia Minerva, 1915. p. 17-19.

Penso do mesmo modo dizendo-lhe que a instrução é parte essencial do regime democrático. É traço principal ou característico do processo republicano, disse o dr. Francisco Rocha.

E isso foi a lição que eu aprendi devorando as páginas superiores do velho santo Emile Littré que escreveu que—no mundo contemporâneo o grande combate é o da educação e da escola.

Foi a instrução cívica que deu a grande vitória ao exercito alemão em 1870; o soldado francês não sabia para que lado ia o abc cívico.

A hora regimental sentamo-nos o dr. Francisco Rocha e o dr. Soriano e eu à mesa professoral. E começou o esperado torneio— de um lado argüia o ilustre e competente professor José Aguiar e do outro vinha incontinente pronta resposta da meninada que discriava brilhantemente sobre o civismo, a monarquia, república unitária e federativa, soberania, liberdade, autoridade, etc, destacando-se os alunos Afonso da Costa Ribeiro, Pedro Herbster Menescal e José de Castro Montes.

Aos dois primeiros abraçados foram conferidos dois ricos prêmios, ficando o terceiro notificado para receber o seu em sabatina idêntica em outubro. Os prêmios foram entregues pelo Dr. Soriano que aproveitando a ocasião improvisou um belíssimo discurso sobre o ideal republicano, indo encontrar os seus pródromos, em 1710, em Pernambuco e vindo através da inconfidência mineira, 1817, 1824, até quando triunfante em 89.

A partir do discurso de Pedro de Queiroz em 1914, os alvos e conteúdos escolares, sem se desvincularem da religião, constituem-se um catecismo da nação, onde os conteúdos dos livros escolares alimentam os jogos de traço cívico através dos quais a plasticidade das almas é cinzelada com tonalidades substancialmente republicanas. A consciência de saberes cívicos e a necessidade de textos que reforcem esse círculo de mentalidades pareciam ser bem mais claras que em 1908.

Uma análise comparativa entre as edições de 1908 e 1910 do *Anno Escolar* nos dá indícios dos caminhos através dos quais o Livro se torna mais laico e republicano e os conteúdos católicos se diluem. Na edição de 1908 a seção *Efemérides do Ceará Republicano* tem na suas páginas iniciais a foto do Padre Arimatéia e embora tenha um verniz cívico, é recheada por textos religiosos de duas a três páginas, enquanto aos eventos que dizem respeito à vida cívica do Ceará são destinados apenas citações curtas e poucos textos. Na seção *Sabedoria* aparecem poucas perguntas sobre a cultura cristã e o corpo do questionário é formado por proposições científicas e positivas. Na edição de 1910 aparece a seção *Cronologia* com citações de efemérides cívicas e pátrias sem textos religiosos. Na seção *Sabedoria* há um pequeno aumento das questões religiosas em relação à edição de 1910, mas sem diminuição das proposições cívicas.

Na seção *Efemérides do Ceará República* de 1908 aparecem 20 textos religiosos seguindo o calendário anual cristão. No mês de julho dois textos de traço religioso foram publicados: *Visitação de Nossa senhora* e *Coração de Maria*. No concorrido espaço da edição de livros enciclopédicos e na apertada seção *efemérides*, *Visitação de Nossa Senhora* ganhou o direito a duas páginas de desenvolvimento e *Coração de Maria* meia página. Assim, na formatação do Livro *Anno Escolar* para 1908 a formação da alma dos alunos tinha uma conotação religiosa como bem notificou José Aguiar nas páginas do *Jornal do Ceará*. Em 1910 uma reorganização dava ao *Anno Escolar* um perfil mais laico. Embora presentes os conteúdos religiosos apresentavam-se em menor quantidade e em sessões mais interiores do livro. As narrativas religiosas não apareciam nas efemérides e a abertura da edição de 1910, já não tinha tanto apelo cristão católico, mas uma orientação pelo catecismo cívico, amplamente difundido e divulgado na *Revista Escolar* e razão de comentários elogiosos de educadores.²⁷²

Essas pequenas frestas abertas no texto do livro *Anno Escolar* entre 1908 e 1910 são representações das maneiras como uma sociedade lida com seus dilemas e com a emergência de novos costumes que passam a ser partilhados por grupos sociais diferentes, num constante trabalho de reformulação de contratos sociais que atingem a educação e constituem-se esforços para a viabilização dos projetos editoriais de livros escolares no Ceará, no início do século XX. A cena editorial cearense então lidava com perfis de leitura e edição de livros com planejamento que procurava dialogar com as diferentes exigências da comunidade leitora, heterogênea e complexa: seja a educação republicana laica, seja a antiga didática jesuítica, seja o reconhecimento da autoridade das novas ciências positivas para o ensino elementar, seja a ansiedade por um saber total, seja a certeza que o livro escolar seria o meio de transposição dos conhecimentos do universo para as dimensões subjetivas da alma humana.

²⁷² Civismo. *Revista Escolar do Instituto de Humanidades*, Fortaleza: Typ. Escolar, ano 5, nº2, p. 22-23, mar. 1908. Sabatina. *Revista Escolar do Instituto de Humanidades*, Fortaleza, Typ. Escolar, ano 7, nº8, ago. 1910.

2.2.2. O *Anno Escolar*, o dispositivo efemérides e a pedagogia da nação

Civismo e patriotismo desempenharam função relevante na constituição do *Anno Escolar*. A seção *Sabedoria* representa uma importante parte dessa engrenagem e lá os alunos encontravam os tipos de perguntas que poderiam lhes ser propostas nas *Sabatinas*. Mas o civismo e o patriotismo iam além dessa seção. Atravessavam o livro e desenvolviam-se em blocos constituídos por fatos, datas, episódios, heróis e feitos referentes à nação. Entre os dispositivos de apelo patriótico, o bloco das *Efemérides* assinala um trabalho de composição editorial fundado na erudição republicana de comemorações públicas, rituais ufanistas e reforço da memória patriótica.

Entretanto, se as *Sabatinas* aos sábados atraíam as atenções de alunos e os levavam a pesquisar no livro *Anno Escolar*, o cotidiano de aulas também acelerava o movimento em busca de dados a serem dominados a partir da seção *Efemérides*. A estruturação da seção no livro coincidia com o calendário escolar que, por sua vez, convergia para os diversos eventos de comemoração da memória: conferências, marchas, aniversários, prêmios, celebrações, palestras. Um dos rituais comuns no Colégio Nogueira era o das assinaturas dos alunos. Nos dias de datas comemorativas, o *Livro de Partes* passava para que os alunos assinassem e registrassem a sua presença durante as lembranças de feitos patrióticos que eram compartilhadas por todos os alunos em uma composição da memória coletiva. No dia 21 de abril de 1921, foi registrado no *Livro de Partes*²⁷³:

Nota comemorativa da execução do inolvidável proto-marti da independência do Brasil, José Joaquim Maria da Silva Xavier- o Tiradentes, cujo o nome a história leva a posteridade e mostra a todos os povos como a encarnação viva os sentimentos de patriotismo inextinguível. Como homenagem a sua memória aqui deixamos esse escrito que será assinado por todos os alunos.

²⁷³ *Livro de Partes* do Colégio Nogueira, 1919-1923.

Memórias, feitos, homenagens, comemorações e a construção da imagem de mártir eram sintetizados no ato de assinar, de escrever o próprio nome na história e, dessa forma, participar dos feitos heróicos e cívicos e reforçar o ciclo da história. Além das assinaturas, os alunos também cumprimentavam o diretor como símbolo do partilhamento social do sentimento cívico e patriótico. No dia 3 de maio de 1921, os alunos cumprimentaram Joaquim Nogueira pelo descobrimento do Brasil: “Comemoração do descobrimento do Brasil. (abaixo) nomes dos alunos que vieram cumprimentar o Sr. Diretor em razão da data supra²⁷⁴”.

Através de rituais diários, as efemérides naturalizavam os feitos patrióticos e os sentimentos de civismo. Por meio das efemérides, os alunos não só tomavam conhecimento das datas e fatos como participavam da construção da nação. Como dispositivo de livro escolar, as efemérides escritas e registradas constituíam bases através das quais os alunos teriam acesso constante às datas, fatos e personagens. Livros e rituais alimentavam-se mutuamente compondo uma teia de significados em que os participantes da educação se reconheciam tanto quanto buscavam apoio para as suas relações escolares.

Essas subjetividades cívicas eram constituídas em uma circulação de ideias que perpassava as aulas, as leituras e a escrita. Do livro para o cotidiano, do cotidiano para a escrita, um círculo de intelectualidade se formava e imergia os alunos em uma atmosfera inescapável de patriotismo. As efemérides do *Anno Escolar* faziam parte dessa teia de civismo, lembrando e afirmando eventos e datas selecionadas consideradas de importância para a educação do indivíduo. Porém, os rituais de comemoração banalizados através das aulas e dos estudos com o livro *Anno Escolar* não reforçavam somente a memória nacional. A história local como parte das preocupações do professor-editor também era elemento constitutivo do amálgama de feitos e tempos contidos no livro e nas aulas. As efemérides impressas no *Anno Escolar*, diferentes dos livros de história do Brasil, apresentavam, além das efemérides nacionais, as efemérides locais. As datas e fatos da história do Ceará passaram por trabalho de edição de tal maneira que foram sintetizadas a fim de oferecer aos alunos um conhecimento positivo dos acontecimentos históricos do Ceará. A intenção do editor era de construir uma base

²⁷⁴ *Livro de Partes* do Colégio Nogueira, 1919-1923.

informativa dos eventos patrióticos locais para consulta dos alunos e para nutrir os eventos pedagógicos e patrióticos com ênfase na cultura cearense que, com frequência, ocorriam no Instituto de Humanidades. Se na seção *Sabedorias* os alunos encontravam as baterias de perguntas sobre o Ceará, nas *Efemérides* eles podiam encontrar as respostas para apresentar nas *Sabatinas* aos sábados.

Uma plataforma de conteúdos para a história do Ceará, de tonalidade cívica e patriótica, foi construída para as seções de história local da edição escolar do Instituto de Humanidades. A estrutura para a sua composição, segundo o editor, seguiram o seguinte programa: “datas e fatos referente ao movimento libertário do Estado, seu adiantamento e progresso, fundações e principais acontecimentos de pessoas ilustres”²⁷⁵. Entre os feitos históricos cearenses selecionados para fazer parte dos estudos de cultura cearense no Colégio Nogueira, a efeméride do dia 25 de março recebeu especial atenção. No livro *Anno Escolar* de 1908, textos alusivos ao evento rompem a cadeia de datas e fatos em breves linhas, e uma narrativa histórica é introduzida louvando os grandes heróis abolicionistas do Ceará. Na edição de 1910, a data consta das efemérides, mas somente citação do dia, mês, ano e citação, sem narrativa. Na edição de 1921, as efemérides locais estão inseridas no bloco das efemérides nacionais e, particularmente, o episódio da abolição no Ceará aparece apenas em uma pequena menção no corpo do texto.²⁷⁶ Entretanto, no ano de 1933, a efeméride abolicionista tomou o dia a dia das aulas e transformou-se em um evento no qual o estreitamento entre o episódio e os alunos foi intenso por meio do contato com os abolicionistas ainda vivos. No livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira foi registrado²⁷⁷:

Para solenizar essa data, o sr. Diretor deliberou reunir todos os alunos, precisamente às 12 horas e dar-lhes uma lição prática sobre ela. Ao depois alvitrou que os corpos docentes e discentes, do “colégio”, enviasse aos abolicionistas ainda sobreviventes um ofício e um telegrama de congratulações.

²⁷⁵ ANNO ESCOLAR PARA 1910. Destinado à leitura dos alunos do Instituto de Humanidades. Fortaleza: Typ. Escolar, 1910, p. 5.

²⁷⁶ NOGUEIRA, Joaquim (Org). *Anno Escolar. Livro de leitura*. Rio de Janeiro: Editores Leite Ribeiro e Maurillo, 1921, p.62.

²⁷⁷ Livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira, divisão Livro de Partes, 1933.

Aceitando como tarefa cívica e honrosa, os alunos enviaram cartas para o coronel Isaac Amaral e para Elvira Pinho, representantes do movimento abolicionista. Para o desfecho das comemorações, o professor do Instituto Lourival Correia Pinho ressaltou o exemplo dado pelo Ceará ao Brasil, e Joaquim Nogueira motivou o amor e o engrandecimento pela pátria. Os alunos que compareceram à cerimônia assinaram o *Livro de Partes*. Uma comissão de cinco alunos, liderada pelo professor Lourival Correia Pinho, foi enviada à casa do coronel Isaac Amaral a fim de entregá-lhe o ofício de congratulação honrosa. Partilhando das relações cívicas, o coronel Isaac Amaral, no dia 10 de abril, envia uma carta a Joaquim Nogueira, na qual sinaliza os sentidos das efemérides²⁷⁸:

Se bem que a minha obscura personalidade tenha representado papel insignificante, naquele grandioso drama da remissão dos escravos de nossa terra, nem por isso deixo de ufanar-me pelos resultados fecundos que produziu aquela obra que jamais deverá ser esquecida pelos espíritos educados no altruísmo, sentindo-me agora confortado com as palavras benevolentes de meu caro amigo, que toma a si o encargo patriótico de não deixar perecer no olvido uma grande página da história que deve ser repetida à mocidade para continuar a ser sugestionada com os bons ensinamentos cívicos que formam os espíritos aperfeiçoados dos povos. O nobre exemplo que agora deu o meu nobre amigo fazendo reviver nos corações de seus públicos os atos de patriotismo de uma geração de abnegados, traduz bem a alta missão de vosso papel de educador.

O texto de Isaac Amaral, como legítimo representante da cultura das efemérides, revela o poder social da constituição de instrumentos simbólicos na manutenção e afirmação das memórias e dos grupos sociais. O reviver continuamente um feito pretérito muda as condições do indivíduo que, de papel insignificante, passa para o *locus* dos ilustres abolicionistas. A ritualística das lembranças imprime, nos laços de uma comunidade, uma organização cultural, tanto histórica como de relevância para ela mesma, ou seja, para o Ceará. O poder de deslocar os papéis sociais não se limita aos indivíduos, mas tem alcance partilhado por aqueles que participam do sentimento cívico e que podem, através de instrumentos pedagógicos como o livro, ter acesso a uma precisa educação patriótica.

²⁷⁸ Livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira, divisão Livro de Partes, 1933.

Assim, o ingresso nessa comunidade, que se relaciona através de elementos de forte apelo pretéritos e cívicos, não se dá de maneira natural. A inserção do indivíduo nesse cenário de memórias, heróis, feitos, datas e fatos só ocorre por meio de uma aquisição de uma erudição alimentada pela educação, na qual o livro escolar tem papel relevante por proporcionar leituras especificamente cívicas e ritualística em um reforço da constituição de sentidos pátrios. Como dá relevo o Coronel, tais acontecimentos patrióticos e passados não devem ser esquecidos pelos espíritos educados no altruísmo. A educação, no altruísmo de vertente patriótica, então se constitui no caminho para a moldagem das dimensões cívicas através das quais uma sociedade se vê e estabelece relações, se autovaloriza e se distingue das demais. A educação se mostra o projeto liberal e republicano capaz de oferecer os instrumentos necessários à operação de sedimentação nos espíritos de subjetividades patriótica e cívica que, segundo os modelos intelectuais elitizados do início do século XX, só se revestem de sentidos se reforçam a ideia de nação, se afirmam a identidade de uma povo e de um território e se comungam com o desejo de civilização e progresso, se prezam pelo “espírito aperfeiçoado dos povos”.

Educação civilizadora e de apelo cívico local foi uma constante no cotidiano do Instituto de Humanidades. As efemérides, devido a sua apropriação como recurso didático de uso frequente no colégio de Joaquim Nogueira, representam o intenso trabalho do educador em função da noção de civismo local. A História do Ceará figurava como pauta presente nas muitas ritualizações das efemérides cearenses organizadas pelo Instituto. Almir Leal, no trabalho em que analisa a produção historiográfica cearense a partir do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, afere o papel pedagógico das ações de memórias instituídas no Instituto de Humanidades²⁷⁹:

O programa de ensino do Instituto de Humanidade incorporou ritos, espetáculos, passeatas e comemorações como uma atividade pedagógica que incorporava a propaganda republicana e os valores patrióticos como elementos centrais de sua realidade escolar. Nesse sentido, tornaram-se essas atividades ações da memória republicana brasileira e da história do Ceará em especial foi, enquanto recurso comunicativo, uma formulação

²⁷⁹ OLIVEIRA, Almir Leal. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Memória, Representações e pensamento Social (1887-1914)*, 2001, 281f, Tese(Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001, p.256.

clara da institucionalização das datas e efemérides cearenses e republicanas, afinadas com as narrativas divulgadas pelo Instituto Histórico do Ceará. O discurso patriótico-cívico foi o eixo de suas atividades pedagógicas

As ações de memória seguiam uma moldagem republicana local e constituíam fio a fio o tecido da historiografia para o Ceará através da educação. Joaquim Nogueira dialogou com a construção e sedimentação da tradição cearense referendada na produção do Instituto Histórico do Ceará e alimentou suas próprias produções editoriais com elementos da pedagogia da nação, mas procurando localizá-la numa educação para a formação da autoimagem cearense.

No panorama da pedagogia da nação, os livros exerceram papel fundamental, mas somente como reforço de especificidades e plasticidades próprias aos anseios patrióticos e cívicos. Aceito como instrumento capaz de oferecer um caminho rápido na escalada civilizadora, patriótica e pedagógica, o livro só é autorizado se constituir-se como um espelho dos ideais de grupos republicanos ansiosos por estabelecer uma tradição. Partindo dessa prédica é que o livro escolar imbuí-se de tonalidade cívica em que as narrativas históricas assumem papel de frente, uma vez que se mostram capazes de dobrar os espíritos através de uma retórica e de uma metafísica consoante aos princípios civilizadores e republicanos. A tradução mais didática e livresca dessa metafísica e retórica historiográfica é a canonização dos discursos contidos nos livros escolares, muitas vezes desdobrados em efemérides. É nesse sentido que as efemérides vão representar um dos mais fortes dispositivos constitutivos dos livros para a escola primária no início do século XX. A sua capacidade de formular-se em um corpo textual de fortes amarras estruturais, que acabam por se constituírem em bloco homogêneo e canônico de leitura compreensível a uma cognição escolar, dá à historiografia o *status* de catecismo cívico e patriótico em uma das operações mais significativas para a história dos textos escolares que desloca a importância da leitura do catecismo religioso para o catecismo laico republicano.

As efemérides pátrias²⁸⁰ são um dispositivo didático presente nas práticas escolares brasileiras a partir do século XIX. Por um lado, vinculam-se às políticas de ampliação do papel da escola e, por outro, ao processo de unificação cultural do país através das imagens construídas do Estado-Nação. Constituem-se em arrolamento de datas e fatos relativos à pátria, seus vultos, heróis, episódios políticos e bélicos. Socialmente, esse conjunto histórico, definido primeiramente por uma temporalidade linear e evolutiva, pertence a um bloco referencial de práticas metodológicas que prezam pela coesão das heterogeneidades brasileiras em favor da sedimentação, na memória coletiva, de uma imagem concordante da nação. No que tange aos esforços com a edição de textos escolares, as efemérides representam uma soberba metáfora das complexas nuances, facetas, particulares e heterogeneidades da cultura brasileira motivada pela arrogante noção de condensar toda a história da Pátria em datas previamente selecionadas. Nos livros, o demiurgo elabora uma super síntese muito útil às didáticas modernas para as escolas básicas urbanas que operam com a educação de grande número de alunos.

O projeto educacional brasileiro, a partir do século XIX e no início do século XX, acolheu orientações visivelmente patrióticas. Logo, possibilitou a exequibilidade de didáticas ritualistas que eram alimentadas e asseguradas por edições de textos consultivos nos quais as efemérides os constituíam. As didáticas ritualísticas são fundadas no duplo sistema religioso cristão e militar de celebrar e reviver o passado dos grandes mártires das ações missionárias sagradas e os feitos épicos dos heróis de batalhas e guerras por conquistas territoriais. Operando com esses norteadores, o cotidiano escolar brasileiro viu-se recheado de eventos, ocasiões e festejos nos quais as efemérides espacializavam-se e oralizavam-se em encenações anteriormente construídas nas salas de aulas e insistentemente estudadas a partir

²⁸⁰ Sobre as efemérides, ver CARRETERO, Mario & KRIGER, Miriam. A usina da pátria e a mente dos alunos: um estudo sobre as representações das efemérides escolares argentinas. In: CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto & GONZÁLEZ, Maria Fernanda (Org). *Ensino da História e memória coletiva*. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 147-166. CERRI, Luis Fernando. Festas nacionais: uso e didatização do saber histórico nas pedagogias do cidadão. *História e Ensino*. Revista do Laboratório Ensino de História. Universidade Estadual de Londrina, p.205-222, 1995. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 55 e 109. GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de Identidade: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004. KNAUS, Paulo. O desafio da Ciência: modelos científicos no ensino de história. *Cadernos Cedes*: Campinas, V. 25, nº 67, p. 273-400, set/dez. 2005. LIMA E FONSECA, Thaís Nívia de. *História e Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. LIMA E FONSECA, Thaís Nívia de & Veiga, Cynthia Greive. *História e Historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

de textos que marcavam, definiam, norteavam, simplificavam, tornavam acessível, ofereciam caminho simples, organizavam, enfim, didatizavam os conteúdos que os alunos e professores faziam uso para a composição dos papéis e encenações. Nesse espetáculo, o livro que tivesse efemérides poderia conquistar um lugar no concorrente mercado editorial brasileiro, uma vez que atendia às exigências curriculares de muitas disciplinas, entre elas a história, a literatura, a língua pátria, a geografia, a corografia, a antropologia.

Todavia, as efemérides são fundamentadas por uma tradição mais antiga. Embora o conteúdo seja particularizado por ação localizada, o formato e o trabalho de composição se fazem na interlocução com a metodologia que nos reporta ao século XVII, quando os antiquários europeus manejavam elementos com alto teor cronológico e exerciam uma atividade na qual a erudição viabilizava um *status* social e a aceitação desses artífices do tempo por uma sociedade na qual a História não existia como conteúdo ensinável e disciplina escolar. A atividade dos antiquários considerada erudita era a de cinzelar cronologias, memórias, compilações, informativos e anais. A composição de uma racionalidade linear e temporal exerceu papel relevante nessa atividade. Para executar esse trabalho de racionalização do tempo através de textos, foi fundamental a especialização do campo de ação dos antiquários a partir do estabelecimento de meios para aquisição dos elementos da composição dos textos, ou seja, criação de procedimentos e metodologias como: transformação de fontes não literárias em textos através de descrições, trabalho de busca, identificação e preservação de documentos; atribuição de significado às inscrições arqueológicas, costumes e artes.

Entretanto, ainda no século XVII, debates e reflexões sobre os usos da temporalidade, do passado e da memória suscitaram desdobramentos intelectuais e, no século XVIII, a história aproxima-se da discussão absorvendo contribuições da cultura europeia renascentista, revestindo-se de um gênero heterogêneo. François Furet, pensando a constituição da História na França, analisa os vários elementos agregados à disciplina, que lhe dão feição²⁸¹:

²⁸¹ FURET, François. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, 1986, p. 114.

Basta observar um pouco as bibliotecas daquela época para compreender até que ponto a história nelas constitui um gênero heterogêneo, em plena evolução: as classificações das bibliotecas, por exemplo, agrupam e nome de vasto setor de classificação dos conhecimentos. A história reúne tudo aquilo que se relaciona com o saber nas sociedades humanas: como cabeçalho de rubrica epistemológica acumulou todas as contribuições eruditas ou simplesmente descritivas da cultura européia desde o renascimento. Reina sobre o conjunto, com a sua divisão canônica, história sagrada-história profana, preponderância cultural da Antiguidade, o modelo de narrativa moral a Tito Lívio. Mas subordinou, como subgênero, não só as técnicas e as aquisições de *ars antiquaria* - a cronologia, a diplomática, a arqueologia, etc. - mas também o inventário do espaço.

Na França, no século XVIII, com a expulsão dos jesuítas e o domínio dos oratorianos, a história nacional e a sagrada são ensinadas levando em conta a cronologia, a geografia, os brasões familiares nobres. Esses elementos passam a fazer parte de um conjunto de saberes aos quais, naquele momento, atribuía-se a possibilidade de serem ensinados. Mas é somente no século XIX que a história entra nos programas escolares como genealogia da nação que deve ser sistematizada para o ensino, tendo em conta uma cronologia moderna, laicizada e nacional²⁸².

A noção de efemérides estabilizada na França do século XIX constituiu-se em referencial metodológico que norteou a operação escriturística da história do Ceará para a escola básica e com os quais Joaquim Nogueira manejava a composição das efemérides para a História local a ser ensinada às crianças e à mocidade. O livro didático cearense do início do século XX dava continuidade a uma tradição fundada no século XIX que corrobora a proximidade de Joaquim Nogueira com a produção intelectual do Instituto Histórico do Ceará, fato comprovado a partir da identificação de muitos autores dos textos do *Anno Escolar* como membros do IHGC. O que levaria o educador a inscrever na edição do Livro um gênero mais moderno de narrativas historiográficas, assim como abrir o leque das tipologias textuais em uma operação paradoxal em que história sagrada, efemérides, narrativas laicas e ciências modernas convivem imbricadas em tensões textuais de sofrida organização.

²⁸² FURET, François. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, 1986, p. 122

2.2.3. As efemérides cearenses entre o catecismo religioso e o catecismo cívico nacional

O livro *Anno Escolar* do Instituto de Humanidades, editado pela tipografia Escolar de Joaquim Nogueira, tinha um traço eminentemente local. Sua identidade eram determinadas por elementos culturais da sociedade cearense. Sua feição foi desenhada a partir de um conjunto de dispositivos nos quais a história e a cultura cearense foram amplamente consideradas. Como editor e educador, Joaquim Nogueira investiu na concepção de que a história local era imprescindível à formação da infância cearense e, por conseguinte, ao currículo e à estrutura do livro escolar editado por sua casa. As efemérides do livro *Anno Escolar*, como parte do conjunto de dispositivos de leitura e didática, foram operalizadas sob essa inspiração cultural local. As peças que formaram as engrenagens das efemérides do livro *Anno Escolar* provinham da cultura cearense tanto quanto tomavam a feição local por uma atribuição do editor.

As datas, os fatos, os heróis, as guerras, os conflitos, os acontecimentos, as personalidades e os locais foram configurados, selecionados e recolhidos prezando pelos acontecimentos locais, por elementos que dessem à sessão efemérides e ao livro um inconfundível aspecto local. Entretanto, a operação de lapidação e inscrição desses dispositivos no Livro ocorreu sob forte tensão entre os textos, tradições e noções. Além do conflito entre as noções religiosas e cívicas, já citadas, um outro conflito impingia as impressões do livro. A cultura cearense, no espaço textual da edição de Joaquim Nogueira, conviveu pressionada com as religiosidades cristãs e o patriotismo nacional. O traço local, nas três edições, organizou-se entre elementos do sistema referencial proveniente de uma cultura cristã e os dispositivos da cultural nacional.

Não sem esforço, as iniciativas de Joaquim Nogueira, no sentido de estabelecer no Livro aspectos da cultura cearense, enfrentaram dúvidas, incertezas, exigências curriculares, concorrências, pressões intelectuais, questionamentos familiares, reflexões e debates²⁸³. Os seus experimentos de composição de uma

²⁸³ Ver livro *Vida Escolar* do Colégio Nogueira 1931, 1932, 1933 e Crônicas do *Jornal do Ceará* de 1908.

edição escolar que se identificasse com uma produção intelectual local e com um sentido patriótico local emergiu sob embates. Na própria maquinaria textual das efemérides esse conflito é presente.

Ao longo das três edições, que ocorreram entre os anos de 1908 e 1921 cobrindo um período de treze anos, na sessão efemérides, história local foi precariamente introduzida em favor de duas tradições. Na edição de 1908, das 134 páginas da bateria de efemérides, apenas 69 são de efemérides locais. Dos 31 textos presentes no decorrer das datas, apenas 1 é de efeméride local, 7 são efemérides nacionais e 31 textos de datas do calendário cristã. Entre a tirania cristã e ditadura cívica nacional, espremida, corria a história local. Nessa mesma edição, havia uma sessão denominada Brasil, na qual a História Nacional era desenvolvida em apenas 13 páginas. Após essa sessão a Geografia do Brasil, era trabalhada em 11 páginas de Geografia de Viagens, na qual civilização ocidental, Brasil e Ceará confundiam-se. Embora as quantificações possam significar pouco diante dos sentidos dos textos, para a operação editorial a quantidade de páginas é um atributo de valor nos concorridos espaços das edições enciclopédicas em que a multiplicidade de conteúdos rivaliza, parágrafo a parágrafo, os espaços de formulação e apropriação de sentidos como possibilidade de difusão de pensamentos, costumes, valores e ideais.

Após as já referidas críticas representadas por José Aguiar através do *Jornal do Ceará*, as efemérides tomaram um perfil mais laico, e o tom religioso foi substituído por um perfil mais civil e local. Contudo, apenas 17 páginas foram reservadas para as efemérides na edição de 1910. Em relação às efemérides de 1908, não deixa de ser um diminuto da cultura local dos conteúdos para a escola primária e para o livro escolar, embora as efemérides de 1910 se desenvolvam em um bloco único que distingue o traço local do nacional, as quais são sintetizadas em 14 páginas. Todavia, é na edição de 1921 que os acontecimentos patrióticos nacionais se posicionam de maneira dominante em relação ao conteúdo das efemérides locais.

Um primeiro movimento de dispositivos textuais e editoriais, na edição de 1921, dá-se na extinção da sessão efemérides cearenses e na definição de uma

subseção de efemérides nacional dentro de uma sessão denominada *Civismo*. Em relação às efemérides locais, estabeleceu-se uma operação editorial de rarefação da história do Ceará, denotando um eufemismo no qual houve a diluição de elementos em um mar de história nacional. O outro movimento se deu pela opção de deslocamento das efemérides para conjuntos narrativos. O modelo estético e didático de acento em baterias de datas é deslocado para o interior de narrativas de episódios épicos nacionais. As efemérides locais são integradas aos conteúdos nacionais e só tomam sentido se funcionam a partir de balizas nacionais. Os acontecimentos pitorescos da história do Ceará como, por exemplo, a instalação do Instituto de eletroterapia em 1907, na rua Major Facundo, deixam de constar na seção.

A circulação do Jornaleco crítico *A Palestra*, em 1896, também deixa de ser notificada entre muitos outros tópicos que caracterizam a sociedade local²⁸⁴. Os pontos motivadores do estudo do pouco conteúdo de história local só são identificados se prioritariamente for definido o contexto nacional. A participação do Ceará na revolução pernambucana, a Confederação do Equador, a batalha de Riachuelo e a abolição dos escravos no Ceará,—efemérides de relevância para a composição da historiografia cearense—são localizadas no bloco Brasil-Reino e descritas em poucas linhas²⁸⁵. Essas duas operações editoriais no livro *Anno Escolar* de 1921 denotam o ofuscamento do paradigma cristão e o prestígio de uma nova tirania nos textos para a escola primária do início do século XX no Brasil, ou seja, a ditadura do patriotismo nacional sobre uma possível didatização de textos da História do Ceará para a escola elementar.

A dogmática da unificação de textos com sentido patriótico nacional, no início do século XX, interferiu na produção local de livros para a escola e representou um dispositivo de difusão dos ideais de grupos republicanos de forte coesão social. O vetor nacionalista reprimiu o estabelecimento de textos representantes de diversidades locais a fim de propagar uma imagem do país que fosse única e consoante ao credo dos grupos nacionais republicanos. Tal referencial tornou-se a tônica do mercado editorial brasileiro para a escola no século XIX. Uma fórmula de

²⁸⁴ ANNO ESCOLAR DO INSTITUTO DE HUMANIDADES PARA O ANO DE 1908. Destinado ao uso de seus alunos. Fortaleza: seção de obras do Cruzeiro do Norte, 1908, p. 9, 32-33.

²⁸⁵ NOGUEIRA, Joaquim (Org). *Anno Escolar*. Livro de leitura. Rio de Janeiro: Editores Leite Ribeiro e Maurillo, 1921, p. 30, 31,37, 62.

sucesso que levou Joaquim Nogueira a reorganizar seus pressupostos ao trabalhar com edições locais para a escola. O *Anno Escolar* de 1921 passa a ser editado pelos cariocas Editores Leite Ribeiro e Maurillo e uma perda de força editorial por Joaquim Nogueira, ficava evidente. O editor e diretor do afamado Instituto de Humanidades, passava a ser mencionado no livro como organizador. O seu papel no *locus* editorial do *Anno Escolar* distanciava-se do poder de controle da edição. Adotado pelo Governo do Estado para ser utilizado em escolas públicas, o Livro deveria seguir um credo diferente das edições que tinham como foco prioritário o leitor de escola particular; deveria seguir o credo de poderes públicos centralizadores de forte apelo nacional e patriótico e com maior alcance de leitores. Tal perspectiva de trabalhos editoriais para a escola, no início do século XX, não apenas constituiu a memória nacional da república como negou as múltiplas identidades dos diversos povos brasileiros. Analisando a identidade nacional e o ensino de História do Brasil, Circe Maria Bittencourt reflete sobre o caráter do nacionalismo em livros didáticos²⁸⁶.

O nacionalismo calcado em um ideário produzido por regimes ditatoriais é analisado, sobretudo, por intermédio da produção de livros didáticos que têm a tendência em se transformar em um dos principais instrumentos de difusão de uma História Nacional dogmática. Essa tendência do ensino de uma História Nacional, é importante lembrar, não ocorreu apenas no caso brasileiro, mas também em variados países que tiveram uma experiência política semelhante, como países latino-americanos e europeus. Os estudos sobre livros didáticos constataam a difusão de um nacionalismo xenófobo, calcado na constituição de mitos e heróis nacionais, com destaque para os chefes políticos, e quase sempre enaltecido de glórias militares.

O deslocamento do dogma religioso para o dogma patriótico nacional assinala uma dimensão conflituosa da produção de livros didáticos. Os livros, como representantes da cinética e da diversidade cultural, embora busquem se afirmar como suporte de uma verdade única e homogênea, só se constituem como resultado de embates e tensões entre grupos sociais múltiplos. Antes de serem suportes de um conhecimento absoluto e neutro, de escrita nefelibata, organizam-se em meio a conflitos de sentidos em apropriações de valores que direcionam o leitor para uma

²⁸⁶ BITTENCOURT, Circe. M. F. Identidade Nacional e o ensino de História do Brasil. In: KARNAL, Leandro (Org). *História na Sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 190.

realidade selecionada pelo autor consoante às disposições sociais tão variadas quanto distantes, tão múltiplas quanto dissonantes. Sob os regimes ditatoriais, sejam os dos primeiros anos da República, sejam os dos anos de 1930 sob a conjuntura do Governo Vargas, o abarcamento de tal multiplicidade era algo impensável na composição de livros nacionais no início do século XX, e as histórias locais só foram abraçadas, de maneira muito frágil, como projetos editoriais por editoras nacionais a partir da década de 1920 quando um movimento de coleções passou a ter perfis locais, mas sem deixar de ter um forte apelo uniformizador do povo brasileiro. Assim, os projetos editoriais brasileiros para a escola primária atribuíram ao livro o papel difusor do xenofobismo nacional que, até o século XXI, é presente em livros didáticos em uma permanência histórica que anula as idiosincrasias e especificidades locais dos conteúdos escolares.

A sintaxe nacionalista, por sua obstinada caminhada entre as culturas ocidentais do início do século XX, é alvo de diversas abordagens de pensadores. Kátia Maria Abud, estudando o ensino de História na Era Vargas, infere que os conteúdos e as orientações dos trabalhos pedagógicos elaborados por instituições governamentais naquele período eram instrumentos ideológicos para a valorização de um *corpus* de idéias, crenças e valores centralizados na unidade de um Brasil único. A pesquisadora chama a atenção para o veemente processo de uniformização, no qual o sentimento de identidade nacional provocava a omissão da divisão social²⁸⁷. Rebeca Gontijo aborda a problemática da formação da identidade nacional a partir do aspecto naturalizador das noções e orientações intelectuais que o processo de formação do Estado-Nação adquiriu no início do século XX no Brasil²⁸⁸. Uma totalidade delimitada por traços coerentes era associada a uma natureza humana predeterminada que norteava pressupostos essencialistas, a-históricos e naturalizava fenômenos sociais. Bejamim Abdala Junior²⁸⁹, lidando com a identidade nacional na formação da literatura brasileira entre o final do século XIX e início do século XX, incide sua análise sobre a dialética contraditória entre o local e o universal através da qual se constituíram condições do aprofundamento das

²⁸⁷ ABUD, Kátia Maria. Formação da Alma e do caráter nacional: Ensino de História na Era Vargas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, V. 18, nº36, p. 103-114, 1998.

²⁸⁸ GONTIJO, Rebeca. Identidade nacional e ensino de História. A diversidade como “patrimônio social”. ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (Orgs). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 55-79.

²⁸⁹ ABDALA JUNIOR, Benjamin. Formação da literatura brasileira. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org) *Um banquete no trópico*. São Paulo: Editora Senac, 2001, p. 358-379.

sugestões locais e formas do nosso imaginário que se fizeram universais. Sobre a organização da narratividade para a identidade dos Estados-nações, Homi K. Bhabha vale-se do conceito de tradução cultural, composto por Walter Benjamin²⁹⁰, no qual a cultura é vista como uma atividade significativa e simbólica formadora de conteúdos e temas nos quais o seu caráter interpelante a conduz para a necessidade de diálogo entre o *self* e o outro. A construção do sentido na atividade de tradução seria efetivada entre linhas que separam o significante do significado de maneira tal que, por tradução, estabelece-se um necessário processo de negação de si próprio e diálogo com o outro. Entretanto, o conceito de disseminação proposto por Bhabha oferece uma maior visibilidade da ação dos diversos sujeitos, na totalidade do Estado-Nação, sua dinâmica para além das predisposições e demarcações da identidade nacional²⁹¹:

As contra-narrativas da nação que continuamente evocam e rasuram suas fronteiras totalizadoras—tanto reais quanto conceituais—perturbam aquelas manobras ideológicas através das quais comunidades imaginadas recebem identidades essencialistas. Isso porque a unidade política da nação consiste em um deslocamento contínuo da ansiedade do irremediavelmente plural— a representação da territorialidade moderna da nação se transforma na temporalidade arcaica, atávica, do Tradicionalismo. A diferença do espaço retorna como a mesmice do tempo, convertendo Território em Tradição, convertendo Povo em um. O ponto limiar desse deslocamento ideológico é a transformação da fronteira espacial diferenciada, o “exterior”, no tempo “interior” [*inward*] legitimador da Tradição. O conceito de Freud do narcisismo das pequenas diferenças—reinterpretando para os nossos propósitos— oferece uma maneira de compreender como a fronteira que assegura os limites coesos da nação ocidental pode facilmente transforma-se imperceptivelmente em uma linearidade interna contenciosa, que oferece um lugar do qual se fala sobre—e se fala como—a minoria, o exilado, o marginal, o emergente.

A definição das fronteiras afirmaria de maneira densa as identidades particulares de um território e de uma cultura dentro do conjunto da nação. Pela concentração e sedimentação de sua autoimagem, a circuncisão territorial e cultural é rompida em uma dinâmica social configurada por grupos sociais nos quais é a diversidade que fundamenta sua ação no cenário de franca identidade local em tensão com o nacional.

²⁹⁰ RUTHERFORD, Jonathan. O terceiro espaço. Uma entrevista com Homi Bhabha. In: *Revista do IPHAN*, Brasília: nº24, p. 97-105, 1996.

²⁹¹ BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 211.

Assim, o livro enciclopédico editado por Joaquim Nogueira, destinado a leitores cearenses, e através das efemérides, impunha um protocolo de leitura heterodoxo no qual o nacionalismo entrava em embate com a cultura cearense. Imputando-se autoridade de livro didático, o protocolo ali disposto revestia-se de halo científico cuja obrigatoriedade de leitura por alunos da escola primária possibilitava a moldagem de consciências demarcadas por um patriotismo que se estabelecia como única vertente de erudição e conhecimento. Sob tal sentido, o livro didático deve distanciar-se dos estereótipos de neutralidade e porto seguro de aquisição de patrimônios culturais. Urge interpretá-lo como artefato cultural cuja materialidade só se configura sobre condições de possibilidades exequíveis a partir de uma mecânica textual determinada pelo autor-editor que possui faculdades suficientes para posicionar o leitor em *loci* desejáveis da estrutura educacional, ideológica e social, bem como para o manejo das cognições da infância escolarizada no início do século XX.

Os dispositivos da mecânica livresca contribuem não só para a comunicação e relacionamento de impressões físicas pelo leitor, como também influencia na própria forma de percepção e construção do conhecimento. Os diversos elementos da mecânica literária são carregados de costumes, valores e tradições que localizam a natureza de seus conteúdos. As efemérides denotam, somente por seu caráter, uma articulação com a pedagogia da nação cuja metafísica só se incorpora e toma sentido através de datas, fatos e heróis que possam dar visibilidade à coesão de uma nação civilizada e ao sentimento patriótico. No livro *Anno Escolar*, editado por Joaquim Nogueira, os dispositivos de estruturação da sua mecânica, dos quais as efemérides fazem parte, predisuseram uma tipologia de leitura amplamente comprometida com a formação de consciência a partir das matrizes nacionalistas e, por conseguinte, abreviou as imagens da cultura cearense.

2.3. O Ceará intelectual e a escrita para um livro escolar

2.3.1. O dispositivo editorial *Ceará Intelectual* e sua origem não-escolar

Entretanto, será que todo o corpo do livro *Anno Escolar* apresentou eufemismo em relação à cultura cearense? Nas demais seções também houve diluição dos textos de temas cearenses? O editor e seus autores colaboradores permitiram a minoração dos conteúdos da cultura local na edição escolar que produziam e que tinha um forte apelo à cultura cearense? Ao observar o livro *Anno Escolar*, a conclusão de que a eufemização dos conteúdos de História do Ceará foi estabelecida de maneira subordinada parece imediatista. A análise dos textos contida no Livro aponta para aspectos mais imbricados desse embate. As questões envolvidas na composição das imagens do Ceará no livro *Anno Escolar* e nos esforços de manutenção de textos cearenses podem ser pensadas a partir de dois enquadramentos significativos para os esforços de estabelecimentos da cultura local em livro de leitura escolar: a genealogia dos textos e a natureza didática que deveriam ter, sem que houvesse uma tradição didática anterior— pelo menos no sentido atribuído por autores e editores modernos —no momento em que um gênero era constituído, no movimento de produção de uma literatura tão didática quanto local.

Se por meio da composição de um outro dispositivo o editor do *Anno Escolar* procurou estabelecer a cultura cearense entre as leituras de seus alunos, todavia foi necessário enfrentar outras tensões que emergiam entre as relações sociais dos que lidavam com a educação elementar no Ceará, no início do século XX. Nessa composição de forças, dois indícios do vigor do editor e de seus colaboradores em instituir um conteúdo de história local no livro *Anno Escolar* são: em primeiro lugar, a anexação do livreto *Ceará Intelectual* no livro *Anno Escolar* e a operação editorial do Livreto ao recolher autores e textos eminentemente cearenses com tematizações sobre fatos, fenômenos, personalidades, inquietações, história, sociologia, geografia, cultura cearense em uma conjugação da produção intelectual local. Em segundo

lugar, uma outra tensão surgida à medida que os textos de cultura cearense iam se estabelecendo em uma edição escolar, ou seja, a adequação dos textos à literatura escolar básica, a uma suposta noção de texto escolar. Entre as práticas para manter textos da cultura cearense, os editores se confrontaram com uma outra condição: a concepção de textos que tivessem não só um perfil da cultura local, mas que também fossem apropriados à escola básica, que fossem escolares, que fossem didáticos. Essa interlocução entre cultura local e cultura escolar não foi fácil e nem tranquila. Porém, trouxe à produção intelectual local novos elementos para a composição de textos com finalidade escolar. Nesse embate, a edição escolar do Instituto de Humanidades esteve sob a pressão de duas dimensões, entre a noção de textos literários da cultura cearense e a necessidade de sua adequação à escola elementar.

Ceará Intellectual é uma das seções do livro *Anno Escolar*. Nela, encontram-se textos dos mais variados temas, entre eles os da cultura cearense, em diversos aspectos. Todavia, o seu caráter não é somente de uma seção de livro. O *Ceará Intellectual* foi organizado como um enxerto ao *Anno Escolar*. Era publicado separadamente do Livro e na edição de 1910²⁹², chegou a ser editado com numeração independente. Localizada sempre no final do Livro, tinha caráter literário e a maioria dos textos era de autores cearenses. O aspecto laicizado da cultura cearense nas edições para os alunos do Instituto de Humanidades aparece no *Ceará Intellectual*. O conjunto de textos aglomera autores e temas de perfil moral, civilizador e científico em um esforço de construção da autoimagem cearense, constituindo-se um espelho cuja imagem central é o Ceará. Hinos, poesias, estudos, têm como motor a “terra da luz”.

Mas o *Ceará Intellectual* não deve ser percebido apenas como uma seção do livro *Anno Escolar* ou um livro publicado isoladamente de forma autônoma. É antes um conjunto de conteúdos que o editor maneja diversificando as edições de seu estabelecimento. Uma vez captado e organizado, o conteúdo se movimentava nos suportes editoriais produzidos na editora de Joaquim Nogueira. Trajetos possibilitaram o trânsito desses conteúdos em edições diferentes. Os textos do

²⁹² Ver o índice do livro *Anno Escolar para 1910*. Destinado à leitura dos alunos do Instituto de Humanidades. Fortaleza: Typ. Escolar, 1910.

Ceará Intellectual eram publicados tanto fazendo parte do livro *Anno Escolar* como brochura autônoma. Os conteúdos podiam ser encontrados tanto nos dois livros como no *Jornal Bandeirantes* e na *Revista Escolar*.

Ceará Intellectual é um agrupamento de textos e gêneros. Profecias, poesias, hinos, partituras, análises pedagógicas, artigos de jornais, contos, narrativas, notas de viagens, biografias, perfis de personalidades históricas cearenses, reminiscências, registros dos principais jornais cearenses, costumes, ensaios. A sua composição é atravessada por noções sociológica, antropológica, estética, política, pedagógica. É uma sequência de textos dispostos em tamanho mediano e, por vezes, grande. No livro *Anno Escolar*, intitulados, os escritos são separados apenas por diminutas marcações que vão de espaços em branco na edição de 1908 a fotos dos autores no livro de 1921. Aparecem também nessa seção notas de rodapé esclarecendo métodos de aplicação dos textos, a sua origem e dedicatórias. Toda essa operação de instalação de variedades diversifica o sentido dos textos. Todavia, dá à seção um aspecto muito sisudo e pouco atraente. Em algumas páginas, o *layout* não passa de um amontoado de letras que dificulta a localização de temas e a concentração do leitor. Assim, é a partir desses escassos espaços de edição que uma tradição foi estabelecida, e a autoimagem do Ceará se difundiu. Foi também a partir do movimento dos textos e suas apropriações pelo editor que o gênero escolar-local se tornou presente na comunidade local.

Como enxerto do livro *Anno Escolar* ou como livreto publicado independente do Livro, *Ceará Intellectual* foi difundido na imprensa e provocou comentários entre jornalistas, intelectuais e educadores. Da cidade de São Paulo, o editor recebeu saudações²⁹³:

Ceará Intellectual - Acaba de ser entregue à publicidade uma obra didática de grande valor para os que procuram o cultivo da intelectualidade e o preparo do espírito.

É um trabalho criterioso e perfeito que honra sobremaneira seu organizador, o provector professor sr. Joaquim da Costa Nogueira, diretor do Instituto de Humanidades de Fortaleza, Ceará.

²⁹³ O que dizem de nós(coluna). *Revista Escolar Do Instituto De Humanidades*, Fortaleza: Typ. Escolar, ano 7, Nº9, p. 27-28, set. 1910.

Reúne, a nova seleta, escolhidas obras de sociologia, filosofia, história e literatura de autores fulgurantes do meio intelectual cearense, produções inéditas em prosa e verso.

Destacar o nome de um, dentre a plêiade de mestres da literatura pátria, de sociologia e historiadores insignes, que firmaram seus trabalhos de alta valia, é impossível. Porque do princípio ao fim, a nova coletânea encerra como um ramalhete de rebentos intelectuais primorosos.

Felizes são os jovens leitores que bebem o saber em tão precioso livro.

A sua adaptação nas escolas do país é uma necessidade e virá preencher uma lacuna de há muito tempo notada.

Ao seu organizador enviamos sincero saudar e fazemos votos para que prossiga com intrepidez, a grandiosa idéia que em boa hora teve de dotar nossa pátria com preciosos compêndios instrutivos dos moldes do Ceará Intelectual.

D'«A Vanguarda» n. 637, de Santos, S. Paulo.

Reunir em um livro escolar a cultura local foi um dos méritos do *Ceará Intelectual* legitimado pela imprensa. O enxerto se revestiu de importância chamando a atenção para uma produção local que passava a ser ensinada em escolas e convertia-se em parte da formação das crianças. O seu caráter local o singularizou na medida em que não se constituía somente em um suporte da cultura cearense, mas em uma edição que possuía textos da autoria de grandes intelectuais cearenses e que seriam reconhecidos desde a infância por meio de uma publicação escolar. A produção intelectual cearense se impunha com legitimidade consensual e suscitava a necessidade da produção de uma edição usada em práticas escolares. Ao mesmo tempo, a operação de recolha de textos, tendo como fonte a própria produção literária cearense, revestiu o *Anno Escolar* de uma aura mais intelectual. Dentro do *corpus* da edição, a introdução de uma parte literária com textos de produção, na sua maioria cearense, representaria o reconhecimento da edição por intelectuais locais. Para tal feito, operações específicas de organização do livro foram empreendidas.

O *Ceará Intelectual* então se constituía como uma representação do poder que a escrita adquiriu nos espaços urbanos ocidentais. Uma seção de traço intelectual no livro *Anno Escolar* indica o poder de circulação de tipologias de impressos que difundiam a produção intelectual local e que eram compartilhadas pela comunidade, que poderia ser reconhecida no gesto de leitura dos livros

escolares. Era uma cultura que se estabelecia difundindo-se na produção escolar e esta era a sua representação. Mudanças sociais típicas das sociedades urbanas ocidentais foram acompanhadas pela irrupção da leitura e da escrita como meios de alimentar sentidos, construir referenciais, constituir elos entre relações sociais compartilhadas e maneiras de firmar hierarquias. Daniel Fabre, nos estudos sobre a maneira como a escrita e a leitura se inscreveram na vida social dos Pireneus do Languedoc, no final do século XIX e início do século XX, atesta o eminente poder da escrita²⁹⁴:

Na virada do século, é com a mobilidade de um tal magistrado que atuam os outros detentores de códigos. Professor, preceptor, guarda campestre, cantoneiro ou produtor rural são leitores que partilham um universo ideológico muito coerente. Eles se encontram no café, verdadeiro círculo de leitura: em 1875, de acordo com as visitas pastorais, recebe-se aí apenas o *Correio da Alvorada*, jornal governamental, e a *Fraternidade*, mais à esquerda, mas em 1900 a escolha é mais ampla; aparecem os grandes jornais regionais, como o *Despacho de Toulouse*. A *Ilustração* chega de Paris. Nessa época, o inventário da biblioteca pessoal de um professor local situa mais precisamente ainda esses novos leitores. Encontramos aí, com efeito, o *Código eleitoral*, o *Anuário da comarca*, a *União agrícola*, uma *Gramática Francesa*, um livro de história e de geografia, brochuras de botânica e de horticultura. Esse é o círculo sem brecha de uma nova racionalidade, em que o livro funda, ao mesmo tempo, ação sobre a natureza e sobre a sociedade, inscrevendo simultaneamente seu leitor na língua nacional cuja a universalidade é evidente.

Assim, através das leituras e das novas escritas estabelecidas por movimentos de grupos e atividades urbanas, as identidades locais eram tecidas para instaurarem-se no tecido social. Paulatinamente, a escrita local confundia-se com os grupos que construía uma cultura urbana e almejavam que tal projeto adquirisse um *ethos* específico de uma comunidade que compartilhava referenciais culturais, em determinados pontos, semelhantes. A escrita participou ativamente na possibilidade da visão dessa autoimagem local e representou um meio através do qual toda uma localidade se reconhecia. A alfabetização e a educação como um projeto social de comunidade urbanas do início do século XX consistia em um dos meios mais seguros de viabilizar o estabelecimento das imagens locais dos grupos interessados por suas especificidades. A língua local, bem como a história,

²⁹⁴ FABRE, Daniel. O livro e sua magia. In: CHARTIER, Roger (Org). *Práticas de leituras*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 203-204.

representaram a dimensão simbólica dessa autoimagem. Assim como a educação, os livros escolares, em seus diversos dispositivos organizados por escritores e editores, contribuíram para reforçar o imaginário coletivo à medida que constituíam, multiplicavam e alimentavam o ciclo das línguas idiossincráticas e a memória local. Contudo, entre a relevância da literatura, da história e o reconhecimento da via escolar como eficaz na projeção de projetos simbólicos locais, novas facetas da produção intelectual local evidenciavam-se.

Na tentativa de dar visibilidade à cultura cearense, o editor do livro *Anno Escolar* moveu uma operação de busca de produções que tematizava a autoimagem do Ceará. Tal operação suscitou um dilema: produzir textos com finalidade eminentemente escolar ou recolher textos já produzidos no cenário intelectual cearense? A segunda opção parece ter seduzido o editor do *Anno Escolar*. A seção *Ceará Intelectual* dá indícios das certezas do editor na eficiência dos textos já produzidos pela intelectualidade cearense para administração do currículo escolar em impressos.

Apesar das imagens produzidas por colunistas favorecedores dos projetos de Joaquim Nogueira, os textos das três edições do *Ceará Intelectual*, editados como parte do *Anno Escolar* ou em separata pela iniciativa do editor, não foram escritos com finalidade escolar, e a sua imagem de escolar transita na rota dos estereótipos. As composições contidas na seção, em sua maioria, não tinham como finalidade editorial uma representação didática ou educacional. A prática de Joaquim Nogueira para a elaboração do *Ceará Intelectual* constava de escolher, entre textos já publicados, os que correspondessem, em certa medida, aos seus próprios referenciais e imagens de público leitor, alunos, pais, educadores, editores e intelectuais; fundava-se em elencar textos que, segundo seu critério, correspondiam às expectativas e competências de um grupo, não só de dissentes, que o educador pretendia satisfazer. O impulso para atingir um público heterogêneo suscitou um trabalho de coletânea alicerçada em múltiplos gêneros, em aumentado número de literatura de várias datas e períodos. Da mesma forma, da operação de agrupamento derivou um intervalo entre a original composição do texto e a subsequente forma que lhes foi atribuída na ação demiúrgica de recolocação e deslocamento dos textos para o livro *Anno Escolar*. Sendo inicialmente pensado em uma perspectiva diversa da exatidão escolar, cada um dos textos das edições do

Ceará Intellectual pode ser sintonizado a grupos de leitores nem sempre próximos dos alunos da instrução elementar. Por conseguinte, os textos publicados na seção *Ceará Intellectual* do *Anno Escolar* não são propriamente escolares, uma vez que compilados a partir de suportes múltiplos que pressupõem competências, leituras, leitores e ferramentas específicas que cada autor prescreveu na disposição da composição textual. Cada autor construiu um protocolo de leitura no qual a previsão de uma recepção passa ao largo da noção de ensino elementar.

Para uma melhor visibilidade dos textos contido na seção *Ceará Intellectual*, do livro *Anno Escolar*, bem como dos indícios de suas origens, foi necessário a organização de uma classificação das seguintes categorias:

1. Textos sobre a cultura cearense (68,53%)
 - 1.1. Textos de costumes e crônicas
 - 1.2. História do Ceará
 - 1.3. Textos analíticos (sociológicos, antropológicos, geográficos)
2. Textos líricos (10,11%)
3. Textos Morais (8,98%)
4. Textos Cívicos (6,74%)
5. Textos Religiosos (5,61%)

Partindo dessa classificação, o conjunto dos textos compilados nas edições do *Ceará Intellectual* permite a afirmação do tema Ceará como também erudição não escolar. Elaborado em três anos distintos, 1908, 1910, 1921, totaliza oitenta e nove (89) textos assim inscritos: textos sobre a cultura cearense correspondem a mais da metade (68,53%), ultrapassando os textos líricos (10,11%), de moral (8,98%),

cívicos (6,74%) e religiosos (5,61%). Entre os 68,53% dos textos referentes à cultura cearense encontram-se textos de descrição de costumes, textos de História do Ceará, perfis de personalidades, análises sociológicas, antropológicas e geográficas do estado do Ceará. Considerações, estudos e reflexões sobre a auto-imagem do Ceará avançam sem que nenhum dos outros gêneros alcancem 15% do total e, embora o *Ceará Intelectual* tenha um apelo literário, os textos diversificam-se na tradição científica da cultura cearense emergente no final do século XIX e estabelecida no início do século XX.

Entre todas as categorias que abrangem os gêneros da seção *Ceará Intelectual*, os textos convergem a uma tradição cujo esforço é de *status* por erudição que não é escolar. Por erudição não escolar refiro-me à produção intelectual na sua maioria escrita por autores cearenses do século XIX e início do século XX e alguns textos do século XVIII escritos por portugueses, que foram escritos sem prescrever como leitor os alunos da escola primária e secundária e cuja linguagem é de difícil acesso à cognição infantil. Mas a marca de erudição não escolar se imprime no fato desses textos já haverem sido publicados em suportes que tinham como prescrição de leitor, um receptor portador de determinadas ferramentas intelectuais e *metiér* mais complexo em relação ao desenvolvimento cognitivo infantil e diverso das proposições didáticas, práticas e lúdicas do método intuitivo, parâmetro metodológico defendido por Joaquim Nogueira em artigos e colunas de seus periódicos, bem como no próprio livro *Anno Escolar*, desde a edição de 1908²⁹⁵. Exemplos desses suportes de erudição tradicional são os jornais da cidade, a *Revista da Academia Cearense de Letras*, a *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará*, revistas literárias, livros poéticos, estudos científicos, romances, entre outros.

Os autores dos textos da referida seção transitavam na atmosfera da produção intelectual do Ceará. Muitos fizeram parte de agremiações e associações literárias como a Academia Cearense de Letras e a Padaria Espiritual. Sócios do Instituto Histórico e Geográfico também escreveram para a edição de Joaquim

²⁹⁵ CAVALCANTE, Waldemiro. Ensino Moderno. *Anno Escolar do Instituto de Humanidades para o ano de 1908*. Destinado ao uso de seus alunos. Fortaleza: seção de obras do Cruzeiro do Norte, 1908, p. 357-362. CASTRO, José Luis de. Método Intuitivo. *Anno Escolar do Instituto de Humanidades para o ano de 1908*. Destinado ao uso de seus alunos. Fortaleza: seção de obras do Cruzeiro do Norte, 1908, p. 375-379.

Nogueira. Educadores, proprietários de jornais, editores de jornais e revistas, funcionários atuantes em cargos públicos diversos e importantes do estado do Ceará colaboraram com a escrita dos textos presentes na seção *Ceará Intellectual*. Entre eles estavam: Alba Valdez, Andrade Furtado, Anna Facó, Antônio Bezerra de Menezes, Antônio Sales, Barão de Studart, Beni Carvalho, Cruz Filho, Francisca Clotilde, Gustavo Barroso, Joaquim Catunda, José Albano, José Lino da Justa, José Luiz de Castro, Júlio Maciel, Júlio Monteiro, Leonardo Mota, Juvenal Galeno, Mário Linhares, Padre Antônio Tomás, Papi Junior, Pedro Queiroz, Paula Ney, Rodolfo Teófilo, Soriano de Albuquerque, Waldemiro Cavalcante. Os nomes nos levam ao cenário intelectual cearense do século XIX e início do século XX.

Almir Leal de Oliveira, pesquisando o Instituto Histórico do Ceará, ressalta a constituição do ensino de História como maneira de vulgarização de temas, estudos, datas e fatos locais produzidos no referido Instituto²⁹⁶. O autor aponta o trabalho de Antônio Bezerra de Menezes para a *Revista Escolar*, no *Anno Escolar*, particularmente no *Ceará Intellectual*. Personagens e mitos republicanos eram elaborados e trabalhados pelo historiador do Instituto. Nas edições de 1908 e 1910, os textos levavam o cabeçalho de *Patriotas Cearenses* e provinham da *Revista Escolar*²⁹⁷. Na edição de 1921, foi publicado o texto *A carnaúba e o Cearense*, do livro *Notas de Viagem*, de 1899. Almir Leal notifica²⁹⁸:

A narrativa apresentada pela Revista Escolar da história do Ceará privilegiava os episódios do início da colonização tal como foram apresentados pelos membros do Instituto Histórico do Ceará, nas suas narrativas definidoras de origem, conforme foram apresentadas durante as comemorações do Tri-Centenário do Ceará em 1903.

O vínculo entre os textos do *Ceará Intellectual* e o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará são claros. Os autores dos textos, sócios do

²⁹⁶ OLIVEIRA, Almir Leal. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Memória, Representações e pensamento Social (1887-1914)*. 2001, 281f. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001, p. 253.

²⁹⁷ ANNO ESCOLAR DO INSTITUTO DE HUMANIDADES PARA O ANO DE 1908. Destinado ao uso de seus alunos. Fortaleza: seção de obras do Cruzeiro do Norte, 1908, p. 341.

²⁹⁸ OLIVEIRA, Almir Leal. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Memória, Representações e pensamento Social (1887-1914)*. 2001, 281f. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001, p. 257.

Instituto, testemunham: Alba Valdez, Andrade Furtado, Antônio Bezerra de Menezes, Antônio Theodorico da Costa, Barão de Studart, Eusébio de Sousa, Joaquim Catunda, José Lino, Padre Antônio Tomás, Juvenal Galeno, Rodolpho Theóphilo²⁹⁹. A erudição circulava nas páginas do livro *Anno Escolar* de maneira a construir um quadro semântico e referencial para os estudos das crianças através do livro. Até onde essa erudição poderia ter avançado e, ao mesmo tempo, se constituído em livro para a escola com linguagem própria à infância? Certamente esse limite foi considerado dentro de padrões mais intelectuais, articuladores e sócio-políticos que propriamente escolares; menos para a infância e mais para os intelectuais e editores.

Retomando a observação da origem dos textos e voltando à classificação proposta, os líricos testemunham a assertiva da erudição não escolar: *Aspirações* (ed.1908), de Celeste Jaguaribe de Mattos; *Recortes* (ed.1908), de Antônio Martins; *Piedade Infantil* (ed.1910) e *Contraste*(ed.1921), de Padre Antônio Tomás; *Soneto* (ed.1921), de José Albano. Os textos de moral trafegam nesse mesmo trajeto: *Elogio da dor* (ed.1921), de Mozart Monteiro. Assim como os textos cívicos: Apólogo (ed.1910), do poeta italiano G. Parato. Os religiosos correm em idêntica via: *Aspirações da Alma* (ed. 1910), de Padre Bruno Figueiredo e *Vita et vita nostra* (ed. 1921).

Para os textos inscritos na categoria autoimagem cearense, a mesma recorrência à erudição é visível. Sejam os textos de História, os referentes à costumes e crônicas ou textos analíticos, é recorrente os usos de textos de tradição distinta da escolar. Na chave de textos de História, fazem esse trajeto: *República Federativa* (ed. 1908), *Os cem primeiros jornais publicados em Ceará* (ed. 1908), *Evolução social Cearense* (ed. 1910), *Pedro II* (ed.1921). Dos escritos de costumes de crônicas: *Profecia Curiosa* (ed. 1908), *A Fortaleza* (ed. 1908), *O que é a felicidade* (ed. 1910), *O cearense* (ed.1921), *Agonia da Palmeira* (ed. 1921). Dos textos analíticos: *Ceará. Relevo e aspecto do solo, clima. Produções* (ed. 1921), *Tirocínio do ABC* (ed. 1921).

²⁹⁹ Relação dos sócios do Instituto. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Typ. Minerva, Tomo XXII, ano XXII, p. 370-378,1918.

A genealogia dos textos demonstra o apelo do editor: *República Federativa*³⁰⁰, da edição de 1908, é a republicação de versos que já podiam ser lidos desde as primeiras décadas do século XIX no Jornal cearense *Clarim da Liberdade*. No livro de 1908, o texto aparece com imensa nota de rodapé esclarecendo a origem dos versos. A autoria da nota de rodapé não é identificada, mas aparece, no final, a localização do autor, que estava no Rio em 6 de março de 1907. Trata-se de pequeno verso em quatro estrofes que também não tem autoria. *Os cem primeiros jornais publicados em Ceará* é um recorte do catálogo do historiador Barão de Studart com primeira edição em 1896, na *Revista da Academia Cearense de Letras*³⁰¹, e que teve várias reedições: na *Revista do Instituto Histórico do Ceará* aparece em 1898 e 1904, quando também aparece em folhetos avulsos pela tipografia Studart³⁰² em 1898, e pela tipografia Minerva em 1904³⁰³. *Evolução Social Cearense* é um trecho de uma conferência realizada por Soriano d'Albuquerque na Sociedade Phenix Caixerel em 24/05/1907³⁰⁴. Era um plano de um possível trabalho que o autor pretendia desenvolver e publicar. Durante o ano de 1907, matérias sobre a conferência foram publicadas na *Revista Fortaleza*³⁰⁵. Embora o autor não tenha desenvolvido o estudo em 1910, Joaquim Nogueira publica no *Ceará Intelectual* trecho da conferência para os estudos de seus alunos³⁰⁶. *Pedro II* é um enxerto do discurso realizado por Antônio Theodorico da Costa, proferido em caráter oficial na inauguração do monumento em Fortaleza no ano de 1913³⁰⁷. Foi publicado por Joaquim Nogueira na terceira edição do *Anno Escolar*.

No grupo dos textos catalogados como aqueles que tratam dos costumes cearenses, a operação de busca do editor pela erudição também se insinua:

³⁰⁰ República Federativa. *Anno Escolar* do Instituto de Humanidades para o ano de 1908. Destinado ao uso de seus alunos. Fortaleza: seção de obras do Cruzeiro do Norte, 1908, p. 337-340.

³⁰¹ STUDART, Barão. *Dicionário Bio-bibliográfico*, V.I. Fortaleza: Typo-Litografia a Vapor, 1910, p. 356. STUDART, Guilherme. Catálogo dos jornais de pequeno e grande formato publicados no Ceará. *Revista da Academia Cearense de Letras*. Tomo II. Fortaleza: Typ. Studart, 1897, p. 207-212.

³⁰² STUDART, Barão. *Dicionário Bio-bibliográfico*, V.I. Fortaleza: Typo-Litografia a Vapor, 1910, p. 356.

³⁰³ STUDART, Barão. *Dicionário Bio-bibliográfico*, V.I. Fortaleza: Typo-Litografia a Vapor, 1910, p. 356.

³⁰⁴ ALBUQUERQUE, Soriano de. *Evolução Social Cearense*. Livro *Anno Escolar para 1910*. Destinado À leitura dos alunos do Instituto de Humanidades. Fortaleza: Typografia Escolar, 1910, p. 1-4.

³⁰⁵ *Evolução Social Cearense*. *Fortaleza*. Revista litterária, filosófica, científica e comercial, Fortaleza: Typ. Minerva, p.19, jul. 1907.

³⁰⁶ PIMENTA, Joaquim. *Evolução Social Cearense*. *Fortaleza*. Revista litterária, filosófica, científica e comercial. Fortaleza: Typ. Minerva, p.1-3, jul. 1907.

³⁰⁷ DA COSTA, Antônio Theodorico. Gênese da idéia de uma estátua ao imperador do Brasil D. Pedro II no Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo XXVIII, ano XXVII. Fortaleza: Typ. Minerva, p. 319-329, 1914. A estátua de D.Pedro II na cidade de Fortaleza. Ata. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Typ. Minerva, Tomo XXIX, ano XXIX, p. 351-353, 1915.

Profecia Curiosa (ed. 1908) é um extrato da poesia de um manuscrito. O editor foi buscar os versos em alfarrábios antigos datados de 1794 de possível autoria de Q. Bandarra, natural de Portugal. *Uma profecia* (ed. 1908) é outra poesia já publicada no Jornal *A Verdade* de Fortaleza, em 1894. Consiste das visões de Frei Vidal, também registradas pelo Instituto Histórico do Ceará³⁰⁸, como lembra o autor do texto explicativo que antecede os versos. *A Fortaleza*, de Paula Ney, consta na edição de 1908 do *Anno Escolar*, mas já havia sido publicado em 1907 no *Almanaque do Ceará*³⁰⁹. *A Fome*, de Padre Antônio Tomás, aparece na terceira edição do Livro de Joaquim Nogueira, tendo sido publicado pela primeira vez no jornal *A República* de Fortaleza, em 1902. A edição de 1921 do *Anno Escolar* apresentou textos de Júlio Maciel, todos originários do livro de 1918. *Jacarecanga*, *Agonia da Palmeira* e *Juazeiro* foram os sonetos publicados do autor de *Terra Mártir*³¹⁰. Na categoria de estudos analíticos, o texto de Joaquim Catunda, *Ceará. Relevo e aspecto do solo, clima. Produções*, foi publicado no primeiro capítulo do livro *Estudos de História do Ceará*, de 1886³¹¹. *Tirocínio do ABC* (ed. 1921), de Pedro Queiroz, já vinha sendo publicado na *Revista Escolar* de 1914, mas tem sua primeira publicação na *Revista da Academia Cearense de Letras* de 1913 e sob a coleção *Fragmentos*. A coleção *Fragmentos* foi publicada em folhetos nos anos de 1913, 1914, 1915 1916³¹² pela tipografia Minerva, na qual o texto *Tirocínio do ABC* aparece em 1914.

Em cada um dos textos acima elencados, uma origem não escolar, seja no século XIX ou no início do século XX, sejam os textos líricos, de costumes, de história ou textos analíticos. Para selecionar determinados textos, Joaquim Nogueira retroage a antigos escritos, como o manuscrito de 1794, sem autoria presente e como a querer estabelecer uma relação de legitimidade do texto no seu passado. Como a buscar reconhecimento pela via do *status* de fonte rara que poderia atribuir

³⁰⁸ PENHA, Vidal da. *Uma Profecia*. Livro *Anno Escolar do Instituto de Humanidades para o ano de 1908*. Destinado ao uso de seus alunos. Fortaleza: seção de obras do Cruzeiro do Norte, 1908, p. 337-340. SOUZA, Eusébio de. *Pela História do Ceará*. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: S/E Tomo XLVIII, ano XLVIII, p. 115-120, 1934.

³⁰⁹ BARREIRA, Dolor Uchoa. *História da literatura cearense*. Fortaleza: A. Batista Fontenele, (Coleção Instituto do Ceará), 1954, p. 330.

³¹⁰ MACIEL, Julio. *Terra Mártir*. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunais, 1918, p. 23, 25, 26.

³¹¹ CATUNDA, Joaquim. *Estudos de História do Ceará*. Fortaleza: Typ. do Libertador, 1886. p. 13-23.

³¹² QUEIROZ, Pedro. *Tirocínio do ABC*. *Revista da Academia Cearense de Letras*. Tomo XVIII, p. 152-167, 1913. QUEIROZ, Pedro de. *Fragmentos*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1914, p. 33-47. Studart, Barão. *Dicionário Bio-bibliográfico*, VIII. Fortaleza: Typo-Litografia a Vapor, 1915, p. 27.

originalidade ao texto. Outros textos são encontrados em uma produção mais próxima dos anos das edições. Textos que já circulavam e eram reconhecidos como partes de um patrimônio intelectual cearense, de aceitação mais generosa por parte de possíveis receptores, pareciam satisfazer os critérios do editor.

Do exposto, fica a observação da operação editorial de Joaquim da Costa Nogueira ao editar o *Anno Escolar*: tentativa de manter a cultura cearense presente através da anexação do livreto *Ceará Intelectual* ao Livro; busca de textos em uma tradição erudita não fundada na cultura escolar, mas pertencente a um patrimônio intelectual cearense já disposto socialmente; e, por fim, a conclusão que a infância escolarizada no Instituto de Humanidade de Joaquim Nogueira, no início do século XX, conviveu com a cultura cearense erudita através do livro *Anno Escolar*, indício da constituição de um gênero que dialogava com elementos da cultura local tanto quanto com a necessidade de adequação a cultura escolar.

Roger Chartier³¹³, partindo do *corpus* dos livros da *Bibliothèque Bleue*, conjunto de edições populares publicadas na França do Antigo Regime, deu visibilidade a movimentos editoriais urbanos, os quais, embora organizando publicações populares, partiam de textos eruditos de diferentes repertórios. Gêneros, períodos, literaturas, eficácia, leituras e leitores diversos e distintos foram apropriados por editores na composição de uma fórmula editorial de sucesso que circulava entre um público heterogêneo e numeroso. Da pesquisa com os livros de cordéis, o historiador conclui a relevância dos usos dos textos que adquirem sentidos a partir da materialidade da impressão figurada no livro e das apropriações de grupos diversificados. Ao produzir livros, os editores impõem protocolos de leituras que aproximam os leitores de sentidos e maneiras de ler determinadas pela edição dos textos. Uma mecânica literária e editorial localiza o autor, predeterminado onde a autoria e a edição pretendem que ele esteja. Assim, a operação de busca, recolha, deslocamento e estabelecimento de novos usos dão aos textos novos significados, situando-os em um enquadramento cultural que é definido pela edição e diverso da sua origem, bem como infunde registros de modos de leituras que acabam por constituírem a sociabilidade do ato de ler compartilhado

³¹³ CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990, p. 167-184.

por comunidade e definem os quadros culturais de tradições que aí se alicerçam, se mantêm e se reproduzem. Na operação de publicação dos textos na seção *Ceará Intelectual*, o poder do editor de dar novos sentidos aos textos foi essencial na busca por um ajustamento da escrita erudita à escrita escolar.

No Ceará, no início do século XX, grupos identificados com a atividade editorial estabeleceram e deram continuidade a tradicionais modos de leituras. O trabalho de editoração de Joaquim Nogueira tem essencialmente o traço escolar, umas das tradições de gênero que se fundava naquele momento. Para organizar seu *corpus* editorial, o editor usou de vários dispositivos presentes no livro *Anno Escolar*. Na seção *Ceará Intelectual*, novos sentidos foram dados a textos já dispostos no imaginário coletivo da comunidade. Tal operação redundou em novas práticas que se legitimaram à medida que usos dos textos se estabeleceram em experiências cotidianas da vida escolar e do âmbito da educação e contribuíram com uma cultura em que didático e erudição oscilaram entre ser ou não próprio à infância escolarizada.

2.3.2. Erudição e escolaridade no dispositivo *Ceará Intelectual*

A operação de apropriação textual por Joaquim Nogueira, particularmente na sessão *Ceará Intelectual* do livro *Anno Escolar*, cobriu as três edições propiciando a introdução de textos tradicionais da cultura cearense na cultura escolar. No entanto, suscita interrogações: houve adaptação didática de textos de fontes não escolares? A metodologia utilizada na edição do *Ceará Intelectual* preceituava a eficácia necessária ao aprendizado de alunos do ensino elementar, uma vez que os textos na origem não prescreviam esse tipo de leitor? Ao deslocar textos de um suporte para outro, entre bases impressas de gêneros diferentes na origem e no destino, o editor promoveu uma operação condizente aos métodos educacionais vigentes no início do século XX e por ele defendidos? Os gêneros de textos, a estética dos escritos, a forma como se estabelecia a comunicação através de impressos parecia ser uma preocupação da comunidade de intelectuais no início do século XX, e os

autores de textos contidos no livro *Anno Escolar* enfrentaram discussões a respeito das representações das suas produções intelectuais que circulavam no Ceará. A produção de Padre Antônio Tomás dá indícios da imprecisão das formas literárias no início do século XX que causava divergência entre os que experimentavam linguagens e estéticas.

Padre Antônio Tomás foi o autor escolhido por Joaquim Nogueira para fazer parte do elenco dos textos do *Ceará Intelectual*. Constam nas três edições versos do clérigo de escrita parnasiana. Na edição de 1908, o texto *Emigrantes* faz parte do conjunto da linha de costumes pertencente à chave cultura cearense. Na segunda publicação do *Anno Escolar*, *Piedade Infantil* aparece entre os textos de natureza lírica. Mas é na edição de 1921 que o editor contempla o padre com a publicação de quatro poemas: *Contraste*, *Fome*, *Emigrante*, *Lutas Intestinas*. Os versos do Padre sempre frequentaram as páginas das edições de Joaquim Nogueira, seja na *Revista Escolar*, seja no *Jornal Bandeirante*, seja no *Ceará Intelectual*. Cinzelados na complexa engrenagem parnasiana, os sonetos de Padre Antônio Tomás corriam em voltas de sentimentos sublimados de dores, pesares, desenganos, sofrimentos. Sales Campos, em artigo publicado no *Diário do Estado* de Fortaleza, de 24 de agosto de 1918, criticava a antiguidade dos versos do Padre por sua nostalgia mórbida sem o tempero de outros sentimentos³¹⁴:

Ele, ao contrário, pinta-nos a cada instante as suas dores. E eu que nunca tive o prazer de vê-lo e conversá-lo, sou inclinado a crer que é um descontente da sorte que não lhe sabe sorrir: dores talvez profundas vão lacerar-lhe a alma crente. Mas ainda se nos apresenta este problema. Antônio Thomás é triste porque é padre, porque é poeta, ou porque já o cercam de toda a parte os desconfortos da velhice? Não conhecendo a época em que foram escritas as suas composições, fico pelo ultimo dilema. No "Contraste" o poeta vê o inverno da vida [...] Nas próprias peças descritivas, quando nos esboça os quadros da natureza física, o poeta prefere as cores tristes e desmaiadas. Os clarões pálidos dos luas amortecidos, nênias soluçante do vento, os gemidos dolentes do mar, as horas religiosas do entardecer.

³¹⁴ RAMOS, Dinorá Tomás. *Padre Antônio Tomás. Príncipe dos poetas cearenses*. 3ª edição. Fortaleza: Jornal A Fortaleza, 1981, p. 25-35.

Clovis Monteiro, diante das críticas de Sales Campos, achou por bem discordar do jovem poeta³¹⁵:

A melancolia e a naturalidade que se nos deparam nos seus versos são a tendência do seu espírito, a sua mesma índole. Porque, não sei; mas esta circunstância muito intrigou ao Snr. Sales Campos, que, segundo manifestou, não sabe a que atribuí-la. Eu, no caso do talentoso confrade, atenderia a um simples preceito que nos ensinam os psicólogos. Por-me-ia nas condições do magno sacerdote, considerando a sua idade propecta e os desabores que lhe advém da sagrada missão a que se destina na vida. Depois um perscrutador olhar lançado contra o mundo, e, como resultado, aquela natural tristeza e aquele doce misticismo do apreciado vate.

O próprio padre Antônio Tomás se manifestou diante dos artigos sobre a sua tristeza³¹⁶:

É por simples deporto que nas minhas poucas horas de lazer deixo escorrer da pena os toscos sonetos que engendro. Para bruni-los, embora o quisesse, falecer-me-ia tempo e arte. [...] Conhecendo, pois, melhor do que ninguém as suas falhas, nunca fiz deles alarde e sempre me opus a essa discreta exibição, espécie de pelourinho, a que foram ultimamente arrastados. Confrange-me, pois, - que não me pode envaidecer -, o sabê-los ostentando imprudentemente por aí além, com os defeitos que lhe são congênicos, as várias adulterações de que os julgam passíveis outros ainda mais profanos que o autor. Quanto à causa da tristeza de que eu e eles nos achamos impregnados, direi ao seu impaciente investigador que também ignoro. Se a soubesse dir-lhe-ia com muito prazer. Se discutir as suas conjeturas sobre o tal assunto, pendo para a opinião de Clóvis Monteiro. Parece-me que as produções do espírito são fatalmente influenciadas pelos diversos agentes que afetam interna ou externamente o indivíduo que as concebe.

Toda essa discussão sobre a tristeza dos versos de Padre Antônio Tomás manifesta a distância entre o fito do autor e os alunos leitores do *Ceará Intelectual*. Seu despojamento ao escrever os versos como que um entretenimento, uma ação livre, de grande fluidez do pensamento, sem que houvesse intenções *a priori* em relação, por exemplo, à formação do indivíduo em idade escolar e à admissão tanto

³¹⁵ RAMOS, Dinorá Tomás. *Padre Antônio Tomás. Príncipe dos poetas cearenses*. 3ª edição. Fortaleza: Jornal A Fortaleza, 1981, p. 25-35.

³¹⁶ RAMOS, Dinorá Tomás. *Padre Antônio Tomás. Príncipe dos poetas cearenses*. 3ª edição. Fortaleza: Jornal A Fortaleza, 1981, p. 25-35.

por parte do Padre como Clóvis Monteiro de que a tristeza (sentimento pouco relacionado às epopéias patrióticas) faz parte dos versos e do espírito do autor, apontam para a inadequação dos usos dos versos em escola primária e da escrita de livros escolares modernos. Aponta para a interpretação de que os versos em absoluto foram compostos para uso em escolas de ensino primário e que para fazerem parte de livro didático era imprescindível um trabalho de adaptação do texto e não somente uma possível orientação de aula (o que não foi feito pelo editor nem no *Ceará Intelectual* nem na *Revista Escolar*), uma vez que “nevoentas tristezas” poderiam conduzir a uma visão fatalista da realidade incompatível³¹⁷ com os princípios positivistas, científico, republicanos e progressistas dos quais Joaquim Nogueira se denominava signatário e eram amplamente defendidos no livro *Anno Escolar* e na *Revista Escolar*.

Além da incompatibilidade com os princípios das ações pedagógicas do Editor, a linguagem densamente simbólica do parnasianismo distanciava-se das concepções de livro escolar que circulavam no Ceará e no Brasil no início do século XX, bem como só se mostra acessível àquele público leitor portador de pré-condições—de alta erudição, de leitura e interpretação—de maneira nenhuma o caso do aluno de escola elementar. Os textos de Padre Antônio Tomás no livro *Anno Escolar* denotam a necessidade de pressupostos. *Emigrantes* é um texto catalogado na categoria na chave cultura cearense, publicado nas edições de 1908 e 1921. Nele, o parnasiano recorre às regras de metrificações, ortografia, simbologias e sentimentos etéreos e fatalistas para descrever as condições de vida dos cearenses³¹⁸:

Sentindo a vida incerta e mal segura

³¹⁷ Entre outros textos publicados na *Revista Escolar* sobre a educação, cito: A educação entre nós. *Revista Escolar do Instituto de Humanidades*. Fortaleza: Typ. Escolar, ano 7, Nº3, p. 1-2, mar. 1910. Carta Honrosa. *Revista Escolar do Instituto de Humanidades*. Fortaleza: Typ. Escolar, ano 7, Nº8, p. 20-21, ago. 1910. VALDEZ, Alba. Algumas Palavras. Aos alunos do Instituto de Humanidades. *Revista Escolar do Instituto de humanidades*. Fortaleza: Typ. Escolar, ano 7, Nº8, p.4-5, ago. 1910. GALVÃO, Olympio. Pedagogistas Ilustres. *Revista Escolar do Instituto de Humanidades*. Fortaleza: Typ. Escolar, ano 8, Nº88, V. 9, Nº 1, p. 1-30, jan.1912.

³¹⁸ TOMÁS, Padre Antônio. *Emigrantes*. In: *Anno Escolar do Instituto de Humanidades para o ano De 1908*. Destinado ao uso de seus alunos. Fortaleza: seção de obras do Cruzeiro do Norte, 1908, p. 365. NOGUEIRA, Joaquim (Org). *Anno Escolar*. Livro de leitura. Rio de Janeiro: Editores Leite Ribeiro e Maurillo, 1921, p.222.

Nos seus campos natais, de quando em quando
 Os pobres cearenses vão deixando
 Os lares sem conforto e sem ventura

E por plagas mortíferas procura
 Dos filhos de Iracema o triste bando
 O que na pátria lhe vai negando
 Por uma lei fatal da sina escura

Aí!... Despedaça o coração da gente
 Ouvir-lhes no momento da partida,
 O extremo adeus num suspirar dolente,

E pensar que sua miséria cohorte,
 No duro empenho de buscar a Vida,
 Vai, sem saber, seguindo para Morte.
 Acaraú, 16-10-07

Padre Antônio Tomás

Nos versos de *Contrastes*, soneto publicado no livro *Anno Escolar* em 1921, inserido na categoria dos textos líricos, a mesma opressão simbolista é presente, e os ideais progressistas e republicanos ufanados no hino do Instituto de Humanidades publicado nas edições do Livro e da Revista passam ao largo³¹⁹:

Quando partimos no verdor dos anos,
 Da vida pela estrada florescente,
 As esperanças vão conosco à frente,
 E vão ficando atrás os desenganos

³¹⁹ TOMÁS, Padre Antônio. *Contrastes*. In: NOGUEIRA, Joaquim (Org). *Anno Escolar*. Livro de leitura. Rio de Janeiro: Editores Leite Ribeiro e Maurillo, 1921, p.221.

Rindo e cantado, célere e ufanos
Vamos marchando descuidadosamente;
Eis que chega a velhice, de repente
Desfazendo ilusões, matando enganos.

Então, nós enxergamos claramente
Como a existência é rápida e falaz,
E vemos que o sucede, exatamente.

O contrário dos tempos de rapaz
Os desenganos vão conosco à frente
E as esperanças vão ficando atrás.

Padre Antônio Tomás

Partindo desses versos de métricas sintetizadoras de sublimes noções, as citações da discussão entre os três literatos cearenses a respeito da negatividade na literatura no início do século XX, em Fortaleza, e a trajetória das tipologias textuais selecionadas por Joaquim Nogueira, leva-nos à seguinte reflexão: a seção *Ceará Intelectual*, uma das principais portas de comunicação da cultura cearense com a cultura escolar no livro *Anno Escolar*, embora destinado à escola, esteve limitada por uma linguagem não acessível à infância nem pertinente ao método intuitivo e prático.

Contudo, essa pouca aproximação da linguagem dos livros para o ensino elementar não se deu de maneira instintiva ou automática. Ao recolher textos para a infância escolarizada para estruturar sua edição escolar, Joaquim Nogueira seguia uma determinada ordem e constituía ou afirmava sentidos. O editor dialogava com um público heterogêneo e diverso dos alunos quando realizava a operação de composição do livro *Anno Escolar*. Procurava atender a demandas diversas nas quais o nível intelectual dos textos e a produção literária do local eram vistas como importantes. A operação de recolhimento de textos, tendo como fonte a própria produção literária cearense, revestiu o *Anno Escolar* de uma aura mais intelectual.

Dentro do *corpus* da edição, a introdução de uma parte literária com textos de produção exclusivamente cearense representaria o reconhecimento por intelectuais locais. Todavia, para que o resultado esperado fosse alcançado, pressupostos foram estabelecidos. Com o fim de publicar uma edição que fosse recreativa, didática e ao mesmo tempo tematizasse o Ceará, arranjos editoriais foram concebidos.

Uma primeira consideração que envolve a execução do *Ceará intelectual* é o do primado dos autores contemporâneos às produções do editor. Joaquim Nogueira, ao traçar o projeto do *Ceará Intelectual*, recortou a produção intelectual cearense dando maior visibilidade aos autores contemporâneos à sua própria produção. O editor optou por um conjunto de textos que foram produzidos no início do século XX, e circulavam no Ceará, em jornais, revistas, livros, conferências. Os autores cearenses que haviam estabelecido suas produções, desde a primeira metade do século XIX e os pertencentes a movimentos na segunda metade do referido período, não são a maioria dos autores dos textos do *Ceará Intelectual*. Costa Barros, Rocha Lima, Castro e Silva, Justiniano de Serpa, Araripe Junior, Capistrano de Abreu, entre tantos outros, não figuram na referida seção. Também clássicos da literatura cearense como Franklin Távora, Domingos Olímpio e José de Alencar, não são encontrados nas páginas do *Ceará Intelectual*³²⁰.

Um outro traço das preferências de Joaquim Nogueira para o *Ceará Intelectual* constituiu-se na manutenção do diálogo com autores que já escreviam para as suas edições, mas não de maneira original, ou seja, os autores já circulavam nas edições da *Revista Escolar*, contudo os textos já haviam sido publicados em outras edições de tipologias diferentes, como Jornais e livros de poesias ou romances, e que não eram publicados pela tipografia escolar de Joaquim Nogueira, mas por outras casas, por exemplo, tipografia Minerva, tipografia Studart, tipografia da Revista dos Tribunais do Rio de Janeiro, entre outras. Assim, é bom lembrar que

³²⁰Sobre a produção intelectual cearense no século XIX, ver BARREIRA, Dolor Uchoa. *História da literatura cearense*. Fortaleza: Inst. do Ceara, 1 t. (Coleção Instituto do Ceará. Monografia ;18), 1948. LINHARES, Mário. *História Literária do Ceará*. História da Literatura Brasileira(1ºTomo). Rio de Janeiro: Federação das academias de letras do Brasil, 1948. BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão: um lugar-incomum: o sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e desporto do Estado, 2000. ALENCAR, Manuel Carlos Fonseca de. *Adolfo Caminha e Rodolfo Teófilo: a cidade e o campo na literatura naturalista cearense*, 2002, 143f, Dissertação(Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

os textos passaram por vários suportes e filtros, e um deles era o diálogo que o editor mantinha com os autores, todos eles mantenedores do fluxo das edições periódicas de Joaquim Nogueira, embora não prezassem pelo ineditismo das publicações e adequação à cultura escolar.

É relevante também destacar a noção de texto didático com a qual operava o editor. Dialogando com o conceito de livro didático moderno, já discutido no primeiro capítulo, o editor, sob tensões de condições de possibilidades que ora o limitava, ora o projetava, trabalhava com um livro enciclopédico sem seriação definida e que era usado por todas as faixas etárias escolares. Sem essa definição de série e sem indicação de método a ser utilizado no trabalho com os textos, dispositivo utilizado pelo editor em outros textos do livro *Anno Escolar* e na *Revista Escolar*, o trabalho de composição por um lado ganhava liberdade de escolha de gêneros e, por outro, imprimia limites à sua proposta de ensino intuitivo de administração de conteúdos através de métodos específicos às faixas etárias e à cultura escolar. Se, no início do século XX, tanto no Brasil como no Ceará, a relevância da recepção e do leitor dos textos escolares era discernível e clara para os que atuavam com a educação da infância, os paradoxos envolvendo a composição da seção *Ceará Intelectual*, sua natureza fragmentada e imbricada, foram vistos com estranhamento.

Na seção *O que falam de nós*, por meio de um catálogo de leitores gerado pela iniciativa de Joaquim Nogueira de enviar exemplares das suas edições em um trabalho de difusão de seus produtos, diretores de escolas, jornalistas e intelectuais elogiavam a publicação do *Ceará Intelectual* por reunir trabalhos da mais alta produção literária local. Na *Revista Escolar*, os artigos elogiosos são múltiplos e abrem margem para inúmeras citações. Todavia, o movimento de editores que publicavam suas edições em conjunção com as produções de movimentos literários sem, contudo, atender às exigências da cultura escolar, parecia não encontrar apoio absoluto de intelectuais. É da própria revista de Joaquim Nogueira que recolho críticas aos profissionais da educação envolvidos com intelectuais de movimentos literários, bem como a incompatibilidade das formas estéticas e linguísticas entre a erudição literária e científica e a linguagem escolar³²¹:

³²¹ Correspondência, Itapipoca, 10/11/1906, de Antônio Drumont para Joaquim Nogueira. *Revista Escolar do Instituto de Humanidades*. Fortaleza: Typ. Escolar, ano IV, Nº1, p. 13. jan. 1907.

Observo do norte ao sul do Brasil que os seus diretores de colégios particulares, com raríssimas exceções, vivem ainda persuadidos de que os atoleimados reclamos da imprensa, as quixotescas e improdutivas sociedades literárias e os ensurdecedores bandos marciais podem acreditar seus internatos e externatos.

Conheço no Recife, dois educadores que se preocupam com mais amorosidade da fanfarra mantida pelos seus discípulos, do que o lecionamento das disciplinas do curso primário e secundário.

Antônio Drumond, colaborador da *Revista Escolar* e do *Anno Escolar*, preocupava-se com esse movimento de produção literária para a escola, no início do século XX, no Ceará, caracterizava-se por experimentos, noções híbridas, constituição de formas textuais e mesmo a fundação de um gênero específico para as leituras de crianças em situação de aprendizado escolar e elementar. Na tentativa de escrever um livro escolar local que tivesse o crivo da cultura cearense tanto quanto fosse próprio à escola, o editor encontrou como caminho possível, a busca de textos que já circulavam na comunidade e que poderiam ser aceitos segundo os costumes de leituras já dispostas que alimentavam o imaginário intelectual e coletivo dos cearenses. Tal empreitada significou aceitação para as suas publicações como também a convivência com críticas de grupos que já vinham operando com a noção de didática e de cultura da escola elementar.

No Ceará do início do século XX, uma escrita para a escola buscava se diferenciar das escritas literárias e jornalísticas. No entanto, esse trabalho não ocorreu de maneira rápida, imediata, purista, densa e múltipla. O livro enciclopédico, em pleno século XX, representa uma tentativa de burlar dificuldades de produção didática, de escolhas de escritas para a escola e produção local. Mas, na sua estrutura híbrida, a operação de fusão de gêneros e espécies diferenciadas de textos ocasionou dissonância em um possível diálogo entre produção intelectual e científica já estabelecidas no patrimônio cultural local tradicional e uma cultura escolar que emergia. Entre a tradição e o discurso de modernidade, uma mistura de elementos resulta em um composto cuja fragilidade reside na não construção de um método didático de possível exequibilidade podendo esvaziar os sentidos dos trabalhos didatizados no início do século XX de ensinar com eficácia, inúmeros conteúdos, sem pesar para os alunos, então compreendidos como infância. Em

estado de experiência entre a literatura, a religião e os estudos científicos, para as escolas primárias, esse processo esteve entre rigores do cientificismo, a produção literária e intelectual e linguagem para a infância, ou para o livro primário, ou para professores diante do desafio de ensinar através do livro didático.

O trabalho de elaboração de textos com caráter científico para a seção *Ceará Intelectual* seguia em meio a observações de leitores e intelectuais que não deixaram de notificar a estranheza dos textos que vagavam de maneira impertinente à identidade do leitor. O uso de conferências foi outro recurso utilizado pelo editor que tangenciava um desejo de registrar os conteúdos em linguagem mais direta e acessível. *Contra o luxo* (ed. 1910), conferida por Padre José de Arimatéia Cysne; *Musa Cearense* (ed. 1921), por Antônio Sales; e *Evolução Social Cearense* (ed. 1910), de Soriano de Albuquerque. Proferidas no Instituto de Humanidade ou em associações, as conferências eram publicadas em trechos. Sem ser um texto escolar, a apropriação do editor se dava no recorte dos discursos nas suas transposições em texto para uso de escola primária e secundária. No entanto, como essas conferências, em princípio, eram dadas para um público não exatamente escolar, mas letrado, e pertenciam a uma outra tipologia de suporte para impresso, críticas em relação à publicação emergiam³²²:

Enfim, o sr. Soriano de Albuquerque descreve em traços largos a História do Ceará, sem todavia recordar a fase de horrores por que passou aquele Estado, quando a fome e a miséria, a sede e a angústia habitaram o lar dos desprotegidos da sorte, dos que choravam em seus lares, entre paredes acanhadas onde escasseavam o ar e a luz. Omitiu o ilustre da *Evolução Social Cearense*, ou quem publicou a conferência, a época daqueles dias funestos do passado em que centenas de desgraçados, esfaimados e maltrapilhos, cambaleando de fraqueza, ia bater a porta dos abastados, mendigando migalhas de pão e gotas de água para matar a fome e saciar a sede. Desculpe-nos o sr. Soriano de Albuquerque: não podemos deixar de reparar a omissão daqueles fatos tristes, visto que, os mesmos não repetidos naquele Estado, bem demonstra a evolução social cearense, e o impulso que ali tomou a civilização e o desaparecimento daqueles lamentáveis acontecimentos.

³²² Paulista do periódico Cidade de Santos. *Revista Escolar do Instituto de Humanidades*. Fortaleza: Typ. Escolar, ano VII, nº9, p. 26, set. 1910.

Ao que, em nota de rodapé, o editor respondeu³²³:

Não podemos deixar de fazer um ligeira observação quanto ao fato de fazer supor o autor do artigo, que o ilustre mestres Dr. Soriano de Albuquerque omitiria os fatos de desolação do Ceará. Tais fatos são por ele analisados detidamente em seu trabalho do qual apenas publicamos um pequeno trecho.

A discussão sobre o que deve constar como programa da *Evolução Social Cearense*, texto publicado no livro *Anno Escolar* de 1910, expõe a dissonância entre o público que o autor pretende atingir e os estudantes de escolas primárias. Expõe, também, a tentativa do autor de adaptar o texto em uma carpintaria não pertinente ao trabalho de didatização de livros escolares, uma vez que a formatação se dá apenas nos limites exteriores do formato textual. O sentido, a linguagem, a diagramação, a condição dos elementos em relação aos outros conteúdos e o caráter infantil do público não é considerado. Por outro lado, o editor, no dilema entre, pelo menos, dois leitores—alunos da escola básica e público literário, intelectual e letrado—e nos limites da competência para adequar o texto à realidade cognitiva do aluno da escola básica, encontra-se em uma posição de berlinda e sente necessidade de réplica à medida que uma terceira demanda se apresenta, ou seja, a defesa do autor do texto pelo editor.

Dessa forma, o conteúdo do livro *Anno Escolar* caracteriza-se pela falta de localização, de definição do seu uso, enquanto os alunos e professores conviviam com aprendizados que, além de não possuírem linguagem específica para a educação básica, estavam sob discussões e debates impertinentes ao nível de cognição do ensino básico. Mas, de qualquer forma, a esquizofrenia da função textual e leitor-alvo atesta uma apropriação do texto pelo editor, diversa de uma direção escolarizada, trabalho que poderia ser realizado uma vez que, no início do século XX, no Brasil e no Ceará, discussões foram implementadas a respeito do

³²³ REVISTA ESCOLAR DO INSTITUTO DE HUMANIDADES. Fortaleza, Typ. Escolar, ano 8, nº9, p. 26, set. 1910.

caráter, da tipologia, da forma, da adequação aos leitores, dos conteúdos dos livros didáticos, inclusive na *Revista Escolar*.³²⁴

Anne-Marie Chartier e Jean Hébrard³²⁵, na pesquisa que empreenderam sobre os livros escolares na França no final do século XIX e início do século XX, assinalam o debate entre pedagogos e autores de livros escolares acerca das linguagens a serem adotadas para a infância escolarizada. Sobre tal discussão, os pesquisadores notificaram o papel de jornalistas, cronistas e homens das letras na constituição de um bloco referencial modernizador de livros para a escola. No entanto, uma nova demanda cultural, que era a escola para um número avultado de alunos e as novas tendências pedagógicas, assim como os ideais republicanos, trazia para a questão a necessidade de escrita de textos que não estavam disponíveis no patrimônio cultural daquela sociedade e que prescindiam de especificidade escolar. Esse dilema permaneceu e, no Brasil, ele não deixou de existir quando no início do século XX a indústria editorial entendeu que o livro didático era o seu maior filão.

Outro exemplo da transposição de textos para as páginas do *Anno Escolar*, na qual pode ser observada a tensão entre erudição e adequação didática, são os artigos de Pedro de Queiroz. Membro da Academia Cearense de Letras e um de seus fundadores, o militar publicou diversos artigos em periódicos cearenses. Na *Revista da Academia*, escrevia uma espécie de seção fragmentos, que mais tarde tornou-se livro. O livro *Fragmentos*³²⁶ constituía-se em série de resenhas de livros publicados, bem como de artigos do próprio autor. Em 1914, Pedro Queiroz publicou no *Fragmentos* o artigo *Tirocínio do ABC*. O texto é composto por duas partes e está inserido em um conjunto que relaciona ensino básico e patriotismo. *Tirocínio do ABC* e *O Patriotismo* formam um bloco em que o primeiro é dividido em duas partes, e o segundo em três. Trata-se de artigo crítico no qual o primeiro analisa as condições da educação no Ceará e defende os resultados educacionais alcançados nos Estados Unidos. O segundo é uma apologia ao sentimento

³²⁴ KÖPKE, João. Educação Moral e Cívica. A propósito de um livro didático. *Revista do Brasil*, V 2, São Paulo, p. 146-165, jun. 1916. Carta Honrosa. *Revista Escolar do Instituto de Humanidades*. Fortaleza: Typ. Escolar, ano 7, N°8, p. 20-21, ago. 1910.

³²⁵ CHARTIER, Anne-Marie; Hébrard, Jean. *Discursos sobre a leitura, 1880-1980*. São Paulo: Ática, 1995, p. 396.

³²⁶ QUEIROZ, Pedro de. *Fragmentos*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1914, p. 33-52.

patriótico como meio disciplinar da juventude escolarizada. Durante os dois escritos, o autor cita entre outros: Jules Simom, E. Pelleton, Ruy Barbosa, Puol Bert, Bismark, Buckle, Péricles, Heódoto, Tucídedes, Xenofonte, Sócrates, Eurípedes, Sófocles, Cícero, César, Lucrécio, Maquiavel, Calvino, Rabelais, Montaine, Cervantes, Bacon, Shakespeare, Lutero, Copérnio, Erasmo, Racine, Descartes, Spinoza para defender, em 18 páginas, que a alma deve ser formada no ensino básico pelo patriotismo.

O *Tirocínio do ABC* foi publicado na *Revista Escolar* ainda em 1914³²⁷, mas somente na edição de 1921³²⁸ aparece no livro *Anno Escolar*. A publicação é da segunda parte que, no livro *Fragmentos*, recebe a titulação 9-2. O segundo item foi publicado isoladamente sem a primeira parte e sem o segundo texto, que era o *Patriotismo* composto por três partes. Na segunda parte do *Tirocínio do ABC*, o autor se reporta algumas vezes ao artigo anterior como a reforçar o fio condutor da tese que quer defender. Recortado para a publicação escolar, o texto truncou a linha de raciocínio do autor, deixando incompleto o seu jogo argumentativo. Por outro lado, a complexa linguagem prevista para leitores já habituados a um *metiér* superior distancia-se das competências do ensino básico. Sem ser produzido para o ensino básico e sem passar por adaptação, o texto se esvaziou de sentido para a formação da juventude, já que nem mesmo a parte sobre o patriotismo foi publicada.

Os exemplos multiplicam-se, e a tensão tácita entre erudição e texto escolar toma a frente de uma interpretação calcada nos princípios, noções, experimentos, práticas e apropriações do livro didático. Antes de representar o progresso de um grupo de editores, intelectuais e educadores, a edição da seção *Ceará Intelectual*, do livro *Anno Escolar*, aponta para experimentos de profissionais da educação, bem como para críticas e projetos com os quais conviveram na fundação de um gênero de escrita identificado com a escola e impingido de fragilidades e combates.

³²⁷ QUEIROZ, Pedro de. O Tirocínio do ABC. *Revista Escolar do Instituto de Humanidades*. Fortaleza: Typ. Escolar, V. 11, Nº1, ano 10, Nº110, p. 2-3. Jan.1914.

³²⁸ NOGUEIRA, Joaquim (Org). *Anno Escolar*. Livro de leitura. Rio de Janeiro: Editores Leite Ribeiro e Maurillo, 1921, p.225-228.

2.3.3. Em uma busca de um gênero para o *Anno Escolar*

Todavia, seria incorreta a assertiva de que não houve tentativa de adaptação dos textos publicados no livro *Anno Escolar*, e mesmo na seção *Ceará Intelectual*, para a cultura escolar. O uso de conferências, poesias, crônicas, reminiscências, discursos e notas de rodapé pode significar um aspecto mais tenaz da operação de edição, embora diminuto. Assim, vale a pena considerar que esses gêneros representavam, na inicial construção do gênero escolar e na ausência de autores de livros didáticos para a infância escolarizada no Ceará, tentativas de aproximação com as noções de texto didatizado com o intuito de ensino. Sem dispor de uma escrita para a infância, o editor buscou introduzir gêneros mais oralizáveis, de linguagem mais coloquial, mesmo se estes pertencem à cultura erudita.

O caráter coloquial, que preza por textos de diálogos e conversações, foi um dispositivo utilizado por Rodolfo Teóphilo em *Ciências Naturais em Contos*³²⁹ e dá indícios de ser uma estratégia percebida na comunidade de educadores e intelectuais como didática, como parte dos elos de comunicação de conteúdos escolares para a infância entre alunos e professores e poderiam compor livros escolares. Então, no final do século XIX e início do século XX, a nuance de linguagem para o ensino elementar não se distanciava tanto da linguagem erudita. Não me refiro aqui somente às noções do método intuitivo³³⁰ ou mesmo às defendidas em dicionários de épocas³³¹, mas às práticas de intelectuais que utilizavam o diálogo ao compor seus livros e textos. Vários projetos editoriais para a

³²⁹ THEÓPHILO, Rodolfo. *Sciencias Naturais em Contos*. 3ª edição. Livraria Clássica Francisco Alves, Typ. Guillard, Aillaud & C^{ia}., [19--?]

³³⁰ PESTALOZZI, Juan Enrique. *Como Gertrudis ensina a sus hijos*. México: Ensaio Pedagógico, 1959. CARON, Jean-Claude. Os jovens na escola: Alunos de Colégios e Liceus na França e na Europa (Fim do séc. XVIII - Fim do Séc. XIX. In: LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude (Org). *História dos Jovens - Época Contemporânea*, V. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.137-194. ARIËS, Philippe. *História social da criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981. GÉLIS, Jacques. A individuação da Criança. In: CHARTIER, Roger (Org). *História da vida privada*. Da Renascença ao Século das Luzes, V 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.311-329. FERNANDES, Heloísa Rodrigues. *Sintoma social dominante e moralização infantil*. Um estudo sobre a educação moral em Émile Durkheim. São Paulo: EDUSP, 1994. DEWEY, John. *Experiência e educação*. São Paulo: Nacional, 1971; DEWEY, John. *Vida e educação: I. A criança e o programa escolar; II. Interesse e esforço*. 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975

³³¹ *Dicionário da Língua Portuguesa e Dicionário de synônimos seguido do Dicionário Poético e Epithetos II*. Paris: Typ. Aillaud, Aivesech, 1848, p.635. FONSECA, Simões. *Dicionário Enciclopédico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Paris: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1899, p 452.

infância escolarizada no Brasil corriam a fim de atender às exigências dos métodos de ensino, muitos deles tinham como característica o uso de linguagem coloquial e professoral, fruto de experiências tão editoriais quanto escolares.

No Brasil, um exemplo desses projetos editoriais que oscilavam entre a utopia de um texto acessível à infância escolarizada e a inspiração científica positivista de alta erudição pode ser examinado no livro *Apanhados e Fatos Históricos*, de Francisco Viana, escrito em 1917 e publicado pela Livraria Francisco Alves, no Rio de Janeiro. Francisco Viana, em 1917, já era autor consagrado de livros didáticos para a escola elementar. Escrevia livros para coleções completas e operava com a noção de seriação. Na série “leituras infantis”, iniciada em 1913, planejou o livro *Apanhados e Fatos Históricos* como quarto livro de leitura através do qual, segundo o autor, as crianças já tinham capacidade de lidar com sentimentos cívicos e de fraternidade universal. Já no prefácio do livro, é visível a esquizofrenia da composição ao se dividir em um texto para educadores e intelectuais e outro para as crianças leitoras. No prefácio para adultos, o autor levanta a problemática da linguagem dos livros didáticos para a educação primária a partir de três aspectos: a caracterização do problema, os efeitos na formação infantil e a solução. Sobre o problema, o autor reflete³³²:

Ora, ao enfrentar a responsabilidade de escolher livros primários, de leituras, constatei que os existentes estavam exigindo duas modificações fundamentais, um referente aos assuntos e outro ao objetivo final que visavam. Quanto aos assuntos, porque me pareciam imprescindível dar-lhes um caráter mais acentuadamente educativo, moral, porém, de acordo com a índole, a compreensão e as propensões infantis; quanto ao objetivo final, porque pareciam todos organizados menos com o fim fundamental de educar o espírito e o coração do que com o de proporcionar diretamente os recursos de expressão encarada quase que apenas quanto à correção e elegância.

Sob o primeiro aspecto, fazia-se necessário criar na leitura um ambiente de moralidade, educativo, e não repetir frases, definições, conselhos e máximas abstratas de reação assas problemática; sob o segundo, fazer predominar no princípio a preocupação com a clareza na linguagem evitando-se torturar as crianças com trechos incompreensíveis impingidos a pretexto de habituá-las a bem falar e escrever, sendo que por isso se entendia, repitamo-lo, quase que somente a expressão correta e literária.

³³² VIANA, Francisco. *Apanhados e Factos históricos*. Quarto livro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1917.

Ninguém mais do que eu admira a forma bela, o estilo escoreito e elegante. Longe de mim, portanto, desprezar a aquisição do manejo integral e atraente da mais bela das artes, a palavra. Mas o que todos carecem antes de tudo é manejar a língua para exprimirem com clareza os seus sentimentos e pensamentos; apenas uma minoria poderá aspirar às horas de estilista e de escritor. Além disso, não há formas belas apreciáveis com pensamentos e sentimentos medíocres. O assunto é, pois, em qualquer produção literária, o elemento fundamental. Muito embora tal asserção possa ser taxada de calinada, vejo-me na contingência de lembrá-la, porquanto há livros em que a preocupação do estilo foi absoluta, exclusiva, já por que fragmentaram elevadas belezas de concepção, para exibirem tão somente a expressão já por que não fizeram mais do que cobrir com pedaços de famosos ornamentos um assunto pobre e medíocre.

Francisco Viana, na sua prática de escritor de livros didáticos e de educador, conhecia, já em 1917, os problemas de comunicação enfrentados por quem instituíra uma escrita escolar e para a infância. Conteúdo e linguagem apareciam como uma bipolarização frequente tanto quanto a disposição dos escritores de enfrentá-la. Através de discursos e a partir de noções teóricas e metodológicas, autores e editores debatiam-se com essa sempre condição de possibilidade de uma escrita para a infância escolarizada que vagava entre utopias, noções, necessidades de mercado, demandas da educação e livros escolares. Partindo da teoria, parecia ser rápida a percepção do problema, bem como claro o tipo de formação que a linguagem exageradamente erudita poderia ocasionar nos espíritos infantis. Tratando das consequências dos adornos linguísticos nos livros escolares para a formação infantil, no início do século XX, continua o escritor o seu prefácio³³³:

O efeito de leitura dessa ordem é simplesmente desastroso, pois que, por um lado, a criança nem aproveita para a compreensão do mundo, nem se quer adquire maior capacidade de traduzir as suas como as alheias idéias; por outro, vai criando verdadeiro rancor, ou ao menos indiferença, pelo mais extenso meio de enfronharmo-nos na vida da humanidade, o qual, bem adquirido, nos proporciona prazer tão vivo que se torna habito imperioso, e desgraçadamente, os que, por tão viciosa fôrma, tomam gosto pela leitura, são freqüentemente ainda mais prejudicados e prejudiciais; adquirem o vicio de encher papel com palavras mais ou menos sonoras ou peregrinas, períodos mais ou menos arredondados, imagens mais ou menos belas ou audaciosas...cousa nenhuma ou puerilidades equivalentes. Essa incomparável perversão do meio de comunicação, privilégio exclusivo da espécie humana quando o consideramos em todo o seu prodigiosos surto, vem então a refletir-se sobre boa parte da massa de seus contemporâneos.

³³³ VIANA, Francisco. *Apanhados e Factos históricos*. Quarto livro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1917.

Assim, Francisco Viana, dialogando com o conjunto simbólico do grupo de educadores, escritores e editores para a infância escolarizada, era signatário da ideia de que a linguagem rebuscada provocava o distanciamento entre a criança e os conteúdos escolares vistos como imprescindíveis à formação do indivíduo nas sociedades ocidentais do início do século XX, de viés progressista, republicano e positivista, vista como uma perversão da comunicação. Todavia, a linguagem erudita popularizava-se em um estabelecimento de significado no qual a erudição representa alta e legítima formação. Na tentativa de escapar dessa realidade das edições escolares brasileiras, o autor de *Apanhados e Fatos Históricos* racionaliza supostos meios de instalar uma nova ordem na composição de livros escolares. Então, propõe³³⁴:

Quanto ao assunto, convém, pelo contrário, o mais largo comentário, uma exploração conscienciosa, completa, interessante e viva para que de cada leitura se possam haurir todos os ensinamentos que comporta. Especialmente para com as poesias, já pela forma de construção, já pelo vocabulário, já pelas imagens, faz-se mister uma explicação do sentido muito bem feita, a qual é assaz freqüentemente substituída por fastioso exercício de sinonímia. Sem esta explicação fica por vezes inapercebidas gemas preciosas; sem elas concorreremos fatalmente para que as crianças, que, aliás, revelam espontânea predileção por essa forma literária se entediem com os versos que lhes damos.

Os poetas são os precursores dos philosophos, ou propagadores das idéias, das teorias, das interpretações de cada época, ou idealizadores de eras que já se foram. Veja-se, por exemplo, o Y-juca-pirama: que manancial abundante, bello, precioso, não é ele para o conhecimento e explicação da alma fetichista! O seu comentário vale pela mais coordenada lição sobre hábitos dos indígenas. Parte por parte, verso por verso, palavra por palavra, tudo nele traduz admiravelmente a vida e as idéias fundamentais de nossos infelizes silvícolas.

As poesias que figuram neste livro foram escolhidas com o intuito de completar as concepções da época as quais se referem os capítulos correspondentes. Exigem, em conseqüência, que a professora as aproveite como aplicações estéticas dos temas já tratados. Assim, por exemplo, o soneto de Camões, Sete anos de pastor Jacob já servia, permite um comentário sobre a organização da família no governo patriarcal.

Si não fora mencionado explicitamente este critério a seleção ficaria passível de certas críticas visto que como não curei de apresentar as nossas mais notáveis produções poéticas pelo estilo e pelo assunto. As que figuram neste livro valem apenas como preciosas e agradáveis iluminuras para épocas correspondentes.

³³⁴ VIANA, Francisco. *Apanhados e Factos históricos*. Quarto livro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1917.

Embora quais todas as considerações acima feitas se achem no espírito da maioria dos professores, ainda assim precisam ser repetidas, pois algumas nem sempre são atendidas convenientemente na prática.

Rio de Janeiro, Novembro de 1918.

Francisco Vianna.

No primeiro momento, a solução encontrada pelo escritor não consiste de dispositivo textual. É na oralidade que encontra o caminho para burlar as convencionais escritas crivadas de erudição e seus usos na escola elementar. É a intermediação entre texto, professor e aluno que o autor recorre ao buscar meios de lidar com a implacável tradição textual de erudição. No método de exposição dos conteúdos por professores é que se constitui a forma de tornar a linguagem acessível e o conteúdo passível de ser ensinado. Mas, se em um primeiro momento não há proposta para a linguagem textual, o autor em seguida propõe o uso da poesia como capaz de manter um diálogo com as dimensões cognitivas da infância e atingir os objetivos de comunicação de conteúdos. O trabalho com a poesia se dá pela fé do autor de que as crianças têm predileção por esse tipo de linguagem, que a poesia teria linguagem apropriada à escrita para a educação elementar, mas também requer intermediação que não pode cair no rebatimento de sinônimos de termos, mas deve ser contextualizada aos conteúdos, exigindo, da docência para escola primária, alargamento cultural.

Todavia, embora a percepção do problema parecesse facilmente discernível e frequente no início do século XX e as conjecturas a respeito de sua possível solvência indicassem a racionalização de uma escrita adequada para o livro escolar, quando a prática da escrita se estabelece, o fantasma da erudição povoa as linhas e parágrafos, e a consideração da cognição infantil dá passos lentos e curtos. No prefácio que escreveu para os leitores infantis de *Apanhados e Fatos Históricos*, Francisco Viana, apesar da sua experiência e ciência dos limites da escrita que criticava, não deixou de cair na esquizofrenia entre teoria e prática da escrita de livros escolares, entre linguagem escolar e erudição³³⁵:

³³⁵ VIANA, Francisco. *Apanhados e Factos históricos*. Quarto livro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1917.

Aos Pequenos Leitores,

Pois bem, conquanto nesta obrinha não se encontrem biografias, acharão as crianças muitos fatos relativos á vida dos tipos eminentes da nossa espécie, os quais demonstrarão de forma irrefutável que em todas as épocas, os sentimentos nobres, os altruístas, sempre existiram.

[...]

Eis por que foi necessário fazer um rápido de pensar, sentir e agir para as fases mais características da história da humanidade. É claro que essas apreciações muito sucintas da marcha da civilização através dos tempos não podem ser muito fáceis. Os meninos, porém aos quais este livro é destinado, já devem ter o habito de estudar, de meditar, de indagar, de solicitar de seus mestre a explicação das partes que não entenderam bem, mas que, no entanto lhes são acessíveis à essência. Por mais difíceis e aparentemente mais áridas para as crianças não são tais resumos menos necessários do que os fatos das vidas dos grandes homens. Estes agem diretamente sobre o coração, concorrem como exemplos para a formação do caráter, pelo apuramento dos sentimentos; a parte puramente histórica, fala mais a inteligência, forma convicções, idéias mais claras destinadas a reagir sobre a compreensão: eis por que exigem leitura mais meditada e explicada. Não nos basta ser santos: é-nos preciso ser santos esclarecidos, inteligentes. Assim, conquanto a simples leitura dos fatos referentes aos grandes typos seja sempre vantajosa, sua eficácia dobra quando, pela leitura da parte histórica convenientemente explicada e comentada pelo mestre as crianças adquirem a convicção de que o aperfeiçoamento moral, intelectual e mesmo físico, é uma realidade. A confiança que o homem adquire então em suas forças multiplica estas e dar-lhe uma coragem e uma firmeza que de outra forma não obtém. Porque se os meninos não verificarem que, com o transcorrer dos tempos ações que em épocas remotas só eram praticadas pelas almas da elite, o são hoje pelas mais vulgares, como se hão de supor capazes de fazer mais do que as gerações de que provieram?

Assim, as condições de possibilidades da confecção de uma escrita de livro didático para a infância disponíveis no Brasil do início do século XX pareciam possibilitar mudanças apenas lentamente, sem muitos avanços, porém significativos em relação à emergência de um gênero que considerava a criança como leitor de textos para a escola. Nessa tentativa de adequação da linguagem, o tom coloquial dos textos foi um dispositivo que encontrou guarida entre o editor Joaquim Nogueira e os autores dos textos do *Ceará Intelectual*. Todavia, autores que manejassem um discurso no qual o professor mantivesse um diálogo mínimo com o aluno não deveriam ter somente formação intelectual. A formação deveria passar por experiência escolar. O autor, então, deveria unir prática docente, erudição e prática de escrita. Nesse sentido, a prática de convidar professores do ensino elementar para escrever no livro representou uma tensão, tanto quanto uma estratégia

utilizada por Joaquim Nogueira para adequação dos textos à vivência escolar pelo uso de linguagem e temas coloquiais próprios do ambiente escolar. Anna Facó, Alba Valdez, Francisca Clotilde e Andrade Furtado fazem parte do conjunto de intelectuais que lecionavam para a escola básica e se constituíram autores dos textos da seção *Ceará Intelectual*.

Anna Facó foi proprietária da Escola Facó de curso infantil e primário, foi também diretora do primeiro Grupo Escolar estadual do Ceará, inaugurado em 1907³³⁶. Sua escrita era feita sobre influência machadiana, com cuidados estilísticos e gramaticais. Poetisa, contista e escritora de peças dramáticas, no *Ceará Intelectual* publicou *A vontade inventa meios*, na edição de 1908, e *Idéias Solutas*, na de 1910. Em *A vontade inventa meios*, Anna Facó compõe texto moralista no qual combina cristianismo e cultura laica abordando a importância do ensino, da leitura e do livro na formação do indivíduo no início do século XX, bem como elogiando e motivando o esforço para a aprendizagem, seja qual for e onde for. O texto *Idéias Solutas* também é marcadamente moralista e estruturado em linguagem simples e direta, embora reflita sobre questões complexas à percepção e ao nível de cognição e experiência infantil. Sem tratar da cultura cearense e inserindo-se na categoria dos textos morais, a escrita de Anna Facó para o *Ceará Intelectual* preza por uma formação cuja pauta está inserida no contexto de subjetividades presentes em conteúdos moralistas escolares laicos³³⁷:

É o viver uma batalha, são os mortais os combatentes. Lute o combatente. Com destreza e desassombro. Relutância contra fraqueza; estoicismo contra infortúnio; domine constantemente a vontade, meça-se denodada com o destino. Cansa o espírito? Lidem as mãos. Padece o corpo? Distraia-se o pensamento. Chora o coração? Riam os lábios. Desfaz-se uma ilusão? Forje a imaginação uma nova quimera. Perecia em tudo, a bordo de um abismo-ponte de paciência nas dificuldades de um ascenso-assaz de intrepidez. Desanimar jamais. Cair em desalento é abreviar a vida.

[...]

A esperança nasceu de um sorriso liberal da Providência e veste-se de esmeraldas. A fantasia gerou-se da atividade impetuosa da imaginação e adorna-se com deslumbrante cores do íris. A esperança é um bem, a

³³⁶ BARREIRA, Dolor Uchoa. *História da literatura cearense*. Fortaleza: A. Batista Fontenele, (Coleção Instituto do Ceará), 1954, p.435-438. GIRÃO, Raimundo & SOUSA, Maria da Conceição. *Dicionário da literatura Cearense*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1978, p. 97.

³³⁷ FACÓ, Anna. *Idéias Solutas. Anno Escolar para 1910*. Destinado à leitura dos alunos do Instituto de Humanidades. Fortaleza: Typ. Escolar, 1910, p.31-33.

fantasia uma força. A esperança tem por símbolo uma âncora, a fantasia tem como insígnia um cetro. A esperança estende a mão ao infeliz—é um bálsamo; a fantasia toma nos braços o poeta—é um sonho. A esperança tranqüiliza, a fantasia entusiasma. Tem pés a esperança, tem asas a fantasia. Não se enerva que marcha ao lado da esperança. Corrobora-se quem segue o vôo da fantasia. Há, contudo mais paridade entre elas, é que ambas iludem sem mortificar.

Por essa escrita, a autora foi elogiada pela *Revista Social* do Rio de Janeiro, na qual a estética simples e pitoresca foi enfatizada. Em discurso agradável, direto e acessível, Anna Facó não deixa de cair nas tensões da escrita para a infância, particularmente no *Anno Escolar*. Embora a linguagem seja clara, por outro lado parece não ser pertinente à infância por exigir experiências que a criança não tem pré-cognição para racionalizar nos termos da autora e a associação entre o texto e a vivência infantil não se instala. Por ser uma leitura moral, é totalmente compatível com as pautas de leituras para a escola no início do século XX, que vive em voltas com a utopia da construção de linguagens e conteúdos eminentemente escolares.

Alba Valdez³³⁸ é renomada escritora cearense. Tornou-se professora da Escola Normal em Fortaleza a partir de 1892, quando foi nomeada. Em 1901, publicou seu primeiro livro, intitulado *Em Sonhos*, que teria uma parte traduzida para o sueco. O conto *A carta*, de sua autoria, também teve versão estrangeira. Tendo sido publicado no *Álbum da Mala da Europa*, foi acolhido pelo *Le Martin* de Paris. Como escritora, frequentou e fez parte de associações literárias e academias. Foi membro da Boêmia Literária, da Iracema Literária, do Instituto Histórico do Ceará, da Academia Cearense de Letras, da Sociedade Cearense de Geografia e História. Publicou diversos textos, entre eles *Nosso lar*, *Nossa Escola*, texto publicado na Revista da Academia de Letras de 1940, e *Dias de luz*, livro publicado em Fortaleza, em 1907. *Dias de Luz* é um romance no qual a autora narra situações da sua experiência na Escola Normal como aluna ainda jovem. No livro *Anno Escolar*, na seção *Ceará Intelectual*, publicou nas três edições. Na edição de 1908, publicou o

³³⁸ BARREIRA, Dolor Uchoa. *Historia da literatura cearense*. Fortaleza: Inst. do Ceara, 1 t. (Coleção Instituto do Ceará. Monografia ;18), 1948, p. 197, 198, 217. BARREIRA, Dolor Uchoa. *História da literatura cearense*. Fortaleza: A. Batista Fontenele, (Coleção Instituto do Ceará), 1954, p. 58, 123, 206, 321. GIRÃO, Raimundo & SOUSA, Maria da Conceição. *Dicionário da literatura Cearense*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1978, p. 97. STUDART, Barão. *Dicionário Bio-bibliográfico*, V.I. Fortaleza: Typo-Litografia a Vapor, 1910, p. 369.

texto *Os mestres*; em 1910, *Uma data cearense*; e em 1921, *A Sempre Nova Questão do Ensino*.

De tom moralista, os textos abordam temas escolares e têm um discurso direto da autora para alunos. Acostumada ao cotidiano escolar tanto quanto a escrever sobre a vida nas escolas, Alba Valdez parecia, a Joaquim Nogueira, ser a intelectual que, além de reforçar a aura literária da seção *Ceará Intelectual*, atenderia à demanda de uma escrita para a escola primária. Embora os textos tenham o traço da erudição, esforçam-se para manter um diálogo com os alunos. O tom professoral, a carga moral e o patriotismo eram a fórmula encontrada pela autora na constituição de um gênero coloquial da vivência de sala de aula e denotavam a postura da autora de dar aula às crianças do ensino elementar. No texto *Uma data cearense*, em meio a termos rebuscados e a narrativa de fatos de difícil compreensão às crianças, uma menção à cultura infantil se encontra sem que a autora decline do tom professoral³³⁹:

O povo cearense não podia suportar o inominável tráfico que rebaixava parte de seus semelhantes ao nível de alimárias. Envergonhava-o o espetáculo degradante da escravidão, quando a liberdade individual é o mais sagrado dos direitos e não pode ser postergado sem grave quebra dos preceitos que regem as sociedades cultas. Melindrava-lhe a consciência, as cenas cruéis que desfaziam os doces laços de uma família infeliz, a fuga de desditosos que se internavam nas brenhas, preferindo a convivência dos brutos à de homens insensíveis a sua dor. E o mesmo dinheiro, produto do braço escravo queimava-lhe as mãos, válidas e honradas, afigurando-se-lhe criminosa extorsão. Pois ele sabia trabalhar, combater pela vida. Sua enfiatura mais de uma ocasião fora posta à prova em momento histórico para defender os brios da Pátria, nos banhados mortíferos do Paraguai. Todos os dias nas florestas virgens da Amazônia, onde os perigos enxameiam no próprio ar. Nascido sobre o céu mais ingrato do país, o cearense nunca foi um privilégio da fortuna. No berço embala-o o eco plangente de pesadas catástrofes. E como as demais crianças nem sempre ouviu os contos de fadas, alegres e encantadores, narrado à luz do luar.

Nessa lição escolar, a autora tira partido da fórmula editorial na qual cultura cearense, sentimentos pátrios e tentativa de atingir o aluno pela menção de elementos do mundo infantil como o conto de fada são elementos determinantes da

³³⁹ VALDEZ, Alba. *Uma data cearense. Anno Escolar para 1910*. Destinado à leitura dos alunos do Instituto de Humanidades. Fortaleza: Typ. Escolar, 1910, p.56.

estrutura do texto. Em sintonia com o procedimento de Francisco Viana, Alba Valdez mistura erudição com linguagem mais acessível. Em tom professoral, em um precário discurso para a infância no início do século XX, frestas vão se abrindo, e uma linguagem para novo gênero vai lentamente emergindo. Entretanto, mais uma vez os intelectuais se mostravam distantes do mundo infantil, contudo, nutriam a certeza de uma escrita própria para a escola.

Andrade Furtado foi professor do Instituto de Humanidades, do Colégio Colombo, do Instituto Miguel Borges e da escola Phenix Caixerai. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará e da Academia Cearense de Letras³⁴⁰. Escreveu para a *Revista Escolar* nas seções *Coisas Históricas e Frases Literárias*. Trabalhou em diversos jornais cearenses e desenvolveu um vasto trabalho intelectual colaborando com muitos periódicos e fazendo várias apresentações de estudos como orador. Vale dar relevo aos seguintes trabalhos do professor e autor: *História do Jornalismo, História do Ceará, História da Instrução e da Educação Pública e Particular, História das Ciências da Cultura*³⁴¹. Escreveu para o livro *Anno Escolar* e para a *Revista Escolar* em várias seções. Em 1912, a *Revista Escolar* dá notícias que Andrade Furtado havia conseguido menção honrosa no concurso de contos maravilhosos para crianças organizado pela livraria carioca Cruz Coutinho³⁴². No *Ceará Intelectual*, aparecem dois textos do professor: *O velho rei das selvas* (ed. 1910), soneto moralista; e *Via et vita nostra* (ed. 1921), uma poesia religiosa.

Francisca Clotilde foi escritora atuante na imprensa abolicionista do Ceará. Foi também a primeira mulher a lecionar na Escola Normal de Fortaleza³⁴³. Em Baturité, era proprietária de um externato misto para crianças. Em 1889, publicou o livro *Noções de Aritmética* e, em 1902, *A divorciada*. Colaborou assiduamente com a revista *A Estrela*, fundada em 1906 por sua filha Antonieta Clotilde. Como

³⁴⁰ STUDART, Barão. *Dicionário Bio-bibliográfico*, VIII. Fortaleza: Typo-Litografia a Vapor, 1915, p. 280. BARREIRA, Dolor Uchoa. *História da literatura cearense*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 4 v. (Monografia, n.18), 1962, p.353. GIRÃO, Raimundo & SOUSA, Maria da Conceição. *Dicionário da literatura Cearense*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1978, p. 107.

³⁴¹ BARREIRA, Dolor Uchoa. *História da literatura cearense*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 4 v. (Monografia, n.18), 1962, p. 353-355. STUDART, Barão. *Dicionário Bio-bibliográfico*, VIII. Fortaleza: Typo-Litografia a Vapor, 1915, p. 280.

³⁴² REVISTA ESCOLAR DO INSTITUTO DE HUMANIDADES, Fortaleza: Typ. Escolar, ano 9, Nº96 e 97, p.47, out/nov, 1912.

³⁴³ STUDART, Barão. *Dicionário Bio-bibliográfico*, V.I. Fortaleza: Typo-Litografia a Vapor, 1910, p. 279. BARREIRA, Dolor Uchoa. *História da literatura cearense*. Fortaleza: A. Batista Fontenele, (Coleção Instituto do Ceará), 1954, p. 259,436. Girão, Raimundo & Sousa, Maria da Conceição. *Dicionário da literatura Cearense*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1978, p. 86.

professora e escritora de livro didático, colaborou com a escrita do *Anno Escolar*. Presenteou a seção *Ceará Intelectual* com os textos *A jangada* (ed.1908), *Iracema* (ed.1910) e *O Ceará* (ed.1910). Em busca de enfatizar as coisas do Ceará e dotada de um sentido local, Francisca Clotilde usa sua pena para dar visibilidade a uma suposta autoimagem cearense³⁴⁴:

Princesa dos verdes mares
 Oh, minha terra querida,
 Eu te saúdo contente
 Nesta data enaltecida!
 Quisera em lira dourada,
 Em trenós harmoniosos
 Proclamar ao mundo inteiro
 Teus feitos sempre alterosos.

Teu céu azul é sereno,
 São belas tuas campinas,
 Quando em abril se matizam
 De vicejantes boninas;
 Doces vozes se desprendem
 Nos galhos por entre os ninhos,
 Onde cantam seus amores
 Milhares de passarinhos.

A linfa que nos verdores
 Desliza sonora e pura
 Cicia ternos segredos
 Das matas pela espessura;
 E a refletir docemente
 O azul sereno dos céus

³⁴⁴ CLOTILDE, Francisca, *O Ceará. Anno Escolar para 1910*. Destinado à leitura dos alunos do Instituto de Humanidades. Fortaleza: Typ. Escolar, 1910.p. 62-66.

Parece um límpido espelho
Da glória imensa de Deus.

Oh, meu Ceará querido,
Bela pátria de Alencar,
Com quanto amor te venero,
Oh! Como sei te exaltar!
Na fúlgida constelação
Da terra da Santa Cruz,
E's a estrela mais brilhante,
Oh! grande terra da luz!

Tens flores, as mais formosas,
Aves de todas as cores,
As borboletas mais linda,
Os mais gentis beija-flores;
O teu luar argentino,
A se espalhar sobre o mar,
Inspira meiga poesia,
Obriga a gente a sonhar.

Salve, terra abençoada,
Que na noite procelosa
Da dor soubeste vencer
Sempre de pé, corajosa;
Que cantem com ufanía
O esplendor, a vitória,
E os cearenses que honrem
Teu nome cheio de glória

Usando de naturalismo ufanista e patriótico, a autora constrói um texto de linguagem espontânea, no qual flui a vontade de louvar o Ceará, que desliza com

facilidade entre os versos. Essa tranquilidade da escrita proporciona a oportunidade dos leitores relacionarem-se com o texto de maneira mais direta. Embora ainda não sendo apropriado para a infância, uma vez que se imbrica em termos de acesso à cognição por meio de pressupostos conceituais e vivenciais impertinentes à criança, o texto tem, pelo menos, o mérito da estruturação mais fácil e clara. Utilizando a poesia, a autora chegava ao seu leitor por um caminho mais lírico. O editor, por sua vez, creditava fé na forma poética. Dos 89 textos das três edições do *Ceará Intelectual*, 30 são poesias, em uma equivalência de 33,70% do total dos textos, de tal maneira que os 66,30% dividem-se em outros gêneros como conferências, discursos, narrativas, crônicas.

A poesia era um dispositivo no qual o editor apostava como meio literário adequado ao ensino primário e que sintetizava linguagem direta, erudição e poderia trazer temas sobre a cultura local. Nestes termos, representava uma fórmula de sucesso nas composições das edições de Joaquim Nogueira. Significava uma tentativa de inscrever a linguagem do *Ceará Intelectual* na noção de livro escolar e na escrita de textos para a escola primária. Parente das canções de roda e das modas, a poesia mantinha uma relação com o mundo lúdico e parecia destravar a cognição e aproximar a escola, tanto quanto o livro didático, ao universo infantil. Francisca Clotilde não deixou de expressar seus sentimentos em relação ao Ceará para a infância a partir de uma escrita poética. Além dos referidos versos, a autora escreveu para a seção *Vida Escolar* acrósticos que tematizavam a instrução e o Instituto de Humanidades³⁴⁵:

Infância—quadra mais linda—

Não há de certo na vida,

Sente-se a alma florida,

Tudo é calmo e puro ainda.

Inocência e singeleza

Trazem ao mundo um sorriso

Um terral paraíso

³⁴⁵ CLOTILDE, Francisca. Aos alunos do Instituto. In: *Anno Escolar do Instituto de Humanidades para o ano de 1908*. Destinado ao uso de seus alunos. Fortaleza: seção de obras do Cruzeiro do Norte, 1908, p.330.

Tem sempre amor, esperança

O coração da criança

Deleita-o o grato mel

Escola é um vergel!

Há no mestre desvelado,

Uma ternura infinita

Muito amor acrisolado,

A sua mente se agita

Num labutar incessante,

Inoculado constante

Do bem a sábia lição:

Aprende com perfeição

Do cérebro desprende a luz

E seu conselho produz

Saudável, firme impressão!

O editor não desprezou os usos dessa tipologia textual, que já circulava como meio de tratar de temas escolares, e seguir uma fórmula socialmente aceita entre os que, no início do século XX, escreviam para as crianças escolarizadas, como Francisco Viana, Anna Facó, Alba Valdez, Andrade Furtado, Francisca Clotilde, entre outros.

Daniel Fabre, considerando o papel dos cancioneros nas relações sociais de grupos a partir das escritas populares, indica a criação de gêneros, além do rigor escolar e da comunicação universal, e a impressão na escrita social de traços mais locais e pertinentes à comunidade dos Pireneus, entre os séculos XVIII e XIX, que tinha continuidade no início do século XX³⁴⁶:

³⁴⁶FABRE, Daniel. O livro e sua magia. In: CHARTIER, Roger (Org). *Práticas de leituras*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 220.

Dessa nova situação brotam textos, freqüentemente estranhos pela formas—metafórica, alusiva e carregada de realidade ao mesmo tempo—, e pela língua, sempre “patoá”. Eles nos chegaram acaso de uma cópia conservada, de uma impressão clandestina, ou, ainda mais freqüentemente, graças à justiça pela qual os escritos permanecem, agravando sempre o insulto ou a sedição. Virando as costas para a utopia da comunicação universal—aquela que finge dirigir-se ao leitor “desconhecido”—, esses escritos apresentam-se, portanto, como sinais de reconhecimento, tornados enigmáticos pela estreita localização—social e histórico—de seu uso.

A linguagem das rimas com origem popular circulava em um manejo de relações sociais dispostas imprimindo, na escrita, traços da realidade comunitária. Sua apropriação por editores de livros escolares resulta da sua familiaridade com disposições sociais locais, bem como de temas que aproximam o leitor dos escritos que contêm elementos da sua própria cultura. É a capacidade de conter traços culturais da comunidade, e a identidade como uma linguagem que já circulava na oralidade e na escrita popular que capacita a poesia a um dispositivo relevante para os editores de livros escolares para o ensino elementar.

Uma demonstração da fé de Joaquim Nogueira na poesia como dispositivo didático pode ser encontrada na seção *História do Brasil*, em que o autor, não identificado, possivelmente um aluno do Instituto de Humanidades, constrói poema sobre as cidades do Ceará³⁴⁷:

Villas do Ceará

São cinqüenta e três as vilas

Que contei do Ceará;

Quem as quiser conhecer,

Leia, em seguida, e verá:

O Jaguaribe-mirim,

Iracema, Quixadá,

Pacoty, Morada-Nova

³⁴⁷ ANNO ESCOLAR DO INSTITUTO DE HUMANIDADES PARA O ANO DE 1908. Destinado ao uso de seus alunos. Fortaleza: seção de obras do Cruzeiro do Norte, 1908, p.191.

Pentecoste, Tinguá.

São Benedito, Assaré,
 Beberibe, Trairi,
 Independência, Tanuá,
 Sant'Anna do Cariri.

Palma, Riachodo Sangue,
 Pedra Branca, Meruóca,
 São João de Uruburetama,
 Missão Velha, itapipoca
 Campo Grande, Massapê
 Mecejana, Porangaba,
 Soure, Bejamim Constant,
 Aquiraz, Aracoiaba(...)

Outro texto publicado no *Anno Escolar* e que poetizava o território e a divisão política e administrativa do Ceará era o *Cidades do Ceará*³⁴⁸.

Quem prestar muita atenção
 Nas quadras infra verá,
 A capital e cidades
 Do Estado do Ceará:

Fortaleza, São Bernardo,
 Crato, Quixeramobim,
 Limoeiro, Cascavel,
 Iguatú, Granja, Jardim.

Milagres, Sobra, Sant'Anna,

³⁴⁸ ANNO ESCOLAR DO INSTITUTO DE HUMANIDADES PARA O ANO DE 1908. Destinado ao uso de seus alunos. Fortaleza: seção de obras do Cruzeiro do Norte, 1908, p. 186.

Maranguape, Acarahú,
Lavras, Senador Pompeu
Pereiro, Viçosa, Ipú.
Pacatuba, Camocim,
Aracaty, Redenção,
Barbalha, Iço, Quixadá,
Baturité, União.

A poesia se firmava como um gênero de escrita para a escola. No livro *Anno Escolar*, editores e autores constituíram textos sobre a cultura local que, fazendo uso da poesia, didatizavam informações. Nesse dispositivo estava inscrita a fé partilhada pela comunidade de leitores e editores de que a poesia seria um meio acelerador do aprendizado no ensino elementar e que, portanto, poderia circular nos textos para a escola. Assim, partindo de tradições já dispostas socialmente, um novo gênero configurava-se na literatura escolar das edições de Joaquim Nogueira. Sob a pressão das críticas, da noção de ensino e livro moderno instaurava-se, lentamente, uma maneira de escrever para a infância escolarizada, e os alunos do ensino elementar conviviam com dispositivos que paulatinamente alcançavam suas cognições e mudavam suas consciências, no início do século XX no Ceará, no Instituto de Humanidades, dirigido por Joaquim da Costa Nogueira.

No Ceará, no referido período, o gênero de escrita para a escola era impreciso. Intelectuais e educadores lidavam com noções vacilantes de livro escolar. A composição de um *corpus* que atendesse às demandas da estrutura dos modernos livros didáticos não era estável, nem regular, e requereu operações editoriais de esforço para manter um mínimo de pertinência com os ideais de edição que movimentava a circulação de livros escolares. Entretanto, a fé de que a participação na rede de difusão desses impressos para a escola primária era um caminho fértil para a educação como um projeto social, bem como para a conjuntura das produções editoriais no país, suscitou ações de criação e estabelecimento de uma escrita com especificidade escolar. Sem um acervo de textos que desse conta das exigências do gênero que ora emergia na cultura escolar, autores e editor do livro *Anno Escolar* do Instituto de Humanidades de Fortaleza empreenderam tentativas de imprimir aos seus textos noções modernas de livro escolar,

implementando uma operação editorial que partiu de competências e textos já dispostos na comunidade de leitores e autores.

Adicionando poucos dispositivos didáticos em relação às utopias dos métodos educacionais e à noção de livro didático moderno, autores do livro *Anno Escolar* e seu editor experimentavam uma prática de escrita que representava novas maneiras de escrever. Hesitante, o projeto para a escrita de livros didáticos de Joaquim Nogueira, entretanto, não deixou de dar passos significativos, de participar da circulação de livros escolares no país e sugerir aos alunos do ensino elementar uma leitura, se complexa para a cognição infantil, todavia retinha elementos que consideravam a criança escolarizada como leitor a ser satisfeito, mesmo que esses fossem frugais, no imenso campo da produção de livros escolares no Brasil do início do século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita nasce e trata da dúvida confessada, da divisão explicitada, em suma da impossibilidade de um lugar próprio. Articula um fato constantemente inicial, a saber, que o sujeito não é nunca autorizado por um lugar, que não poderia se fundar num cogito inalterável, que permanece estranho a ele mesmo e privado para sempre de um solo ontológico e, portanto, sempre *como resto* ou *como sobra*, sempre *devedor de uma morte*, endividado com relação ao desaparecimento de uma “substância” genealógica e territorial, ligado a um nome sem propriedade. Esta perda e esta obrigação geram a escrita.

Michel de Certeau³⁴⁹

Ao final da escrita da tese sobre os livros didáticos produzidos no Ceará para a escola básica e com tematização sobre a cultura cearense, uma breve consideração sobre o diálogo entre as possibilidades da construção do conhecimento e o objeto pesquisado é relevante. Um primeiro ponto a ser considerado diz respeito ao que Luce Giard ressaltou como *a questão indiscreta*³⁵⁰. No trabalho com objetos tão intrincados, o que deve ser tratado no desfecho da escrita acadêmica, e o que lhe impulsiona, não é exatamente o “como”, o “quê”, o porquê ou a explicação. Essas são dimensões importantes e até mesmo vitais para a pesquisa, mas, antes delas, o que importa ressaltar é o aspecto da criação. Pensar nesses termos é considerar que a pesquisa não seguiu um programa *a priori* e que ela se desenvolveu em um esforço contínuo de construção que não se exaure e não se conclui. E aqui, duas direções, a um preço muito alto, tornaram-se claras:

1. a primeira diz respeito à natureza da pesquisa;
2. a segunda diz respeito à abordagem.

³⁴⁹ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 312.

³⁵⁰ GIARD, Luce. História de uma pesquisa. In: CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p. 12.

Sobre a natureza da pesquisa, pensar em criação é trazer para a prática historiográfica a complexidade, é trabalhar com o caos e, paulatinamente, ir percebendo e dando forma a emergências historiográficas, culturais e sociais.

Quanto à abordagem, o que se quer assinalar é a maneira como se constituem as práticas culturais e simbólicas nas quais o livro e a leitura são tanto resultado do esforço e constituição de significados quanto representações. Daí surge um cinzelamento que quer frisar heterogeneidade, diversidade, multiplicidade e pluralidade, bem como tensões em volta do labor pela constituição de valores, crenças, idéias, modos de vida, maneiras de estar no mundo.

Tal trabalho com a complexidade atrai muitos dilemas, impasses, hesitações, reflexões, discussões, pois, para que o objeto da pesquisa e a problemática alcancem inteligibilidade, todo um esforço de confecção de fontes, procedimentos, organização de programas e textos é feito de tal maneira que se instaura na pesquisa uma dinâmica vigorosa que pretende sistematizar, sem que todo esse movimento se perca.

Para que isso ocorresse, foi imprescindível dar visibilidade à problemática de forma que ela tomasse uma plasticidade compreensível e capaz de manter diálogo com as exigências e pautas do campo da história do livro e da leitura. Para isso, só mais leituras, mais idas aos arquivos, mais articulações, mais discussões. Partindo desse esforço foi que eu entendi que uma problemática de interesse para uma abordagem culturalista da história do livro e da leitura seria uma discussão sobre a forma como as pessoas liam e produziam textos e livros sobre a cultura cearense no início do século XX, no Ceará, constituindo sentidos tão simbólicos quanto específicos de suas existências no tecido dinâmico do social.

Com essa problemática como um referencial, fazia-se necessário buscar um suporte para expressá-la, para que ela tomasse uma visibilidade mais coletiva. Para isso, foi necessário enfrentar um embate vigoroso, isto é, a tensão entre a realidade não-escrita da pesquisa e a realidade escrita, simbólica e igualmente social, no dizer de Michel de Certeau³⁵¹.

³⁵¹ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.96.

O enfrentamento se deu à medida que era preciso desdobrar a problemática e, ao mesmo tempo, não perder a trama da constituição de uma cultura do livro e da leitura no Ceará, no início do século XX, mas, ao contrário, reforçá-la e torná-la bastante visível. Mais pesquisa, mais confecção e interpretação de fontes para chegar a uma angustiante conclusão: as dimensões da problemática eram muitas. E não com facilidade, eu entendi que não era com dimensões estanques e fechadas que eu iria trabalhar, mas com propostas que tinham a ver muito com o meu olhar, com a abordagem, com os textos encontrados nas fontes e com a pressão que a realidade escrita me colocava.

Mas, imbuída de espírito científico, o registro, a objetivação, os recortes e a interpretação das fontes colhidas, das falas, dos discursos, das reflexões e tensões encontradas levaram-me a uma ação de síntese e problematização em um trabalho de crítica reflexiva, composição e elaboração de uma plasticidade para uma parte dos materiais encontrados no desenrolar dos estudos, análises, observações, estranhamentos, inquietações.

Após quatro anos de pesquisa sobre os livros didáticos produzidos no Ceará para a escola básica e com tematização sobre a cultura Cearense, muitas imagens tornaram-se visíveis, assim como acenam para uma possível existência de outras representações na turva floresta dos arquivos, das leituras e interpretações. Percorrendo precárias trajetórias e desenhando-as segundo a abordagem culturalista, a tenacidade do trabalho diz que é necessário não se limitar a conclusões estanques e cristalizadas, mas prosseguir em um esforço que não se fecha e, em consequência, demonstra a complexidade do real e das experiências propostas no início do século XX por intelectuais, educadores e editores no Ceará.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Documentação Administrativa do Colégio Nogueira

Livro de Partes do Colégio Nogueira de 1919-1923.

Livro Vida Escolar do Colégio Nogueira de 1931.

Livro Vida Escolar do Colégio Nogueira de 1932.

Livro Vida Escolar do Colégio Nogueira de 1933.

Livros Didáticos

BRÍGIDO, João. *Resumo de História do Ceará*, 2ª edição. Fortaleza: Typografia do operário, 1892.

CRAVEIRO, Newton. *Brasil Seco*. Fortaleza: Typ. Progresso. Publicação subvencionada pelo Governo do Estado do Ceará, 1924.

_____. *João Pergunta*. 13ª edição. São Paulo: Editora Melhoramentos, S/D.

DIAS SOBREIRA, João Gonçalves. *Geografia Especial do Ceará*. 2ª edição. Fortaleza: Typ. Gazeta do Norte, 1888.

ESPINHEIRA, Ariosto. *Viagem Através do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1939?, V.2.

FILHO, Cruz. *História do Ceará-Resumo Didático*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1931.

LIVRO ANNO ESCOLAR DO INSTITUTO DE HUMANIDADES PARA O ANO DE 1908. Destinado ao uso de seus alunos. Fortaleza: seção de obras do Cruzeiro do Norte, 1908.

LIVRO ANNO ESCOLAR PARA 1910. Destinado à leitura dos alunos do Instituto de Humanidades. Fortaleza: Typografia Escolar, 1910.

NOGUEIRA, Joaquim (org). *Anno Escolar*. Livro de leitura. Rio de Janeiro: Editores Leite Ribeiro e Maurillo, 1921.

COROGRAFIA DO ESTADO DO CEARÁ. Fortaleza: editora-Empresa Typo-litographica a Vapor, 1905.

SOUZA, Eusébio de. *História do Ceará para Crianças* (Contada pelo rádio). Fascículo I. Fortaleza: Typ. Minerva, 1936.

RIBEIRO, João. *História do Brasil*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920.

THEÓPHILO, Rodolpho. *Sciencias Naturais em Contos*. 3ª edição. Livraria Clássica Francisco Alves, Typ. Guillard, Aillaud & C^{ia}., S/d.

VIANA, Francisco. *Apanhados e Factos Históricos*. Quarto livro. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917.

Memórias

BARROSO, Gustavo. *Memórias de Gustavo Barroso*, 2ª edição. Governo do Estado do Ceará, 1989.

GIRÃO, Raimundo. *Palestina, uma agulha e as saudades*. Reminiscências. 2ª edição. Fortaleza: S/E 1984.

CASTELO BRANCO, Odorico. *Reminiscências do Ofício*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1920.

FERRO, Anderson. *Minhas Viagens* (com apêndice sobre a educação). Ceará: Typ. Moderna, 1898.

OLIVEIRA, João Hipólito C. de. Reminiscências escolares I - Colégio Nogueira. *Revista do Instituto do Ceará*, Tomo LXXIII - Ano LXXIII. Fortaleza: Imprensa da Universidade Federal do Ceará, p. 388-394, 1959

_____. Professor Joaquim da Costa Nogueira. Palestra conferida no Instituto Histórico do Ceará em 20/12/1965. *Revista do Instituto do Ceará*, Tomo LXXX- Ano LXXX. Fortaleza: editora Instituto do Ceará, p. 220-224, 1966.

Livros Diversos

CAMINHA, Adolfo. *A normalista*, 11ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1997.

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA E DICIONÁRIO DE SYNÔNIMOS SEGUIDO DO DICIONÁRIO POÉTICO E EPITHETOS II. Typ. Aillaud, Aivesech, 1848.

FONSECA, Simões. *Dicionário Enciclopédico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Paris: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1899.

JUNIOR, Papi. *Do Homem ao Cidadão*. Instrução Moral e Cívica, Coletânea didática, 1ª edição. Fortaleza: Typ. Central, 1925.

MARTINS, Fran. *Amigo de Infância*. Contos. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1959.

QUEIROZ, Pedro de. *Fragmentos*. Fortaleza: Typ. Assis Bezerra, 1911.

_____. *Fragmentos*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1913

_____. *Fragmentos*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1914.

_____. *Fragmentos*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1915.

_____. *Fragmentos*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1916.

THEÓPHILO, Rodolpho. *Coberta de Tacos*. Fortaleza: Typ. Moderna. 1931.

Periódicos

Almanaques e Anuários

ALMANACH DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ PARA 1908. Propriedade da livraria Araújo. Fortaleza: Oficinas Typográfica e de Encadernação. Da Parceria Antônio Maria Pereira. Lisboa, 1907.

ANNUÁRIO CEARENSE PARA 1912. Fortaleza: Typ. Escolar, 1911.

Jornais

A LIÇA, Crato, 1908.

CAMOCIM JORNAL, Camocim, 1921.

GRÊMIO, Sobral, 1914.

JORNAL DO CEARÁ, Fortaleza, (1904, 1905, 1907, 1908, 1911)

JORNAL UNITÁRIO, Fortaleza, 1905.

O REBATE, Sobral, 1908.

O QUIZENÁRIO, Ubajara, 1921

VERDES MARES, Fortaleza 1923-1930

Revistas

Revista do Brasil, São Paulo, 1916, 1917 e 1923

Revista Ceará Ilustrado, Fortaleza, 1925

Revista da Academia Cearense de Letras. Fortaleza, 1897.

Revista Fortaleza. Fortaleza, 1907.

Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 1914, 1915, 1918, 1959, 1965, 1966, 1934

Coleção anual da Revista Escolar do Instituto de Humanidades, Fortaleza, 1906

Coleção anual da Revista Escolar do Instituto de Humanidades Fortaleza, 1907

Coleção anual da Revista Escolar do Instituto de Humanidades, Fortaleza, 1908

Coleção anual da Revista Escolar do Instituto de Humanidades, Fortaleza, 1910

Coleção anual da Revista Escolar do Instituto de Humanidades, Fortaleza, 1911

Coleção anual da Revista Escolar do Instituto de Humanidades, Fortaleza, 1912

Coleção anual da Revista Escolar do Instituto de Humanidades, Fortaleza, 1914

Coleção anual da Revista Escolar do Instituto de Humanidades, Fortaleza, 1925

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia (org). *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: Fapesp, 1999.

ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (orgs). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel & GONTIJO, Rebeca (Org). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ABUD, Kátia Maria. Formação da alma e do caráter nacional: ensino de História na era Vargas. *Revista Brasileira de História*, V. 18, Nº36, São Paulo, 1998.

ALENCAR, Manuel Carlos Fonseca de. *Adolfo Caminha e Rodolfo Teófilo: a cidade e o campo na literatura naturalista cearense*, 2002, dissertação(Mestrado) em História Social, Universidade Federal do Ceará, 2002.

ALMEIDA FILHO, Edgard Patrício de. *A voz do Ceará: comunicação e educação na trajetória da Ceará Rádio Clube de 1934 a 1948*. Universidade Federal do Ceará. Curso de Doutorado em Educação. Faculdade de Educação, 2006.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ALVES BRAGANÇA, Aníbal Francisco. *Eros Pedagógico. A função editor e a função autor*. 2001, 219f, Tese(Doutorado em Comunicação), Escola de Comunicação e Artes - ECA da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

ATAÍDE DE ALMEIDA, Maria das Graças A. Estado Novo: Projeto Político Pedagógico e a construção do saber. *Revista Brasileira de História*, V. 18, Nº36, São Paulo, 1998.

BAKHTIN, Mikhail M. *A cultura popular na idade média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.

BARBOSA, I. C. . *A experiência humana e o ato de narrar*. Ricoeur e o lugar da interpretação. Revista Brasileira de História, SP, v. 17, n. 33, p. 293-305, 1997.

_____. *Sertão: um lugar-incomum: o sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e desporto do Estado, 2000.

BARREIRA, Dolor Uchoa. *Historia da literatura cearense*. Fortaleza: Inst. do Ceara, 1 t. (Coleção Instituto do Ceará. Monografia ;18), 1948.

_____. *História da literatura cearense*. Fortaleza: A. Batista Fontenele, (Coleção Instituto do Ceará), 1954.

_____. *História da literatura cearense*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 4 v. (Monografia ;n.18), 1962.

BARROSO, Gustavo. *Memórias de Gustavo Barroso*, 2ª edição. Governo do Estado do Ceará, 1989.

BARROSO, Raimunda Eliana Cordeiro. *Infância e memória: a educação da criança cearense nas primeiras décadas do século XX*. 2007, 199f, Tese(Doutorado em Educação) Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaio sobre literatura e história da cultura, 4ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, S/D

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007

BITTENCOURT, Circe M. F. Editores e autores de compêndios e livros de Leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa*. V. 30, Nº3. São Paulo: FEUSP, p. 475-491, 2004,

_____. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. As Tradições Nacionais e o Ritual das Festas Cívicas. In: Pinsky, J. Nadai E. et al. *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo:Contexto, 1988.

_____. Em foco: história, produção e memória do livro didático. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.30, p. 475-473, 2004.

_____. *O Saber Histórico na Sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.

BOMENY, Helena. Novos talentos, vícios antigos. Os renovadores e a política educacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. V. 6, nº11, p. 24-39, 1993

BOURDIEU. *As regras da Arte. Gênese e estrutura do Campo Literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRUSCHINI, Américo. Literatura escolar. *Revista do Brasil*, São Paulo, p. 63-67, janeiro de 1923,

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular*. História e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.

CAMINHA, Adolfo. *A normalista*, 11ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1997.

CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo*. Imprensa Paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARON, Jean-Claude. Os jovens na escola: Alunos de Colégios e Liceus na França e na Europa (Fim do séc. XVIII - Fim do Séc. XIX). In: LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude (org). *História dos Jovens - Época Contemporânea*, V. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.137-194.

CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto & GONZÁLEZ, Maria Fernanda (orgs). *Ensino da História e memória coletiva*. Porto Alegre: ArtMed, 2007

CERRI, Luis Fernando. Festas nacionais: uso e didatização do saber histórico nas pedagogias do cidadão. *História e Ensino*. Revista do Laboratório Ensino de História. Universidade Estadual de Londrina, p.205-222, 1995

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTELO BRANCO, Odorico. *Reminiscências do Ofício*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1920.

CASTELO, Plácido Aderaldo. *História do ensino no Ceará*. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1970.

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. *A Invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. & Julia, Duminique. A beleza do morto: conceito de cultura popular. In: Revel, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa: DIFEL, 1989, p. 49-75.

CHARTIER, Anne-Marie; CLESSE, Christiane & HÉBRARD, Jean. *Ler e escrever: entrando no mundo da escrita*. Porto Alegre: ArtMed, 1996.

_____. & HÉBRARD, Jean. *Discursos sobre a leitura, 1880-1980*. São Paulo: Ática, 1995.

CHARTIER, Roger. A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, V. 7, nº13, p. 97-113, 1994.

_____. "Cultura popular": revisitando um conceito historiográfico. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, V. 8, nº16, p. 179-192, 1995

_____. (org). *História da vida privada*. Da Renascença ao Século das Luzes, V 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. (org). *Práticas de leituras*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.

_____. *Escribir las prácticas: Foucault, De Certeau, Marin*. Buenos Aires: Manantial, 2001.

_____. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. *A ordem dos livros: leitores, autores, e bibliotecas na Europa entre XIV e XVIII*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2ª edição, 1998.

_____. & REVEL, Jacques. *A nova história*. Coimbra: Almedina, 1990.

_____. & ROCHE, Daniel. O Livro. Uma mudança de perspectiva. In: LE GOFF. Jacques & NORA, Pierre (orgs). *História novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 99-115.

_____. *Leitores e leituras na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHERVEL, André & COMPERE, Marie-Madeleine. As Humanidades no Ensino. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, V. 25, n. 2, p.149-170, jul/dez. 1999.

_____. História das disciplinas escolares: reflexões sobre o campo de pesquisa. *Teoria e educação*, Porto Alegre, nº2, p.177-229, 1990.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, vol.30, nº.3, São Paulo, p, 549-566, Sept./Dec.2004

CRAVEIRO, Newton. *Brasil Seco*. Fortaleza: Typ. Progresso. Publicação subvencionada pelo Governo do Estado do Ceará, 1924.

_____. *João Pergunta*. 13ª edição. São Paulo: Editora Melhoramentos, S/D.

COLI, Jorge. O sentido da batalha do Avahy, de Pedro Américo. *Projeto História*. São Paulo, nº24, p. 113-129, jun 2002.

COROGRAFIA DO ESTADO DO CEARÁ. Fortaleza: editora-Empresa Typo-litographica a Vapor, 1905.

DÂNGELO, Newton. Ouvindo o Brasil. O ensino de História pelo rádio-décadas 1930-1940. *Revista Brasileira de História*, V. 18, Nº36, São Paulo, 1988.

DARTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no antigo regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Edição e Sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

_____. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e Revolução. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. *O iluminismo como negócio: história da publicação da "Enciclopédia"*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. Uma precoce sociedade da informação. As notícias e a mídia em Paris no século XVIII. *Varia História*, Belo Horizonte, nº25, p. 9-51, jul. 2001

DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

_____. & MARTINS, A. L. . *Imprensa e Cidade* (co-autoria com Ana Luiza Martins). 1. ed. v. 1. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. (Org.) & MARTINS, A. L. (Org.) . *História da Imprensa no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Série C, Programas e Guias de Ensino, Nº4ª. *Programa de Ciências Sociais para o 4º e o 5º ano da escola elementar*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1934.

DEWEY, John. *Experiência e educação*. São Paulo: Nacional, 1971.

_____. *Vida e educação: I. A criança e o programa escolar; II. Interesse e esforço* . 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA E DICIONÁRIO DE SYNÔNIMOS SEGUIDO DO DICIONÁRIO POÉTICO E EPITHETOS II. Typ. Aillaud, Aivesech, 1848

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora, 2005.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. *Sintoma social dominante e moralização infantil*. Um estudo sobre a educação moral em Émile Durkheim. São Paulo: EDUSP, 1994.

FERRO, Anderson. *Minhas Viagens* (com apêndice sobre a educação). Ceará: Typ. Moderna, 1898.

FILHO, Cruz. *História do Ceará-Resumo Didático*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1931.

FOISIL, Madeleine. A escritura do foro privado. In: CHARTIER, Roger(org). *História da vida privada*. Da Renascença ao Século das Luzes, V 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.331-370.

FONSECA, Simões. *Dicionário Enciclopédico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Paris: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1899.

FURET, François. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, 1986.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. A produção de um saber escolar: a história e o livro didático. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLE, Marlene Rosa (orgs) *III Encontro: Perspectivas do Ensino de História*, Curitiba: Aos quatro Ventos, 1999, p.276-284.

_____. *Construtores de Identidade: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.

GÉLIS, Jacques. A individuação da Criança. In: CHARTIER, Roger (org). *História da vida privada*. Da Renascença ao Século das Luzes, V 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.311-329.

GIRÃO, Raimundo & SOUSA, Maria da Conceição. *Dicionário da literatura Cearense*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1978.

GIRÃO, Raimundo. *Palestina, uma agulha e as saudades*. Reminiscências. 2ª edição. Fortaleza: S/E 1984.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *Olhos de madeira. Nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Relações de Força: história, retórica e prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRANER-ABISSET, Anne Marie. O historiador e a fotografia. *Projeto História*. Nº24, Jun, São Paulo: EDUC, p. 9-26, 2002.

GREGÓRIO RAZZINI, Márcia de Paulo. *A livraria Francisco Alves e a expansão da escola pública em São Paulo*. Texto apresentado no I Seminário Brasileiro sobre o Livro e a História Editorial. Colóquio do sesquicentenário: Francisco Alves e na História Editorial brasileira. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2004.

_____. *A produção de livros escolares da editora Melhoramentos na Primeira República*. Trabalho apresentado ao núcleo de Pesquisa (NP) produção editorial do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, INTERCON, Santos-São Paulo, 2007.

HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos A. M. *A Invenção do Brasil Moderno*. Medicina, educação e engenharia nos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOLANDA, Cristina Rodrigues. *A construção do templo da história Eusébio de Sousa e o Museu Histórico do Ceará*. 2004, 251fl. Dissertação(Mestrado em História Social) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004

JUNIOR, Papi. *Do Homem ao Cidadão*. Instrução Moral e Cívica, Coletânea didática, 1ª edição. Fortaleza: Typ. Central, 1925.

KARNAL, Leandro (org). *História na Sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2003.

KNAUS, Paulo. O desafio da Ciência: modelos científicos no ensino de história. *Cadernos Cedes*: Campinas, V. 25, nº 67, p. 273-400, set/dez. 2005

KÖPKE, João. O Ensino da Leitura pelo Methodo Analytico. *Revista do Brasil*, V 2, São Paulo, Maio, p. 31-69, 1916.

KUHLMANN, Moysés. Dois manuais de história para professores: História de sua produção. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.30, n.3, p. 513-529, 2004

_____. Histórias da educação infantil brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, Mai/jun/ju/ago, nº14, 2000.

LEÃO, Andréa B. Ler, Obedecer, Instruir-se: uma pedagogia analítica da alma feminina. *Educação em Debate* (CESA/UFC), Fortaleza, v. 1, 2002, p. 38-47

_____. Cultura e Imaginação Nacional: o nacionalismo e o livro didático na Primeira República brasileira. *Cadernos de Educação*, Fortaleza, 2000.

_____. Civilização da Obediência: por uma Sociologia do livro escrito para crianças na República das Letras. *Revista de Letras (Fortaleza)*, Fortaleza, v. 1, 1998, p. 12-18.

_____. A Nação e os Livros Infantis - Autoria, Edição e Leitura. *Tensões Mundiais*, v. 3, 2008, p. 391-428.

_____. Publicar contos de fadas na Velha República, um compromisso com a nação - *Revista do curso de Gestão da Comunicação - Ano XII - N.3 Set/dez 2007 - USP -ECA- CCA - Paulinas. Comunicação & Educação*, v. 1, 2007, p. 15-22,

_____. A Livraria Garnier e a história dos livros infantis no Brasil - gênese e formação de um campo literário (1858 - 1920) - *História da Educação / ASPHE. Fae, UFPel* (Jan/Abr 2007). v. 1, 2007, p. 159-184.

_____. Universos da devoção, sabedoria e moral - as Bibliotecas Juvenis Garnier (1858 e 1920). *Educação em Revista (UFMG)*, Minas Gerais, v. 43, 2006, p. 189-208,

LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude (org). *História dos Jovens - Época Contemporânea*, V. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA E FONSECA, Thaís Nívia de. *História e Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. & VEIGA, Cynthia Greive. *História e Historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LINHARES, Mário. *História Literária do Ceará*. História da Literatura Brasileira(1ºTomo). Rio de Janeiro: Federação das academias de letras do Brasil, 1948.

LISBOA, Joaquim. Um livro prejudicial ao ensino. *Revista do Brasil*, dez. de 1917, p. 491-502.

LIVRO ANNO ESCOLAR DO INSTITUTO DE HUMANIDADES PARA O ANO DE 1908. Destinado ao uso de seus alunos. Fortaleza: seção de obras do Cruzeiro do Norte, 1908.

LIVRO ANNO ESCOLAR PARA 1910. Destinado à leitura dos alunos do Instituto de Humanidades. Fortaleza: Typografia Escolar, 1910.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom. *Introdução ao estudo da escola nova: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, 2002.

MACIEL, Julio. *Terra Mártir*. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunais, 1918.

MARTINS, Fran. *Amigo de Infância*. Contos. Rio de Janeiro: Departamento da imprensa Nacional, 1959.

MCLAREN, Peter. *A vida nas escolas. Uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação*, 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 1997.

_____. *Rituais na Escola*. Em direção a uma economia de símbolos e gestos na educação. Petrópolis: Vozes, 1991.

MICELI, Sergio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

_____. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

_____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOREIRA LEITE, Miriam L. *Retratos de família (leituras da fotografia histórica)*. São Paulo: EDUSP-FAPESP, 1993.

MORIN, Edgar. *X da questão*. O sujeito à flor da pele. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOTA, Lourenço Dantas. (org) *Um banquete no trópico*. São Paulo: Editora Senac, 2001

MUNAKATA, K. Livro didático: produção e leituras. In: ABREU, Márcia (org). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, 2000.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira república*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1974, 1976.

NOGUEIRA, Joaquim (org). *Anno Escolar*. Livro de leitura. Rio de Janeiro: Editores Leite Ribeiro e Maurillo, 1921.

NOGUEIRA, Raimundo Frota de Sá. *A prática pedagógica de Lourenço Filho no estado do Ceará*. Fortaleza: edições UFC, 2001.

OLINDA, Ercília Maria Braga de. *Formação integral do educando nos discursos e nas práticas pedagógicas renovadoras: a experiência da escola de aplicação (1884-1940)*. 2002, 336f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

OLIVEIRA, Almir Leal. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará— Memória, Representações e pensamento Social (1887-1914)*. 2001, 281f, Tese(Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. O Instituto do Ceará e a emergência de uma narrativa historiográfica. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 118, p. 271-280, 2005.

OLIVEIRA, João Hipólito C. de. Reminiscências escolares I - Colégio Nogueira. *Revista do Instituto do Ceará*, Tomo LXXIII - Ano LXXIII. Fortaleza: Imprensa da Universidade Federal do Ceará, p. 388-394, 1959

_____. Professor Joaquim da Costa Nogueira. Palestra conferida no Instituto Histórico do Ceará em 20/12/1965. *Revista do Instituto do Ceará*, Tomo LXXX- Ano LXXX. Fortaleza: editora Instituto do Ceará, p. 220-224, 1966.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PERROT, Jean os “livros-vivos” franceses: um novo paraíso cultural para nossos amiguinhos, os leitores infantis. *Revista da Faculdade de Educação*. São Paulo. V. 24, nº 2, p. 117-135, 1998

PERROT, Michelle (org). *História da vida privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra, V 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PESTALOZZI, Juan Enrique. *Como Gertrudis enseña a sus hijos*. México: Ensaio Pedagógico, 1959.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas e controle social*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Multigraf Editora Ltda, 1993.

_____. A cidade remodelada (1889-1930). In: SOUZA *et alii*. *Fortaleza, a gestão da cidade (uma história político-administrativa)*. Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza, 1995, p. 35-49.

PONTES, HELOÍSA. Retratos do Brasil: editores, editoras e “Coleções Brasileira” nas décadas de 30, 40, 50. In: MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré, 2001, p.419-476.

POPKEWITZ, Thomas S. *Reforma educacional. Uma política sociológica*. Poder conhecimento em educação. Porto Alegre: artes médicas, 1997.

QUEIROZ, Pedro de. *Fragmentos*. Fortaleza: Typ. Assis Bezerra, 1911.

_____. *Fragmentos*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1913

_____. *Fragmentos*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1914.

_____. *Fragmentos*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1915.

_____. *Fragmentos*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1916.

RAMOS, Dinorá Tomás. *Padre Antônio Tomás*. Príncipe dos poetas cearenses. 3ª edição. Fortaleza: Jornal A Fortaleza, 1981.

REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ EXPEDIDO EM 1905 PELO EXM^{MO} SR. DR. ANTÔNIO PINTO NOGUEIRA ACCIOLY. Typo-Litografia A Vapor.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: CHARTIER, Roger (org). *História da vida privada*. Da Renascença ao Século das Luzes, V 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 182.

ROCHE, Daniel. *História das coisas banais. Nascimento do consumo. Séc XVII – XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

ROSSATO, Luciana. Imagens de Santa Catarina: arte e ciência na obra do artista viajante Louis Choris. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V.25, nº49, p.175-195, 2005.

ROUSSEAU, J.- J.. *Emílio ou Da Educação*, 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RUTHERFORD, Jonathan. O terceiro espaço. Uma entrevista com Homi Bhabha. In: *Revista do IPHAN*, Brasília: nº24, p. 97-105, 1996.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Orfeu estático na metrópole*. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Vera Lúcia G.. “República e formação de cidadãos: a educação cívica nas escolas primárias” da primeira República portuguesa. *Joaquim Pintassilgo. Revista brasileira de história da educação*, Nº1, Jan/jun, 2001.

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macedo e. *Na senda do moderno: Fortaleza, paisagem e Técnica nos anos 40*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

SOUZA, Simone de. O município e a centralização política(1930-1945). In: Souza *et alii*. *Fortaleza, a gestão da cidade (uma história político-administrativa)*. Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza, 1995, p.51-65.

SOARES GOUVEIA, Maria Cristina. A construção de uma infância escolarizada: a escola na literatura infantil (1900-1935). *Educação em Revista*. Belo Horizonte, Nº29, jun/99.

SOUZA, Eusébio de. *História do Ceará para Crianças*.(Contada pelo rádio). Fascículo I. Fortaleza: Typ. Minerva, 1936.

STEPHANOU, Maria. Currículos de História: instaurando maneiras de ser, conhecer e interpretar. *Revista Brasileira de História*, V. 18, nº36, 1998, p. 15-28.

STUDART, Barão. *Dicionário Bio-bibliográfico*, V.I. Fortaleza: Typo-Litografia a Vapor, 1910.

_____. *Dicionário Bio-bibliográfico*, V.II. Fortaleza: Typo-Litografia a Vapor, 1913.

_____. *Dicionário Bio-bibliográfico*, VIII. Fortaleza: Typo-Litografia a Vapor, 1915.

TEIXEIRA, Anísio. *Pequena introdução à filosofia da educação: a escola progressiva ou a transformação da escola*. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1968.

THEÓPHILO, Rodolpho. *Coberta de Tacos*. Fortaleza: Typ. Moderna. 1931.

_____. *Sciencias Naturais em Contos*. 3ª edição. Livraria Clássica Francisco Alves, Typ. Guillard, Aillaud & C^{ia}., S/d.

VARELA, Julia & Alvarez-Uria. A maquinaria Escolar. *Teoria & Educação*, 6, 1992.

VIANA, Francisco. *Apanhados e Factos históricos*. Quarto livro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1917.

VIEIRA CHRISTO, Maraliz de Castro. Bandeirantes na contramão da história: um estudo iconográfico. *Projeto História*. São Paulo, nº24, jun, p. 307-336, 2002.

VIEIRA, Sofia Lerche; Farias, Isabel Maria Sabino de. *História da educação no Ceará: sobre promessas, fatos e feitos*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.